

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

MAURÍCIO LIMA COLLAZIOL

**MERCOSUL E BLOCO NO PODER NA ARGENTINA: UMA ANÁLISE DO
PERÍODO DO GOVERNO MACRI**

PORTO ALEGRE

2022

MAURÍCIO LIMA COLLAZIOL

**MERCOSUL E BLOCO NO PODER NA ARGENTINA: UMA ANÁLISE DO
PERÍODO DO GOVERNO MACRI**

Dissertação de Mestrado em Ciência Política
apresentada como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Ciência Política pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Granato

PORTO ALEGRE

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Collaziol, Maurício Lima
Mercosul e Bloco no Poder na Argentina: uma análise
do período do governo Macri / Maurício Lima Collaziol.
-- 2022.
165 f.
Orientador: Leonardo Granato.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Mercosul. 2. Argentina. 3. Mauricio Macri. 4.
Bloco no Poder. 5. Imperialismo. I. Granato, Leonardo,
orient. II. Título.

Maurício Lima Collaziol

**MERCOSUL E BLOCO NO PODER NA ARGENTINA: UMA ANÁLISE DO
PERÍODO DO GOVERNO MACRI**

Dissertação de Mestrado em Ciência Política
apresentada como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Ciência Política pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 20 de julho de 2022

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Leonardo Granato – Orientador
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Analúcia Danilevicz Pereira
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof.^a Dr.^a Flavia Guerra Cavalcanti
Instituto de Relações Internacionais e Defesa
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof.^a Dr.^a Tatiana Berringer
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Universidade Federal do ABC (UFABC)

Aos meus pais, Julio e Rosangela.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida.

Aos meus pais, Julio e Rosangela, pelo amor e apoio incondicionais.

A minhas avós, pela torcida e pelos incentivos.

Ao Mario Luiz, pelo exemplo de firmeza nas ideias.

A Rosalda, por mostrar que recomeços são sempre possíveis.

Ao professor Avelar Fortunato, pela amizade e presença.

A Tania, pela amizade e conversas com alegria.

Ao Bira, por ter sido o caminho do meu milagre.

Ao meu orientador, professor Leonardo Granato, a quem considero um amigo, não tenho palavras para expressar o quanto sou grato pelo carinho, pelo respeito, pelas conversas e pelas oportunidades que me brindou ao longo desses dois anos de caminhada juntos.

Aos colegas do Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina, pelos aprendizados.

Ao professor Martín Schorr, pela gentileza em disponibilizar seu capítulo de livro.

Aos brasileiros que, por meio de seus impostos e de muito trabalho, me proporcionaram cursar o mestrado em Ciência Política na UFRGS; de outra forma, não teria sido possível.

“Nada temas, porque estou contigo, não lances olhares desesperados, pois eu sou teu Deus; eu te fortaleço e venho em teu socorro, eu te amparo com minha destra vitoriosa” Isaías 41: 10

RESUMO

A ascensão de Mauricio Macri à Presidência da República Argentina significou uma ruptura em relação aos sucessivos governos Kirchner, tanto na política interna quanto na política externa. Especialmente no que concerne ao Mercosul, houve uma alteração no discurso acerca do modelo de integração regional que deveria estruturar o bloco, passando do multidimensional ao aberto. A partir da constatação das mudanças ocorridas, o presente trabalho objetiva analisar a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul, por parte do Estado argentino, durante o período do governo de Maurício Macri. A metodologia, de cunho qualitativa, emprega as técnicas de análise bibliográfica e documental, além das categorias analíticas presentes na teoria política de Nicos Poulantzas. Para tanto, a hipótese proposta neste trabalho sustenta que a alteração da correlação de forças no interior do bloco no poder argentino bem como as relações do Estado argentino com o imperialismo são elementos os quais podem servir como fatores explicativos para a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul. As principais conclusões a que esta pesquisa chega são: a fração financeira do bloco no poder foi a fração hegemônica durante o período do governo Macri; os setores das classes e frações de classe dominantes que mais ganharam com as políticas públicas implementadas pelo governo Mauricio Macri foram os ramos primários, o financeiro, o imobiliário, o de transportes, o de comunicações, o de empresas de água - eletricidade - gás; os setores das classes e frações de classe dominantes que mais perderam foram o industrial manufatureiro, o comercial, o de construção, o de turismo, o de serviços sociais públicos e privados; o regionalismo aberto reivindicado pelo Estado argentino para o Mercosul sofreu pressões, beneficiou e refletiu interesses do imperialismo estadunidense e da China.

Palavras-chave: Mercosul; Argentina; Mauricio Macri; Bloco no Poder; Imperialismo.

RESUMEN

El ascenso de Mauricio Macri a la Presidencia de la República Argentina significó una ruptura en relación a los sucesivos gobiernos Kirchner, tanto en la política interna como en la política exterior. Especialmente en lo que concierne al Mercosur, hubo una alteración en el discurso acerca del modelo de integración regional que debería estructurar el bloque, pasando del multidimensional al abierto. A partir de la constatación de los cambios ocurridos, el presente trabajo tiene como objetivo analizar la reivindicación del modelo de regionalismo abierto para el Mercosur, por parte del Estado argentino, durante el período del gobierno de Mauricio Macri. La metodología, de cuño cualitativo, emplea las técnicas de análisis bibliográfico y documental, además de las categorías analíticas presentes en la teoría política de Nicos Poulantzas. Para tanto, la hipótesis propuesta en este trabajo sostiene que la alteración de la correlación de fuerzas en el interior del bloque en el poder argentino así como las relaciones del Estado argentino con el imperialismo son elementos que pueden servir como factores explicativos para la reivindicación del modelo de regionalismo abierto para el Mercosur. Las principales conclusiones a las que llega esta investigación son: la fracción financiera del bloque en el poder fue la fracción hegemónica durante el período del gobierno Macri; los sectores de las clases y fracciones de clase dominantes que más ganaron con las políticas públicas implementadas por el gobierno Mauricio Macri fueron los ramos primarios, el financiero, el inmobiliario, el de transportes, el de comunicaciones, el de empresas de agua - electricidad - gas; los sectores de las clases y fracciones de clase dominantes que más perdieron fueron el industrial manufacturero, el comercial, el de construcción, el de turismo, el de servicios sociales públicos y privados; el regionalismo abierto reivindicado por el Estado argentino para el Mercosur sufrió presiones, benefició y reflejó intereses del imperialismo estadounidense y de China.

Palabras clave: Mercosur; Argentina; Mauricio Macri; Bloque en el Poder; Imperialismo.

ABSTRACT

The rise of Mauricio Macri to the presidency of the Argentine Republic meant a break from the successive Kirchner governments, both in domestic and foreign policy. Especially with regard to Mercosur, there was a change in the discourse about the regional integration model that should structure the bloc, going from multidimensional to open. From the observation of the changes that occurred, this paper aims to analyze the claim of the model of regionalism open to Mercosur, by the Argentine state, during the period of the government of Mauricio Macri. The methodology, of qualitative nature, employs the techniques of bibliographic and documentary analysis, in addition to the analytical categories present in the political theory of Nicos Poulantzas. Therefore, the hypothesis proposed in this paper maintains that the change in the correlation of forces within the bloc in Argentine power as well as the relations of the Argentine state with imperialism are elements that can serve as explanatory factors for the model of open regionalism for Mercosur. The main conclusions to which this research arrives are: the financial fraction of the bloc in power was the hegemonic fraction during the period of the Macri government; the sectors of the ruling classes and class fractions that gained the most from the public policies implemented by the Mauricio Macri government were the primary branches, the financial, real estate, transport, communications, water companies - electricity - gas; the sectors of the dominant class and class fractions that lost the most were the industrial manufacturing, commercial, construction, tourism, public and private social services; the open regionalism claimed by the Argentine State for Mercosur suffered pressures, benefited and reflected interests of US imperialism and China.

Keywords: Mercosur; Argentina; Mauricio Macri; Power in Bloc; Imperialism.

RÉSUMÉ

L'accession de Mauricio Macri à la présidence de la République argentine a signifié une rupture par rapport aux gouvernements successifs Kirchner, tant en politique intérieure qu'en politique étrangère. En ce qui concerne le Mercosur en particulier, il y a eu un changement dans le discours sur le modèle d'intégration régionale qui devrait structurer le bloc, passant de multidimensionnel à ouvert. À partir du constat des changements intervenus, le présent travail objectif analyse la revendication du modèle de régionalisme ouvert pour le Mercosur de la part de l'État argentin pendant la période du gouvernement de Mauricio Macri. La méthodologie, d'ordre qualitatif, utilise les techniques d'analyse bibliographique et documentaire, en plus des catégories analytiques présentes dans la théorie politique de Nicos Poulantzas. À cette fin, l'hypothèse proposée dans ce travail soutient que le changement de la corrélation des forces à l'intérieur du bloc au pouvoir argentin ainsi que les relations de l'État argentin avec l'impérialisme sont des éléments qui peuvent servir de facteurs explicatifs pour la revendication du modèle de régionalisme ouvert pour le Mercosur. Les principales conclusions auxquelles cette recherche arrive sont: la fraction financière du bloc au pouvoir était la fraction hégémonique pendant la période du gouvernement Macri; les secteurs des classes et des fractions de classe dominantes qui ont le plus profité des politiques publiques mises en œuvre par le gouvernement Mauricio Macri étaient les branches primaires, le financier, l'immobilier, les transports, les communications, les compagnies d'eau - électricité - gaz; les secteurs des classes et des fractions de classe dominantes qui ont le plus perdu sont l'industriel manufacturier, le commercial, le bâtiment, le tourisme, celui des services sociaux publics et privés; le régionalisme ouvert revendiqué par l'État argentin pour le Mercosur a subi des pressions, a bénéficié et reflété les intérêts de l'impérialisme américain et de la Chine.

Mots-clés: Mercosur; Argentine; Mauricio Macri; Bloc au pouvoir; Impérialisme.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Política Externa Argentina de Macri frente ao “caranguejo” contra a China	146
--	-----

QUADROS

Quadro 1 – Características dos Modelos de Integração Regional em Disputa	49
--	----

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da Dívida Bruta da Administração Central (2004–2019)	66
Gráfico 2 – Inflação Anual (em % de variação anual)	88
Gráfico 3 – Dívida Externa (em bilhões de dólares)	89
Gráfico 4 – Emprego Privado Formal (em milhares de postos de trabalho)	90
Gráfico 5 – Taxa de Desemprego (em % sobre a população economicamente ativa)	92
Gráfico 6 – Remuneração Média dos Trabalhadores do Setor Privado Formal (em pesos constantes de 2019)	93
Gráfico 7 – Taxa de Pobreza (em % sobre a população total)	94
Gráfico 8 – Cesta Básica Total (em pesos correntes mensais)	95
Gráfico 9 – Aposentadorias e Pensões (em % de variação acumulada real no período)	96
Gráfico 10 – Setor bancário. Evolução dos lucros totais e dos distintos tipos de lucro, 2012-2018 (em milhões de pesos constantes de dezembro de 2018)	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Emprego Privado Formal por Setor (em variação absoluta de quantidade de postos de trabalho)	91
Tabela 2 – Evolução do quociente entre o índice de preços implícitos do PIB de alguns setores de atividade e o índice de preços implícitos do PIB total, (*) 2004-2018 (no índice base 2015=100)	98
Tabela 3 – Atividades econômicas que avançam e retrocedem segundo participação no Valor Agregado Bruto (VAB) total 2015-2016 (em%). Segundo dados do VAB a preços corrente (pesos argentinos)	99
Tabela 4 – Quadro Comparativo de Evolução de Variáveis na Economia (variação nos períodos 2012-2015 e 2016-2019)	107

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

ABA	Asociación de Bancos de la Argentina
ABAPPRA	Asociación de Bancos Públicos y Privados de la República Argentina
ADEBA	Asociación de Bancos Argentinos
ALC	rea de Livre Comércio
ALCA	rea de Livre Comércio das Américas
AP	Aliança do Pacífico
BCRA	Banco Central de la República Argentina
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEO	Chief Executive Officer
CRA	Confederaciones Rurales Argentinas
EUA	Estados Unidos da América
FAA	Federación Agraria Argentina
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
FMI	Fundo Monetário Internacional
Mercosul	Mercado Comum do Sul
RPC	República Popular da China
SECEM	Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do MERCOSUL
SRA	Sociedad Rural Argentina
TEC	Tarifa Externa Comum
TPP	Acordo de Associação Transpacífico
UE	União Europeia
UIA	Unn Industrial Argentina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1 ESTADO CAPITALISTA E BLOCO NO PODER: A AÇÃO ESTATAL E SUA BASE SOCIAL DE APOIO	25
2.2 O ESTADO LATINO-AMERICANO, O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE E A CHINA	37
2.3 A INTEGRAÇÃO REGIONAL NA PERIFERIA CAPITALISTA: MERCOSUL, SEUS MODELOS E SUAS FASES	47
3 A REIVINDICAÇÃO DO MODELO DE REGIONALISMO ABERTO PARA O MERCOSUL POR PARTE DO ESTADO ARGENTINO	58
3.1 GOVERNO MACRI: POLÍTICA INTERNA E CENÁRIO INTERNACIONAL	58
3.2 POLÍTICA EXTERNA: LINEAMENTOS DO PERÍODO E A RETOMADA DO MODELO DE REGIONALISMO ABERTO PARA O MERCOSUL	68
4 O BLOCO NO PODER NO GOVERNO MACRI E A REIVINDICAÇÃO DO REGIONALISMO ABERTO PARA O MERCOSUL	84
4.1 EVIDÊNCIAS DA FRAÇÃO FINANCEIRA COMO A FRAÇÃO HEGEMÔNICA DO BLOCO NO PODER DO ESTADO ARGENTINO	84
4.2 POR UMA INTERPRETAÇÃO DO SILÊNCIO: DISCURSOS DAS CLASSES E FRAÇÕES DE CLASSE DOMINANTES OU A AUSÊNCIA DELES	109
5 O ESTADO ARGENTINO FRENTE AO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE E À POTÊNCIA CHINESA	125
5.1 A ALTERAÇÃO NA CORRELAÇÃO DE FORÇAS DO BLOCO NO PODER NOS ESTADOS UNIDOS: REFLEXOS PARA A REIVINDICAÇÃO DO MODELO DE REGIONALISMO ABERTO PARA O MERCOSUL POR PARTE DO ESTADO ARGENTINO	126
5.2 OS REFLEXOS DA RELAÇÃO COM A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA PARA A REIVINDICAÇÃO DO MODELO DE REGIONALISMO ABERTO PARA O MERCOSUL POR PARTE DO ESTADO ARGENTINO	136
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	151

1 INTRODUÇÃO

“São uns ladrões do colarinho branco e espero que a Justiça dignifique a si mesma chamando-os a prestar esclarecimentos sobre a dívida que contraíram” (MAURICIO MACRI RESPONDIÓ..., 2022; EN URUGUAY..., 2022, tradução nossa), disparou o atual presidente argentino Alberto Fernández, em uma coletiva de imprensa, contra o ex-presidente Mauricio Macri, seu desafeto, e a equipe de ministros e de assessores que compunha o gabinete presidencial de 2015 a 2019. O ex-mandatário argentino Mauricio Macri respondeu que Alberto Fernández não está “em seu perfeito juízo” e que está “desajustado” em relação à situação econômica argentina (MAURICIO MACRI RESPONDIÓ..., 2022; EN URUGUAY..., 2022, tradução nossa).

Além de responder às críticas recebidas, Macri também acabou tecendo comentários acerca do atual presidente da Argentina e da vice-presidente, Cristina Kirchner, afirmando que a dívida pública nunca aumentou tão rapidamente quanto na gestão destes. Atestou, igualmente, que o empréstimo contraído junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2018, foi para cobrir dívidas que venciam e foram feitas durante o segundo período do governo da vice-mandatária argentina em exercício. Aduziu, outrossim, que no Estado argentino “hoje temos um desgoverno, não há um rumo nem um plano” (MAURICIO MACRI..., 2022, tradução nossa). Ademais, Macri afirmou que Cristina Kirchner havia fabricado o atual governo, porque Alberto Fernández não teria representatividade nem voto e, portanto, o presente caos que vive a Argentina seria de responsabilidade da vice-presidente em exercício (MAURICIO MACRI FUSTIGÓ..., 2022). Em suma, Mauricio Macri atesta que Alberto Fernández é um embuste em um governo de frágeis equilíbrios.

A aliança *Juntos por el Cambio*, união de três partidos que apoiaram a candidatura presidencial de Mauricio Macri em 2015, respondeu às críticas tecidas por Alberto Fernández afirmando que este deveria investigar a corrupção em seu próprio governo ou, caso não o fizesse, que simplesmente tratasse de governar o país. Sugeriram, igualmente, que o atual presidente argentino olhasse para seu passado, pois ele trabalhou no gabinete dos Kirchner durante os doze anos em que estiveram no poder (LA DURA..., 2022).

Esta não é a primeira vez que Alberto Fernández se envolve em uma polêmica em pouco mais de dois anos e meio de mandato presidencial. Vale lembrar o infame episódio de racismo cometido por Alberto Fernández contra o Brasil e o México ao afirmar, em discurso proferido durante uma viagem oficial à Espanha, que “os mexicanos vieram dos índios, os brasileiros vieram da selva e os argentinos vieram de barcos da Europa”. A triste afirmação

recebeu grande repercussão nos meios de comunicação argentinos e estrangeiros e foi criticada por movimentos sociais representantes dos indígenas e da população negra.

Além das críticas que recebeu pela manifestação racista, a fala de Alberto Fernández ainda originou memes¹ que mostravam os “barcos” europeus em que teriam vindo os argentinos: tratava-se dos navios de guerra enviados pela primeira-ministra britânica Margaret Thatcher para garantir os interesses ingleses sobre o território a que se atribuem os nomes de Falklands e de Ilhas Malvinas. Ironicamente, a partir desse conflito armado entre Argentina e Reino Unido e da ajuda que recebeu do Brasil, as desconfianças mútuas entre Brasil e Argentina arrefeceram a ponto de iniciarem-se as tratativas que, mais tarde, redundaram na criação do Mercosul em 1991.

As desavenças entre Alberto Fernández, atual presidente da Argentina, e Mauricio Macri, ex-mandatário argentino, têm raízes mais profundas do que as críticas ditas publicamente à imprensa argentina e internacional. Os desentendimentos ultrapassam a mera oposição política, pois chegam a ser viscerais e descambam para o viés pessoal – a exemplo da declaração de Alberto Fernández segundo a qual “meu grande inimigo é Macri” (ALBERTO FERNÁNDEZ..., 2022, tradução nossa). O cerne da disputa entre ambos os políticos está vinculado à visão que eles têm do Estado e dos modelos de integração regional – neoliberal e regionalismo aberto para Macri e neodesenvolvimentista e regionalismo multidimensional para Fernández.

A percepção da forma mais adequada de conduzir o Estado e de ditar os rumos da integração não advém, contudo, da simples vontade quer de Mauricio Macri quer de Alberto Fernández; antes, ela é resultado de uma conjunção de forças que se organizam em torno de interesses gerais e específicos de classe. As classes populares não possuem uma organização orgânica, ao passo que as classes e frações de classe dominantes (a burguesia) recebem um apoio do Estado capitalista no que concerne à sua mobilização e à defesa de seus interesses. Assim, os estranhamentos entre o atual mandatário argentino e o ex-presidente da Argentina relacionam-se, outrossim, às classes sociais e aos interesses que ambos representam.

Das rugas entre o atual presidente argentino, Alberto Fernández, e o ex-mandatário da Argentina, Mauricio Macri, é possível extrair isto: o que está, verdadeiramente, em jogo são os ideários os quais norteiam a política e a integração regional. Nesse sentido, as disputas em torno dos modelos de integração que deveriam ser adotados foram uma constante ao longo dos mais de trinta anos do Mercosul, sendo que os principais modelos em pugna são o aberto ou neoliberal e o multidimensional ou autonomista.

¹ Mensagem jocosa ou irônica compartilhada efusivamente por internautas em redes sociais.

O modelo de regionalismo aberto, com ênfase na abertura comercial e remetendo ao neoliberalismo ortodoxo, implica uma postura alinhada ao imperialismo e não contestatória do *status quo*; o modelo de regionalismo multidimensional, reformista do neoliberalismo, uma postura não alinhada ao imperialismo e contestatória do *status quo*. Assim, ressalta-se o fato de os modelos de integração aberto e multidimensional constituírem-se a partir da contraposição de projetos de regionalismo, de modo que suas principais características são mais bem compreendidas a partir da comparação entre seus pressupostos e objetivos. Nesse ínterim, essas características estiveram presentes desde a gênese do Mercosul nos anos 1980, quando Brasil e Argentina aproximaram-se por meio dos ex-presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín.

O que era para ser uma integração produtiva e equilibrada, com protocolos setoriais de ação conjunta, tornou-se, nos anos 1990, uma integração comercial e financeira a qual buscava atrair investimentos e inserir-se nas cadeias internacionais de comércio. A correlação de forças no interior do bloco no poder que, antes, beneficiava uma fração industrial foi substituída por outra que passava a privilegiar as trocas internacionais e o desenvolvimento voltado para fora. Essa mudança deveu-se à reestruturação das cadeias produtivas globais, dando início à nova divisão internacional do trabalho, nos marcos do neoliberalismo liderado pelos Estados Unidos, sobretudo. A presença americana influenciou os rumos do Mercosul, no sentido de aderir a um modelo aberto de integração regional em detrimento do multidimensional. Entre 1991 e 2001, ter-se-ia a primeira etapa trilhada pelo bloco, com aderência ao paradigma do regionalismo aberto.

Os anos 1990 testemunharam a queda do neoliberalismo como resultado do desenvolvimento prometido e que nunca chegou, do aumento da pobreza, do arrocho salarial e do alto número de desempregados. O início dos anos 2000 teria um rumo distinto daquele visto na década anterior, pois houve uma mudança significativa na forma de gerir o Estado, a economia, a política externa e a integração regional para o Mercosul. Esse rumo distinto deveu-se à ascensão de diferentes governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina – fenômeno o qual se convencionou chamar de “onda rosa” ou “maré rosa”.

Esses novos governos de esquerda buscavam romper ou enfraquecer o ideário neoliberal na região e substituí-lo pelo ideário neodesenvolvimentista (MÍGUEZ, 2017) o qual permitia, por exemplo, a ingerência do Estado na economia (concepção econômica heterodoxa) e políticas públicas em favor das classes populares – o que contava, indubitavelmente, com a anuência das classes e frações de classe dominantes que estavam dando suporte ao Estado. No caso da Argentina, nosso objeto de análise, a ascensão de Néstor

Kirchner e – posteriormente com sua morte – a de Cristina Kirchner, sua esposa, permitiu transformar a integração do Mercosul em uma relação para além do comércio e dos investimentos, abrindo novas frentes e searas temáticas, de modo que a estrutura organizacional do Mercosul foi inflada para abarcar as demandas que, até então, inexistiam e passaram a chegar. A fração da classe dominante que passou a dar apoio e ser apoiada pelos governos de esquerda, como forma de impulsionar a integração, foi a industrial – a qual dependia do mercado interno e, simultaneamente, tinha o Mercosul como um mercado ampliado e protegido para os bens produzidos.

O modelo de regionalismo multidimensional foi adotado pelos governos de esquerda para o Mercosul, com a finalidade de forjar uma aproximação entre os Estados-membros e de tentar construir uma cadeia regional de valor. O aprofundamento da integração do Mercosul, no entanto, ocorreu a partir do rechaço definitivo por parte de Argentina, Brasil e Venezuela da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) proposta pelos Estados Unidos. Dentre as características desse período de integração do Mercosul, estão a negociação conjunta com terceiros-países ou bloco de países, a busca por relações Sul-Sul e diversificação de parceiros comerciais, a contestação e busca de alternativas aos Estados Unidos, desentendimentos intra-Mercosul (Argentina-Brasil, Argentina-Uruguai) devido a crises econômicas e a protecionismos que – não raras vezes – impediram o fluxo de produtos pelas fronteiras e criaram alguns desconfortos diplomáticos. Entre 2001 e 2011, ter-se-ia a segunda etapa trilhada pelo bloco, com aderência ao paradigma do regionalismo multidimensional.

A partir de 2008, com a crise do *subprime* originada no seio da economia estadunidense, a correlação de forças na região passou a alterar-se de forma expressiva. O modelo de regionalismo multidimensional o qual, outrora, impulsionava o comércio e o fortalecimento de relações intra-Mercosul passou a ser visto como um modelo de integração regional anacrônico e que não mais satisfazia aos interesses das classes e frações de classe dominantes. Doravante, os governos de esquerda teriam de fazer mais concessões à burguesia, o que era bastante difícil em um momento de diminuição das condições materiais dos Estados capitalistas dependentes devido à crise econômica mundial.

Em 2011, tem-se a estreia do período do segundo governo de Cristina Kirchner nesse ambiente de contestação do modelo multidimensional de integração, implementado até aquele momento com o apoio da fração industrial. Todavia, o arrefecimento da economia interna argentina – na esteira da crise econômica mundial – levou a fração industrial a perder pujança em seu processo de acumulação de capital e a perder a primazia como fração capaz de impor seus interesses no interior do bloco no poder. Essa reconfiguração do bloco no poder e a

consequente visão de que o modelo de regionalismo havia se esgotado não era uma exclusividade do Estado argentino. Paulatinamente, desde 2011, houve uma série vitórias eleitorais e de golpes de estado na América Latina que foram mudando o mapa político da região, transitando-se da “onda rosa” para a chamada “onda azul”, isto é, os governos de esquerda – os quais prevaleciam na cena política latino-americana – foram substituídos por governos de direita que passaram a adotar outro viés na gestão do Estado e da integração. A partir de 2011, tem-se a terceira etapa trilhada pelo bloco, ainda em andamento, com maior aderência ao paradigma do regionalismo aberto.

Nesse diapasão, elege-se, como presidente da República Argentina, em 2015, Mauricio Macri da coalizão de centro-direita *Juntos por el Cambio ou Cambiemos*. A apertada disputa eleitoral foi resolvida em segundo turno e mostrou uma Argentina dividida entre dois projetos de Estado e de integração regional antagônicos, com a vitória eleitoral do projeto neoliberal sobre o projeto neodesenvolvimentista representante do kirchnerismo. Desde então, o discurso em prol do regionalismo aberto e da flexibilização do Mercosul ganhou força (TZEIMAN, 2020), como demonstra a reunião – em 2022 – entre Luis Lacalle Pou, presidente do Uruguai, e Horacio Rodríguez Larreta, prefeito de Buenos Aires e possível presidenciável nas eleições de 2023 pelo partido de Macri. Após esse encontro com o mandatário uruguaio, Larreta – aspirante à presidência argentina – manifestou-se dizendo que “concordamos com a necessidade de trabalhar para atualizar e relançar o Mercosul e transformá-lo em um bloco comercial dinâmico, moderno e globalmente integrado que gere oportunidades de desenvolvimento para a região” (CARPENA, 2022, tradução nossa).

Dessa forma, percebe-se uma ruptura na política externa argentina para o Mercosul em relação ao período do governo de Cristina Kirchner, tendo em vista que se passa a reivindicar, durante todo o período do governo de Mauricio Macri, o regionalismo aberto em contraposição ao regionalismo multidimensional. Com base nessa constatação de ruptura e de mudança em relação ao Mercosul é que nos propomos a compreender a política externa argentina para o Mercosul entre 2015 e 2019.

Diante da mudança constatada, propomo-nos a refletir, como questão norteadora desta pesquisa, acerca de quais são os elementos que explicam a reivindicação do regionalismo aberto como modelo de integração para o Mercosul durante o período do governo Mauricio Macri? Nossa hipótese para responder ao questionamento precedente é que as alterações no interior do bloco no poder argentino, bem como as relações do Estado argentino com o imperialismo estadunidense são elementos os quais podem servir como fatores explicativos para a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul durante o período do

governo de Mauricio Macri. Ademais, aventamos que houve uma alteração substantiva na correlação de forças no interior do bloco no poder, de modo que a fração de classe que passou a deter a hegemonia foi a fração financeira, a qual esteve muito presente no governo do ex-presidente argentino Mauricio Macri a partir de 2015. Assim, a política externa argentina, durante o mandato de Maurício Macri, beneficiou amplamente a fração financeira e, como tal, procurou estabelecer conexões privilegiadas com os centros capitalistas mundiais e adotar o paradigma de regionalismo aberto no lugar do regionalismo multidimensional.

Nesse ínterim, o presente trabalho tem por objetivo geral **analisar a configuração do bloco no poder e a posição do Estado argentino frente ao imperialismo como fatores que podem explicar a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul durante o período do governo de Maurício Macri**. A metodologia, de cunho qualitativa, emprega as técnicas de análise bibliográfica e documental, além das categorias analíticas presentes na teoria política de Nicos Poulantzas.

Acreditamos que nossa pesquisa justifica-se por abordar uma mudança nas diretrizes da política externa argentina para o Mercosul, a qual ainda não foi analisada em profundidade e que se relaciona à história recente do Estado argentino; possibilitando, destarte, que nossos estudos contribuam para o avanço e para a interpretação do tema. Ademais, este trabalho justifica-se devido ao baixo número de pesquisas acadêmicas brasileiras que versem, exclusivamente, sobre a política externa argentina. A maior parte dos estudos sobre a Argentina concentra-se em realizar análises comparadas entre o Brasil e Argentina, geralmente se debruçando sobre as políticas externas de Néstor e Cristina Kirchner e de Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Destarte, os estudos focalizados – especificamente – na visão argentina não são abundantes e, também, pouco versam sobre a política externa de Mauricio Macri, o qual imprimiu uma dinâmica totalmente distinta daquela que vinha sendo praticada nos doze anos anteriores de kirchnerismo. Além disso, o Mercosul celebrou, em 2021, trinta anos de funcionamento, desde sua fundação, em 1991, com o Tratado de Assunção. Nesse período, muitos foram os desafios – a ALCA –, e importantes conquistas foram alcançadas – a exemplo do Estatuto da Cidadania do Mercosul, dentre muitas outras.

Apesar dos percalços ao longo de sua história, pode-se afirmar que a iniciativa de integração do Mercosul é um projeto exitoso: não é um projeto perfeito e acabado, pois necessita de ajustes; porém demonstra sua importância para a solidariedade dos povos latino-americanos e para superação da condição periférica tanto de seus Estados-membros quanto da América Latina tomada como unidade política subalterna ao interesses dos centros

capitalistas mundiais. Esse legado mostra-se, especialmente, importante neste momento da política regional e mundial, tendo em vista que surgem propostas de “flexibilização” do Mercosul as quais significam – na verdade – uma, nos termos de Granato (2021b), “precarização” das políticas até aqui construídas. Em suma, estudar o Mercosul nesses tempos de crise sistêmica os quais colocam em xeque seu papel estratégico e sua relevância para a busca de margens de ação no capitalismo dependente é preciso.

Para além disso, propomos uma abordagem analítica não usual no grande campo da Ciência Política e das Relações Internacionais que diz respeito à utilização dos conceitos e das categorias analíticas desenvolvidas pelo intelectual marxista grego Nicos Poulantzas. As lentes interpretativas disponibilizadas por Poulantzas permitir-nos-ão desnudar os possíveis interesses das classes e frações de classe dominantes que subjazem nas políticas públicas do Estado capitalista burguês. Isto porque as iniciativas estatais são eivadas dos interesses das classes dominantes, pois o Estado não é neutro; suas ações costumam refletir a sua base social de apoio, cuja configuração, e mais ainda dos Estados na periferia do capitalismo, passa por múltiplas articulações entre interesses de agentes locais e estrangeiros (GRANATO, 2021c).

São os instrumentais de análise fornecidos por Nicos Poulantzas que nos permitirão compreender as razões para a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul, por parte do Estado argentino, durante o período do governo de Mauricio Macri. Assim, reafirmamos a importância de nosso tema de pesquisa e da abordagem interpretativa escolhida para o estudo das condicionantes que levaram à reivindicação do regionalismo aberto para o Mercosul durante o período do governo Macri. Para uma análise integral do Mercosul, é mister refletir sobre o papel das disputas das classes e frações de classes dominantes no interior do bloco no poder, a fim de que se possa vislumbrar a construção desse processo de integração regional em sua totalidade e complexidade.

Dessa forma, o presente trabalho está dividido em seis partes, incluídas esta introdução e as considerações finais. A cada capítulo corresponde um objetivo específico. O capítulo 2 – dividido em três seções – apresenta o referencial teórico e objetiva discutir os conceitos que são mobilizados na análise dos capítulos 3, 4 e 5. O capítulo 3 – dividido em duas seções – apresenta o governo Macri, as diretrizes da política externa argentina – e suas implicações para o Mercosul – e busca caracterizar a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul, por parte do Estado argentino, durante o período do governo Macri. O capítulo 4 – dividido em duas seções – apresenta os interesses do bloco no poder argentino e os discursos em prol do regionalismo aberto para o Mercosul e procura

analisar as classes e frações de classe dominantes do bloco no poder argentino para compreender a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul, por parte do Estado argentino, durante o período do governo de Mauricio Macri. O capítulo 5 – dividido em duas seções – apresenta as relações do Estado argentino com os Estados Unidos e com a China, bem como os reflexos dessas relações para a estrutura produtiva do bloco; e objetiva analisar a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul, por parte do Estado argentino, durante o período do governo Macri, a partir das relações com o imperialismo estadunidense e com a China.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme já expresso na Introdução, o presente trabalho objetiva explicar a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul, por parte do Estado argentino, durante o período do governo Macri, a partir da configuração do bloco no poder e das relações do referido Estado com o imperialismo. Dessa forma, o presente capítulo busca **discutir os conceitos que são mobilizados na análise dos capítulos 3, 4 e 5**. Assim, este capítulo subdivide-se em três partes para abarcar a complexidade da análise: na primeira, abordamos a correlação estabelecida por Poulantzas entre o Estado e o bloco no poder; na segunda, as relações com o imperialismo; na terceira, a integração periférica a partir do Mercosul e seus modelos. Cumpre ressaltar, outrossim, que as categorias analíticas de Nicos Poulantzas são extraídas da sua obra magna *Pouvoir politique et classes sociales*, de 1968².

2.1 ESTADO CAPITALISTA E BLOCO NO PODER: A AÇÃO ESTATAL E SUA BASE SOCIAL DE APOIO

As teorias mais tradicionais (ou mais amplamente difundidas e empregadas) de Ciência Política e Relações Internacionais buscam representar o Estado (capitalista) como um ator cujos interesses são claros e objetivos, de modo que a busca ou a defesa de seu poder, na arena internacional, ocorre de forma calculada e racional – quer pela cooperação quer pela competição. Consoante repercutem Cavalcanti e Granato (2020, p. 66, grifo nosso),

Como resultado da hegemonia desses arcabouços analíticos, que excluem a luta de classes do campo interpretativo do regionalismo, temos, no campo, uma *discussão* muitas vezes normativista com foco em instituições, agendas e resultados que *não atenta para os interesses de grupos e classes que perpassam os próprios aparatos estatais que impulsionam os processos integracionistas*.

Essas correntes teóricas tradicionais de análise de política externa costumam partir da premissa de um Estado liberal, neutro e que representa os anseios do conjunto da população (BERRINGER, 2015; CAVALCANTI; GRANATO, 2020; FERREIRA; BERRINGER, 2021; GRANATO, 2015, 2020) e não abarcam, dessa forma, a complexidade expressa na divisão social em classes sociais e em sua segmentação em frações de classe (POULANTZAS, 1977).

² A referida obra foi lançada no Brasil pela Editora Martins Fontes, em 1977, com o título *Poder político e classes sociais*. Em 2019, após cinquenta e um anos da primeira edição da referida obra na França, a Editora da Unicamp publicou uma nova tradução a cargo de Maria Leonor Loureiro, com a revisão técnica de Danilo Martuscelli.

Nesse sentido, as ações do Estado são tomadas – por parte das teorias *mainstream* – como representativas do “interesse nacional” e da percepção de maximização do poder estatal no cenário internacional, visto que o Estado é compreendido com um “conjunto de instituições situadas fora e acima da sociedade, desempenhando o papel de mediador neutro dotado da capacidade de garantir, através de suas decisões e políticas, o chamado “interesse nacional”, ou “bem comum” público” (GRANATO, 2020, p. 799, tradução nossa).

Ao analisarmos os apontamentos realizados por Berringer (2015) e Costa (2021) acerca das teorias *mainstream* e das categorias analíticas que elas mobilizam na tentativa de interpretar a integração regional e o Estado capitalista, percebemos que a questão das classes sociais é obliterada do debate teórico. Quando se analisam mais detidamente os interesses em jogo e as possíveis políticas públicas a serem desenvolvidas – pelo Estado – a partir deles, observa-se que o “interesse nacional” é – na verdade – representativo de um segmento de classe o qual está mais próximo das instâncias decisórias do Estado capitalista. Fica evidente, por conseguinte, a necessidade de romper com a “crença inabalável na existência de um Estado racional, homogêneo e funcional, capaz de formular políticas [...] por cima de divisões, conflitos e contradições que pudessem atravessar [...] o próprio Estado” (FIORI, 2013, p. 4).

Vislumbra-se um espaço de análise em que há a possibilidade de contribuição da teoria marxista, porque o objeto de estudo primeiro do marxismo é o modo de produção capitalista e a reprodução das condições de produção. Dessa forma, é possível fornecer

[...] uma concepção genérica sobre o Estado e que pode servir, para usar uma expressão do próprio Marx, como “fio condutor” [...] para a análise política [...] consiste, numa palavra, na determinação da *natureza de classe* do Estado. A teoria marxista da política implica, portanto, uma rejeição categórica da visão segundo a qual o Estado seria o agente da “sociedade como um todo” e do “interesse nacional”. Essa é, em resumo, a essência de toda concepção marxista sobre o Estado [...] (CODATO; PERISSINOTTO, 2001, p. 10, grifo do autor).

Não obstante as possibilidades as quais surgem com a natureza de classe do Estado capitalista, Halliday (2007) aponta que a teoria marxista tem sido relegada a um segundo plano no que diz respeito aos estudos acerca do internacional e da política externa dos Estados. O fato de o capitalismo – “a categoria central da análise social moderna do marxismo” (HALLIDAY, 2007, p. 63) – não ser tomado como referência direta em análises é sintomático da ausência do marxismo nessa seara.

A ausência marxista no âmbito dos estudos internacionais é reflexo, também, das disputas (econômicas, tecnológicas, militares, políticas e ideológicas) da Guerra Fria e de seu

desfecho – em dezembro de 1991 – com a dissolução da União Soviética, uma vez que a disciplina de Relações Internacionais surgiu e desenvolveu-se nos centros capitalistas tradicionais – Estados Unidos e Europa. Sendo assim,

Durante o último século, o *destino do marxismo* nas ciências sociais tem sido profundamente *incerto* e, em alguns aspectos, a ambivalência *se acentuou por causa do colapso dos movimentos e regimes comunistas desde o final dos anos 1980*. Por um lado, o desafio do marxismo a padrões estabelecidos de pensamento e ao sistema estatal existente [...]. Por outro, como parte da tradição liberal radical do iluminismo e da resposta à ascensão da sociedade industrial (como a sociologia e a economia), o marxismo influenciou e compartilhou preocupações acadêmicas com várias outras disciplinas. [...] Neste sentido, como indica a frase de Gramsci, o marxismo se tornou “o senso comum de nossa época”. Acentuada pelo desafio comunista e pela Guerra Fria, a ambivalência foi certamente ampliada pelo fim deste conflito e do desafio oficial que o comunismo representava. Agora é fácil dizer que o marxismo está desacreditado e, em alguns aspectos a serem examinados em mais detalhes [...], isto é verdadeiro: qualquer teoria baseada em uma teleologia histórica implícita, em uma ética das consequências ou na suposição de que alguma sociedade radicalmente diferente pode ser criada foi desacreditada. Contudo, este reconhecimento não leva à conclusão de que a abordagem cristalizada no materialismo histórico não possui relevância: na verdade, ela pode constituir uma contribuição importante para a interpretação e, onde for possível e desejável, para a determinação do mundo contemporâneo (HALLIDAY, 2007, p. 61-62, grifo nosso).

Ainda segundo o referido autor, os próprios autores marxistas auto-isolaram-se dos estudos de questões internacionais e de política externa ao centrarem suas pesquisas, excessivamente, nos fatores econômicos. Ao agir em detrimento de outros campos de análise, a exemplo da política internacional, o campo marxista minou as próprias possibilidades de prover explicações acerca da conjuntura internacional, pois “a ênfase do marxismo em fatores econômicos no âmbito internacional enfraqueceu qualquer tentativa de explicar as questões políticas, ideológicas e de segurança, percebidas pelas relações internacionais como seu domínio exclusivo” (HALLIDAY, 2007, p. 64).

Ressalta Halliday (2007) que os estudos marxistas os quais realizaram incursões nas relações internacionais acabaram se restringindo, igualmente, ao estudo do imperialismo, na esteira das contribuições de Vladimir Lênin. Portanto, se por um lado houve um isolamento da corrente marxista nos estudos sobre o internacional e sua decorrente marginalização nesse campo,

Por outro lado, *o próprio materialismo histórico não desenvolveu o enfoque teórico necessário para oferecer uma contribuição abrangente e inteligível para as relações internacionais*. Muito do que foi produzido em nome do marxismo pelos regimes comunistas e seus seguidores não passou de polêmica vulgar, de uma repetição de um certo padrão, de fórmulas e de leituras do próprio marxismo, visando justificar interesses políticos. O *confinamento da discussão marxista do internacional à questão do “imperialismo” e à interpretação unilateral e banal deste fenômeno foi*

responsabilidade tanto de seus defensores como de seus opositores. Dentro das correntes independentes do materialismo histórico, os que desejaram elaborar uma abordagem marxista para as relações internacionais enfrentaram as mesmas dificuldades teóricas dos que buscaram analisar a política e os fatores ideológicos domésticos de Estados específicos (HALLIDAY, 2007, p. 63-64, grifo nosso).

Destarte, para Halliday (2007), há um amplo espectro no qual a teoria marxista poderia contribuir para o entendimento das complexas relações internacionais contemporâneas – e isso passaria pela inclusão das classes sociais como categoria de análise das relações internacionais e da política externa. Haveria margem para que as classes sociais fossem analisadas não apenas pelo seu viés econômico, mas também pelos seus desdobramentos para questões políticas, diplomáticas, militares, da integração, etc.

Nesse ínterim, advogamos que o esforço empreendido por Nicos Poulantzas para a criação de uma “teoria regional do político” nos marcos do modo de produção capitalista (SAES; FARIAS, 2021), em *Poder político e classes sociais*, busca – justamente – explicar os reflexos sociais conjunturais e estruturais da íntima relação estabelecida entre as classes e frações de classe e o Estado capitalista burguês. E por que motivo Poulantzas buscou desenvolver uma teoria para compreender o funcionamento do Estado capitalista, bem como os interesses porventura subjacentes do fracionamento de classes? Porque, ao romper com a ideia “[...] de Estado neutro com funções universais, problematizando-o, colocando-o em discussão, como uma formação complexa, contingente, conflituosa, que não pode ser separada do processo de expansão mundial capitalista” (GRANATO, 2018, documento eletrônico, tradução nossa), Poulantzas visa a destacar o fato de o Estado possuir um caráter de classe. Em outras palavras, Poulantzas sublinhou que, “[...] numa sociedade de classes o Estado é, necessariamente, um Estado de classe e não o agente do interesse coletivo” (PERISSINOTTO; CODATO, 2010, p. 32).

Dessa maneira, o objetivo era demonstrar como, principalmente, as classes e frações de classe dominantes influíam nas decisões do Estado capitalista burguês e como, na realidade, este era o representante das classes dominantes. Na medida em que “[...] as classes sociais constituem o efeito [...], exatamente, de certos níveis de estruturas, das quais o Estado faz parte” (POULANTZAS, 1977, p. 35), era claro para Poulantzas que o Estado capitalista ocupava “[...] o lugar central e o papel obrigatório [...] na vida social” (CODATO, 2008, p. 69). Ademais,

De modo preciso, a classe social é um conceito que indica os efeitos do conjunto das estruturas, da matriz de um modo de produção ou de uma formação social sobre os agentes que constituem os seus suportes; esse conceito indica pois os efeitos da

estrutura global no domínio das relações sociais (POULANTZAS, 1977, p. 65, grifo do autor).

O Estado apresenta, contudo, uma face “oculta” ou “dissimulada”, porque finge representar o conjunto da população quando – na verdade – patrocina os interesses das classes dominantes. Isto acontece porquanto a aparição do Estado moderno deu-se com o surgimento e a consolidação do modo de produção capitalista. Em virtude de o Estado capitalista burguês atender a interesses da burguesia, o lugar reservado ao proletariado não pode – desta feita – ser privilegiado, ou seja, aos proletários é reservado um lugar secundário, periférico, subalterno nas relações de produção e nas relações de poder.

Consequentemente, “todo Estado é uma “força especial de repressão” da classe oprimida. Um Estado, seja ele qual for, não poderá ser livre nem popular” (LÊNIN, 2011a, p. 52). Assim, na visão poulantziana, o Estado capitalista teria “[...] a função-limite de frustrar, mediante exercício da força, a revolução social anticapitalista. Essa função-limite é desempenhada pelos Estados capitalistas de um modo regular e contínuo, e não apenas em situações revolucionárias [...]” (SAES, 2001, p. 49). Dito de outra forma, “garantir a dominação de classe faz parte da função do Estado, pois este como instituição não possui poder próprio. Vale salientar que poder, para Poulantzas é a capacidade de uma classe social ou fração realizar seus interesses específicos” (BUGIATO, 2022, documento eletrônico).

Mas, afinal, o que é o Estado para Poulantzas e qual sua definição? “Para David Easton, o problema nem ao menos existe [sobre o conceito de Estado capitalista em Poulantzas], já que é impossível encontrar uma definição clara (“positiva”) sobre o que é, afinal, o Estado capitalista em seus escritos” (CODATO, 2008, p. 71). Apesar da crítica à ausência de uma definição explícita e perene, ou seja, “o Estado capitalista é...”, é possível encontrar – ao longo da obra de Nicos Poulantzas – funções atribuídas ao Estado as quais indicam não só sua atuação como também aquilo que estruturalmente compreenderia o Estado. Uma definição genérica do Estado retratá-lo-ia como uma “[...] organização para a manutenção das condições da produção e, assim, das condições de existência e do funcionamento da unidade de um modo de produção e de uma formação” (POULANTZAS, 1977, p. 48).

“Em princípio, a formação social é a combinação, num espaço territorial definido, de diferentes modos de produção, sob a dominância de um deles” (SAES; FARIAS, 2021, p. 68). No caso em comento, o modo de produção capitalista conseguiu encampar ou – pelo menos – submeter os demais modos de produção à sua lógica de produção e reprodução, de modo que “[...] no interior da estrutura de vários níveis defasados por desenvolvimento desigual, o

Estado possui a função particular de constituir o fator de coesão dos níveis de uma formação social” (POULANTZAS, 1977, p. 42, grifo do autor). É possível, ainda, identificar outras funções do Estado capitalista a partir dos conceitos poulantzianos, porquanto a

[...] função do Estado [...], para além de *fator de coesão da unidade de uma formação*, é também a *estrutura na qual se condensam as contradições entre os diversos níveis de uma formação*. O Estado é assim o lugar no qual se reflete o índice de dominância e de sobredeterminação que caracteriza uma formação, um dos seus estágios ou fases. Por isso o *Estado* aparece como o *lugar que permite a decifração da unidade e da articulação das estruturas de uma formação*. [...] É a partir da relação entre o *Estado, fator de coesão da unidade de uma formação*, e o *Estado, lugar de condensação das diversas contradições entre as instâncias*, que podemos assim decifrar o problema política - história. Esta relação designa a estrutura do político, simultaneamente como nível específico de uma formação e como lugar das suas transformações, e a luta política como o “motor da história” tendo como objetivo o *Estado, lugar de condensação das contradições* entre instâncias defasadas por temporalidades próprias (POULANTZAS, 1977, p. 43, grifo nosso).

Poulantzas (1977, p. 43, grifo nosso) expõe, destarte, concepções que retratam o Estado como um espaço de lutas, de disputas, de contendidas ao apresentá-lo como a “*estrutura na qual se condensam as contradições entre os diversos níveis de uma formação*”, o “*lugar de condensação das diversas contradições entre as instâncias*” simultaneamente a um papel de mediador dos conflitos em favor das classes dominantes, à medida que o Estado também é o “*fator de coesão da unidade de uma formação*”. Nessa acepção, a função de “coesão da unidade de uma formação” visa a impedir a implosão, a degeneração, a destruição, a ruptura da sociedade e do modo de produção capitalistas, porquanto o objetivo primordial do Estado seria a manutenção – a longo prazo – do modo de produção que lhe dá forma e sustento: o capitalismo. Ou seja,

Na sua teoria do Estado capitalista, Nicos Poulantzas (1977) atesta a função do Estado como mantenedor da unidade de uma formação social capitalista, que é igualmente o objetivo de fundo da burguesia como um todo: manutenção das relações sociais existentes e, para concretizá-lo, a conservação do Estado é imprescindível. Essa prática da burguesia de conservação das relações sociais é o que dá unidade à classe [...] (BUGIATO, 2022, documento eletrônico).

As considerações de Poulantzas versam sobre a íntima relação entre Estado e capitalismo. Nesses termos, a fim de inteligir essa simbiose entre capitalismo, Estado e classes sociais, é preciso

[...] adotar uma perspectiva funcional acerca do Estado em geral (e não apenas acerca do Estado capitalista). Ele [o Estado capitalista burguês] deveria ser percebido como a *instituição responsável por excelência pela coesão social e,*

portanto, pela reprodução das relações de classe que caracterizariam um dado modo de produção. De acordo com essa perspectiva, o Estado, e suas diversas ações e decisões, beneficiariam a classe dominante não porque esta controlaria diretamente seu sistema de aparelhos, seus centros de poder, seus níveis decisórios, entre outros, mas porque o Estado é afinal a instituição responsável pela reprodução do sistema social em que aquela classe ocupa a posição dominante (o Estado é o “fator de ordem” social) (PERISSINOTTO; CODATO, 2010, p. 41, grifo nosso).

Assim sendo, o “fator de ordem social”, isto é, o Estado, representa a classe dominante, ainda que essa classe não esteja presente diretamente na estrutura estatal, pois o Estado capitalista é fruto da afirmação da burguesia como classe dominante. Existe, ademais, a necessidade de a classe dominante (burguesia) estar sob a tutela estatal face à classe dominada (proletariado), o Estado capitalista deve empreender ações as quais impeçam a autodestruição burguesa, o que implica organizá-la e pautar seu interesse primeiro (a manutenção do sistema capitalista) em detrimento de objetivos de curto prazo (satisfação político-econômica de uma classe ou fração de classe dominante), ou seja, “a sociedade é salva sempre que o círculo dos seus dominadores se estreita, sempre que um interesse mais exclusivo é imposto a um mais amplo” (MARX, 2011, p. 36-37). Nesses termos, “[...] o Estado capitalista tem a função geral de manter a coesão de uma formação social [...], enquanto *organiza* a hegemonia de uma *classe ou fração de classe dominante* e *desorganiza* as *classes dominadas*” (BERRINGER, 2015, p. 9, grifo nosso).

Esse processo de organização e desorganização das classes sociais dá-se, também, por intermédio da ideologia dominante da classe dominante, pois a “[...] ideologia é fundamental para a reprodução das relações de produção e, por esta via, para o conjunto das relações sociais” (ALMEIDA, 2015, p. 9). Além da reprodução material, é preciso que os indivíduos ajam a partir da ideologia dominante sem uma coerção expressa, visível, palpável. A assimilação da ideologia dominante da classe dominante é uma forma eficiente de reprodução das condições de produção sem a necessidade de manifestação do aparelho repressivo do Estado (ARE)³, pois

[...] as funções econômica ou ideológica do Estado correspondem aos interesses políticos da classe dominante, constituem funções políticas, não simplesmente nos casos em que a relação entre a organização do trabalho e o ensino, por um lado, e a dominação política de uma classe, por outro, é direta e evidente, mas pelo fato de que estas funções têm como objetivo a manutenção da unidade de uma formação, no interior da qual esta classe é a classe politicamente dominante. Melhor ainda: é na

³ Para Poulantzas (1977) existe um “[...] aspecto relacional do poder: o Estado é a condensação de uma relação de forças entre as classes e frações de uma sociedade. Essa fórmula é uma declaração não só de que os conflitos e as contradições sociais estão dentro dos aparelhos do Estado [...], mas o definem e o constituem. O Estado capitalista cristaliza nos e através dos seus aparelhos uma *relação de forças*. O que significa aqui o termo “relação”? O Estado é pensado como uma *relação social* [...]” (CODATO, 2008, p. 83).

medida em que essas funções têm como objetivo primordial a manutenção desta unidade que elas correspondem aos interesses políticos da classe dominante [...] (POULANTZAS, 1977, p. 52).

Ao atender à lógica de reprodução das relações de produção capitalistas, a ideologia dominante da classe dominante deve agir de tal maneira que o conteúdo presente na ideologia seja reproduzido sem a percepção de fazê-lo. A ideologia deve ser assimilada e reproduzida de uma forma que a faça parecer o mais natural possível, quer dizer, como se a ideologia fosse resultado da reflexão do próprio sujeito – e não imposta pelos interesses das classes dominantes. Conseqüentemente,

A produção de práticas materiais que deem “sentido” a uma ordem de exploração ao ponto em que os sujeitos ajam por si mesmos implica mecanismos de desconhecimento das relações de exploração e de dominação. O reconhecimento-desconhecimento, mais do que simples erro, é um mecanismo da reprodução de uma formação social (pelo menos de uma formação social classista) [...] (ALMEIDA, 2015, p. 11, grifo nosso).

Nesse ínterim, evidencia-se que o Estado é o responsável por desorganizar as classes dominadas e organizar as classes dominantes. Ademais, as classes dominantes não se configuram em um bloco monolítico completamente harmônico, haja visto que o capital é estratificado.

Assim, as “várias classes e frações de classe” as quais podem implicar “várias classes e frações de classe dominantes” (POULANTZAS, 1977, p. 224) sublinham mais uma contribuição da teoria regional do político, uma vez que apontam a existência de segmentações do capital e de subdivisões da classe detentora do capital, a burguesia, em *frações* de classe. Expresso em outras palavras, Poulantzas teoriza acerca do fracionamento do capital e do conseqüente fracionamento das classes dominantes. Destarte,

Temos [...] a possibilidade de entender as *frações* desse modo: *possibilidades de diferentes sistemas de fracionamento, que não se concretizam necessariamente em todas as conjunturas*. Pode-se ter uma conjuntura em que um sistema de fracionamento se concretiza; noutra conjuntura, emerge um outro sistema; e numa outra ainda, é uma combinação de sistemas heteróclitos que se realiza. Essa seria uma *maneira flexível*, e ao mesmo tempo rigorosa, de *trabalhar com as frações de classe*. Essa estratégia de análise é quase sugerida, mas não formalizada, por Poulantzas. Na verdade, ao procurar diferenciar teoricamente as frações, ele não levantou muito claramente a questão dos efeitos pertinentes da fração, embora, no contexto teórico geral, ele tivesse dito que tanto classe como fração se caracterizavam por efeitos pertinentes. Ele abre a possibilidade da flexibilidade ao caracterizar, por um lado, frações econômicas sem efeitos pertinentes e, por outro lado, efeitos pertinentes sem fração econômica (seria o caso da fração burguesa republicana). Ou seja: Poulantzas está apoiando indiretamente um uso flexível do conceito de fração. *Para Poulantzas, não é por estar uma vez fracionado em capital*

comercial, industrial, financeiro, que o capital em geral está fracionado para o resto da vida; é possível descobrir outros sistemas de fracionamento (SAES; FARIAS, 2021, p. 56-57, grifo nosso).

Espelhando-se no fracionamento do capital, haverá tantas frações de classe dominantes quantas forem as segmentações do capital. É mister ressaltar, conforme apontaram Saes e Farias (2021), que a teoria de Poulantzas não é determinista. Isto significa que os conceitos poulantzianos servem para analisar uma dada conjuntura, indicando quais são as classes e frações de classe dominantes e os interesses subjacentes em um certo momento histórico.

Não é porque uma pesquisa baseada no arcabouço de Poulantzas classificou ou interpretou uma classe ou fração de classe dominante de uma determinada forma que todas as análises subsequentes devem adotar – acriticamente – a classificação e a interpretação propostas como verdades absolutas. Em outras palavras, há “[...] a ruptura com uma visão essencialista, ou seja, como algo dado uma vez pra sempre, da fração de classe. Isso porque tem-se várias possibilidades na arena política: a constituição, a emergência, a desapareição, o cruzamento de diferentes fracionamentos” (FARIAS, 2008, p. 2).

As relações entre as classes e frações de classe são mutáveis, porque o capital passa por reconfigurações e acaba alinhando-se, para depois desalinhar-se e, num momento posterior, volta a recompor-se talvez na configuração inicial talvez sob novas formas de alianças e com interesses renovados. Assim, o capital pode segmentar-se em diversas partes. Todavia, quando se abordam as frações do capital, geralmente, tem-se que

[...] o capital pode se fracionar em: *capital comercial (aí incluído o capital bancário); capital industrial; e capital financeiro (a síntese, ou fusão, do capital bancário e do capital industrial)*. Além disso, numa formação social capitalista concreta, as frações do capital se relacionam politicamente com uma classe dominante não capitalista, a propriedade fundiária. Verificam-se, portanto, nas formações sociais capitalistas, dois fenômenos políticos concomitantes: de um lado, o fracionamento do capital; e, de outro, a coexistência da classe dominante capitalista com uma classe dominante pré-capitalista. *Poulantzas não aborda um outro fenômeno possível nas formações sociais capitalistas: a existência de uma burguesia agrária (arrendatários que pagam renda ao proprietário fundiário e empregam trabalho assalariado)*. Os grandes proprietários fundiários, organicamente ligados a formas de trabalho pré-capitalistas, distinguem-se dos arrendatários de terras que contratam trabalhadores assalariados. [...] *A burguesia agrária não foi abordada sistematicamente por Poulantzas* [...]. Para avançar na análise do fracionamento da classe dominante, temos, portanto, de abordar também, e com mais cuidado, a questão da coexistência das frações do capital com a propriedade fundiária, e os efeitos políticos da emergência de uma burguesia agrária (SAES; FARIAS, 2021, p. 13-14, grifo nosso).

Além do critério de origem do capital (comercial, industrial e financeiro), Poulantzas também utiliza-se de critérios “econômico-espaciais” e da relação entre a “defesa do interesse econômico nacional, [ou a] submissão ao interesse econômico imperialista” (SAES; FARIAS, 2021, p. 15-16) para definir os tipos de burguesias. Nesse diapasão, há três possibilidades de classificação da burguesia quanto à sua posição em relação ao interesse imperialista, às classes populares e ao Estado:

A burguesia compradora é aquela que tem um papel de simples intermediária dos interesses externos no espaço nacional. [...] No plano político-ideológico, essa burguesia não opõe resistências às políticas que favoreçam o capital estrangeiro, justamente pela imbricação dela aos interesses externos. [...]. A burguesia *interna* se define pelo seu comportamento ambíguo frente ao capital estrangeiro: ora opondo-se, ora apoiando os interesses estrangeiros. Isso em razão das formas de dependência – financeira ou tecnológica – do capital nativo em relação ao capital externo. [...]. A burguesia *nacional* é a fração autóctone da burguesia que, com base numa capacidade produtiva própria, inclina-se a opor os seus interesses a um leque amplo dos interesses imperialistas. Em determinadas conjunturas de luta anti-imperialista e de libertação nacional, essa fração da burguesia é suscetível de adotar posições de classe que a incluem no “povo”, sendo então passível de certo tipo de aliança com as classes populares (FARIAS, 2008, p. 9 e 11, grifo do autor).

Considerando que o Estado capitalista burguês atende às classes dominantes; considerando que a ação do Estado resulta em um efeito de isolamento a partir de sua superestrutura jurídico-política (o Direito e o burocratismo); considerando que a sociedade dividida em classes não se pauta apenas pela oposição burguesia e proletariado, mas – sim – pela complexidade das classes e frações de classes dominantes e dominadas; considerando os aparelhos repressivos e ideológicos do Estado capitalista que servem às classes dominantes e que reproduzem a ideologia dominante da classe dominante; considerando a função do Estado de reprodução das relações de produção e, sobretudo, de organização das classes dominantes e desorganização das classes dominantes; é necessário apresentar o conceito de bloco no poder, formulado por Nicos Poulantzas, porque explicita o modo pelo qual as classes dominantes conseguem manter o mínimo de coesão em suas ações e influenciar as políticas e as decisões estatais, qual seja, o bloco no poder.

“Este conceito de bloco no poder [...] *indica assim a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista*” (POULANTZAS, 1977, p. 229, grifo do autor). Ao caracterizar o bloco no poder como uma “unidade contraditória”, Poulantzas (1977) tem como finalidade expor que semelhante bloco não é homogêneo e monolítico; antes, é caracterizado por disputas internas das próprias classes e frações de classe dominantes. Nesse diapasão,

A complexa relação entre a classe dominante e suas frações e o Estado burguês são elucidadas por meio do conceito de bloco no poder. O bloco no poder é a unidade contraditória das frações da classe burguesa em torno de objetivos gerais – referentes à manutenção das relações de produção capitalistas –, unidade essa que não elimina os objetivos particulares de cada fração. O bloco no poder não é um acordo político explícito, mas uma comunidade de interesses dos proprietários dos meios sociais de produção. Sua unidade é garantida pelo *interesse comum às frações de governar direta ou indiretamente o Estado, fazendo com que este atenda seus interesses gerais* (a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e a reprodução da força de trabalho como mercadoria) e específicos de cada fração. O Estado é, portanto, fator de unidade política do bloco no poder (POULANTZAS, 1977) (BUGIATO, 2022, documento eletrônico, grifo nosso).

É mister ressaltar que o bloco no poder não é um espaço equânime entre as classes e frações de classe dominantes, ou seja, as classes e frações de classe dominantes não detêm idênticos recursos de poder no interior do bloco no poder. Há classes e frações de classe dominantes que acabarão por se sobrepor às demais, isto é, “há a tendência à formação de um núcleo hegemônico, composto por uma fração ou um anel de frações da classe dominante. Poulantzas define a hegemonia política como a capacidade de uma fração fazer prevalecer os seus interesses no interior do bloco no poder” (FARIAS, 2008, p. 16).

Define-se, pois, bloco no poder como “[...] uma unidade contraditória das classes ou frações *dominantes*, unidade dominada pela classe ou fração *hegemônica*” (POULANTZAS, 1977, p. 293-294, grifo do autor). A partir da constituição de uma fração hegemônica no interior do bloco no poder, tornam-se mais claras tanto as influências que serão exercidas sobre o Estado capitalista quanto ao direcionamento que as classes submetidas à fração hegemônica terão de seguir para obter ganhos e/ou benefícios junto à

[...] classe ou fração hegemônica *polariza* os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política (POULANTZAS, 1977, p. 234, grifo do autor).

As demais classes e frações de classe dominantes aceitam a dominância (hegemonia) de uma outra classe ou fração a partir da percepção de que o “interesse geral, que a fração hegemônica representa em relação às classes dominantes, repousa, em última análise, no lugar de exploração que elas detêm no processo de produção” (POULANTZAS, 1977, p. 234). E, sendo o interesse primordial da burguesia a reprodução das relações de produção capitalistas, “[...] cabe ao Estado organizar o bloco no poder - a unidade contraditória entre as classes e frações de classe burguesas” (BERRINGER, 2014a, p. 441).

Cabe, por fim, uma última consideração quanto às relações das classes e frações de classe dominantes partícipes do bloco no poder com o Estado capitalista: o Estado guarda uma parcela de autonomia relativa em relação ao bloco no poder, quer dizer, a “[...] *“autonomia relativa do Estado capitalista” (ou autonomia do Estado)* [...] [...] descreve um *“traço constitutivo”*, isto é, não contingente, do Estado capitalista [...]” (PERISSINOTTO; CODATO, 2010, p. 44, grifo nosso). Por conseguinte, é preciso sublinhar-se a *“autonomia do Estado é fruto da própria estrutura do modo de produção capitalista – que consagra a separação, relativa, entre o nível jurídico-político e o econômico”* (PERISSINOTTO; CODATO, 2010, p. 44, grifo nosso).

Deve-se, contudo, fazer uma ressalva em relação à autonomia relativa, porquanto esta não deve ser encarada tão somente como o distanciamento possível do Estado com relação à fração hegemônica e às demais classes dominantes do bloco no poder, haja visto que

Alguns autores destacam a formulação de Poulantzas ao nível da estrutura do Estado capitalista - que indica ser indiferente a presença de representantes diretos da classe dominante no aparelho do Estado, a fim de que este Estado cumpra o papel de reproduzir as relações de produção capitalistas -, aplicando tal formulação para a questão da hegemonia política. Mas *a presença de membros da fração politicamente hegemônica no aparelho do Estado não seria indiferente ao exercício dessa hegemonia*, embora para Poulantzas tal presença não chegue a ser determinante - ao indicar a possibilidade de dissociação entre a fração hegemônica e a fração “detentora”, ou seja, aquela que concentra o recrutamento do pessoal da cúpula do Estado. É verdade que *Poulantzas não explicita qual seria o efeito da presença ou ausência majoritária de membros da fração hegemônica ao nível do aparelho do Estado*. Porém, podemos agregar ao seu esquema teórico a proposição de que *tal presença/ausência pode afetar o grau de “autonomia relativa” do Estado*, isto é, a disponibilidade de o aparelho de Estado conceder benefícios às classes e frações subordinadas, no sentido de obter a legitimação da ordem. A capacidade de pressão da fração hegemônica sobre o aparelho do Estado seria maior, à medida que o recrutamento do pessoal da cúpula estatal se fizesse no interior dessa própria fração - diminuindo a disponibilidade dos agentes estatais, segundo a expressão de Ralph Miliband, para realizar as reformas sociais (FARIAS, 2008, p. 16-17, grifo nosso).

Ao não haver uma explicação objetiva de Poulantzas quanto ao efeito da presença da fração hegemônica no aparelho de Estado, aponta-se que a essa situação afeta a autonomia do Estado – consoante Farias (2008).

Diante dos argumentos supracitados nesta primeira seção, demonstrou-se que os conceitos propostos por Nicos Poulantzas buscam compreender as ações do Estado capitalista a partir de suas relações constitutivas com as classes e frações de classe dominantes reunidas no bloco no poder. Passamos, dessa forma, à próxima seção, no intuito de ressaltar os efeitos dos Estados Unidos e da República Popular da China sobre os Estados capitalistas periféricos, com especial enfoque para a integração latino-americana a qual se desenvolve no Mercosul.

2.2 O ESTADO LATINO-AMERICANO, O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE E A CHINA

Esta seção busca resgatar as diferentes contribuições em torno da questão da influência dos Estados Unidos e da China sobre o Estado latino-americano, a partir do processo de integração mercosulino e, em especial, da posição do Estado argentino perante ambos os países. Antes, contudo, é preciso entender como estão geoeconomicamente divididos os Estados-membros do Mercosul, a República Popular da China e os Estados Unidos da América. Consoante aponta Visentini (2019, p. 10), o poder mundial estaria estruturado em – basicamente – quatro eixos e “mais do que por rivalidades ideológicas ou geopolíticas, o que conta é a posição político-econômica que ocupam na estrutura de poder mundial”. Em suma, o que realmente ganha destaque é a produção de valor agregado e a inserção em cadeias globais e regionais de valor ou, “em termos leninistas, ‘cadeia imperialista mundial’” (GRANATO, 2021a, p. 301).

Nesse contexto, o primeiro grupo da política internacional contemporânea se aglutina no *eixo militar-rentista anglo-saxão*: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e, tangencialmente, Israel. Trata-se das nações hegemônicas que detêm recursos militares, diplomáticos, financeiros, tecnológicos, de inteligência e de comunicações. Estando na fase pós-industrial rentista, vive dos recursos das demais nações, empregando para tanto os meios acima mencionados.

O segundo é o *eixo industrial desenvolvido* da União Europeia, Japão e Tigres Asiáticos. Com um capitalismo industrial produtivo avançado e elevado nível de vida de suas populações, ele se diferencia do primeiro, pois esse grupo carece dos recursos de poder tradicionais, como os militares, e de plena soberania. Foram protegidos durante a Guerra Fria, mas hoje a situação é incerta e as tensões com o primeiro são crescentes. Muito do que vier a ocorrer depende da atitude política a ser adotada por nações relevantes do eixo, como a Alemanha e o Japão, os derrotados da Segunda Guerra Mundial.

O terceiro consiste no *eixo industrial heterodoxo emergente*, integrado pelas grandes nações do BRICS, especialmente a China e a Rússia, além da Turquia e do Irã, onde as estruturas de poder e a participação do Estado na economia é relevante. Trata-se do que se denomina semiperiferia. Como o anterior, seu objetivo imediato e prioritário é o de evitar um conflito armado de dimensões globais e manter seu desenvolvimento econômico. Com recursos para se defender, eles não conseguem projetar poder em escala planetária e dependem, em certa medida, da atitude que vier a ser adotada pelo segundo eixo.

Por fim, o quarto é o *eixo agrário, mineral e demográfico periférico*, integrado pelas nações médias e pequenas da América Latina, da África e da Ásia geográfica (que inclui o Oriente Médio). Possuem recursos humanos, agrícolas ou minerais abundantes (inclusive energia) mas não detêm capacidade militar ou articulação diplomática, tendendo a agir de maneira fragmentada e constituindo uma zona em disputa pelos demais eixos. O Brasil e a África do Sul parecem estar absorvidos por suas agendas políticas internas e correm o risco de passar a integrar esse grupo (VISENTINI, 2019, p. 10-11, grifo do autor).

Analisando os Estados-membros do Mercosul, percebe-se uma clivagem entre o Brasil – parte do eixo 3 (industrial heterodoxo emergente) podendo, quiçá, vir a compor o eixo 4 – e os demais Estados-partes (Argentina, Paraguai e Uruguai) que integram o eixo 4 (agrário, mineral e demográfico periférico). Essa diferença estrutural, note-se, demarca um desenvolvimento desigual entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, pois ressalta o maior grau de industrialização do Estado brasileiro. A Argentina integra o eixo 4 e não tem chances reais de – no curto prazo – vir a integrar o eixo 3. Isto porque o Estado argentino atravessa uma profunda crise político-econômico-social (2022) a qual se reflete na inflação anual de 70%, nas manifestações populares contra as medidas econômicas tomadas pelo governo Alberto Fernández, na impossibilidade de acesso a crédito internacional e no difícil cenário de endividamento junto ao FMI em que as parcelas a vencer do empréstimo contraído já foram renegociadas.

Merece destaque, outrossim, o fato dos Estados Unidos comporem o eixo 1 (militar-rentista anglo-saxão), na medida em que o rentismo faz alusão à situação do referido eixo viver às custas “dos recursos das demais nações” (VISENTINI, 2019, p. 11). A China, da mesma forma que o Brasil, integra do eixo 3 e, de fato, apresenta alta participação do Estado na economia - por isso heterodoxo, em contraposição ao neoliberalismo o qual preconiza a baixa intervenção do Estado na economia e em outras searas também. Chama a atenção a extensão do parque industrial do Estado chinês, porquanto a República Popular da China tornou-se a “oficina do mundo” – título que outrora pertencia à Grã-Bretanha quando da existência do império britânico.

Sendo os Estados-membros do Mercosul países com grande biodiversidade, com recursos energéticos abundantes, grandes produtores e exportadores de alimentos – o que impacta na segurança alimentar global, além de exportadores de *commodities* em grande monta, não resulta difícil compreender a cobiça e a presença tanto dos chineses quanto dos estadunidenses no Cone Sul, em geral, e o especial interesse pelos destinos da integração do Mercosul. Nesse ínterim,

[...] não há um único problema na América Latina que não esteja relacionado à questão da dependência, mas não é menos certo que nenhum será resolvido se as razões originais não forem discutidas, e é neste sentido que o Estado dependente deve ser considerado em termos dos padrões históricos que constituem as sociedades da região. Assim, sem entrar em uma profunda discussão sobre o capitalismo dependente, [...] são [...] as condições constitutivas do Estado periférico, a saber: a reprodução dependente do mercado mundial e a heterogeneidade estrutural de suas sociedades. [...] *Mediante uma divisão internacional do trabalho organizada pelos centros capitalistas, são atribuídas aos países periféricos funções cujo objetivo é*

consolidar e acelerar o acúmulo nesses centros (GRANATO, 2021a, p. 300, grifo nosso, tradução nossa).

Essa dependência da América Latina não é fortuita e insere-se no quadro mais amplo de relações com o imperialismo, o qual destina aos Estados latino-americanos uma posição periférica e subalterna na divisão de poder internacional. Nesse ínterim, aludimos à interpretação leninista no que concerne ao imperialismo – e fazemos eco, então, à crítica de Halliday (2007) segundo a qual os estudos marxistas acerca do internacional ficaram muito conectados e restritos ao conceito marxista-leninista de imperialismo. No entanto, seria impossível tratar sobre o imperialismo elidindo a contribuição de Vladimir Lênin.

Destarte, “se fosse necessário dar uma definição, a mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo” (LÊNIN, 2011, p. 217). Contudo, é necessário aprofundar o conceito de imperialismo, explorando seus elementos constitutivos e suas nuances, haja visto que

[...] as definições excessivamente breves, se bem que cômodas, pois contêm o principal, são insuficientes, já que é necessário extrair delas especialmente traços muito importantes do que é preciso definir. Por isso, sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes:

- 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
- 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira;
- 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
- 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e
- 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 2011, p. 217-218).

O imperialismo refere-se, portanto, à fase superior de acumulação capitalista, com características bastante marcadas, quer dizer, com traços que o diferenciam da simples reprodução das relações de produção, na medida em que a etapa imperialista trabalha contra o próprio capitalismo ao propiciar monopólios e oligopólios em detrimento da livre-concorrência (base do modo de produção capitalista). Assim, “o imperialismo é [...] o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais [...]” (LÊNIN, 2011, p. 218). A dependência dos capitais exportados pelos países de capitalismo central é,

justamente, um dos fatores que atrela e subjuga os Estados latino-americanos e coloca-os em posição periférica frente aos desígnios imperialistas.

Considerando a apresentação do conceito leninista de imperialismo e seus reflexos para os Estados latino-americanos, passamos – doravante – ao quadro mais amplo das presenças americana e chinesa e suas influências na integração mercosulina.

A formação inicial do Mercosul previa uma integração produtiva simétrica, equilibrada e baseada na convergência industrial (GRANATO, 2015, 2020), sendo que

[...] o entendimento entre o Brasil e a Argentina já se delineara, em 1980, quando o presidente João Batista Figueiredo (1979-1985) realizou uma visita oficial a Buenos Aires (a primeira de um chefe de Estado brasileiro desde 1935) e lá assinou com o general Rafael Videla, chefe da Junta Militar argentina, uma série de protocolos de cooperação entre os dois países. Esses protocolos visavam a promover a *interconexão entre os sistemas elétricos dos dois países; eliminar a bi-tributação e a evasão fiscal; construção da ponte internacional sobre o Rio Iguaçu; e cooperação científica e tecnológica*. Também abrangiam a área militar, para a *fabricação conjunta de aviões – o caça-bombardeiro AX e o bimotor CX – e mísseis; fornecimento entre a Siderbras e Fabricaciones Militares de Argentina; colocação em órbita comum de um satélite de comunicações; bem como no campo da energia atômica*. Essa tendência se desenvolveu, quando, no começo de 1985, o presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, propôs ao presidente eleito do Brasil, Tancredo Neves, promover um processo de integração “para fortalecer la democracia, afrontar la deuda externa y posibilitar la modernización productiva”. Com o falecimento de Tancredo Neves, José Sarney, como vice-presidente, assumiu o governo do Brasil e levou a proposta adiante, firmando com o presidente Raúl Alfonsín, em 30 de Novembro de 1985 a Declaração de Foz do Iguaçu. Em seguida, em 29 de julho de 1986 foi firmada a Ata para a Integração Argentino-Brasileira, estabelecendo o *programa de integração e cooperação entre Argentina e Brasil, com base nos princípios do gradualismo, flexibilidade, simetria, equilíbrio, tratamento preferencial frente a terceiros mercados, harmonização progressiva de políticas e participação do setor empresarial. O programa de integração era setorial, a começar pelo de bens de capital*. Após a assinatura da Ata do Alvorada, em 6 de Abril de 1988, os presidentes Sarney e Alfonsín firmaram, em 29 de outubro do mesmo ano, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina, prevendo a *conformação de um espaço econômico comum ao Brasil e Argentina, dentro de um prazo máximo de dez anos, em que os dois países deveriam harmonizar suas políticas aduaneira, comercial, agrícola, industrial e de transportes e comunicações, bem como coordenar suas políticas monetária, fiscal e cambial* (BANDEIRA, 2010, p. 116, grifo nosso).

Contudo, uma alteração na correlação de forças global conduziu ao fim da Guerra Fria e da bipolaridade e à supremacia americana frente ao cenário internacional, quer dizer, um momento de unipolaridade. O termo “globalização” ganhou força no início dos anos 1990, apesar de a revisão da divisão internacional do trabalho e dos movimentos de financeirização produtiva terem iniciado ainda em “meados da década de 1970, a internacionalização do capital esteve no centro de um conjunto de transformações que afetaram profundamente a

tendência à heterogeneidade da estrutura econômica e social, assim como a dinâmica do ciclo de acumulação” (PIVA, 2021, p. 27, tradução nossa).

A difusão do neoliberalismo na América Latina adveio, em boa medida, da voracidade estadunidense pela abertura de mercados para compensar o desequilíbrio do balanço de pagamentos oriundo de déficits em conta corrente em troca da manutenção de aliados para opor-se à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), durante a Guerra Fria. Nesse momento de reconfiguração das cadeias produtivas globais, a República Popular da China já atraía capitais e inversões produtivas estrangeiras, porque havia criado – entre 1982 e 1987 – as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs).

A implantação do neoliberalismo – via Consenso de Washington – conduziu a aberturas econômicas as quais ampliaram as lacunas dos níveis de desenvolvimento entre Estados de capitalismo central e Estados de capitalismo periférico. Nesse sentido,

O processo de integração entre o Brasil e a Argentina, iniciado em 1985- 1987 pelos presidentes Raúl Alfonsín (1983-1989) e José Sarney (1985- 1990), não visava apenas à formação de simples união aduaneira. Tinha também objetivo político e estratégico. *A perspectiva era a de que a Argentina e o Brasil constituíssem um pólo de gravitação na América do Sul, núcleo de um futuro mercado comum*, fundamento para a formação de um Estado supranacional, algo similar à União Europeia. Este aspecto foi, de certo modo, eclipsado pelo *Tratado de Assunção*, que os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Carlos Menem (1989-1999), celebraram em 26 de março de 1991, instituindo o Mercosul, marcado, entretanto, pelo vezo *livre-cambista e neoliberal*, dominante, àquele tempo, no Brasil e na Argentina. *O processo de integração entre estes dois países, que seria gradual (10 anos), setorial (bens de capital) e administrado, sofreu séria distorção, no sentido de um “regionalismo aberto”, como ensaio para a implantação da área de livre comércio das Américas, pretendida pelos Estados Unidos*. A incorporação do Paraguai e do Uruguai, em virtude de suas características econômicas e interesses diferentes do Brasil e da Argentina, determinou a abertura de inúmeras e enormes brechas na união aduaneira, cujo prazo para a sua formação foi reduzido de dez para cinco anos (BANDEIRA, 2010, p. 103-104, grifo nosso).

Com a formalização da assinatura do Tratado de Assunção (1991), pôs-se em marcha um novo bloco de integração regional – o Mercosul – o qual representou um alinhamento entre as classes e frações de classe dominantes dos blocos no poder dos quatro Estados-partes e das “classes e forças dominantes dos Estados Unidos e do Reino Unido” (MERINO, 2018, p. 1055, tradução nossa). Assim, “os blocos e as instituições que surgem como parte dos processos de integração devem ser vistos como cristalizações de uma relação de poder, que é construída em um território determinado” (MERINO, 2017, p. 20, tradução nossa).

Ainda que o viés da integração – no que concerne ao Mercosul – tenha se alterado significativamente, transladando-se de uma integração produtiva a outra alicerçada no

comércio e nas finanças, é preciso encará-la como uma proposta regional estratégica nos marcos do neoliberalismo. A exemplo disso, pode-se citar a institucionalização da Tarifa Externa Comum (TEC) no Mercosul, pois a TEC expressou um impedimento relativo a esse capital internacional o qual buscava mais o livre-comércio entre Estados do que, propriamente, a constituição de blocos ou de iniciativas de integração que pudessem impor limites e segregações ao capital de Estados não-membros.

Não obstante o entusiasmo com a possibilidade de desenvolvimento econômico e social, o final década de 1990 acabou desvelando as contradições do modelo neoliberal de gestão do Estado e da economia com uma miríade de crises: a crise asiática em 1997, a crise russa em 1998, a crise brasileira de forte desvalorização do real em 1999 e, finalmente, a crise política-econômica-social-cambiária argentina em 2001. As crises em série demonstraram os limites do discurso neoliberal. Na esteira desses acontecimentos, o

[...] presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano 2000, convocou uma reunião de cúpula dos chefes de Estado da América do Sul, realizada em Brasília, durante os dias 31 de agosto e 1º de setembro. O objetivo foi discutir a integração regional do espaço econômico da América do Sul, notadamente as *interconexões energética e viária*, com financiamento do BID e da CAF (Corporación Andina de Fomento), mediante o entendimento entre “o Mercosul ampliado e a Comunidade Andina (CAN), com a aproximação crescente da Guiana e do Suriname”. Conforme o presidente Fernando Henrique Cardoso, salientou, “*um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina será a espinha dorsal da América do Sul como espaço econômico ampliado. Deve, portanto, ser visto como um objetivo político prioritário*” (BANDEIRA, 2010, p.104, grifo nosso).

Há uma clara reversão da postura de participação unilateral na globalização por parte do ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso o qual passa a interpretar a globalização não como totalmente benéfica – com desenvolvimento e equidade –, mas como uma globalização assimétrica. Adota, naquela ocasião, uma postura mais reflexiva e um tanto menos subordinada passivamente aos ditames dos Estados Unidos, no que diz respeito à inserção internacional do Brasil e do Mercosul.

As investidas dos Estados Unidos contra a profícua integração Brasil-Argentina não tardaram em recrudescer com as negociações da ALCA. Havia uma bifurcação (dois projetos distintos) que a Argentina, principalmente, viu-se obrigada a escolher: ou uma possível integração produtiva nos marcos do Mercosul ou uma integração passiva, subordinada e restrita à matriz agrário-exportadora com os Estados Unidos na ALCA. Segundo nos recorda Granato (2014, p. 80, grifo nosso),

[...] *a integração regional emerge na periferia do capitalismo como instrumento de projeção de poder* (em todas as suas esferas, incluindo a econômica) e de *autonomia a respeito da potência hemisférica*, buscando influenciar as instituições e as regras internacionais determinantes da distribuição da riqueza e das possibilidades de desenvolvimento. Não se trata, entretanto, de um processo simples, mas sim conflitivo, uma vez que a integração implica também o aprender a “ceder” entre os Estados membros, com interesses nacionais divergentes, e que podem discordar sobre *a forma ou modelo de integração, frente ao objetivo comum do bloco* (PADULA, 2013).

A Cúpula de Brasília marcou uma guinada na interação do Mercosul, porque este passou a ser visto como um espaço estratégico de afirmação dos seus Estados-membros, os quais poderiam atrair os demais Estados da América do Sul, em um claro desafio aos desígnios americanos.

Com efeito, a *Cúpula de Brasília* visou não apenas à integração física, econômica e comercial da América do Sul. Havia objetivo de *integração geopolítica*, que se evidenciou, sobretudo, no fato de não haver sido o México convidado para participar do encontro. [...] E o presidente Fernando Henrique Cardoso entremostrou o caráter político da Cúpula de Brasília, ao dizer que era “o momento de *reafirmção da identidade própria da América do Sul como região* onde a democracia e a paz abrem a perspectiva de uma integração cada vez mais intensa entre países que convivem em um mesmo espaço de vizinhança” (BANDEIRA, 2010, p. 105, grifo nosso).

A questão de uma “identidade” sul-americana, em geral, e uma mercosulina, em particular, despertaram o explícito descontentamento dos Estados Unidos e os fizeram olhar com cautela e com atenção os rumos da integração sul-americana. Os olhares estavam voltados, na verdade, para Brasil e Argentina, os dois maiores sócios do Mercosul, pela capacidade econômica e de atração dos demais países da região. Nesse sentido,

A afirmação de uma “identidade própria”, diferenciada da América do Norte, preocupou Washington. E o presidente Fernando Henrique Cardoso explicitou ainda mais o objetivo político prioritário, e estratégico, da integração da América do Sul, como espaço econômico, ao declarar, em 2001, que o “*Mercosul é mais que um mercado, o Mercosul é, para o Brasil, um destino*”, enquanto a *Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), proposta pelos Estados Unidos, era “uma opção”, à qual poderia aderir ou não.* Essa declaração repercutiu e Henry Kissinger, em sua obra *Does America Need a Foreign Policy?*, observou que o Mercosul tendia a apresentar a mesma tendência da União Europeia, que buscava definir uma identidade política europeia, não apenas distinta dos Estados Unidos, mas em *manifesta oposição aos Estados Unidos.* Conforme assinalou, “*especialmente no Brasil, há líderes atraídos pela perspectiva de uma América Latina politicamente unificada confrontando os Estados Unidos e o NAFTA*”, o North American Free Trade Agreement, que entrara em vigor em 1º de janeiro de 1994, criando a área de livre comércio entre os Estados Unidos, Canadá e México. Na sua percepção, enquanto a ALCA era concebida como simples área de livre comércio, o Mercosul configurava uma união aduaneira, trans-fronteiriça, que teria, por sua natureza, tarifas mais elevadas para o mundo (tarifa externa comum) que entre os Estados associados, e pretendia evoluir para um mercado comum. E isto não convinha porque, provavelmente, “afirmaria a identidade latino-americana (sic) como

separada e, se necessário, oposta aos Estados Unidos e à NAFTA” (BANDEIRA, 2010, p. 105-106, grifo nosso).

Fica evidente o confronto de projetos nacionais e de integração manifesto pela oposição de visões entre as classes e frações de classe dominantes do Mercosul e as classes e frações de classe dominantes dos Estados Unidos, com especial enfoque para a fração hegemônica no interior do bloco no poder do Brasil e da Argentina que, naquela momento, consolidava a burguesia interna (na fração industrial) como a fração a qual aglutinava os interesses das demais classes e frações de classe dominantes.

A crise do neoliberalismo e, por extensão, do regionalismo aberto – expresso no “Mercosul dos negócios” (KATZ, 2006) – propiciou a ascensão,

No plano político-eleitoral, candidaturas que se apresentavam como críticas da ortodoxia do livre mercado e que se encontravam em franco processo de isolamento político nos anos 1990 passaram a obter vitórias políticas importantes e com apoio popular nos pleitos presidenciais, ainda que, em alguns casos, à custa de uma série de concessões políticas aos interesses do capital financeiro internacional, no âmbito de seus próprios programas de governo, constituindo variações de neoliberalismo (MARTUSCELLI, 2018, p. 56).

A chegada, na Argentina, de Néstor Kirchner marcou uma alteração na correlação de forças no interior do bloco no poder, passando a burguesia interna a ser o sustentáculo do novo governo e requerendo a proteção do Estado contra o capital forâneo que lhe pudesse ameaçar. Nesse sentido, observa-se que

Durante o período dos governos kirchneristas, ocorreram transformações de ordem interna, externa e estatal. Como afirmam Thwaites Rey e Orovitz Sanmartino (2011), o novo processo político mostrou alguns traços de continuidade com o modelo que o precedeu [neoliberal] mas enquadrado em *uma forma de Estado diferente* [neodesenvolvimentista], baseada em novas relações de classe e um novo bloco social e político. Após a crise, sustentou um processo de recomposição sistêmica, devolvendo ao Estado um papel central na condução do ciclo econômico (MÍGUEZ, 2017, p. 106, grifo nosso, tradução nossa).

Do ponto de vista estatal, houve transformações importantes na forma de condução tanto da política econômica quanto da política social. Essas mudanças são, também, resultado da crise neoliberal e da ascensão dos governos de esquerda na América Latina, sendo possível afirmar que “o surgimento do kirchnerismo no marco de uma crise de hegemonia dos setores dominantes e de uma forte mobilização social e considera que constitui em si mesmo uma derrota político-ideológica do neoliberalismo” (BOITO JR.; ROJAS, 2008, p. 10). Destarte, sublinha-se que

A partir do *início dos anos 2000*, no contexto de *crise da hegemonia neoliberal* e das diversas mobilizações e protestos sociais, e numa conjuntura externa favorável de retomada do crescimento mundial, a *nova onda de governos progressistas na região* foi expressão de uma *recomposição do poder político via satisfação de demandas populares*, ou, em outras palavras, de *alteração na correlação de forças nos Estados sul-americanos* (Cortés; Tzeiman, 2017). Em linhas gerais, apesar da diversidade de experiências históricas dos vários países, podemos afirmar que os novos governos buscaram margens para a superação do dogma neoliberal através da tentativa de *reconfiguração dos pactos nacionais de capital e trabalho* [...]. [...] A *política de integração com a América do Sul* passaria a ser para estes governos, e em particular para os governos *Lula, no Brasil, e de Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina*, uma *prioridade da política externa (re)orientada pelos vetores da autonomia externa e do desenvolvimento interno* (Sarti, 2017; Granato, 2015) (CAVALCANTI; GRANATO, 2020, p. 70, grifo nosso).

O Mercosul, antes estruturado a partir do modelo de regionalismo aberto (1991-2001) com a ascensão dos governos de esquerda, sofre uma ressignificação e, a partir de então, passa a ser a expressão de um regionalismo multidimensional (2001-2011). Isto porque

[...] em conjunturas nas quais a fração da burguesia interna torna-se hegemônica no bloco no poder, há uma tendência de uma defesa de um regionalismo multidimensional. No caso do Mercosul, de acordo com Pereira (2014), trata-se do modelo de integração que o bloco adotou a partir de 2003 quando tinha como pressuposto a integração inclusiva: modelo de desenvolvimento econômico e social que promoveria a diversificação produtiva e de comércio, aliado às políticas de inclusão social ampla, com distribuição de renda e aprofundamento das democracias (COUTINHO et al, 2007; PEREIRA, 2014) (FERREIRA; BERRINGER, 2021, p. 259).

O objetivo do modelo multidimensional adotado por intermédio da aliança entre Lula da Silva e Néstor Kirchner foi ampliar a margem de “autonomia frente à potência hegemônica” (GRANATO, 2014, p. 86), atribuindo uma clara “prioridade da América do Sul para as agendas de política exterior brasileira e argentina” (BARRENENGOA, 2022, p. 9). Foi no período do governo de Néstor Kirchner que, em 2002, ocorreu a primeira missão oficial envolvendo o Estado e os empresários argentinos com destino à China. Os resultados dessa viagem de negócios foram o incremento dos fluxos comerciais entre ambos os países e o alívio à economia argentina no que concerne à crise cambial, ainda que a balança comercial tenha sido desfavorável à Argentina (MENDIGUREN, 2021).

Portanto, no que concerne ao Estado argentino

[...] no tocante aos vínculos com os Estados Unidos (EUA), a postura autonomista foi vista em termos da busca de ampliação das margens de manobra na arena internacional (MORASSA, 2016). Em paralelo, o maior alinhamento com China e Rússia tornou possível desequilibrar a histórica interferência estadunidense nos assuntos regionais e nacionais, em favor de um distanciamento relativo. Isto se

materializou no ano de 2005 com a rejeição da ALCA. Neste sentido, o pagamento ao FMI e o acordo com o Clube de Paris foram relevantes na política de desendividamento que marcou os governos kirchneristas (BARRENENGOA, 2022, p. 12, tradução nossa).

Em outros termos, a mudança paradigmática do Mercosul – do regionalismo aberto ao multidimensional – possibilitou escapar de um alinhamento automático e fatídico com os Estados Unidos. Isto demonstra que a burguesia interna conseguiu não só se estabelecer como a fração hegemônica do bloco no poder, mas também se estruturar a partir do mercado interno com a proteção do Estado argentino durante os períodos dos governos kirchneristas que impuseram impostos e sobretaxas à fração agrária da burguesia argentina (CERBINO; GRIMALDI, 2020). O Mercosul e a postura do governo argentino seriam vistas com reticências pelo governo norte-americano, uma vez que

[...] o redimensionamento do Mercosul, bem como a criação da Unasul, que por sua vez converteram a América do Sul em um modelo de autonomia (SARTI, 2013) capaz de gerar um fortalecimento das capacidades nacionais e regionais, para se opor às desigualdades econômicas e de poder do próprio sistema interestatal capitalista. Para vencer este status quo de periferia, a democracia, a industrialização e a integração se mostram fundamentais. Há um consenso de que, isoladamente, cada um dos países não seria capaz de enfrentar os embates da globalização (ODDONE; GRANATO, 2009; GRANATO, 2010) (GRANATO, 2014, p. 87).

Todavia, a crise econômica mundial de 2008 – ou crise norte-americana do *subprime* – levou a uma crise do modelo de regionalismo multidimensional e das políticas desenvolvimentistas e ele associadas. Destarte, a partir de 2011, as classes e frações de classe dominantes no interior do bloco no poder, que antes apoiavam o modelo multidimensional, passam a modificar seus interesses (CERBINO; GRIMALDI, 2020; MÍGUEZ, 2017), de modo que a preferência dessas classes volta a centrar-se no modelo de regionalismo aberto, voltado aos centros capitalistas mundiais. O bloco no poder argentino passa por uma alteração na correlação de forças e alinha-se, em boa medida, com o bloco no poder estadunidense (BUSSO; ZELIOVICH, 2016; BUSSO, 2017; MÍGUEZ, 2017; SIMONOFF, 2016, 2020).

Ademais, as relações com a China – antes vistas como uma alternativa ao imperialismo estadunidense – passam a ser percebidas como reprodutoras do padrão de relacionamento desigual Norte-Sul. Não só os sucessivos e expressivos déficits no balanço de pagamentos argentino levou a essa conclusão, mas também o conteúdo da pauta de importações e de exportações na relação bilateral entre Argentina e China. Desse modo,

[...] já em 2012, a relação comercial com a China, que nos havia servido para reativar o potencial produtivo e sair da crise exportando, estava mudando sua

fisionomia e voltava a nos colocar frente à armadilha da primarização. Que certeza nós tínhamos? Que a China também estava querendo que fôssemos quem lhe fornecesse as nossas matérias-primas para que eles pudessem produzir os produtos manufaturados. Toda potência entende qual é o jogo de poder no mundo desde o começo dos tempos: quem agrega valor são os que vivem melhor. A Argentina havia crescido durante uma década, com o único freio da crise das subprime em 2008-2009, mas estávamos mais uma vez nos encontrando com o gargalo histórico de nossa economia: a falta de dólares pela primarização [...] (MENDIGUREN, 2021, p. 229-230, grifo nosso, tradução nossa).

A ascensão de Mauricio Macri à presidência argentina revela essa nova correlação de forças junto ao tecido social, o que refletirá – por certo – na integração do Mercosul, pois o modelo de regionalismo defendido – explicitamente – passa a ser o aberto. Haverá, nesse contexto, uma aproximação – e um alinhamento automático ou uma subordinação passiva (BERRINGER, 2014b) – com os Estados Unidos em fóruns multilaterais e o Mercosul ganhará, uma vez mais, os contornos de um “Mercosul dos negócios” (KATZ, 2006) ou “Mercosul fenício” (CAETANO, 2007); sendo, pois, percebido como uma plataforma de inserção internacional (BARRENGOIA, 2022; SIMONOFF, 2020). O Mercosul foi, desde sua gênese, perpassado por dois modelos de integração os quais se alternam ao longo do tempo, quais sejam: o modelo de regionalismo aberto ou neoliberal e o modelo de regionalismo multidimensional ou autônomo.

É possível inferir que as pressões estadunidenses exercidas para alteração do formato do Mercosul em sua gênese (de uma integração simétrica nos anos 1980 para uma neoliberal em 1991) e as sucessivas tentativas de minar essa iniciativa de integração regional, com proposições de acordos de livre-comércio tal como a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), perpassam os mais de 30 anos de existência do Mercosul. Os interesses chineses quanto ao Mercosul e a seus modelos de interação puderam ser melhor interpretados a partir de, pelo menos, dois elementos: da pauta de exportações e de importações estabelecida com os Estados-membros do Mercosul, a qual visa à obtenção de alimentos e matérias-primas; e da ascensão da China à condição de grande potência e sua contenda geopolítica com os Estados Unidos. Dessa maneira, a próxima seção busca explicitar os modelos de integração postos em marcha pelo Mercosul durante suas mais de três décadas de existência.

2.3 A INTEGRAÇÃO REGIONAL NA PERIFERIA CAPITALISTA: MERCOSUL, SEUS MODELOS E SUAS FASES

A presente seção objetiva retratar os modelos de integração em pugna no Mercosul – o aberto e o multidimensional – e expô-los de acordo com as três fases as quais a integração

mercosulina atravessou até o momento. Grosso modo, é possível classificar o Mercosul em três fases distintas (CAVALCANTI; GRANATO, 2020; COSTA, 2021; FERREIRA; BERRINGER, 2021): a primeira, com o regionalismo aberto (1991-2001); a segunda, com o regionalismo multidimensional (2001-2011); a terceira, com a retomada da reivindicação do regionalismo aberto (2011-?).

Mas, afinal, de onde surge o conceito de regionalismo aberto reivindicado pelo Estado argentino durante o período do governo Mauricio Macri? A origem do termo remete a 1994 quando a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) passou a incentivar esse modelo de integração diante da “constatação” segundo a qual o modelo de integração anterior – também incentivado pela CEPAL a partir dos anos 1960, calcado na substituição de importações e no estabelecimento de cadeias regionais de valor – criava entraves ao comércio mundial e dificultava as trocas tanto regionais quanto internacionais dos Estados latino-americanos. Desse modo, impulsionou-se o regionalismo aberto como uma possível solução para uma inserção internacional vantajosa dos parte dos países da América Latina no comércio mundial.

Nesses termos, o regionalismo aberto é

[...] um processo de crescente interdependência econômica no nível regional, fomentado tanto por acordos preferenciais de integração tanto por outras políticas em um contexto de abertura e de desregulamentação, com o objetivo de aumentar a competitividade dos países da região e de construir, na medida do possível, um pilar para uma economia internacional mais aberta e transparente. Contudo, ao não se concretizar esse cenário ótimo, o regionalismo aberto, de qualquer maneira, cumpriria uma função importante - neste caso um mecanismo de defesa contra os efeitos de eventuais pretensões protecionistas nos mercados extra-regionais (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 1994a, p. 2, tradução nossa).

De forma breve e posto em outros termos, o regionalismo aberto abarca a ideia de uma “interdependência nascida de acordos de integração de caráter preferencial e a fomentada, basicamente, pela liberalização e pela desregulamentação em um contexto de globalização” (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 1994b, p. 279, tradução nossa) e tem por objetivo “melhorar a inserção das economias da América Latina e do Caribe na economia internacional” (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 1994b, p. 279, tradução nossa). Nesse sentido, o regionalismo aberto – em sua acepção original desenvolvida pela CEPAL – seria um mecanismo de desenvolvimento e de auxílio na inserção internacional dos Estados latino-americanos.

A partir dessa visão cepalina acerca do regionalismo aberto, é mister, de início, já estabelecer as diferenças entre os modelos de integração em disputa, para que se possa compreender melhor a evolução e as opções que foram tomadas no Mercosul ao longo de seus mais de 30 anos. O quadro 1, a seguir, expressa a síntese dos elementos constitutivos de cada modelo de integração regional:

Quadro 1 – Características dos Modelos de Integração Regional em Disputa

Regionalismo Aberto	Regionalismo Multidimensional
Ideário que prevalece: neoliberalismo ortodoxo	Ideário que prevalece: reformista do neoliberalismo
Alinhamento ao imperialismo (subordinação passiva)	Busca por autonomia frente ao imperialismo (subordinação conflitiva)
Unidimensional, ênfase econômico-comercial	Multidimensional: integração ampliada, outras áreas além da econômico-comercial

Fonte: Elaboração própria a partir de Berringer (2014a, 2014b) e Granato (2014, 2015, 2020, 2021b).

Enquanto o modelo de regionalismo aberto acaba privilegiando a inserção nas cadeias globais de valor e objetiva a celebração de acordos de livre-comércio com base nas vantagens comparativas (COLLAZIOL, 2022; TREACY, 2021), o modelo de regionalismo multidimensional visa ao surgimento de cadeias regionais de valor e o estabelecimento de relações internacionais mais equânimes e vantajosas para os Estados-partes do Mercosul com a finalidade de diminuir as assimetrias e de atingir um desenvolvimento econômico-social mais duradouro (COLLAZIOL, 2022; GRANATO, 2015, 2020).

Cabe ressaltar que a integração regional, como vimos, é uma política pública levada a cabo pelo Estado capitalista burguês o qual atende – em alguma medida – aos desígnios das classes e frações de classe dominantes e, em especial, à fração hegemônica do bloco no poder. Nesse ínterim,

[...] os diferentes “momentos” atravessados pelo Mercosul no século XXI podem ser compreendidos (ainda que em diversos graus, segundo a confluência de fatores de ordem interna e externa) pela *correlação de forças entre os interesses dos setores mais dinâmicos das burguesias* do Brasil e da Argentina, unificados sob a hegemonia do capital financeiro (CAVALCANTI; GRANATO, 2020, p. 64, grifo nosso).

Dessa maneira, Brasil e Argentina – sendo as maiores economias do Mercosul – acabam exercendo uma influência maior sobre Paraguai e Uruguai, ainda que não de forma determinística, no que concerne às decisões adotadas no âmbito do Mercosul. Ademais, cumpre ressaltar que o Estado é uma “instituição por excelência que embora não possa ser pensada como mero instrumento de classe pelo grau relativo de sua autonomia, tampouco pode ser entendida como uma mediação neutra entre os interesses em pugna [...]” (GRANATO, 2018, documento eletrônico), ou seja, o Estado continua sendo um espaço de disputas classistas e o representante dos interesses das classes dominantes (GUEVARA, 2010), o que se refletirá nas ações tomadas em relação à integração regional. Além disso, o Estado capitalista, ao organizar as classes dominantes e desorganizar as classes dominadas, possibilita a articulação do bloco no poder, de modo que

[...] há a tendência à formação de uma *fração hegemônica* com capacidade de obter prioritariamente os benefícios da política estatal: política externa, política econômica e política social. *Nem sempre é a fração que obtém mais lucros. A fração hegemônica controla as políticas governamentais, influi na sua elaboração e se beneficia delas* (BERRINGER, 2015, p. 10, grifo nosso).

Nesse diapasão, a integração regional reflete a íntima relação entre o Estado capitalista e o bloco no poder. Conquanto não adote integralmente os projetos das classes e frações de classe dominantes, cabe ao Estado atender aos interesses do bloco no poder – sendo, portanto,

[...] necessário reconhecer que, assim como qualquer outra política pública, *a integração regional não é um instrumento “neutro”, mas que acarreta visões, valores e crenças, nem sempre convergentes entre si*, sobre os fatores que causam determinado problema (que busca ser solucionado através da cooperação e integração), e sobre o qual a melhor forma de resolvê-lo. Descrita sua natureza, afirmamos então que *os processos de integração regional implicam disputas em torno de conjuntos de ideias, de significados, que a sua vez constituíram determinados interesses, objetivos ou preferências*. E, finalmente, aparecem as instituições que, não são estruturas ou entidades “neutras”, mas portadoras de ideias e objetivos, são estruturas que pensam e atuam (GRANATO; BATISTA, 2018, grifo nosso).

A não-neutralidade das instituições ficou evidente com a própria criação do Mercosul, em 1991, por meio do Tratado de Assunção, à medida que atendeu ao interesse norte-americano de abertura econômica em nível mundial. Pensado em bases distintas,

O MERCOSUL surgiu de forma paradoxal. Inspirado no pensamento desenvolvimentista que influenciava os governos de Sarney (Brasil) e Alfonsín (Argentina) na década de 1980 e concebido para constituir um bloco econômico-político regional em um novo cenário internacional, sua fundação em 1991 em plena efervescência neoliberal patrocinada pelo Consenso de Washington

mudou sua natureza para se estabelecer sob o *paradigma do “livre comércio” e o chamado “regionalismo aberto” da CEPAL*. O MERCOSUL, projetado sob o paradigma de um regionalismo desenvolvimentista – uma linha dentro do que chamo regionalismo autônomo – surgiu finalmente como uma área de livre comércio inserida no capitalismo transnacional (MERINO, 2018, p. 1055, grifo nosso, tradução nossa).

A primeira fase do Mercosul (1991-2001) debutou sob o paradigma do regionalismo aberto, em meio à ofensiva neoliberal na América Latina a qual visava à liberalização comercial e à desregulamentação financeira das economias. O receituário neoliberal também pregava a “reforma do Estado” o que, na prática, resultava em privatizações – em larga escala – da *res publica*. Era inaugurado o “Mercosul dos negócios” (KATZ, 2006), também chamado de “Mercosul fenício” (CAETANO, 2007), – modelo que se adequa à estratégia estadunidense de redefinição espacial da produção, nos moldes da nova divisão internacional do trabalho. Nesse sentido,

[...] as grandes beneficiárias pela ampliação dos mercados e pelas reduções alfandegárias foram as grandes corporações estabelecidas, principalmente, no Brasil e na Argentina, as maiores economias do bloco. Foi neste contexto que os setores hegemônicos do capital investiram *desde arriba*, nos termos de Kan (2016), na consolidação do Mercosul enquanto etapa preparatória para o ingresso da região na proposta estadunidense de integração hemisférica da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), lançada na Cúpula das Américas de Miami, em dezembro de 1994. A intransigência do governo norteamericano nas negociações e os impactos regressivos do modelo neoliberal que não tardariam em se fazer sentir na região como um todo, sentaram as bases, ao final dos anos 90, para as demandas populares por um novo modelo de integração, assim como para a rejeição da integração competitiva proposta pela ALCA, que se cristalizaria em 2005 com a ação coordenada dos países do bloco mercosulino (CAVALCANTI; GRANATO, 2020, p. 69-70, grifo do autor).

O Mercosul era uma plataforma de projeção não apenas regional, mas também global e visava à celebração de acordos e tratados comerciais. O intuito de compor uma iniciativa de integração regional representava – por parte do bloco no poder dos quatro Estados-partes do Mercosul – a visão de ganhos de escala na produção e no mercado consumidor, além de garantir maior peso nas negociações multilaterais. Em que pese o giro de 180 graus dado pelo projeto de integração Brasil-Argentina e a consequente subordinação aos interesses da potência hegemônica – uma subordinação passiva, nos termos de Berringer (2014b) –, é relevante pensar o Mercosul como uma alternativa estratégica – ainda que localizada na periferia do sistema capitalista mundial (BATISTA, 2018) –, pois foi uma iniciativa concebida também a partir de motivações próprias e não – estritamente – vinculadas aos interesses da potência hegemônica.

Houve, dessa maneira, uma convergência dos blocos no poder de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai no sentido de estabelecer uma base mínima para cooperação e integração, mirando a conexão de mercados internos e o acesso a mercados externos. Nesse diapasão,

Apesar de seus objetivos restritos ao plano econômico-comercial, entre 1995 e 1998 o Mercosul deu passos importantes também no que concerne ao fortalecimento da democracia e a criação de uma comunidade de paz na região. Por exemplo, em 1996, frente à tentativa de golpe de Estado no Paraguai, foi assinada a Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no Mercosul, também conhecida como “Cláusula Democrática”, e foi criado o Mecanismo de Consulta e Concertação Política (GRANATO, 2021b, p. 13).

Uma alteração na correlação de forças no interior do bloco no poder das principais economias da região – Brasil e Argentina – ocorre devido às crises do neoliberalismo (em 1999, no Brasil; em 2001, na Argentina) e do decorrente desgaste de uma política pública que alijava o Estado de ações importantes tais como o fomento à industrialização substitutiva de importações. As frações associadas diretamente ao capital estrangeiro perderam sua proeminência no interior do bloco no poder. Assim,

A partir de 1999, começou uma nova fase a nível mundial (ou do sistema mundial), na qual se inicia uma transição geopolítica caracterizada por uma reação à globalização neoliberal [...]. A região não escapa desta situação e, naqueles países onde forças políticas e sociais anti-neoliberais chegaram ao poder, houve mudanças mais ou menos significativas nos modelos de acumulação em vigor, no desenho do Estado, nas ideias-forças dominantes e nos modelos de integração. [...] a ênfase já não está posta no livre comércio e nas políticas para atrair capitais, mas nas estratégias para a acumulação de poder regional, a integração política e social, a complementação produtiva, etc. (MERINO, 2018, p. 1055-1056, tradução nossa).

A partir dos anos 2000, a eleição de uma série de governos de esquerda na América Latina originou as expressões “onda rosa” ou “maré rosa”, as quais caracterizariam esse fenômeno político. Os novos governos de esquerda buscavam, em definitivo, romper ou – pelo menos – mitigar os nocivos efeitos oriundos das políticas neoliberais implantadas pelo Estado interna e externamente, indicando que

[...] desenvolveu-se um aspecto específico: a impugnação do neoliberalismo não apenas redundou em uma *recomposição do bloco no poder*, mas em uma *nova forma de Estado* [o neodesenvolvimentista], com maior autonomia relativa, onde se expressaram contradições que permitiram a aplicação de políticas com maior margem de autonomia no plano internacional (Míguez, 2016). [...] A *nova forma de Estado* recuperou um papel ativo na formulação da política externa, em que foram expressas as contradições e as propostas entre diferentes setores das classes dominantes, bem como a necessidade de responder às necessidades de amplos setores sociais [...] (MÍGUEZ, 2017, p. 106-107 e 108, grifo nosso, tradução nossa).

Em suma, “[...] a mudança de um bloco no poder poderá produzir efeitos sobre a política externa e no conjunto da política estatal” (BERRINGER, 2015, p. 19). Esses governos adotaram, à guisa de política de integração regional, o modelo multidimensional, na tentativa de obter maior poder de barganha junto às potências capitalistas tradicionais – os Estados Unidos e a União Europeia. No caso argentino,

Com o Presidente Kirchner, a integração regional entra em cena, e de mãos dadas com a autonomia e a reindustrialização do país. Kirchner não via a integração em termos de claudicação de soberania, ao contrário, a concebia como ferramenta da política externa que permitiria ao país ganhar maiores margens de manobra na esfera internacional, o que, por sua vez, ajudaria a gerar melhores recursos para alcançar as metas do seu modelo de acumulação de matriz diversificada com inclusão social, e a reduzir sua vulnerabilidade e dependência externa (GRANATO, 2015, p. 129-130).

O “Mercosul social” faz sua estreia com os governos de esquerda eleitos no Brasil e na Argentina; dando início, assim, à segunda fase do Mercosul (2001-2011). O Mercosul multidimensional tratou de abarcar temas para além da pauta comercial e financeira vigente no modelo anterior (o regionalismo aberto do “Mercosul dos negócios”) e,

Neste novo cenário, com expressivo apoio de movimentos e organizações da sociedade civil, *o Mercosul buscava ser reconfigurado através da inclusão de novos temas de viés social e produtivo na agenda interna do bloco, mas sem conseguir alterar, em essência, seu caráter mercantil e dependente*, funcional à manutenção do *status quo* de certos setores das burguesias dominantes do Brasil e da Argentina (financeira e agrária, principalmente). *Apesar das tentativas de mudança por parte dos novos governos* (que talvez tenham subestimado, de alguma forma, a influência de interesses das classes e setores dominantes), *continuaram prevalecendo no Mercosul, a partir de 2003, a lógica e os valores do mercado, marca de origem do bloco* (CAVALCANTI; GRANATO, 2020, p. 70, grifo nosso).

As iniciativas de integração regional refletem a disposição ou a indisposição das classes e frações de classe dominantes do bloco no poder em dialogar e em construir alternativas às clássicas e malfadadas relações centro-periferia. Dito de outro modo, o modelo de integração defendido pela burguesia revela o grau a que ela está disposta a confrontar os interesses da potência hegemônica e dos outros países de capitalismo central, os quais gerenciam as cadeias globais de valor e os fluxos de investimentos internacionais. Assim, o rechaço da ALCA – em 2005 – e a tentativa subsequente de fortalecer o Mercosul são o indicativo de uma postura de distanciamento e de conflitividade em relação aos Estados Unidos por parte dos Estados-membros do Mercosul (COSTA, 2021; MÍGUEZ, 2017).

Não obstante a ampliação da agenda do Mercosul com temas como previdência, aproveitamento e reconhecimento de diplomas de níveis médio e superior, a própria criação do FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul) em 2004, as relações do

“Mercosul social” ainda se balizaram pelos interesses econômico-financeiros das classes e frações de classe dominantes, de modo que

A relação entre governos e empresários, ou entre poder político e empresas, não é uma questão nova. A novidade é que, apesar do contexto sul-americano, caracterizado pela chegada ao poder de vários governos de esquerda, este vínculo parece se manter com poucas mudanças. O processo de integração regional é talvez o espaço onde mais interagem os dois atores, e permite apreciar quais razões explicam a continuidade da relação entre eles (GIACALONE, 2005, p. 74 *apud* KAN, 2013, p. 25-26, tradução nossa).

A razão para a perenidade da agenda comercial e financeira – conquanto pareça simplista – está na conformação do bloco no poder, o qual é a unidade contraditória das classes e frações de classe dominantes com a regência de uma fração hegemônica. O final da primeira década dos anos 2000 reservava uma nova alteração na correlação de forças no interior do bloco no poder dos Estados-membros do Mercosul: a fração industrial da burguesia interna a qual havia sido o sustentáculo das políticas neodesenvolvimentista, no Brasil e na Argentina, redirecionou seus esforços para um realinhamento com a potência hegemônica e buscou, a partir de então, inserir-se nas cadeias globais de valor.

Essa correção de rumos deu-se no contexto da crise americana do *subprime*, em 2008, e da queda abrupta nos preços das *commodities* – principal pauta de exportações dos Estados-partes do Mercosul. As classes e frações de classe dominantes argentinas e brasileiras não estavam dispostas a arcar com os custos de uma crise econômica; era preciso socializar as possíveis perdas e, por essa razão, houve a mudança na preferência quanto ao modelo de integração regional a ser adotado: do multidimensional ao aberto outra vez. Sendo assim,

Dado seu posicionamento ambivalente diante do imperialismo, a burguesia interna pode oscilar também seu comportamento político perante as classes dominadas. Em linhas gerais, é possível dizer que, nos tempos de bonança e de relativo crescimento econômico, a burguesia interna é capaz de fazer concessões materiais a tais classes, cuja abrangência pode variar de uma conjuntura para outra, mas, numa situação de crise ou recessão econômica, parte dela pode vir a se movimentar para o outro polo com vistas a repassar o ônus da crise para os trabalhadores [...] (MARTUSCELLI, 2018, p. 63).

Em suma, houve uma tentativa de contenção de perdas e minoração de danos por parte da burguesia argentina e da burguesia brasileira, visto que

As burguesias sul-americanas sempre manifestaram resistência à integração neodesenvolvimentista, progressista ou “pós-liberal” que se tentou implantar sob a liderança dos governos de Lula e Dilma e do casal Kirchner. Essa oposição se deu em graus diferentes de intensidade no período de 2003 a 2017, em todos os países

onde esse projeto político se fez presente. Os fatores conjunturais (econômicos e políticos) verificados sobretudo no Brasil e na Argentina a partir de 2012/2013, e que deram suporte material à ofensiva para a mudança na orientação dos respectivos governos, apenas serviram de estímulo para a busca de objetivos que já constavam, havia muito tempo, na agenda das classes dominantes. Isso torna especialmente difícil a reversão da atual ofensiva anti-integracionista. [...] Por trás da resistência das burguesias locais ao projeto integracionista se encontra uma opção estratégica pela associação com o capital externo, a renúncia a qualquer projeto autônomo de desenvolvimento nacional e regional, a adaptação a uma divisão internacional do trabalho que relega aos países da América do Sul o papel de fornecedores de matérias-primas agrícolas e minerais e de serviços energéticos para as economias do centro do sistema capitalista, com a integração subalterna das remanescentes indústrias da região às cadeias produtivas globais. Do ponto de vista dessas burguesias, já não há um projeto nacional a implementar ou defender – menos ainda, um projeto regional (FUSER, 2017, p. 114 e 115).

A aliança entre os governos de esquerda e o bloco no poder manteve-se até que uma nova correlação de forças internacional pôs em marcha uma reconfiguração das cadeias produtivas – considerando a disputa entre Estados Unidos e China. Ademais, a perspectiva de baixo crescimento ou mesmo recessão provocou uma alteração na correlação de forças interna no interior dos blocos no poder dos Estados mercosulinos. Os efeitos dessa mudança se fizeram primeiro na Argentina, haja visto que o kirchnerismo – defensor do modelo multidimensional de integração – perdeu força após a crise da dívida em 2012 com o conflito em torno dos “Fundos Abutre” (MÍGUEZ, 2017)⁴. Em 2015, elegeu-se presidente da República Argentina Mauricio Macri, com um discurso neoliberal e defendendo a reforma do Mercosul, ou seja, do modelo multidimensional de integração o qual estava vigorando até aquele momento.

Em definitivo, a reivindicação explícita do regionalismo aberto para o Mercosul confirmava uma alteração substancial no interior do bloco no poder: a fração industrial da burguesia interna havia perdido o posto de fração hegemônica e, agora, estava à mercê dos ditames da fração a qual se estabeleceu como hegemônica, a financeira (em companhia da fração agrária e da fração comercial) (CERBINO; GRIMALDI, 2020; SIMONOFF, 2020).

Desta maneira, além do caso argentino, existiu consenso com outros países da região sobre a subordinação de projetos de integração baseados na autonomia a outros princípios e lógicas de integração que foram promovidos durante tal período. Após um importante ciclo de reconfigurações no mapa regional que fortaleceu ferramentas como o MERCOSUL e deu origem à UNASUL, com a virada liberal conservadora que a América Latina experimentou a partir de 2015, as políticas externas levaram à busca de uma reorientação política e econômica das instituições regionais. Embora

⁴ A negociação da dívida argentina com os “Fundos Abutre”, cuja quantia chegava a quase 10 bilhões de dólares, seria concluída e paga apenas no governo de Mauricio Macri, em 2016, o que colocou fim ao litígio judicial entre o Estado argentino e o referido fundo. O pagamento da dívida possibilitou o acesso a crédito internacional, pois a Argentina estava inadimplente com seus credores e isto a impedia de conseguir novos empréstimos internacionais.

tenha sido afirmado que o objetivo era “desideologizar” a integração regional, na realidade o que se observa é a preeminência de um discurso ideológico com um sentido oposto (KAN, BARRENENGOA, 2020) (BARRENENGOA, 2022, p. 18. tradução nossa).

A eleição de Mauricio Macri consolida uma tendência a qual havia iniciado no início dos anos 2010 e que, em meados da década, se confirmava: a alteração do espectro político dos presidentes eleitos na América Latina, passando da “onda rosa” para a “onda azul”. Assim, o Mercosul finalizou a sua segunda fase (2001-2011) e adentrou na terceira fase (2011-?) de seus modelos de integração e de desenvolvimento.

A terceira fase do Mercosul (2011-?), a fase contemporânea, apresenta nítida inclinação ao regionalismo aberto (MÍGUEZ, 2017), sendo bastante difícil falar em uma possível crise do regionalismo, porque as ações dos Estados-partes (à exceção da Argentina após as eleições presidenciais de 2019) demonstram a opção por essa forma de integração. Nesse sentido,

[...] a burguesia interna argentina mostrou que há basicamente dois modelos de atuação do Estado capitalista periférico: um neodesenvolvimentista e outro neoliberal. Esses modelos constituem-se, na verdade, em projetos de Estado e, por conseguinte, moldam as decisões das elites dirigentes e o desenho das políticas públicas. Sendo a política externa um tipo de política pública, a ação do Estado argentino em relação ao Mercosul trará, necessariamente, os conflitos, as contradições e as disputas da burguesia interna argentina (COLLAZIOL, 2022, p. 62-63).

Essas contradições das classes e frações de classe dominantes expressam as disputas internas pela repartição do capital e pela influência sobre o desenho das políticas públicas do Estado argentino. Neste momento, o regionalismo aberto é visto como o modelo capaz de impulsionar a reprodução e a acumulação do capital e, por esse motivo, passou a compor o discurso de Mauricio Macri e de outros mandatários estatais – considerando que representam os interesses do bloco no poder. A questão que se impõe, por conseguinte, diz respeito ao grau de autonomia e de desenvolvimento que o Estado capitalista periférico poderá atingir, dadas as contingências externas e o alinhamento às cadeias globais de valor que cristalizarão as posições na cadeia produtiva da divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, resta saber se a escolha do modelo de integração privilegiará a autonomia e a soberania dos Estados periféricos ou se irá preconizar o subdesenvolvimento e o alinhamento ao imperialismo.

A terceira fase do Mercosul caracteriza-se, igualmente, por questionamentos a padrões e regras anteriormente estabelecidos, de modo que não se pode comparar *ipsis litteris* a fase

do regionalismo aberto do século XXI com àquela dos anos 1990. A tentativa de mudança com relação ao

[...] *paradigma integracionista no Mercosul* aparece nas declarações do primeiro Ministro das Relações Exteriores de Temer, José Serra (PSDB), para quem era necessário promover a “desideologização” da política externa brasileira e a *renovação do Mercosul*, para “corrigir o que precisa ser corrigido, com o objetivo de fortalecê-lo, antes de mais nada quanto ao próprio *livre-comércio entre seus países membros, que ainda deixa a desejar*” (Serra, 2016, p. 1). Para o referido Ministro, o comércio entre os Estados do Mercosul deveria ser desenhado de forma a *não impedir negociações de livre-comércio com terceiros, o que era dificultado pela Tarifa Externa Comum (TEC) e pela Decisão CMC 32/00*. O objetivo do novo governo, portanto, não era a *construção de um projeto autônomo de integração*, mas a *criação de uma plataforma de lançamento da economia brasileira no mercado global*, processo esse que deveria começar pela *aproximação comercial com a UE e a Aliança para o Pacífico* (CAVALCANTI; GRANATO, 2020, p. 81, grifo nosso).

Assim, as propostas de “reforma”, de “readequação”, de “flexibilização” do Mercosul parecem ir muito além de uma simples opção por um modelo de integração regional. Tais mudanças em estudo para o Mercosul parecem alinhar-se com as transformações mais profundas as quais estão operando no cenário internacional e que se materializam nas cadeias produtivas globais com a disputa entre Estados Unidos e China. “Em última análise, o que está em questão quando se problematiza o MERCOSUL não é uma questão meramente técnica, mas as relações de forças internas entre as distintas classes e frações de classe, assim como as próprias bases materiais que lhe dão sustentação” (SCHORR; WAINER, 2005, p. 199 *apud* KAN, 2013, p. 26, tradução nossa).

O cenário internacional está mudando rapidamente e o Mercosul é um ator central no jogo geopolítico, tanto por sua posição geográfica quanto por suas riquezas operacionais (passíveis de exploração) e potenciais (a serem descobertas e utilizadas). O Mercosul encontra-se em uma encruzilhada em que tanto Estados Unidos quanto China buscam atraí-lo para sua área de influência, a fim de que ele orbite – de forma satelitizada – a pujante cadeia global de valor que cada um dos dois países possui. Há margem de manobra para os Estados-partes do Mercosul, há possibilidade de uma ação autônoma – o ponto central é: até quando?

No próximo capítulo, abordaremos a reivindicação do regionalismo aberto para o Mercosul pelo Estado argentino, durante o período do governo Mauricio Macri, a partir da política governamental doméstica e dos discursos oficiais que legitimaram a mudança do paradigma da integração para o Mercosul.

3 A REIVINDICAÇÃO DO MODELO DE REGIONALISMO ABERTO PARA O MERCOSUL POR PARTE DO ESTADO ARGENTINO

Este capítulo procura **caracterizar a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul, por parte do Estado argentino, durante o período do governo Macri**. No intuito de abarcar todos os elementos propostos para análise, o capítulo está dividido em duas partes: a primeira tratará sobre aspectos da política interna e do contexto internacional durante o período governo Macri; a segunda, das diretrizes da política externa argentina durante o período em comento e do modelo de regionalismo aberto apregoado para o Mercosul.

3.1 GOVERNO MACRI: POLÍTICA INTERNA E CENÁRIO INTERNACIONAL

Os acontecimentos econômicos, políticos e socioculturais os quais sucedem em um dado Estado não podem ser tomados como absolutamente exclusivos, no sentido de analisar o Estado isolado e totalmente alheio às nuances da política internacional, ao contato com os países vizinhos e aos desígnios da potência hegemônica, em particular, e do imperialismo, em geral. Indubitavelmente, há processos *sui generis* os quais ocorrem em uma conjuntura específica e que se convertem em uma característica própria de um Estado – não sendo compartilhado por nenhum outro país do sistema internacional –, pois é o resultado de uma correlação de forças específica a qual se manifestou no Estado em que tal acontecimento teve lugar.

Nesse ínterim, para compreendermos a ascensão de Mauricio Macri, as opções de políticas públicas adotadas e os resultados de suas decisões para o Estado argentino, é mister que compreendamos o contexto mais amplo no qual essa história se desenvolve, quer dizer, o cenário internacional. A partir de uma visão geral do cenário internacional, será possível perceber que o período do governo Macri insere-se em uma mudança mais profunda da política continental.

A crise do *subprime* de 2008, com origem nos Estados Unidos, interrompeu a década de crescimentos expressivos da América Latina e do Mercosul, devido ao desaquecimento generalizado das economias e uma queda significativa do comércio mundial (BUSSO; ZELIOVICH, 2016; COLLAZIOL, 2022). Num primeiro momento, as economias emergentes pareciam estar em melhores condições – mais estáveis – do que as economias de países considerados desenvolvidos (de capitalismo avançado). Contudo, viu-se – posteriormente –

uma queda expressiva das taxas de crescimento econômico, inclusive, com resultados negativos do Produto Interno Bruto (PIB)⁵ dos países emergentes e demais países ligados à agroexportação e à exportação de outras *commodities*.

O *boom* das *commodities* havia encerrado seu ciclo e, pouco a pouco, iria pôr fim aos projetos neodesenvolvimentistas em curso desde a ascensão dos governos de esquerda no início dos anos 2000 (CAVALCANTI; GRANATO, 2020). Ademais, sem a base econômica que lhes dava sustentação, os governos de esquerda não dispunham mais de condições materiais para continuar com seus projetos autonomistas de Estado e de uma integração regional multidimensional a qual buscava romper ou – pelo menos – enfraquecer os laços políticos e econômicos com a potência hegemônica. Não havia mais margem de manobra o suficiente para barganhar ou para se opor aos ditames da potência hegemônica, os Estados Unidos. Iniciava-se uma fase de acomodação de interesses em nível global e o Mercosul, no Cone Sul, não escaparia a essa lógica. No entanto, à época, a República Popular da China despontava como uma economia pujante e passava a reunir os requisitos necessários para ser considerada como uma potência desafiante dos desígnios norte-americanos.

Nesse ínterim, o “[...] impacto negativo da queda dos preços das *commodities* [...] afeta profundamente o regionalismo autônomo e favorece o retorno ao regionalismo aberto como estratégia de integração” (MERINO, 2017, p. 32, tradução nossa). Assim, houve um evento singular – a crise de 2008 – que contribuiu para uma alteração substancial nas possibilidades de ação do Estado capitalista periférico – em especial, referimo-nos ao Estado argentino. Essa confluência de fatores internos e externos tornou factível o retorno da reivindicação do regionalismo aberto para o Mercosul e varreu toda a América Latina.

Após o fim do ciclo das *commodities*, a política regional sofreu uma inflexão, de modo que os governos de esquerda foram sendo – progressivamente – substituídos por governos de direita, o que se expressa – por exemplo – na eleição de Mauricio Macri em 2015 na Argentina (MERINO, 2018; SIMONOFF, 2016; UBERTI, 2022). Assim, as transformações políticas das correlações de força internas conduziram à ascensão de governos com perfis conservadores e que se identificam com o neoliberalismo econômico, de modo que o fenômeno da guinada à esquerda latino-americana com a “onda rosa” foi sendo – paulatinamente – revertido por governos de espectro político contrário, originando a chamada “onda azul”.

Não só a política interna sofreu uma alteração substantiva, mas também a política externa para a integração regional, porque “*as proposições autonomistas, as propostas*

⁵ Conjunto de riquezas produzidas por um país durante o ano fiscal.

neodesenvolvimentistas, as novas formas de regionalismo e a busca de uma identidade construída em torno da noção de “pátria grande” são apresentadas como temas do passado” (BUSSO; ZELIOVICH, 2016, p. 17, grifo nosso, tradução nossa). Não havia, destarte, espaço para o neodesenvolvimentismo, para o dirigismo estatal, para a integração multidimensional e para um enfrentamento – ainda que velado – com a os Estados Unidos. Era preciso uma “correção de rumos”, ou seja, adequar-se às expectativas da potência hegemônica e alterar toda a base mais autonomista sobre a qual estavam baseadas a integração do Mercosul e a atuação dos Estados capitalistas periféricos que deste bloco fazem parte.

Nesse sentido, com a guinada política à direita na América Latina, as ideias neoliberais, bem como o regionalismo aberto calcado em suas premissas, ganharam novo ímpeto. O regionalismo aberto foi o modelo difundido, porquanto implica o acesso às cadeias globais de valor, as quais são formas de divisão internacional do trabalho que cristalizam as relações de dependência e subordinação dos países periféricos (TREACY, 2021).

Na esteira do movimento de regresso conservador na América Latina e no Cone Sul, a Argentina foi o primeiro Estado do Mercosul a ter um presidente eleito nos marcos dessa nova correlação de forças do bloco no poder. A ascensão de Mauricio Macri à Presidência da República Argentina significou o fim do ciclo de esquerda na Argentina após mais de uma década. A vitória eleitoral da chapa Mauricio Macri - Gabriela Machetti com 51,40% dos votos válidos contra 48,60% da chapa opositora kirchnerista Daniel Scioli - Carlos Zannini (TÉLAM, 2015, documento eletrônico) significava uma alteração profunda nos rumos quer da política interna quer da política externa argentina. Outrossim, essa vitória eleitoral indicava uma profunda divisão da sociedade argentina entre duas propostas de Estado e de integração – diametralmente – opostas do ponto de vista político, econômico, social e ideológico. Uma curiosidade acerca desse pleito eleitoral, o qual foi resolvido em dois turnos, é o fato de estar – no final do primeiro turno – Scioli (e não Macri) em primeiro lugar e, portanto, ser o favorito para vencer a eleição no segundo turno. Muitas vezes, a história presenteia-nos com algumas ironias. A eleição presidencial de 2015 na Argentina foi tão *sui generis* que passou a ser tachada como

“uma eleição inédita na Argentina porque é a primeira na história em que a presidência será decidida no segundo turno”, disse o analista político Rosendo Fraga. “Também será a primeira vez, em 50 anos, que o presidente não será um militar ou um advogado”. Scioli, o mais votado no primeiro turno, formou-se em comércio internacional. Macri, o favorito nas últimas pesquisas de intenção de voto, é engenheiro (YANAKIEW, 2015, documento eletrônico, grifo nosso).

Com tal ineditismo eleitoral, poder-se-ia pensar que as trajetórias pessoais dos candidatos em disputa são muito distintas, que talvez eram desafetos um do outros, além de apresentarem propostas econômicas e sociais muito diferentes. Não se poderia estar mais distante dos caminhos por ambos percorridos e que se entrecruzaram, inclusive, visto que

Macri foi presidente do clube de futebol Boca Juniors, antes de fundar o partido conservador Proposta Republicana (PRO), pelo qual foi eleito prefeito de Buenos Aires em 2007 e reeleito em 2011. Scioli foi campeão de motonáutica, até aceitar a proposta do então presidente Carlos Menem de se candidatar a deputado federal pelo Partido Justicialista (Peronista) em 1997. Em 2003, ele foi eleito vice-presidente de Néstor Kirchner que, apesar de ser peronista, foi o principal adversário de Menem. Em 2007, Scioli foi eleito governador de Buenos Aires e – a exemplo de Macri – reeleito em 2011. Tanto Scioli quanto Macri tiveram a vida marcada por acontecimentos traumáticos. O candidato governista perdeu um braço em um acidente de lancha em 1989 e usa prótese. O opositor foi sequestrado em 1991 e libertado duas semanas depois, quando a família pagou um resgate de US\$ 6 milhões. As mulheres dos dois candidatos, além de amigas, também têm muito em comum: Juliana Awada (casada com Macri) e Karina Rabolini (mulher de Scioli) são empresárias da moda (YANAKIEW, 2015, documento eletrônico).

A coalizão a qual elegeu Macri, *Cambiamos* (Mudemos), foi a conjunção de três partidos argentinos: o PRO (*Proposta Republicana*, fundado por Macri em 2005, é um partido de centro-direita alinhado aos valores conservadores liberais e do neoliberalismo econômico), a *Coalición Cívica – Afirmación para una República Igualitaria* (CC-ARI, fundada em 2001, é um partido social liberal) e a *Unión Cívica Radical* (UCR, fundada em 1891, é integrante da Internacional Socialista e considerada o mais antigo partido de classe de todas as Américas). Com o slogan “*Juntos por el Cambio*” (“Juntos pela Mudança”), a Aliança *Cambiamos* buscava, justamente, mudar todas as ações empreendidas durante o período dos governos de Néstor e Cristina Kirchner, por entender esse passado kirchnerista como um *momentum* de crise econômica, de alta inflação, de excessivo controle estatal, de restrição às exportações, de controle às importações, de populismo, de rompimento com as potências ocidentais tradicionais e de uma busca infrutífera pela alteração radical da ordem internacional erigida e liderada pelos Estados Unidos. Nesse ínterim, diversos elementos podem explicar as mudanças observadas durante o período do governo Macri, visto que

[...] tem-se explicado o macrismo a partir da *politização dos “gerentes”*, que terminaram formando uma coalizão de setores médios urbanos, classes altas e os *setores produtivos mais conectados com o mercado mundial* (Vommaro, 2017). Outros autores enfatizam o “*republicanismo*” como elemento característico da oposição ao kirchnerismo (López, 2014). Outros trabalhos caracterizaram a emergência de um *novo bloco de poder*, de caráter neoliberal, com *hegemonia do capital estrangeiro e financeiro*, e, em menor medida, agrário, em detrimento da grande burguesia local, tanto industrial como de serviços (Bona, 2016; Centro de Investigación e Formación da República Argentina [Cifra] 2016) (CERBINO;

GRIMALDI, 2020, p. 75, grifo nosso, tradução nossa).

Dessa forma, uma combinação de fatores internos e externos parece ter facilitado a ascensão de Mauricio Macri. E, com uma agenda de política interna e de política externa tão diferente da implementada pela Administração Macri, os períodos Kirchner eram vistos pela Aliança *Cambiamos* – em suma – como um total atraso para a Argentina. Destarte,

Segundo o diagnóstico da administração Cambiamos, *o excessivo intervencionismo estatal da última década* (elevado gasto público, numerosos controles comerciais e cambiais, estatizações), juntamente com *o alto nível dos salários em termos reais*, tinham expandido o consumo para além de sua capacidade, a ponto de desestimular o investimento. Isto acabou gerando uma acumulação de desequilíbrios macroeconômicos (déficit fiscal, inflação, escassez de divisas, entre outros) que explicavam a estagnação econômica. A política econômica, então, baseou suas ações em dois eixos principais: por um lado, o desmontar da estrutura estatal (regras regulatórias) criadas durante o ciclo de governos kirchneristas, para que o “mercado” pudesse estabelecer mecanismos mais eficientes; por outro lado, uma série de medidas de política econômica destinadas a redesenhar o “conjunto de preços relativos” para redistribuir a renda (BONA, 2018, p. 41, grifo nosso, tradução nossa).

De fato, as práticas econômicas de Mauricio Macri seriam opostas àquelas implementadas durante os governos kirchneristas ao menos até a chegada da forte crise, em 2018, que necessitou de intervenções estatais as quais, até aquele momento, eram descritas como populistas e associadas ao governo dos Kirchner. A partir da visão segundo a qual a “mão invisível do mercado” trabalhará de maneira mais adequada possível, – e de invisível o “mercado” não tem sequer um elemento, pois são os grandes conglomerados econômico-financeiros e os sujeitos mais ricos com influência política que definem o que será feito e como, além de pautar o que será e o que não discutido, o que é e o que não é importante, o que é melhor e o que não é recomendável para a população em geral (leia-se: para os interesses de reprodução do capital da burguesia) – Mauricio Macri afirmou ter criado “a melhor equipe dos últimos 50 anos”.

Essa equipe era composta por altos dirigentes da iniciativa privada (GENÉ, 2018) e acabou recebendo a denominação de “CEOcracia” (KATZ, 2015, documento eletrônico). A expressiva presença de CEOs no Estado pode significar que

[...] foram tecidas alianças entre as frações das classes dominantes para modificar as condições de acumulação [...]. O giro [político] atual parece retornar à tendência de um Estado instrumentalizado, tal como foi durante o menemismo, mas com características novas. Um Estado que faz coincidir a sua função com a sua forma, aparecendo abertamente como um *comitê político das frações mais concentradas e internacionalizadas do capital* (Orovitz, 2009: 241) (MÍGUEZ, 2017, p. 114, grifo do autor, tradução nossa).

Essas frações do capital internacionalizado corroboraram na elaboração das pautas da campanha eleitoral, as quais se materializaram no desenho das políticas públicas durante o período do governo de Mauricio Macri. Mencionando a ascensão do governo Macri, muitas foram as promessas de emprego de qualidade para todos, de controle inflacionário, de crescimento econômico e de uma “chuva de investimentos” – para citar a expressão do próprio ex-presidente argentino Mauricio Macri. Afinal, quais foram os desdobramentos das políticas públicas de Macri para o conjunto da sociedade argentina? Antes de fornecermos uma resposta assertiva, passemos primeiro à lógica econômica desenvolvida ao longo do período em comento para, posteriormente, compreendermos seus desdobramentos.

O período do governo Mauricio Macri caracterizou-se pela tentativa de contrapor-se ao período kirchnerista, de modo que a intervenção estatal, a regulação dos preços, a regulação cambial e a taxa de câmbio administrada, a retenção e o impedimento às exportações de certos setores eram vistos como medidas ineficientes as quais deveriam ser deixadas no passado junto com os governos Kirchner – nada memoráveis na percepção do presidente Macri. Nesse ínterim, o discurso de campanha alinhado ao conservadorismo liberal e ao neoliberalismo econômico levou Macri e sua equipe econômica a acercarem-se mais do neoliberalismo (BUSSO; ZELIOVICH, 2016),

Ainda que o governo se negue a ser caracterizado como o gestor de um modelo de desenvolvimento “neoliberal” e afirme, novamente em termos de slogan, que suas políticas visam apenas a ‘limpar a economia’, uma análise geral de suas principais decisões econômicas o identifica com tal modelo. Desvalorização da moeda; desregulamentação financeira; abertura comercial; contração de dívidas; preferência pelo regionalismo aberto; redução de impostos nos setores de produção primária (agricultura e mineração); propostas para reduzir os custos trabalhistas; combate à inflação por meio da contração da demanda (redução do consumo e retração do mercado interno); forte incremento das tarifas de serviços públicos; concentração da renda [...] (BUSSO, 2017, p. 5, tradução nossa).

Mauricio Macri pretendia administrar o Estado argentino com as visões empregadas na iniciativa privada, o que fica perceptível quando ele se refere à composição de seu governo: “*Vejo a Argentina como uma equipe*”, disse Macri em seu discurso de posse. Talvez desta forma ele tenha procurado dar uma imagem do país mais parecida com a de seus novos governantes” (VOMMARO, 2016, p. 8, grifo nosso, tradução nossa). Nesse sentido, reflexo de sua visão neoliberal da economia, o ex-mandatário argentino retirou – paulatinamente – os impostos, as restrições e as cotas incidentes sobre as exportações que tinham sido criadas no período Kirchner. Essa atitude foi brindada, amplamente, pelas classes e frações de classe

dominantes.

Ademais, Macri também promoveu uma mudança cambial substantiva, passando de um câmbio administrado a um câmbio flexível. Os efeitos esperados pelo presidente Mauricio Macri eram uma “chuva de investimentos” vinda do estrangeiro, dadas suas políticas econômicas e de investimentos; contudo, a realidade mostrou-se mais complexa do que haviam previsto Macri, seus ministros e a Aliança *Cambiemos*. A estratégia utilizada pelo

governo nacional apostava em atrair fluxos de capital não apenas com a dívida do Tesouro. [...] foram emitidos títulos de muito curto prazo, que permitiam realizar o que é conhecido no jargão financeiro como carry trade: a entrada de fundos no país para a compra de instrumentos em pesos de muito curto prazo e juros altos, para logo trocá-los novamente em moeda estrangeira. Esta operação é conhecida popularmente como “bicicleta financeira”. O instrumento que cumpriu este papel com mais sucesso foi as LEBACs, que pagaram até 44% de juros anuais e tiveram uma duração média de 50 dias (um mês e meio) (CANTAMUTTO; COSTANTINO, 2020, p. 96, tradução nossa).

O resultado de tais operações financeiras de curto prazo com altas taxas de juros foi o endividamento Estado argentino (SIMONOFF, 2020). Ademais, desde o início do governo Macri, houve uma recomposição das tarifas públicas, quer dizer, um aumento do preço real das tarifas praticadas com base na “declaração de Emergência Energética. Este impulso foi particularmente combatido pelo povo [...]” (CANTAMUTTO; COSTANTINO, 2020, p. 95, tradução nossa). Destarte,

No domínio da política econômica (levando em conta elementos internos e externos profundamente relacionados), as políticas aplicadas ratificaram o rumo inicial, que é uma desvalorização muito importante – aumentos até 1000% das tarifas públicas, redução do emprego público, *eliminação dos impostos às exportações de bens primários* (agro-exportadores, mineradoras e petrolíferas), *pagamento aos “fundos abutre”*, grande emissão de dívida – e demonstraram, de forma contundente, uma nova orientação para o endividamento e o investimento estrangeiro [...] (MÍGUEZ, 2017, p. 112, grifo nosso, tradução nossa).

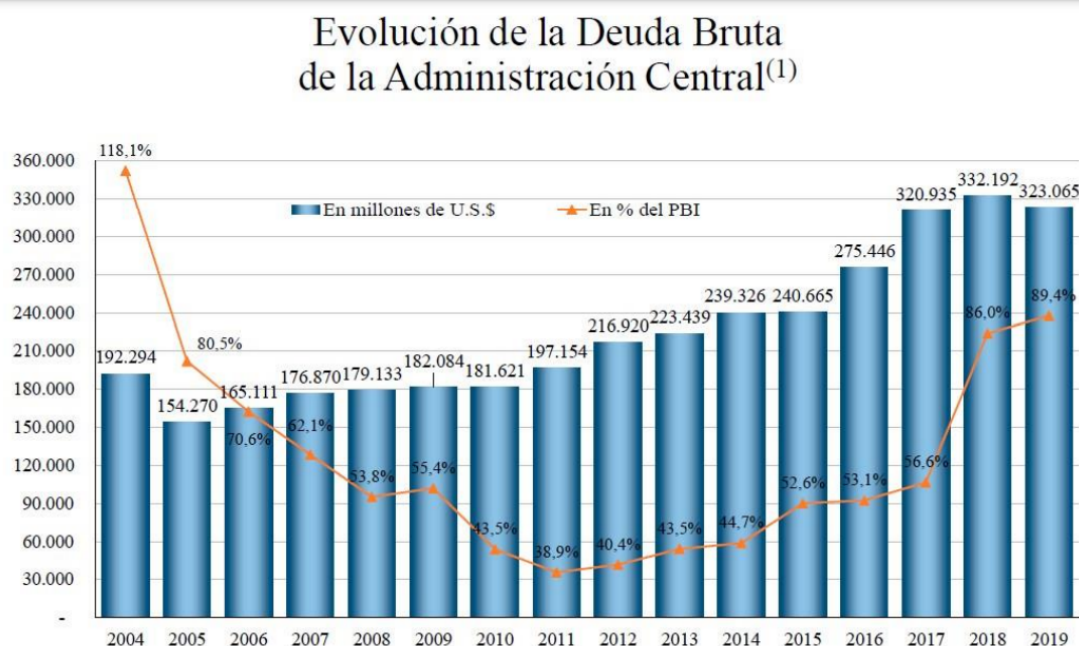
A reconfiguração econômica pela qual passou o Estado argentino durante o período do governo Macri demonstra uma forma distinta de desenho das políticas públicas em relação aos sucessivos governos Kirchner. Nesse sentido, o aumento das tarifas públicas estava alinhado aos preceitos e aos efeitos próprios do neoliberalismo, tendo em vista que “[...] um dos fundamentos constitutivos do neoliberalismo: incrementar a taxa de lucro do capital a partir do enfraquecimento da classe trabalhadora [...]” (BARRERA; BONA, 2018, p. 13 *apud* FRIGGERI, 2019, p. 41, tradução nossa).

A política econômica argentina não surtiu os resultados esperados em muitas searas – a exemplo do combate à inflação –, o que acabou minando, de maneira acachapante, a paridade do poder de compra (PPP) da sociedade argentina. Dentre os desdobramentos negativos das políticas adotadas por Mauricio Macri, o aumento da pobreza – quiçá – seja o pior dos indicadores. Consoante destaca Carmona (2017, p. 10-11, grifo nosso, tradução nossa),

No plano social [...], as medidas implementadas pelo governo geraram, em um curto período de tempo, um *forte aumento dos níveis de pobreza e desigualdade*. De acordo com o último relatório do Observatório da Dívida Social Argentina da Universidade Católica Argentina (UCA), a pobreza aumentou para 32,9% no terceiro trimestre de 2016 (de modo que 1 em cada 3 argentinos é pobre) e a extrema pobreza aumentou em 6,9%. Em pouco menos de um ano de administração macrista, 1,5 milhão de pessoas tornou-se pobre e 600.000 caíram na extrema pobreza. Os números mostram, assim, um quadro de deterioração social em relação a abril de 2016, quando a UCA revelou que a pobreza era de 32,6% e a extrema pobreza de 6,2% (números próximos aos dados fornecidos no final de setembro pelo INDEC, 32,2% e 6,3% respectivamente, com base nos resultados da Pesquisa Permanente de Domicílios). Os cálculos recentes da agência oficial mostraram que a pobreza atingiu 30,3% para o segundo semestre de 2016, de modo que quase 8,3 milhões de pessoas eram pobres e 6,1% da população extremamente pobre, ou seja, 1,7 milhão (com metade dos pobres localizados na região metropolitana de Buenos Aires – quase 4,1 milhões e destes 951.000 extremamente pobres).

A crise econômica interna agravou-se em 2018, quando as pressões cambiais não puderam ser mais suportadas, porquanto não havia divisas suficientes em moeda estrangeira forte para remunerar e fazer frente ao capital especulativo internacional o qual não se direcionava para setores produtivos; ficava, antes, retido nos altos juros pagos às aplicações em títulos públicos de curto prazo. Nesse diapasão, a dívida pública conheceu um crescimento exponencial, conforme se observa no Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 – Evolução da Dívida Bruta da Administração Central (2004-2019).



(1) En la presentación se define a la Deuda Bruta de la Administración Central como la deuda performing, atrasos y deuda elegible pendiente de reestructuración. Esta última incluye capital, mora de intereses e intereses compensatorios estimados, devengados e impagos con posterioridad a la fecha de vencimiento de cada título. Deuda Pública Performing se refiere a aquella que se encuentra en situación de pago normal.

Tomado de Ministerio de Economía, disponible en: <https://www.argentina.gob.ar/economia/finanzas/presentaciongraficadeudapublica> (acceso 21 de julio de 2020)

Fonte: Cantamutto; Costantino (2020, p. 96).

No último ano do governo Cristina Kirchner, em 2015, a dívida bruta somava 52,6% do PIB argentino. Ao final do governo Mauricio Macri, em 2019, a dívida bruta alcançava 89,4% do PIB argentino – sendo necessário ressaltar que parte do incremento substancial da dívida pública deveu-se ao vencimento de dívidas contraídas nos governos anteriores, a exemplo dos “Fundos Abutre”, que deveriam ser pagas sob pena de maiores restrições de crédito ao Estado argentino. A Argentina estava, literalmente, à beira da falência e poderia tornar-se um Estado pária. Aqui três possibilidades se desenhavam: aprofundar as relações com o Mercosul para sair da crise no longo prazo ou aproximar-se quer dos Estados Unidos quer da China, sanar sua crise econômica-financeira-cambiária no curto prazo mas ficar subalterna e subdesenvolvida no longo prazo.

Diante da crise interna, a solução do presidente Mauricio Macri foi aprofundar sua estratégia neoliberal inicial. A solução à crise cambial foi “[...] assinar um acordo com o FMI depois de 15 anos [...]. O empréstimo stand by de U\$S 50 bilhões tentava, entre outras coisas, frear a corrida cambiária, e implicaria uma disciplina fiscal mais exigente que a aplicada até

então” (GENÉ, 2018, p. 56, tradução nossa). O arrocho salarial, o aumento do desemprego e o efeito negativo sobre micro e pequenas empresas – com a falência de muitas delas, inclusive – foram o resultado de políticas as quais, ao longo de quatro anos, não conseguiram combater a inflação e fornecer as bases para um crescimento positivo da economia e do PIB.

Retornando a pergunta proposta: afinal, quais foram os desdobramentos das políticas públicas de Macri para o conjunto da sociedade argentina? Na visão de Varesi (2018, p. 35, tradução nossa),

Embora a revanche classista mostre-se eficaz na transferência de recursos ao grande capital, avançando em um esquema de maior desigualdade, coerente com as novas relações de forças que vigoram tanto na Argentina como em boa parte da América Latina, no marco da contra-ofensiva imperialista na região, as novas velhas receitas do neoliberalismo não conseguem mostrar muitos sucessos no funcionamento econômico geral. A “mudança” nem mesmo conseguiu progressos substanciais em termos dos aspectos que, no próprio discurso oficial, aparecem como os grandes problemas econômicos da “pesada herança” kirchnerista, tais como a alta inflação, o déficit fiscal e a deterioração da balança de pagamentos.

As políticas públicas da Era Macri para o conjunto da sociedade argentina resultaram em aumento da inflação – afetando o poder de compra e a produção voltada ao mercado interno –, a pobreza, as tarifas públicas, as taxas de desemprego e as taxas de pobreza. Diante do exposto precedentemente, o plano dos discursos parece não ter encontrado eco no plano material; a mensagem do emissor não encontrou o canal correto para chegar, satisfatoriamente, ao emissor. Em outras palavras, as promessas dos discursos não se concretizaram no plano real. Assim, o empréstimo solicitado por Mauricio Macri junto ao FMI abalou a imagem e a confiança de seu governo perante a população argentina, em que pese ter sido necessário para o pagamento de dívidas contraídas nos governos anteriores, como os “Fundos Abutre”.

A corrida eleitoral de 2019 foi marcada, em definitivo, pela pauta econômica interna e pelo empréstimo com o FMI, a cujo acordo o candidato vencedor deveria aderir. Mesmo com o congelamento de preços praticado por Mauricio Macri e o aumento salarial concedido naquele ano eleitoral – a fim de recompor um pouco as perdas inflacionárias –, a correlação de forças interna havia mudado, mormente entre as classes populares. As eleições confirmaram a derrota de Mauricio Macri para o kirchnerista Alberto Fernández.

Ao que parece, o emprego direto dos representantes das classes e frações de classe dominantes, em cargos políticos de primeiro escalão, no Estado argentino, durante o período do governo Macri, não surtiu o efeito esperado. Os efeitos das políticas públicas aplicadas podem ser interpretados, também, como o resultado de uma possível instrumentalização do

Estado, porque,

[...] apesar de toda uma série de gestos políticos e medidas concretizadas [...], o governo não obteve os resultados esperados e recaiu, repetidas vezes, em falhas de diagnósticos, improvisações e “tropeços”. *Esses supostos erros também são a resultante do manejo pessoal e discricionário do Estado, abonando a hipótese central da tendência à sua instrumentalização* [do Estado argentino] (MÍGUEZ, 2017, p. 117, grifo nosso, tradução nossa).

Quiçá, o emprego da burguesia tenha sido proposital e os efeitos resultantes da ação direta das classes e frações de classe dominantes tenham sido os intencionalmente desejados, ainda que não os esperados (esperava-se a melhora de indicadores econômicos ou a aparente melhora, a fim de conquistar o apoio das classes populares, por meio do voto, nas eleições da democracia burguesa).

A seguir, aborda-se a política externa argentina e o modelo de regionalismo aberto para o Mercosul durante o período do governo Macri.

3.2 POLÍTICA EXTERNA: LINEAMENTOS DO PERÍODO E A RETOMADA DO MODELO DE REGIONALISMO ABERTO PARA O MERCOSUL

Esta seção busca apresentar um panorama geral das principais diretrizes da política externa argentina durante o período do governo de Mauricio Macri. Para tanto, apontam-se as linhas-mestras as quais balizaram a ação externa do Estado argentino no período em tela e, em seguida, apresentam-se trechos de um documento, o qual foi formulado em 2015 durante a pré-campanha de Mauricio Macri, que influenciou o ex-mandatário argentino durante todo o seu mandato presidencial. Além disso, mostra-se a influência dessas diretrizes para a retomada do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul.

O ponto de partida para a política externa argentina (PEA) durante o período do governo Macri é a busca pela diferenciação em relação à PEA levada adiante pelos sucessivos governos Kirchner (COLLAZIOL, 2022; GENÉ, 2018; TREACY, 2021; VARESI, 2018). A intenção era modificar, ou melhor, alterar radicalmente o que havia sido feito nos governos de esquerda. Assim sendo, “nessa direção, a mudança uniu-se ao slogan que adiantava ‘o retorno da Argentina ao mundo’, o que na verdade pressupunha que durante o kirchnerismo o país havia se retirado do cenário internacional ou, dito de outra forma, *estava isolado*” (BUSSO, 2017, p.1, grifo nosso, tradução nossa). A percepção de uma Argentina “isolada”, “fora do mundo” – leia-se: das cadeias globais de valor e distantes das potências capitalistas

tradicionais – pautou o discurso do presidente Mauricio Macri para forjar sua concepção de uma “inserção inteligente no mundo”.

O ex-presidente Mauricio Macri passou a almejar uma inserção argentina no mundo a qual privilegiasse os tradicionais parceiros hemisféricos e que, concomitantemente, afastasse – politicamente – a Argentina de Estados considerados revisionistas e contestadores do *status quo* internacional. Isto implicava uma postura menos alinhada às visões Sul-Sul e menos direcionada a países como Rússia e China os quais, por sua vez, buscam construir parcerias em âmbito internacional para enfraquecer e para desafiar a (decadente) hegemonia estadunidense. Nesse diapasão,

[...] há um abandono das alianças geopolíticas com os pólos de poder emergentes (cristalizados nos BRICS) para questionar a ordem mundial dominada pelos EUA, pelo Ocidente e pelo Norte Global. As relações com as potências emergentes permanecem em um nível econômico, o que é inevitável, dado que a China é o principal parceiro comercial da América do Sul (MERINO, 2018, p. 1065, tradução nossa).

Assim sendo, a PEA da Era Macri necessitava manter as relações com países anti-sistêmicos em um baixo perfil, isto é, continuar incrementando as relações comerciais, todavia distanciando-se do ponto de vista político. O aprofundamento ou o comprometimento político deveria ser evitado para não causar um mal-estar diplomático junto aos Estados Unidos e à União Europeia (SIMONOFF, 2020). Nesse ínterim,

No âmbito específico da política externa, foi estabelecida uma *nova articulação de ideias e interesses que reorientou a estratégia de inserção internacional* e sua relação com o modelo de desenvolvimento em nível doméstico. Até agora no governo Macri, concretizaram-se várias modificações: a seleção dos Estados que seriam considerados vínculos prioritários, entre os quais se destacam os Estados Unidos; as *relações com o setor financeiro internacional e os organismos multilaterais de crédito*; os critérios para orientar o comércio exterior; o perfil da integração regional [...] (BUSSO, 2017, p. 2, grifo nosso, tradução nossa).

É possível afirmar que a política externa argentina sob a presidência de Mauricio Macri havia definido o “Ocidente” como seu espaço prioritário de ação. O “perfil ocidental” resultava em uma abertura maior ao mundo, na procura de novos mercados para as exportações argentinas, na busca de parceiros-estratégicos os quais visassem à inserção nas cadeias globais de valor; em suma, uma política externa “‘pró-ocidental’ ou ‘globalista’ [...]”. As visitas de líderes europeus no verão portenho, como também a de Barack Obama, foram tomadas pelo governo, e seus meios afins, como um apoio explícito à nova estratégia internacional argentina” (SIMONOFF, 2016, p. 44, grifo nosso, tradução nossa).

Não é de se duvidar que a visita de chefes de Estado e/ou de governo da Europa e dos Estados Unidos fossem, de fato, um aceno à “nova estratégia argentina” em temas de política externa. O ponto fulcral, contudo, diz respeito a se essa “nova estratégia” é benéfica para a Argentina ou para os países de capitalismo avançado, os quais agem de maneira predatória e imperialista com a América Latina e o Mercosul. Caso a resposta à indagação seja a de que a PEA beneficia os Estados capitalistas desenvolvidos, logo entenderemos a motivação de tanto “apoio” à redefinição dos interesses da política externa argentina. A relação da Argentina com países de capitalismo central é diferente quanto às impressões mútuas, porquanto o Estado argentino é visto como “um provedor de alimentos, o que significa sustentar os aspectos mais assimétricos dessas vinculações” (SIMONOFF, 2016, p. 44, tradução nossa).

Conquanto se fale acerca de um “perfil ocidental” para a política externa argentina durante o período do governo de Mauricio Macri, o que isto significa na prática ou como operacionalizar tal postura no cenário internacional?

[...] uma “inserção ocidental”, o que empiricamente implica:

- a- reforçar os laços com os Estados Unidos e países europeus como a Alemanha, Espanha, Itália, Grã-Bretanha, Holanda, entre outros;
- b- melhorar as relações com os organismos multilaterais de crédito (FMI, Banco Mundial) e outros espaços multilaterais (OMC, G20 financeiro);
- c- restabelecer os contatos com o sector financeiro internacional e as empresas multinacionais;
- d- *reorientar as relações latino-americanas para países com uma proposta de inserção semelhante;* e
- e- reposicionar outros países na agenda da política externa que também enriquecem a lógica da conduta pró-ocidental independentemente da sua localização geográfica, como demonstram os casos do Canadá, de Israel e do Japão (BUSSO, 2017, p. 3, grifo nosso, tradução nossa).

Sobre as considerações tecidas na citação acima, destacamos a letra “d”, em que se postula acerca da integração. Indubitavelmente, há – no período do governo de Mauricio Macri – uma mudança de preferência quanto ao modelo de integração regional a ser reivindicado e adotado. Se na Era Kirchner a preferência era pelo modelo multidimensional de integração, na Era Macri haverá a inclinação pelo modelo de regionalismo aberto para o Mercosul.

Dada a intenção da PEA de Macri de inserir a Argentina nos principais fluxos e circuitos mundiais de comércio, investimentos e finanças, um modelo que oferece uma proteção maior à economia e estabelece a Tarifa Externa Comum (TEC) como *conditio sine qua non* para a integração frustra os anseios de alguém que pretende celebrar tratados e acordos de livre-comércio. Essas alterações na PEA expressam-se, por exemplo, no fato de

que “em janeiro de 2016, o presidente Macri participou do Fórum de Davos realizado em Zurique, após 13 anos de ausência de um presidente argentino nesse âmbito” (MÍGUEZ, 2017, p. 109, tradução nossa). Sendo assim, fica evidente que “[...] o agir do governo argentino com a ascensão de Macri na política externa, na qual claramente se retoma o paradigma do regionalismo aberto dominante na década de 1990” (MERINO, 2018, p. 1063, tradução nossa), implicou uma mudança significativa nos rumos da PEA entre 2015 e 2019.

O Mercosul converteu-se, para a PEA do governo Macri, em uma plataforma comercial, um espaço a partir do qual se inserir, competitivamente, nas cadeias globais de valor com sua pauta agrário-exportadora (CAVALCANTI; GRANATO, 2020; COLLAZIOL, 2022). A reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul por parte do Estado argentino está intimamente ligada à percepção segundo a qual o Mercosul deveria ter um papel mais voltado ao comércio e menos à política (SIMONOFF, 2016).

Dessa forma, acreditamos ter apresentado, de forma não exaustiva, as principais diretrizes da política externa argentina durante o período do governo de Mauricio Macri. A seguir, faz-se a apresentação de um documento pouco conhecido, todavia deveras significativo, elaborado durante a campanha presidencial de 2015, por meio do qual são sugeridos temas e visões a serem adotados em uma futura Administração Macri, isto é, caso Mauricio Macri vencesse o pleito eleitoral argentino o que, de fato, veio a ocorrer.

Intitulado “Reflexões sobre os desafios externos da Argentina: Seremos fora o que sejamos dentro. Primeiro Documento”, este escrito acerca da política externa argentina parece refletir os principais interesses das classes e frações de classe dominantes do bloco no poder argentino. O próprio nome do Grupo – Consenso – já indica que havia se estabelecido uma negociação entre as classes e frações de classe dominantes e que os interesses em disputa haviam sido equalizados com relação à política exterior argentina em um futuro governo de Mauricio Macri. O documento buscava expor uma visão “consensual” e “harmonizada” da política externa argentina, ou seja, o que a burguesia argentina esperava do virtual governo entrante, caso se confirmasse uma vitória eleitoral no segundo turno. Nesse sentido, reproduzimos oito dos vinte pontos expostos pelo Grupo Consenso e tecemos comentários acerca de cada um deles, por entendermos que esses trechos analisados condensam o pensamento expresso ao longo de todo o documento elaborado para pautar a atuação da política externa argentina no período do governo de Mauricio Macri.

A visão expressa pelo Grupo Consenso era de uma Argentina que estava alheia às transformações do século XXI. Assim sendo, era necessário que um virtual governo de Mauricio Macri – o qual ainda estava em campanha eleitoral – buscasse o multilateralismo, o

diálogo com o maior número de países possível e, por fim, a integração regional como meio propiciador dessa inserção cosmopolita. Nesse sentido,

2. Neste século XXI globalizado, altamente interconectado e de mudança de poder, estamos nos afastando de um cenário internacional rígido e homogêneo. Estamos entrando em uma *era mais flexível* de maior autonomia para todas as nações. Neste contexto, a República Argentina deve ser um ator global ativo e responsável, participando efetiva e construtivamente *em todas as Organizações e Fóruns Internacionais* e em todos os esquemas de governança global, a fim de contribuir para o redesenho da Institucionalidade Global. *Devemos priorizar a integração regional e gerar o maior número de alianças com países do mundo, a fim de enfrentar os desafios e oportunidades desta nova era. A globalização e a integração devem ser os principais vetores de uma Estratégia para a Inserção Global no século XXI* (GRUPO CONSENSO, 2015, p. 1, grifo nosso, tradução nossa).

[...] como novo presidente da Argentina, *meu firme compromisso com o Mercosul*. Sou muito otimista quanto ao futuro do nosso bloco, um futuro que hoje vejo repleto de oportunidades. *Vejo no Mercosul um espaço para reforçar as relações econômicas e comerciais entre nós e com todo o mundo*, para nos ajudar a crescer e a reduzir a desigualdade na nossa região, para tomar posições comuns face aos grandes desafios globais. Penso que estes objetivos tão nobres estão ao nosso alcance e, se nos propusermos avançar juntos, *poderemos levar o Mercosul para o século XXI* (ARGENTINA, 2015, grifo nosso, tradução nossa).

Eis aqui a visão de participação internacional adotada e posta em prática durante todo o período que vai de 2015 a 2019, ou seja, ao cotejar-se os dois excertos, percebe-se a adoção integral – por parte de Mauricio Macri – da visão elaborada pelo Grupo Consenso para a política externa argentina. A visão instrumentalista acerca do bloco mercosulino aparece logo no primeiro discurso proferido como presidente eleito na primeira participação em uma Cúpula do Mercosul com os demais chefes de Estado. A concepção do Mercosul como um mero “espaço” para relações econômicas e comerciais intra e extra-bloco indica que o aprofundamento não era um objetivo a ser alcançado. Buscava-se, por outro lado, o fortalecimento dos laços existentes entre os Estados-membros do bloco mercosulino com o propósito de ingressar nos fluxos de comércio e de investimentos mundiais para “levar o Mercosul ao século XXI”.

Nesse ínterim, o diálogo com a maior porcentagem de Estados possível apresentava alguns condicionantes, a exemplo da aproximação prioritária com o Ocidente – mormente Estados Unidos e Europa. Dessa forma,

3. O destino de nosso país, sua posição internacional, sua soberania política e a qualidade de vida de nosso povo dependerão, em grande medida, da *relação* que conseguirmos estabelecer *com o resto do mundo, com base em nossa identidade ocidental* como uma sociedade que pratica e defende as instituições republicanas, a divisão de poderes, a liberdade de expressão, os direitos humanos e as garantias

individuais. Seremos no mundo o mesmo que sejamos entre nós (GRUPO CONSENSO, 2015, p. 1, grifo nosso, tradução nossa).

Além disso, *restabelecemos relações com os Estados Unidos, a França, a Itália, a Inglaterra, a Alemanha e Israel, após anos de conflitos, diferenças ou, por vezes, simplesmente negligências*. Também reafirmamos nossa *relação estratégica com a China*, o diálogo com a Rússia, com os países árabes, queremos trabalhar com os países africanos e *fortalecer muito a relação com todo o Leste asiático* (ARGENTINA, 2016, grifo nosso).

A relação com o mundo a partir da visão de pertença à identidade ocidental manifestar-se-ia no alinhamento com os Estados Unidos, na busca do acordo de livre comércio Mercosul-União Europeia, no distanciamento relativo quanto à China e à Rússia, nas tentativas de aproximação com iniciativas como a Aliança do Pacífico e como a Parceria Trans-Pacífica. Ademais, a retomada de uma relação mais próxima com potências capitalistas ocidentais tradicionais ocorre, durante o período do governo Macri, sem deixar de reconhecer a importância da China para a estabilidade econômica argentina e de ter cristalina a impossibilidade de ignorar uma grande potência como a Rússia, no marco das ações de política externa.

A democracia foi, outrossim, alçada à condição de valor inegociável tanto pelo Grupo Consenso, quanto pelo presidente Mauricio Macri. Nesses termos, houve a diretriz de acoplar o Estado argentino à defesa da democracia em âmbito regional, de maneira que

5. A democracia, ideia força do nosso tempo, conseguiu criar raízes fortes em nosso continente e, agora, cabe a nós fortalecer com a mesma intensidade o modo de vida republicano, como a mais alta expressão da vida em sociedade. Cabe, agora, fortalecê-la mediante um apoio à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, à Corte Interamericana de Direitos Humanos e basear nossas condutas públicas na Carta Democrática Interamericana (GRUPO CONSENSO, 2015, p. 1, tradução nossa).

[...] um *compromisso com a institucionalidade, a qualidade democrática e o respeito aos direitos humanos*. Vemos com agrado a vocação de assumir o resultado eleitoral que teve como protagonista a sociedade venezuelana, é um passo em frente. Por isso, assim como gostaria de aproveitar esta ocasião para pedir prudência à oposição da Venezuela após as eleições, também gostaria de *pedir aos Estados partes e em especial ao governo venezuelano, que trabalhem incansavelmente para consolidar uma verdadeira cultura democrática na nossa região*, uma democracia que inclua todos. É neste sentido que gostaria de pedir expressamente, aqui diante de todos os queridos presidentes dos Estados Partes e associados do Mercosul, *a rápida libertação dos presos políticos na Venezuela. Porque nos Estados que fazem parte do Mercosul não pode haver lugar para a perseguição política por razões ideológicas nem a privação ilegítima da liberdade por pensar diferente*. A minha visão sobre a democracia vai muito mais além de ir às urnas de tempos a tempos, a democracia é uma forma de vida, um pacto de convivência entre pessoas que pensam diferente, *é uma maneira de cuidar das pessoas e de processar os dissensos para fazer as coisas melhor, porque essa é a diversidade em que nos enriquecemos* (ARGENTINA, 2015, grifo nosso, tradução nossa).

No tocante à democracia defendida pelo Grupo Consenso, infere-se uma possível menção, embora velada, à Venezuela e àquela que seria a postura da PEA com relação ao Estado venezuelano: a de diálogo, num primeiro momento, e a de isolamento, posteriormente. Apesar do discurso do presidente Mauricio Macri não ter explicitado, fica evidente o porquê de a política exterior argentina ter escolhido a Organização dos Estados Americanos (OEA) como palco de atuação privilegiado, em conjunto com a visão de participação em órgãos multilaterais. Ali era possível contar com o apoio não só dos Estados-membros do Mercosul, mas também de outros países latino-americanos, além – é claro – dos Estados Unidos, para levar a Venezuela a escolher entre dois caminhos: ou aceitar negociar sobre a crise política interna a qual se instalou e ainda vige no país ou arcar com o peso da decisão de não dialogar e ser isolada regional e internacionalmente.

A ativa participação argentina na OEA fez parte da estratégia multilateral da PEA e constitui-se em uma tentativa de reativar órgãos multilaterais “adormecidos” ou estagnados em suas ações, além desses órgãos serem espaços nos quais o Estado argentino poderia ter um papel protagônico. Note-se, igualmente, que o então mandatário argentino Mauricio Macri, em sua primeira participação na Cúpula do Mercosul como presidente eleito, de pronto, expressa seu descontentamento com os rumos políticos do Estado venezuelano – permitindo antever um descompasso entre Argentina e Venezuela quanto à visão do modelo de integração a ser reivindicado para o Mercosul.

O Grupo Consenso – não tendo a participação direta da burguesia – pôde representar melhor os interesses das classes e frações de classe dominantes (POULANTZAS, 1977). Assim, foram eleitas como áreas prioritárias de atuação da política externa argentina aquelas que pudessem trazer maiores dividendos políticos (prestígio) e econômicos (divisas e a “chuva de investimentos”) para o Estado argentino. Nesse diapasão,

6. Ao mesmo tempo, o mundo de hoje se caracteriza pelo fato de que os Estados que *tiveram êxito* terem sido aqueles que *conseguiram vincular seus projetos nacionais com as correntes mais dinâmicas da realidade internacional* em cada momento histórico. Neste contexto, deve-se ter em mente que a agenda global do século XXI privilegiará seis fatores estratégicos: a) Segurança; b) Alimentação; c) Energia; d) Inovação Científica e Tecnológica; e) Recursos Naturais; e f) Meio Ambiente (GRUPO CONSENSO, 2015, p. 1-2, grifo nosso, tradução nossa).

Os seis pontos elencados para a agenda global do século XXI são temas em que a Argentina atua – alimentos, energia, recursos naturais e meio ambiente – ou ambiciona ter um protagonismo maior, como a questão da segurança e da inovação científica e tecnológica. Ressalta-se, outrossim, a percepção neoliberal do Estado e da economia segundo a qual a

inserção em “correntes dinâmicas da realidade internacional”, as cadeias globais de valor, pode contribuir – decisivamente – para o desenvolvimento e para a superação dos gargalos e dos dilemas vividos pelo Estado argentino. No entanto, a globalização do início dos anos 1990 e a crise da convertibilidade de 2001 parecem ter mostrado que os resultados de uma inserção automática, sem reservas e acrítica nos esquemas das grandes potências não são satisfatórios para a superação da dependência e do subdesenvolvimento.

A década inicial dos anos 2000 viu o crescimento chinês como propulsor do *boom* das *commodities* e, com a crise de 2008, o despencar de seus preços; levando, assim, ao fim do ciclo de valorização da exportação de produtos primários. Não tendo a pauta exportadora se alterado substancialmente – a não ser pela diminuição dos produtos industrializados intra-Mercosul devido ao efeito de reprimarização patrocinado também pela China – o Grupo Consenso apresentou o seguinte diagnóstico para um futuro governo Macri:

9. O cenário mundial do último decênio nos favoreceu com preços altos e intensa demanda pelas commodities que produzimos melhor. Mas esta tendência parece ter atingido um platô. E agora *cabe a nós, e não ao mundo, dar um salto de qualidade e incorporar valor agregado e conhecimento aos nossos produtos exportáveis*. Isto nos leva a promover, de forma objetiva, nossas prioridades nacionais, forjando alianças que sirvam a este propósito (GRUPO CONSENSO, 2015, p. 2, grifo nosso, tradução nossa).

Estou muito entusiasmado por estar aqui, mas acima de tudo estar acompanhado por uma delegação tão importante e tão nutrida de empresários argentinos que vêm buscar se relacionar, construir projetos em comum com empresários deste impressionante país. Já são 45 anos de relação entre a Argentina e a China. *Hoje, a China já é o segundo parceiro comercial do nosso país e um importante investidor* (ARGENTINA, 2017a, grifo nosso, tradução nossa).

A diretriz do Grupo Consenso para as exportações argentinas é agregar valor à pauta exportadora já existente; mantê-la e não a modificar. O projeto neoliberal, o qual foi adotado pelo presidente eleito Mauricio Macri, é de manter a cesta agroexportadora argentina; agregando, quando possível, valor aos produtos primários e às *commodities*.

O Mercosul, como exposto anteriormente, era central para a estratégia argentina de inserir-se nas principais cadeias globais de valor. Nesse sentido, a relação do bloco mercosulino com os demais Estados sul-americanos e latino-americanos também era importante para os fluxos comerciais e para a atração de investimento estrangeiro direto, pois,

12. Da mesma forma, o desenvolvimento de nossas sociedades também está intrinsecamente ligado à *integração com nossos vizinhos*. *A dimensão bioceânica de uma política externa regional pode tomar a forma de uma convergência apropriada entre o Mercosul atlântico e a promissora Aliança do Pacífico, a fim de obter acesso, com máxima capacidade de negociação, ao centro econômico mundial que*

está tomando forma em torno da região Ásia-Pacífico (GRUPO CONSENSO, 2015, p. 2-3, grifo nosso, tradução nossa).

[...] o compromisso e a proposta da Argentina é que o MERCOSUL sirva não só para nos integrar cada dia mais entre nós mesmos, mas também para ampliar e distribuir os benefícios da globalização. Não se trata de saber se a globalização é boa ou má, mas – sim – de que tipo de globalização queremos, uma globalização que crie condições para um comércio justo ao mesmo tempo que protege os sectores mais vulneráveis; uma globalização que seja um instrumento para reduzir a pobreza e gerar desenvolvimento equitativo e sustentável (ARGENTINA, 2017b, grifo nosso, tradução nossa).

Os rumos os quais a política externa argentina deveria tomar, consoante o Grupo Consenso, eram o da aproximação regional para o acesso internacional. Dito de outro modo, preconizava-se uma integração flexível em âmbito regional para ter ingresso privilegiado nas cadeias globais de valor. A integração passa a ser entendida, portanto, como uma forma de inserção nos fluxos mais pujantes de comércio e finanças – mantendo o perfil agroexportador e impulsionando a visão de que a participação nas cadeias globais de valor possibilitaria colher bons frutos da globalização assimétrica.

A continuidade da pauta primário-exportadora ganha tal relevância no desenho da política pública feita pelo Grupo Consenso que é aventada a criação de uma possível união regional de países agroexportadores, conforme se verifica no excerto a seguir:

14. A formidável ferramenta alimentar atualmente ao nosso alcance seria reforçada por este acordo estratégico com o Brasil e também por acordos com outros países agroexportadores da região, para que possamos nos tornar a principal plataforma mundial de fornecimento de proteína no século XXI, assumindo todos nós um papel global decisivo na agenda do sistema internacional. Devemos continuar aumentando os fluxos comerciais com os grandes compradores de alimentos, mas gerando interesses comuns que nos permitam interessá-los positivamente acerca da conveniência de passar para uma escala maior de investimentos e empreendimentos conjuntos que contribuam para favorecer nosso desenvolvimento e que, ao mesmo tempo, sejam percebidos como uma forma mais sólida de garantir sua segurança de abastecimento a longo prazo (GRUPO CONSENSO, 2015, p. 3, grifo nosso, tradução nossa).

É mister ressaltar que o Brasil mantém-se como o principal parceiro estratégico da Argentina desde os primeiros acordos da década de 80 do século XX, os quais visavam à integração produtiva. Essa aproximação argentino-brasileira inicia-se, na verdade, com a Guerra das Malvinas – também chamada de Guerra do Atlântico Sul –, em 1982, quando o Brasil auxiliou, com armamentos, o Estado argentino durante o referido conflito.

A intenção de formar uma coalizão de países agroexportadores, com o objetivo de constituir o principal centro mundial de produção alimentícia, demonstra a submissão aos desígnios de potências industrializadas, porquanto China e Estados Unidos importam bens de

pouco ou nenhum valor agregado e exportam produtos de alto valor agregado, com alta carga tecnológica e capital-intensivos, do ponto de vista da produção. Em outros termos, ambas as potências trabalham pela manutenção da subalternidade estrutural do Mercosul no cenário internacional. Mais uma vez, prevalece a ideia da consolidação da pauta exportadora de alimentos e *commodities*, sem haver – destarte – a proposição de mudanças estruturais de monta.

O apelo à imagem do isolamento argentino durante o período do governo dos Kirchner foi deveras relevante para a conformação das diretrizes as quais a política externa argentina deveria seguir em um possível governo Macri. Uma das linhas abertas foi a de inserir o Estado argentino nos principais acordos comerciais e financeiros os quais eram negociados à época, sob pena de continuar a Argentina “isolada do mundo”. A segunda linha de atuação relacionava-se à primeira, porque a “inserção inteligente no mundo”, para utilizar as palavras do próprio presidente Mauricio Macri, significava aproveitar as vantagens comparativas das quais o país dispunha com vistas a ingressar nas cadeias globais de valor na qualidade de fornecedor de alimentos e matérias-primas; garantindo, assim, a segurança alimentar e o abastecimento da cadeia de suprimentos dos Estados capitalistas industrializados. Nesses termos,

16. A prioridade estratégica da Argentina deve ser a inserção apropriada do país no novo cenário internacional em transformação, que atualmente é marcado por duas coordenadas fundamentais. A primeira destas coordenadas é a *aceleração dos processos de integração econômica e política, um fenômeno que deixa inexoravelmente para trás aqueles que não participam de sua construção, deixando-os em uma situação de isolamento e de irrelevância gradual*. A segunda é a irrupção vigorosa do mundo emergente, cuja ascensão abre imensas *oportunidades para os países produtores de alimentos, entre os quais a Argentina detém uma posição privilegiada, que precisa ser explorada com inteligência e vontade política* (GRUPO CONSENSO, 2015, p. 3, grifo nosso, tradução nossa).

O trecho acima demonstra que o Grupo Consenso reputava como essencial a participação do Estado argentino nos acordos de livre-comércio de alcance mundial; caso contrário, o isolamento dos grandes fluxos comerciais e de investimentos seria o destino argentino. Sublinha-se, outrossim, a percepção de que a Argentina deveria inserir-se nas cadeias globais de valor da maneira como se encontrava, ou seja, como exportadora de alimentos e de matérias-primas, de modo a ser percebida como um país confiável na manutenção da segurança alimentar global e, assim, angariar investimentos em infraestrutura e em outras áreas capazes de promover um desenvolvimento econômico e social mais pujante e duradouro.

De fato, a proposição, se analisada do ponto de vista das condições materiais atuais tanto da Argentina quanto da América Latina, coloca os Estados latino-americanos em uma situação privilegiada, pois são produtores de alimentos. Isto pode ser convertido em importante instrumento de barganha nas relações internacionais: sem alimentos e *commodities* não há produção de tecnologia e de bens com alto valor agregado, não há produção industrial em larga escala e, para além disso, não há vida. Temos em nossas mãos elementos relevantes para o desenvolvimento de nossas sociedades, na medida em que abundam recursos energéticos, alimentares, terras agricultáveis e água. A grande questão é como operacionalizar todo o potencial do qual dispomos e assumirmos, verdadeiramente, o controle de um desenvolvimento endógeno.

O potencial latino-americano vê-se constrangido, sistemicamente, por exemplo, pela determinação dos preços dos alimentos e das *commodities* nos mercados internacionais, quando a produção real e efetiva ocorre em espaços geográficos os quais não têm voz, poder de veto ou poder de determinação acerca dos valores a serem praticados pelos produtos essenciais produzidos localmente. Outro ponto refere-se aos investimentos esperados a partir do provimento de uma segurança alimentar duradoura a países industrializados, já que as inversões direcionam-se – sobretudo – aos setores os quais possibilitam o escoamento da produção de alimentos e de *commodities* (a exemplo das políticas de infraestrutura empreendidas pela China na América Latina e África), resultando em um não desenvolvimento de cadeias produtivas regionais de valor. A pauta exportadora passa a ser reforçada, destarte, pelas inversões que se concentram na garantia da manutenção do fornecimento de alimentos e de insumos para a indústria dos países de capitalismo central ou avançado. Restar-nos-ia perguntar, então, de que forma a América Latina – sabendo de seu potencial alimentar e energético – pode tirar proveito e arbitrar, de maneira mais decisiva, na política de preços de seus próprios produtos? Deixamos a questão para reflexão dos leitores.

Assim, ao analisarmos o Documento elaborado pelo Grupo Consenso, podemos compreender melhor quais foram as principais visões e diretrizes para a política externa argentina durante a campanha presidencial de Mauricio Macri. Além disso, percebe-se o estreito alinhamento entre as diretrizes da PEA esboçadas durante a campanha eleitoral – influenciadas pelo bloco no poder – e o discurso oficial do governo Macri que passou a implementar tais diretrizes após as eleições. Nesse diapasão,

Tendo em conta a estreita vinculação entre a política interna e a política externa, e entendendo que as modificações no Estado impactam também no conteúdo e na forma das políticas implementadas, entre as quais se inclui a *política externa*, é

necessário destacar que a tendência é a contrária à do kirchnerismo, e que o *processo de mudança se orienta para uma “situação instrumental” do Estado* (Zavaleta Mercado, 2009: 331) onde se produz *praticamente uma unificação do poder político com o das classes dominantes, em detrimento da autonomia relativa* (MÍGUEZ, 2017, p. 115, grifo nosso, tradução nossa).

Isto significa que as classes e frações dominantes do bloco no poder tiveram uma influência particular no desenho das políticas públicas, incluindo a política externa. As novas linhas-mestras da PEA, as quais pautaram a Administração Macri entre dezembro de 2015 e dezembro de 2019, influenciaram os rumos da integração do Mercosul, considerando o discurso argentino de reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul.

Assim, com a vitória eleitoral de Mauricio Macri em 2015, alteraram-se as expectativas quanto ao Mercosul, haja visto que – de um modelo multidimensional – passou-se a defender o regionalismo aberto. O então candidato Mauricio Macri não havia escondido seu viés neoliberal, tampouco sua intenção de um Mercosul mais “flexível”, leve e que ajudasse a Argentina a sair do “isolamento” internacional em que se encontrava, de modo a realizar uma “inserção inteligente no mundo”. O modelo o qual, consoante Macri, possibilitaria esse giro de 180 graus em sua política externa era o do regionalismo aberto.

Nesse ínterim, não se pode pensar que a opção pelo regionalismo aberto foi uma simples preferência ou um mero capricho de Mauricio Macri. É preciso recordar que “[...] as constantes disputas travadas entre as frações de classe no aparato do Estado afetam a integração regional, [...] as dinâmicas e tendências do Mercosul” (CAVALCANTI; GRANATO, 2020, p. 86). Por essa razão, mais do que a defesa de uma visão, o presidente Macri defende um interesse: o da integração às cadeias globais de valor.

A disputa entre os modelos de integração (multidimensional ou aberto) diz respeito a projetos de Estado e de integração os quais se caracterizam por “desenhos autonomistas e outros globalistas” (SIMONOFF, 2020, p. 129, tradução nossa), ou seja, ou se constrói uma base de atuação menos dependente do imperialismo ou se adere aos ditames vindos dele. O Mercosul é um projeto estratégico de longo prazo (BUSSO; ZELIOVICH, 2016; CAVALCANTI; GRANATO, 2020; GRANATO 2014, 2015, 2020, 2021b; MERINO, 2017, 2018; SIMONOFF, 2020).

Mauricio Macri menciona, em seus discursos presidenciais, que o Mercosul é um projeto estratégico; não obstante, para ele, o estratégico não se refere à construção de cadeias regionais de valor, mas – sim – a estratégia de inserção nas cadeias globais de valor. Macri também não é um caso *sui generis*, ele é produto de uma virada conservadora latino-americana que, desde 2011, vem se manifestando em diversos países. Entretanto, a

“inovação de Macri” refere-se ao fato de ele ser o primeiro presidente conservador eleito no Mercosul desde o fenômeno da “onda rosa” dos anos 2000. Prova da confluência de governos conservadores na região é que,

Em visita à Argentina em outubro de 2016, Temer defendeu a “flexibilização” das regras do Mercosul com o objetivo de formalizar o Acordo UE-Mercosul, posição também apoiada por Macri. O presidente brasileiro destacou o caráter estratégico da inserção competitiva do bloco sul-americano no comércio internacional, evidenciando desta forma uma visão instrumental do Mercosul, que se constituiria apenas como um trampolim para a participação do país no comércio internacional. (CAVALCANTI; GRANATO, 2020, p. 80, grifo nosso).

O Mercosul passou a ser entendido como uma plataforma de consolidação da escala de produção capitalista (e de reprodução das relações de produção capitalistas) em nível regional, a fim de inserir-se nos grandes fluxos comerciais e financeiros internacionais; compondo, assim, as cadeias globais de valor. Nesse ínterim, uma “nova guinada conservadora [vem] se consolidando na região, o Mercosul também foi experimentando mudanças gradativas [...] resulta possível verificar que o retorno [...] do regionalismo aberto [...] adquiriu contornos mais claros” (GRANATO, 2021b, p. 21-22).

A política externa argentina para o Mercosul durante o período do governo Macri foi muito clara: a reivindicação do regionalismo aberto como modelo de desenvolvimento para os Estados-partes. Ainda que desenvolvido num contexto internacional e local diferente, convém lembrar o conceito de regionalismo aberto cunhado pela CEPAL, porque somente a partir dessa retomada é possível delinear os efeitos e os objetivos tanto do modelo aberto quanto do multidimensional. Nesses termos, o regionalismo aberto é

[...] o processo que surge ao conciliar [...] a interdependência nascida de acordos especiais de caráter preferencial e aquela impulsionada, basicamente, pelos sinais do mercado resultantes da liberalização comercial em geral. O que se busca com o regionalismo aberto é que as políticas explícitas de integração sejam compatíveis com as políticas tendentes a elevar a competitividade internacional e as complementem (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA ALATINA Y EL CARIBE, 1994a, p. 7, tradução nossa).

Com relação às diferenças entre os modelos multidimensional e aberto de integração, é necessário ressaltar o grau de autonomia o qual cada um advoga e, mais do que isso, as perspectivas de luta para a superação do subdesenvolvimento e para a mudança na posição de Estado da periferia mundial:

[...] Pode-se observar um confronto entre o regionalismo autônomo – que questiona o papel da periferia na Ordem Mundial e tenta estabelecer estratégias de

desenvolvimento endógeno para posicionar a região como um bloco de poder em um cenário multipolar – e o regionalismo aberto – que não questiona o lugar de periferia e o papel na divisão internacional do trabalho, busca estratégias de adaptação ao capitalismo global, propõe uma aliança estratégica com os Estados Unidos e, mais amplamente, com o Ocidente, e está centrada no livre mercado e na integração das cadeias globais de valor dominadas pelo capital transnacional (MERINO, 2017, p. 19, tradução nossa).

Dessa maneira, o regionalismo autônomo visa à superação da condição de dependência e busca confrontar – dentro de certos limites – a potência hegemônica para uma redistribuição do poder e dos recursos globais, ao passo que o regionalismo aberto não questiona o lugar periférico o qual ocupa na escala de poder mundial, tampouco objetiva uma quebra ou alteração substancial do *status quo* internacional. Em outras palavras, o modelo multidimensional busca a redefinição das relações de poder internacionais; o neoliberal, a acomodação de seus interesses subordinados aos da potência hegemônica. E foi esse último modelo que o Estado argentino promoveu, efetivamente, junto aos demais Estados-membros do Mercosul e à comunidade internacional. Essa diretriz da política externa argentina para o Mercosul está alinhada ao pensamento cepalino de 1994, segundo o qual, na pior das hipóteses, o modelo de regionalismo aberto serve como um “mecanismo de defesa [...] um mecanismo para diversificar os riscos em uma economia internacional repleta de incertezas” (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 1994a, p. 5, tradução nossa).

A política exterior argentina priorizou uma alteração no funcionamento do bloco mercosulino, pois Macri propôs um Mercosul com uma Tarifa Externa Comum flexibilizada (ou seria fragilizada?), com uma estrutura institucional mais enxuta e menos custosa do ponto de vista financeiro, com a flexibilização da Decisão N.º 32/00 do Conselho Mercado Comum (CMC) que decidiu “Art. 1º. - Reafirmar o compromisso dos Estados Partes do MERCOSUL de negociar de forma conjunta acordos de natureza comercial com terceiros países ou blocos de países extra-zona nos quais se outorguem preferências tarifárias” (MERCADO COMUM DO SUL, 2000, documento eletrônico). A política externa argentina para o Mercosul, na reivindicação do regionalismo aberto como modelo de integração a ser adotado pelos Estados-partes, tinha o intento de aproximá-lo da Aliança do Pacífico e, talvez, mais do que isso, porque Macri via a Aliança do Pacífico como um modelo de êxito comercial a ser seguido. Nesse sentido,

Na esfera sul-americana, Macri visitou o Brasil, o Chile e o Uruguai como presidente eleito, mas desde então seus discursos têm sinalizado a *intenção de flexibilizar o MERCOSUL e se aproximar da AP*. Suas posteriores viagens à

Colômbia e ao Peru, a chegada do Presidente Peña Nieto a Buenos Aires, bem como a *decisão de acrescentar a Argentina como observador da AP*, confirmam a tendência do [...] governo (BUSSO; ZELIOVICH, 2016, p. 19, grifo nosso, tradução nossa).

A ação de solicitar a posição de observador na Aliança do Pacífico demonstra a forte inclinação do presidente argentino Mauricio Macri ao regionalismo aberto e a formas de integração mais flexíveis, restritas aos temas comerciais e financeiros, sem alta carga de compromissos e sem impeditivos à celebração de acordos de livre-comércio quando lhe convém – ou melhor – quando convém as classes e frações de classe dominantes do bloco no poder. A Aliança do Pacífico – na qual Macri desejava ingressar, por intermédio do Mercosul, para ter acesso à Parceria Transpacífica (TPP – *Trans-Pacific Partnership*) – é um típico acordo de regionalismo aberto que busca estar mais próximo dos Estados Unidos. Nos marcos de uma atuação pró-ocidental alinhada à potência hegemônica, a Aliança do Pacífico – e seus congêneres – busca ampliar os fluxos comerciais e atrair investimentos externos (MERINO, 2017; SIMONOFF, 2020).

A ideia de atrair inversões estrangeiras era central para Mauricio Macri, na medida em que somente uma “chuva de investimentos” poderia resgatar a Argentina da crítica situação econômica, cambial, política e social em que se encontrava. Nesse sentido, considerando a postura do Estado argentino na reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul, infere-se que “o Mercosul esteve reduzido inicialmente a ser a porta de acesso à União Europeia e à Aliança do Pacífico – estações intermediárias para chegar aos acordos transatlântico e transpacíficos” (SIMONOFF, 2020, p. 130, tradução nossa). O interesse do Estado argentino – quanto à reivindicação do regionalismo aberto para o Mercosul – não pode ser desvinculado, também, dos desígnios estadunidenses, porque

apontando claramente a diferença entre a AP [Aliança do Pacífico] e o regionalismo autônomo, em um dossiê sobre o assunto publicado pelo Financial Times (2/4/2014), afirma-se que [...] “*se o Mercosul representa o socialismo do século XXI, a Aliança do Pacífico representa o capitalismo do século XXI*”. A este respeito, deve-se observar que *todos os membros da Aliança do Pacífico têm acordos de livre comércio com os Estados Unidos, aos quais se opuseram neste últimos anos os países que compõem o MERCOSUL e a ALBA* (MERINO, 2017, p. 25, grifo nosso, tradução nossa).

A tendência a aderir a acordos de livre-comércio e a formatos de integração mais superficiais não se refere diretamente à Argentina – em que pese haver sido manifestado interesse nesse sentido por parte do Estado argentino durante o período do governo Macri – pois é o reflexo das múltiplas pressões exercidas pelos Estados Unidos sobre os países da

América Latina, em geral, e sobre os do Mercosul, em especial. Um Mercosul forte e unificado, com uma TEC estabelecida e com a Decisão CMC N.º 32/00 vigente, impõe uma barreira aos interesses estadunidenses, haja visto que impede a penetração de capitais especulativos e de produtos manufaturados com alto teor tecnológico, vindos dos Estados Unidos, que possam prejudicar à produção local-regional. Ademais, a China também se beneficia com um Mercosul “flexibilizado”, ou seja, enfraquecido, porque facilita o acesso de seus produtos de baixo custo e capital-intensivos: cada vez menos a produção chinesa baseia-se em bens trabalho-intensivos.

Nesse diapasão, a política externa argentina para o Mercosul, a qual visava à flexibilização de um conjunto de normas e dispositivos que – ao fim e ao cabo – dão forma à integração regional de viés multidimensional, pode ser caracterizada como uma política de precarização. Sendo assim,

Conforme evidenciado nas discussões recentes das autoridades políticas dos países do bloco, a pregoada “modernização” e “flexibilização” da integração regional vem sendo pautada pela tentativa de o desmonte da, ainda que imperfeita, arquitetura institucional e normativa construída ao longo de vinte e cinco anos de história, no entendimento de que – nos termos dos próprios defensores da referida modernização –, a negociação individual de acordos de livre comércio seria um fator chave para uma inserção bem-sucedida nas cadeias globais de valor. Resgatar o legado dos acordos precursores é preciso (GRANATO, 2021b, p. 26).

A intenção de “flexibilização” do Mercosul por parte de seus Estados-membros demonstra que há – de fato – um alinhamento entre as classes e frações de classe dominantes dos blocos no poder mercosulinos com as classes e frações de classe dominantes dos blocos no poder dos centros dinâmicos do capitalismo mundial. Dessa forma, a reivindicação do regionalismo aberto para o Mercosul – por parte do Estado argentino – e a efetiva retomada do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul indicam ter havido uma confluência entre fatores sistêmicos (externos, a influência estadunidense e a crescente presença chinesa) e fatores de ordem interna (a eleição de Mauricio Macri em 2015). Sendo assim, ficaram evidenciadas as preferências e as ações tomadas pelo Estado argentino, durante o período do governo de Mauricio Macri, para a implementação do regionalismo aberto como modelo de integração para o Mercosul.

O próximo capítulo contemplará o bloco no poder e a reivindicação do regionalismo aberto para o Mercosul.

4 O BLOCO NO PODER NO GOVERNO MACRI E A REIVINDICAÇÃO DO REGIONALISMO ABERTO PARA O MERCOSUL

Este capítulo objetiva **analisar as classes e frações de classe dominantes do bloco no poder argentino para compreender a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul, por parte do Estado argentino, durante o período do governo de Mauricio Macri.** Nesse ínterim, o capítulo divide-se em duas partes: a primeira aborda a questão das classes e frações de classes dominantes, ressaltando a fração financeira como fração hegemônica; a segunda, os reflexos dos discursos da fração financeira e da fração agrária argentinas para a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul, por parte do Estado argentino, durante o período do governo Macri.

4.1 EVIDÊNCIAS DA FRAÇÃO FINANCEIRA COMO A FRAÇÃO HEGEMÔNICA DO BLOCO NO PODER DO ESTADO ARGENTINO

Consoante Poulantzas (1977), a burguesia é organizada pelo Estado capitalista em uma unidade contraditória com dominante, isto é, no bloco no poder com uma fração hegemônica, a qual polariza o interesse político das demais classes e frações de classe dominantes. Nesse sentido, no interior do bloco no poder, há uma luta entre as classes e frações dominantes pela imposição de uma hegemonia, por meio da ascensão à condição de fração hegemônica, porquanto a fração hegemônica beneficia-se da formulação de políticas públicas tanto interna quanto externamente. Esse benefício não necessariamente é econômico, porém – e aqui acreditamos ser uma contribuição de nosso trabalho – a fração hegemônica não pode ter prejuízos financeiros. E por que acreditamos na afirmação anterior? Porque um prejuízo econômico-financeiro representa o alijamento da fração em questão de uma primeira camada do bloco no poder, ou seja, da posição de fração hegemônica ou da posição de classe ou fração de classe dominante que orbita – em primeiro plano – a fração hegemônica. Ademais, as perdas econômico-financeiras acenam, igualmente, para o fato de a classe ou fração em tela não ser o alvo prioritário das políticas públicas, no sentido de aumentar ou, pelo menos, de manter e blindar o patrimônio da classe ou fração de classe dominante que estaria mais próxima do Estado e das instâncias decisórias dando-lhes apoio e sustentação.

Durante os sucessivos períodos dos governos Kirchner, após a crise da convertibilidade de 2001, *“a saída da crise se estruturou a partir das demandas de uma fração do BeP [bloco no poder], a industrial”* (CANTAMUTTO; COSTANTINO, 2020, p.

99, grifo nosso, tradução nossa). Fica evidente, portanto, que a fração industrial era a fração hegemônica do bloco no poder durante o período dos governos de esquerda na Argentina. Contudo, com a crise de 2008, houve uma significativa alteração na correlação de forças no interior do bloco no poder, de modo que a fração industrial passou a ter sua posição hegemônica desgastada e contestada. Paulatinamente, a crise da frente neodesenvolvimentista e de sua respectiva base de acumulação e sustentação – o *boom* das *commodities* – minaram o mercado interno argentino, bem como a fração que dele depende para reproduzir seu capital, a fração industrial.

O processo de alteração na correlação de forças se inicia com os acordos estabelecidos entre as classes e frações de classe dominantes do bloco no poder argentino para a superação da crise da convertibilidade em 2001, quando as classe e frações dominantes unem-se e acabam decidindo por um imposto às exportações do agronegócio, o qual deveria ser temporário (CERBINO; GRIMALDI, 2020). As frações agrárias, ainda que descontentes com a medida, concordaram em pagar o imposto para uma saída rápida da crise econômica e social; todavia, o imposto permaneceu e foi aprofundado nas gestões de Néstor e Cristina Kirchner (CERBINO; GRIMALDI, 2020; MÍGUEZ, 2017), o que representou um duro golpe para a fração agrária argentina e – juntamente com os efeitos negativos da crise do *subprime* em 2008 – levou-a a distanciar-se, paulatinamente, dos governos Kirchner. Dessa maneira,

O ano de 2008 [...] foi um ponto de rompimento. *O estabelecimento de retenciones móveis (que se elevavam automaticamente em função do aumento dos preços internacionais das mercadorias agrícolas)* com as quais o Governo apostava em financiar-se antes de se fazerem [...] *foi a gota d'água para as entidades patronais agrárias, que romperam definitivamente os seus laços com o Governo. [...] A fração mais poderosa da classe dominante, a grande burguesia industrial, ainda não havia retirado o seu apoio ao Governo. A renda que saía do campo, via retenciones, ia parar nas mãos desses industriais, mediante distintos mecanismos. Um dos mais importantes, os subsídios às tarifas de serviços, representavam um benefício duplo para os industriais: baixavam os custos de operação das plantas e o custo da mão-de-obra. A isto há que acrescentar mecanismos protecionistas, subsídios diretos e indiretos e, sobretudo, a manutenção de uma taxa de câmbio favorável à indústria. No entanto, o desenvolvimento da crise econômica em breve geraria rupturas no ramo industrial da aliança governante (Sartelli, 2008; Grimaldi, 2018b) (CERBINO; GRIMALDI, 2020, p. 77 e 78, grifo nosso, tradução nossa).*

Além das *retenciones* móveis, durante o período do primeiro mandato de Cristina Kirchner foram impostas, também, restrições às importações, prejudicando – assim – as frações dominantes do bloco no poder ligadas ao comércio de importação. A atividade econômica argentina também era penalizada com as restrições impostas à importação, porque estas resultaram no “desabastecimento de insumos” (CERBINO; GRIMALDI, 2020, p. 87,

tradução nossa) para produtores de diversos matizes econômicos e de diferentes escalas de capital.

Fica evidenciado, outrossim, a forma como era mantido o frágil equilíbrio entre um governo de esquerda, a fração industrial argentina – que era, à época, a fração hegemônica do bloco no poder – e as classes populares: ao taxar a fração agrária com pesados impostos às exportações, o governo Kirchner obtinha os recursos necessários para sustentar as políticas sociais das classes populares e para manter protegida a fração industrial via subsídios, taxa de câmbio favorável e outras medidas protecionistas contra o capital e os produtos estrangeiros. Esse era o “modelo” que permitia a manutenção de alianças entre o poder político e o poder econômico no Estado argentino durante o período dos governos Kirchner.

Entretanto, a crise econômica do *subprime* de 2008 imporia limites ao financiamento do “modelo” implementado, uma vez que o preço das *commodities* despencou e a fácil obtenção de financiamento por intermédio das divisas da fração agrária acabou. Não sendo possível continuar com o auxílio à fração industrial e com a ampliação das políticas sociais, a solução foi tentar encontrar financiamento internamente, exigindo a contribuição de segmentos da fração industrial melhor posicionados quanto à escala do capital.

Assim, fraturou-se o peronismo, aparecendo uma dissidência que enfrentaria o kirchnerismo. As crescentes dificuldades econômicas foram cobertas com remendos que apontavam para sustentar o “modelo”. A pressão sobre o dólar obrigou a impor uma “armadilha de câmbio”, que gerou um desdobramento de fato da taxa de câmbio. Os importadores depararam-se com *restrições ao acesso à taxa de câmbio oficial*, o que deu origem a *problemas de abastecimento*. Procurou-se conter a *crescente inflação mediante acordos e controles de preços*, com uma *crescente intervenção no mercado* de funcionários como o secretário de Comércio, Guillermo Moreno. Neste contexto, por sua vez, *o Governo tentou regulamentar a imprensa e interveio mais decididamente sobre a justiça, acentuando dois traços de sua política bonapartista que começariam a ser fortemente questionados*. Com estes “remendos”, o Governo queria evitar avançar com um ajuste mais profundo da economia, que o pudesse separar do que começava a ser a sua *principal base social: os setores mais pauperizados da classe operária (sobrepopulação relativa) e a burguesia industrial mais fraca* beneficiada pelos subsídios e pela proteção generalizada. [...] Essa fratura é a expressão da crise e o esgotamento do “modelo” econômico. *Enquanto, graças aos elevados preços das mercadorias agrícolas no mercado mundial, afluem ao país enormes quantidades de renda, o “modelo” se mantém*. Quando a renda cai, é necessário um duplo movimento, que o kirchnerismo não pode realizar sem romper com sua base social: obter uma fonte de financiamento alternativo (endividamento externo) e prosseguir com um ajuste das variáveis macroeconômicas para restabelecer a acumulação de capital. Isso é, precisamente, o que propõe a fração da classe dominante que, entre 2009 e 2013, rompe com o kirchnerismo para passar às fileiras da oposição [a fração industrial] (CERBINO; GRIMALDI, 2020, p. 84 e 91, grifo nosso, tradução nossa).

Analisando-se o processo de alteração da correlação de forças do bloco no poder argentino, é possível perceber os elementos que levaram as classes e frações dominantes a se

afastar do governo Kirchner e – pouco a pouco – irem compondo a oposição política. Essa oposição foi concentrada em Mauricio Macri, candidato pela Aliança *Cambiamos*, que viria a se consagrar como vencedor das eleições presidenciais de 2015. O fato de a fração industrial ter sido a última fração dominante do bloco no poder a aderir à plataforma neoliberal de oposição ao candidato de esquerda apoiado por Cristina Kirchner explica o porquê de a fração industrial não ter sido uma fração prioritária na elaboração e implementação das políticas públicas do Estado argentino durante o período do governo Macri. Em outros termos, a fração industrial argentina foi retardatária em passar para as “fileiras da oposição” (CERBINO; GRIMALDI, 2020, p. 91, tradução nossa) e, por isso, ocupou o segundo nível ou camada do bloco no poder durante o período do governo Macri, ou seja, teve uma posição secundária.

Processou-se, destarte, uma mudança profunda no bloco no poder a qual levou a fração financeira a ascender como fração hegemônica. Esse câmbio expressou muito mais do que uma simples mudança de mando no interior do bloco no poder; essa alteração representou uma nova perspectiva de retomada do ideário neoliberal ortodoxo e de regionalismo aberto para o Mercosul (CANTAMUTTO; COSTANTINO, 2020; CAVALCANTI; GRANATO, 2020; MERINO, 2017, 2018). A eleição de Mauricio Macri, em 2015, por intermédio da Aliança *Juntos por el Cambio - Cambiamos*, viria a consolidar a constatação de uma transformação profunda na sociedade e no bloco no poder argentinos. Nesse ínterim, “além da prematuridade de fazer um diagnóstico [...] no caso do *Cambiamos*, os posicionamentos dos diferentes atores da sociedade civil se referem a um *bloco de poder dirigido pelo capital estrangeiro e financeiro* (Bona, 2016)” (BONA, 2018, p. 41, grifo nosso, tradução nossa). Houve uma confluência de posições entre o bloco no poder argentino e os blocos no poder dos países capitalistas centrais, mormente os Estados Unidos.

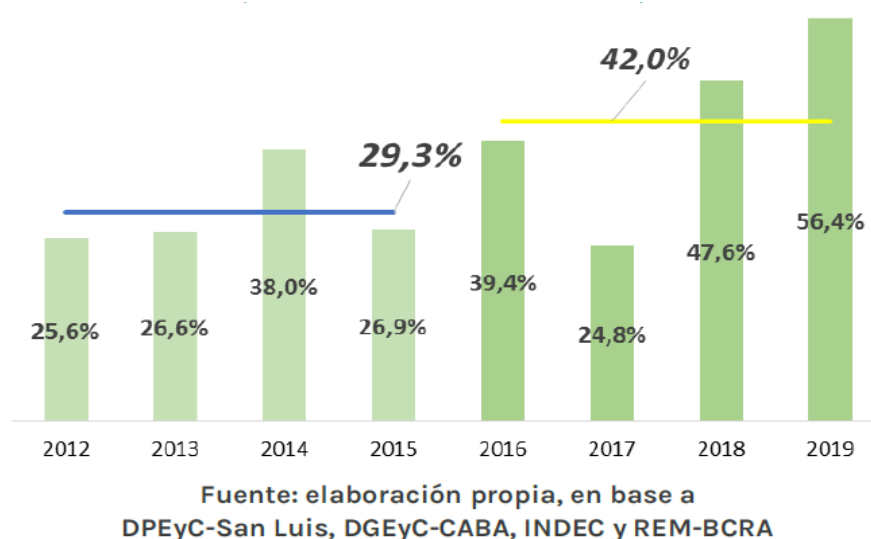
Essa simbiose de capitais nacionais e forâneos expressou-se, igualmente, na “articulação entre elite econômica e elite política, e mais especificamente, a equivalência entre as duas, *é uma característica sem precedentes na recente experiência argentina* [...]” (CANELO; CASTELLANI; GENTILE, 2018, documento eletrônico, grifo nosso, tradução nossa). Nesse diapasão,

As novas regulamentações estatais possibilitaram mudanças nos preços relativos e tiveram repercussões diretas sobre o faturamento e os lucros das companhias beneficiadas por elas. Um exemplo claro é a Shell, que passou de lucros líquidos negativos durante o período kirchnerista para um *saldo positivo considerável* [...]. Entre as políticas implementadas pelo então Ministério de Energia e Minas (chefiado por Juan José Aranguren, *ex-CEO da transnacional*), destacam-se a liberalização dos preços dos combustíveis e sua dolarização (os preços começaram a evoluir de acordo com as variações das taxas de câmbio). [...] Por sua vez, a Shell foi

favorecida pela abertura das importações e conseguiu se posicionar como uma das maiores importadoras. [...] Como resultado, a Shell importou petróleo barato e o comercializou em suas bombas a um preço mais alto, ao mediar o processo de refino (CASSINI; ZANOTTI; SCHORR, 2021, p. 210, grifo nosso, tradução nossa).

Na esteira das novas diretrizes das políticas públicas, considerando o ideário neoliberal, vieram decisões as quais passaram a ter um efeito regressivo sobre a população, nos marcos do neoliberalismo. “A Alianza Cambiemos foi a representação partidária da confluência acima do BeP. [...] E ainda que tivesse algumas inovações, não era uma completa novidade: embora fosse uma nova *recuperação da visão liberal sobre o país*” (CANTAMUTTO; COSTANTINO, 2020, p. 101, grifo nosso, tradução nossa). Assim sendo, as políticas públicas de viés neoliberal representaram o achatamento da classe trabalhadora, uma vez que resultaram em arrocho salarial, demissões tanto no setor público quanto no setor privado, altas taxas de desemprego, aumento da pobreza e do valor da cesta básica, inflação alta, falência de pequenas e médias empresas (as chamadas “*PyMes - pequeñas y medianas empresas*”). Esses efeitos regressivos – os quais denotam uma queda na paridade do poder de compra das classes populares – estão demonstrados na série de gráficos abaixo:

Gráfico 2 – Inflação Anual (em % de variação anual)



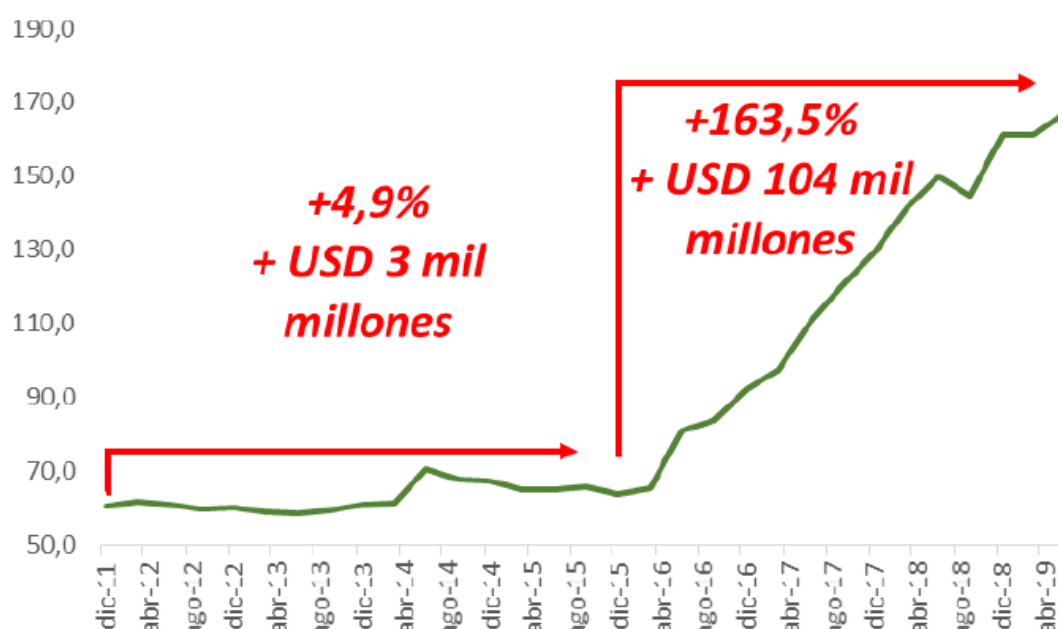
Fonte: Universidad Nacional de Avellaneda (2019, p. 6).

Durante o período do segundo governo de Cristina Kirchner, a inflação foi, em média, de 29,3% ao ano, ao passo que – durante o período do governo de Mauricio Macri – a inflação ficou na casa dos 42% ano, o implica um aumento de 43,34% na taxa média de inflação anual se comparados ambos os períodos. Esse expressivo aumento na taxa anual de inflação

argentina carcomeu o poder de compra e deteriorou, sobremaneira, as condições de vida do conjunto da população argentina. Ao mesmo tempo em que a inflação atingia as camadas socialmente mais dependentes do salário mínimo e das pensões pagas pelo Estado argentino, a fração financeira, as classes e frações de classe financeirizadas e as que obtêm sua realização econômica no exterior beneficiaram-se com a flutuação das taxas de câmbio e da volatilidade dos capitais.

A volatilidade do capital e as altas taxas de juros pagas ao capital especulativo foram parte dos elementos que conduziram à expansão da dívida externa, em dólares, do Estado argentino em um curto espaço de tempo conforme esboçado no Gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3 – Dívida Externa (em bilhões de dólares)



Fuente: elaboración propia, en base a Ministerio de Hacienda

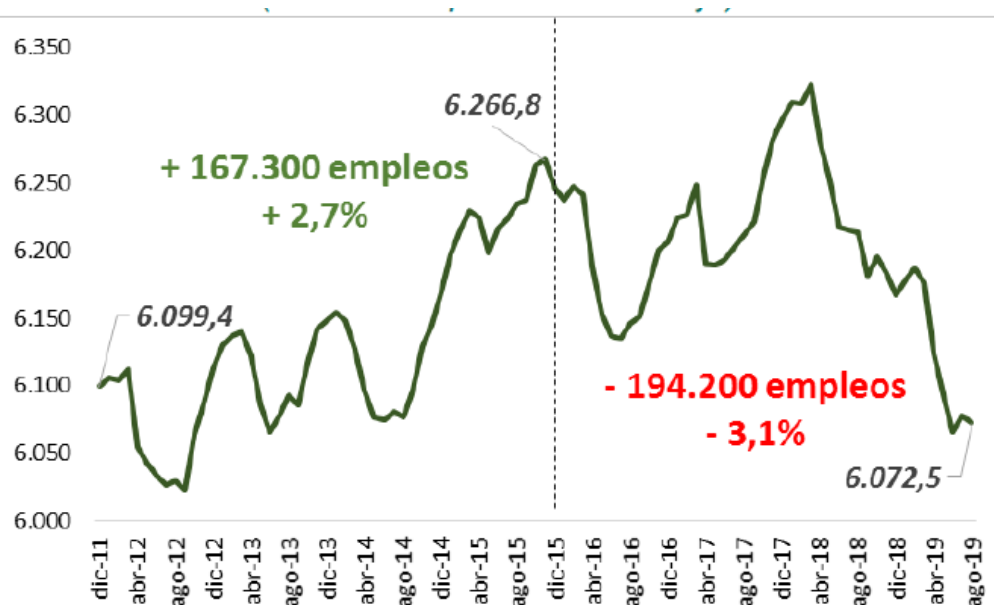
Fonte: Universidad Nacional de Avellaneda (2019, p. 9).

Na passagem do ano de 2014 para o de 2015, último ano do período do governo Kirchner, houve um aumento de pequena monta no endividamento externo em dólares – muito em função da inadimplência em relação aos “Fundos Abutre”, cujo montante da dívida totalizava quase 10 bilhões de dólares e estava em litígio judicial (MÍGUEZ, 2017). A partir de 2016, com a negociação e o pagamento dos “Fundos Abutre” – o que permitiu à Argentina o acesso a crédito internacional –, há uma escalada exponencial de tal dívida, demonstrando que a volatilidade cambial foi financiada pelo incremento da dívida pública em mais de 163%,

passando de 3 bilhões de dólares para 104 bilhões de dólares americanos. Um ingrediente fatal que, mais tarde, levaria o Estado argentino a solicitar um empréstimo ao FMI com o aval das classes e frações de classe dominantes do bloco no poder argentino.

Os efeitos das políticas públicas neoliberais levadas a cabo pelo governo do ex-presidente argentino Mauricio Macri foram negativos, outrossim, sobre o nível geral de emprego, porque foram perdidos mais empregos formais no setor privado do que criados durante o período em comento. Essa trajetória destrutiva em relação aos postos de trabalho pode ser vista de forma mais detalhada no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Emprego Privado Formal (em milhares de postos de trabalho)



Fuente: elaboración propia, en base a SIPA-Ministerio de Trabajo

Fonte: Universidad Nacional de Avellaneda (2019, p. 11).

Durante o quadriênio dezembro de 2011 - dezembro de 2015, foram criados 167.300 novos postos de trabalho, o que representa um crescimento de 2,7% em relação ao começo da gestão – chegando a pouco mais de 6 milhões e 200 mil empregos. Todavia, quando se analisa o período posterior, o quadriênio dezembro 2015 - agosto 2019, nota-se a perda de 194 mil e 200 postos de trabalho, o que representa uma redução de 3,1% no número total de postos de trabalho em relação ao começo da gestão – totalizando pouco mais de 6 milhões e 72 mil empregos.

Quando se analisa, minuciosamente, o número de postos de trabalho por setor, tem-se uma dimensão ampliada do problema o qual atingiu o mercado laboral a partir de 2015. Em

função da alteração da correlação de forças do bloco no poder, a qual permitiu à fração financeira ser a fração hegemônica, houve uma transferência real do capital para poucos setores os quais estavam contemplados nessa nova situação de um Estado de corte neoliberal.

O mercado interno pagou um alto preço com a inflação e com o incremento da dívida pública que permitiu a certos setores do bloco no poder e aos capitais especulativos internacionais aproveitarem as altas taxas de juros, as quais remuneraram os títulos e letras públicas ofertadas aos especuladores. A Tabela 1 mostra os efeitos sobre os postos de trabalho por setor.

Tabela 1 – Emprego Privado Formal por Setor (em variação absoluta de quantidade de postos de trabalho)

Sector	Dic-11 a Nov-15	Nov-15 a Ago-19
Total	+167.339	-194.235
Agricultura, ganaderia, caza y silvicultura	-17.379	+3.750
Industrias manufactureras	-1.261	-154.783
Construcción	+10.352	-8.385
Comercio y reparaciones	+30.592	-28.039
Hoteles y restaurantes	+15.555	-3.134
Transporte, almacen. y comunicación	+31.806	-23.726
Intermediacion financiera	+6.589	-1.206

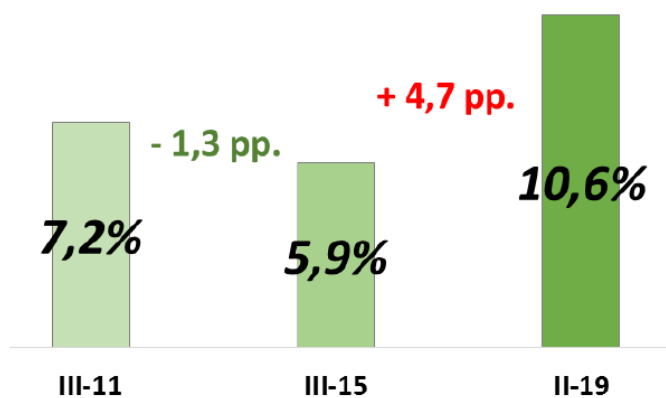
Fuente: elaboración propia, en base a SIPA-Ministerio de Trabajo

Fonte: Universidad Nacional de Avellaneda (2019, p. 12).

De 7 setores contemplados, entre 2011 e 2015, dois setores tiveram queda no número total de contratados. Já entre 2015 e 2019, apenas um setor teve desempenho positivo com contratações e, portanto, criação de novos postos de trabalho. É mister ressaltar, embora a fração financeira seja a fração hegemônica, que houve uma subtração de emprego no setor de intermediação financeira – isto, é claro, para assegurar a lucratividade geral do setor.

Na esteira das demissões e do crescimento negativo de novos postos de trabalho, ampliou-se a taxa de desemprego, conforme demonstra o Gráfico 5 abaixo.

Gráfico 5 – Taxa de Desemprego (em % sobre a população economicamente ativa)



Fuente: elaboración propia, en base a INDEC

Fonte: Universidad Nacional de Avellaneda (2019, p. 13).

Entre 2011 e 2015, a passagem da taxa de desemprego de 7,2% para 5,9% representa uma redução percentual de 19%, ao passo que a transformação de 5,9%, em 2015, para 10,6%, em 2019, implica o aumento de 79% entre as referidas taxas de desemprego. Isto significa que houve um aumento da taxa de mão-de-obra desocupada e economicamente ativa. Houve, ademais, uma queda real nos salários, ou seja, uma redução de seu valor em moeda corrente (pesos argentinos) quando comparado com o valor máximo apresentado no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Remuneração Média dos Trabalhadores do Setor Privado Formal (em pesos constantes de 2019)



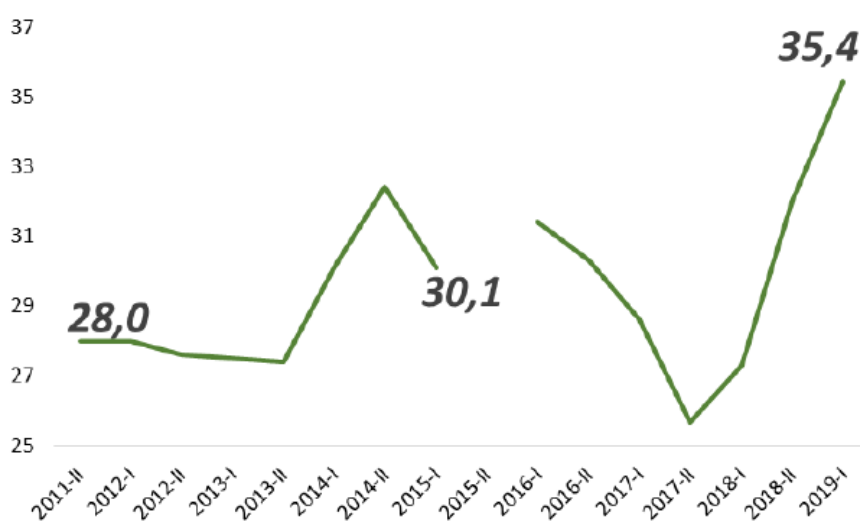
Fuente: elaboración propia, en base a INDEC, REM-BCRA, SIPA-Ministerio de Trabajo

Fonte: Universidad Nacional de Avellaneda (2019, p. 13).

A remuneração média do trabalhador assalariado no setor privado formal sofreu uma redução real equivalente a 11.974 pesos no período do governo de Mauricio Macri. Essa queda do valor absoluto do salário representa uma desvalorização de 18,7% em relação ao valor máximo apresentado no gráfico de 64.185 pesos. Em outras palavras, o arrocho salarial foi sentido, de forma expressiva, por aqueles que dependem do salário como único ingresso de renda e essa redução acachapante promove privações de toda sorte e redução na qualidade de vida da população argentina.

O salário passou a ser para sobreviver e não para viver. Com o aumento da taxa de inflação, o aumento da taxa de desemprego e a redução real dos salários, a pobreza fez-se presente no cotidiano dos argentinos pertencentes aos estratos sociais mais baixos da pirâmide social. Vejamos os dados apresentados no Gráfico 7, a seguir:

Gráfico 7 – Taxa de Pobreza (em % sobre a população total)



Fuente: elaboración propia, en base a CEDLAS-UNLP

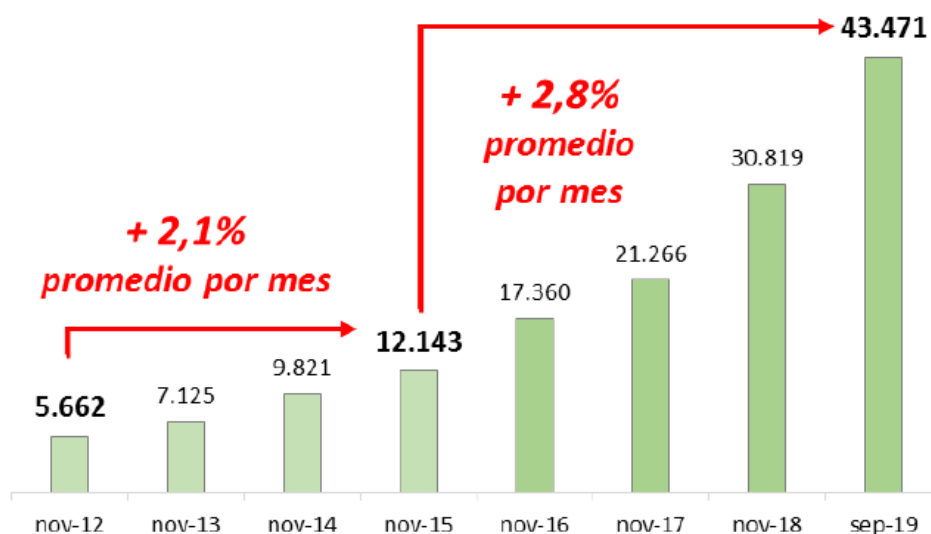
Fonte: Universidad Nacional de Avellaneda (2019, p. 14).

No período do segundo mandato de Cristina Kirchner, a pobreza aumentou 2.1 pontos percentuais, indicando uma aceleração no número total de pobres, passando de 28% para 30,1% da população total argentina. No período subsequente, do governo de Mauricio Macri, a pobreza aumentou 5.3 pontos percentuais, passando de 30,1% para 35,4% da população total argentina.

Cotejando-se os pontos percentuais de ambos os períodos em análise (de 2.1 para 5.3), tem-se um aumento de 152% ou 2,5 vezes entre as taxas. Em termos absolutos, não há uma diferença abismal nos níveis de pobreza entre os períodos dos governos de Cristina Kirchner e de Mauricio Macri.

Via de regra, a cesta básica é o “medidor” do poder de compra da moeda nacional e representa o quanto o salário mínimo pode garantir a subsistência. Nesse sentido, a inflação – ao corroer o valor da moeda e deteriorar a paridade do poder de compra – penaliza às classes populares que do salário mínimo ou mais do que um salário mínimo dependem para garantir seu sustento. O Gráfico 8, abaixo, expressa as variações do valor da cesta básica entre novembro de 2012 e setembro de 2019.

Gráfico 8 – Cesta Básica Total (em pesos correntes mensais)



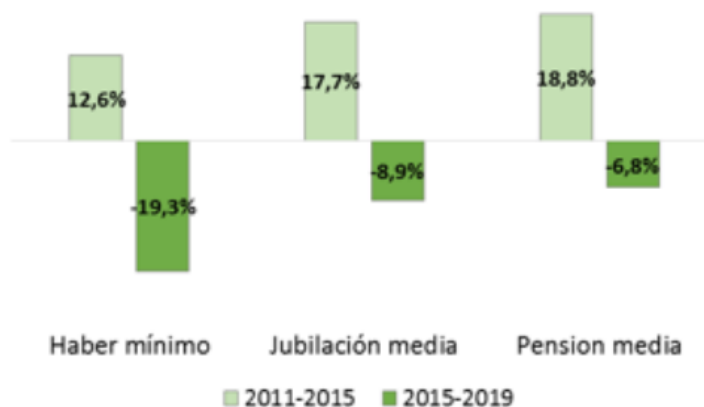
Fuente: elaboración propia, en base a DGEyC-CABA

Fonte: Universidad Nacional de Avellaneda (2019, p. 14).

No período compreendido entre novembro de 2012 e novembro de 2015, durante o período do governo de Cristina Kirchner, a cesta básica teve um expressivo aumento de 114,46% no seu valor absoluto, o que demonstra uma inflação crescente. Entre novembro de 2015 e setembro de 2019, no período do governo de Mauricio Macri, a cesta básica teve um incremento de 258% no seu valor total. Quando comparamos, a título de curiosidade, o valor da cesta básica de novembro de 2012 com o de setembro de 2019, chegamos a incríveis 667,76% de aumento em apenas sete anos, o que denota a persistência de altas taxas de inflação na Argentina.

A inflação é, de fato, um elemento que lesa o salário e as condições de vida em qualquer país, em especial no caso em tela dos argentinos. Por fim, chega-se às aposentadorias e pensões as quais são corrigidas pelos índices oficiais e que, durante todo o período do governo Macri, tiveram uma correção negativa, ou seja, perderam valor e as perdas inflacionárias não foram repostas satisfatoriamente, consoante retratado no Gráfico 9 que segue.

Gráfico 9 – Aposentadorias e Pensões (em % de variação acumulada real no período)



Fuente: elaboración propia, en base a ANSES-Ministerio de Trabajo e INDEC

Fonte: Universidad Nacional de Avellaneda (2019, p. 15).

Ao longo da série do salário mínimo, da aposentadoria média e da pensão média, o contraste entre o período do governo de Cristina Kirchner e o período do governo de Mauricio Macri é notório. Enquanto houve um crescimento real de 12,6%, 17,7% e 18,8% – respectivamente – para o salário mínimo, a aposentadoria média e a pensão média entre 2011 e 2015; ocorreu uma redução real de 19,3%, 8,9% e 6,8% – respectivamente – para o salário mínimo, a aposentadoria média e a pensão média entre 2015 e 2019.

Não há dúvidas de que as classes populares pagaram um alto preço, durante o período do governo Macri, quanto ao seu poder aquisitivo para itens básicos. Aqueles que têm salários fixos como aposentadorias, pensões e salário mínimo não dispõem de muitas ferramentas para escapar à inflação, senão ir às compras para garantir um pouco mais hoje, pois amanhã o dinheiro valerá menos.

Pode-se perguntar o que os gráficos precedentes, mais próximos de uma análise econômica, têm a ver com a fração hegemônica do bloco no poder e as classes e frações de classe dominantes em comento? A resposta é que esses gráficos econômicos, em conjunto, indicam uma transferência de renda real das classes populares em favor das classes e frações de classes dominantes do bloco no poder. As concessões feitas às classes populares em anos anteriores, com a condescendência da fração hegemônica à época (BERRINGER, 2015; CASSINI; ZANOTTI; SCHORR, 2021) – a fração industrial –, foram retiradas em um curto

espaço de tempo (2015-2019), de modo que as classes e frações de classe dominantes cobraram altos juros – literalmente – das classes populares às transferências de renda feitas no período do governo Kirchner.

Ademais, os processos econômicos “[...] não ocorrem no vazio, nem se desenvolvem a partir de um planejamento pré-definido ou pela mera vontade dos governantes. Têm um enraizamento social profundo, definido por uma matriz de interesses e recursos em disputa” (CANTAMUTTO; COSTANTINO, 2020, p. 98, tradução nossa). Interesses estes que se referem aos do bloco no poder; e os recursos em pugna (em disputa) dizem respeito à luta de classes que se desenvolve pela distribuição dos recursos e pelo controle do poder de Estado (CODATO, 2008; POULANTZAS, 1977).

No tocante às classes e frações de classe dominantes, como se pode afirmar que a fração financeira foi a fração hegemônica do bloco no poder durante o período do governo de Mauricio Macri? Além da fração financeira, existiram outras frações que orbitaram a fração hegemônica? Quais foram as frações satelitizadas durante o período em tela? A essas perguntas, poder-se-iam agregar outras, tais como: partindo do princípio de que dinheiro não sofre o processo de sublimação – passagem direta do estado sólido para o estado gasoso, ou seja, não evapora no ar –, se as classes mais baixas, populares, perderam boa parte de sua renda, aonde foi parar esse dinheiro? Quem lucrou com a perda de outrem? Procuraremos responder, satisfatoriamente, a esses questionamentos nas linhas que se seguem.

De acordo com Cassini, Zanotti e Schorr (2021), um método para averiguar qual classe ou fração ou quais classes ou frações compõem ou compuseram o bloco no poder é avaliar o desempenho econômico e financeiro das empresas as quais estão no topo da hierarquia das frações dominantes, isto é, as maiores e/ou mais representativas empresas de cada setor. Os autores avaliaram 200 empresas argentinas e apresentaram o resultado dos setores que ganharam e dos que perderam. Conferem-se as conclusões a que chegaram Cassini, Zanotti e Schorr (2021) na sequência com a Tabela 2.

Tabela 2 – Evolução do quociente entre o índice de preços implícitos do PIB de alguns setores de atividade e o índice de preços implícitos do PIB total, (*) 2004-2018 (no índice base 2015=100)⁶

	2004	2011	2015	2018	Evolución 2004-2018
Agropecuário	149,2	143,8	100,0	136,3	
Hidrocarburos	100,6	91,6	100,0	130,3	
Minerales	103,2	146,5	100,0	108,9	
Industria	123,2	103,9	100,0	94,5	
Otros servicios	85,0	98,5	100,0	91,4	
Electricidad, gas y agua	144,3	103,3	100,0	192,8	
Finanzas	114,2	102,2	100,0	114,9	
Comercio	97,5	87,8	100,0	98,0	

(*) Para la estimación de los precios implícitos sectoriales, las ramas fueron ponderadas según su participación relativa en el valor agregado bruto total.

Fuente: Elaboración propia sobre la base de información del Indec.

Fonte: Cassini, Zanotti e Schorr (2021, p. 200).

Ao observar-se a Tabela 2, é possível contemplar os setores que tiveram crescimento positivo (gráfico ascendente) e os que tiveram crescimento negativo (gráfico descendente) na coluna “Evolución 2004-2018” e nas demais colunas as quais apresentam os valores dos setores em 2004, 2011, 2015 (ano base = 100) e 2018. Os setores que mais cresceram foram – respectivamente – Eletricidade, gás e água; Agropecuário; Hidrocarbonetos (principalmente petróleo e derivados); Finanças; Minerais. Apresentaram decréscimo nas taxas de crescimento, em ordem decrescente, Comércio; Indústria; Serviços. Corroborar com os

⁶ Embora pareça que a fração agrária é a fração hegemônica por obter maiores ganhos econômicos, conforme expresso nas tabelas 2 e 3, é importante ressaltar dois elementos: o primeiro é que nem sempre a fração hegemônica tem os maiores ganhos econômicos, a fração hegemônica não pode ter perdas econômicas; o segundo é que os ganhos econômicos da fração agrária foram expressivos, pois pesavam sobre essa fração dominante as *retenciones* (impostos às exportações) que tinham sido implementadas no contexto da crise da convertibilidade, em 2001, e bastante aprofundadas pelos governos Kirchner. Nesse sentido, sublinha-se que “[...] *os impostos ao agro, na Argentina, são a base fiscal do Estado* e o que permite manter políticas protecionistas para a indústria. Nesse sentido, a consequência lógica de “eliminar as *retenciones*” é um corte nos gastos (e na intervenção) do Estado e o fim das políticas protecionistas em relação à indústria” (CERBINO; GRIMALDI, 2020, p. 79-80, grifo nosso, tradução nossa). Dessa forma, a fração agrária compunha o primeiro nível do bloco no poder, orbitando e colhendo benefícios da fração hegemônica, que era a fração financeira. Em suma, era a fração financeira a fração hegemônica do bloco no poder durante o período do governo Macri.

argumentos apresentados na Tabela 2 os itens pormenorizados sobre os setores que avançaram e os que retrocederam no primeiro ano do período do governo Macri.

Vejam os a Tabela 3:

Tabela 3 – Atividades econômicas que avançam e retrocedem segundo participação no Valor Agregado Bruto (VAB) total 2015-2016 (em%). Segundo dados do VAB a preços corrente (pesos argentinos)

	Participación en VAB total		
	2015	2016	Var.(p.p.)
Avanzan	23,8	29,2	5,39
Agricultura, ganadería, pesca y silvicultura	7,7	12,0	4,32
Intermediación financiera	3,9	4,3	0,39
Electricidad, gas y agua	1,3	1,6	0,32
Explotación de minas y canteras	3,9	4,1	0,17
Servicios sociales y de salud	5,8	5,9	0,14
Hogares privados con servicio doméstico	0,9	0,9	0,03
Pesca	0,3	0,3	0,02
Retroceden	76,2	70,8	-5,39
Otras acts. de servicios comunit., soc. y pers.	3,5	3,3	-0,18
Hoteles y restaurantes	2,3	2,1	-0,22
Transporte y comunicaciones	6,8	6,6	-0,25
Enseñanza	6,3	5,9	-0,40
Administración pública, defensa, et.	9,3	8,7	-0,57
Comercio mayorista, minorista y reparaciones	14,3	13,7	-0,60
Actividades inmobiliarias, empresariales y de alquiler	11,3	10,7	-0,66
Construcción	5,3	4,3	-1,02
Industria	17,1	15,7	-1,49
TOTAL	100,0	100,0	-

Fonte: Carmona (2017, p. 15).

Os setores que avançaram concentram-se no agroexportador, nas finanças e nos serviços públicos. Este último, à época, parou de receber incentivos fiscais do Estado argentino e teve o preço das tarifas reajustado, o que ficou conhecido como “tarifaço”⁷. O ex-presidente Mauricio Macri chegou a dizer que “a energia custa e há que pagá-la”, o efeito desse tarifaço atingiu em cheio as classes populares, as pequenas e médias empresas (*PyMes*) e a indústria argentina.

⁷ Aumento do valor das tarifas públicas por meio da reposição da inflação e das margens de lucro.

A partir desse quadro de frações de classe dominantes e das constatações acerca do crescimento ou não de cada segmento do capital, é possível apontar quais setores, efetivamente, compuseram o bloco no poder argentino de forma protônica e quais o integraram de forma secundária, durante o período do governo Macri. Nesse ínterim, os setores ligados à indústria, aos serviços e ao comércio não podem, em hipótese alguma, ser considerados como a fração hegemônica ou como as classes e frações de classe dominantes mais próximas a ela, pois estão em clara posição de desvantagem em comparação com os setores ganhadores. Essas três frações estão em uma posição satelitizada em relação à fração hegemônica do bloco no poder argentino.

A configuração do bloco no poder durante o período do governo de Mauricio Macri esteve conectada a setores vinculados à fração financeira e ao capital estrangeiro, de maneira que os setores dependentes do mercado interno – os quais não tinham uma parcela de financeirização média ou elevada – sofreram perdas e redução da capacidade produtiva empregada ao longo do quadriênio 2015-2019. Essa diferenciação entre frações com fortes ligações financeiras, que conseguiram multiplicar seus capitais, e frações sem tais conexões, que perderam capitais durante o período do governo de Mauricio Macri, confirma que as bases econômicas de apoio dos governos de esquerda não são as mesmas dos governos de centro-direita e direita, porquanto há um “[...] certo retrocesso de alguns grupos econômicos locais que haviam sido dinâmicos no período kirchnerista [...]” (CASSINI; ZANOTTI; SCHORR, 2021, p. 203, tradução nossa).

Apenas para se ter uma ideia do peso relativo que a fração financeira passou a exercer junto ao Estado argentino durante o período do governo Macri, segundo “um relatório do BCRA (2020), o país tornou-se o principal emissor de títulos soberanos nos mercados internacionais entre 2016 e 2018” (CANTAMUTTO; COSTANTINO, 2020, p. 95, tradução nossa). A ironia contida nessa situação está no fato de que a reprodução das condições de acumulação presentes no quadriênio 2015-2019, pela envergadura da especulação financeira e dos efeitos distorcivos os quais ela acabou causando à economia argentina, minaram as possibilidades futuras de acumulação (no médio e no longo prazos).

Não fossem as medidas regressivas e os altos lucros excedentes obtidos no período do governo Macri, talvez as correlações de forças do bloco no poder argentino e, mormente, da sociedade argentina tivessem se mantido mais estáveis; propiciando, inclusive, a reeleição do então presidente Mauricio Macri. A burguesia buscou lucros incessantes de maneira muito rápida, o que tornou o efeito efêmero. A queda da fração hegemônica do bloco no poder, assim como a de Mauricio Macri, não tardaria a ocorrer, pois não havia uma proposta

produtiva atrativa a qual direcionasse os capitais para tal fim e criasse os “empregos de qualidade” tão alardeados por Macri.

Assim, é mister saber quais classes e frações de classe dominantes compunham o bloco no poder argentino durante o período do governo Mauricio Macri, a fim de entender os destinos tomados pelo Estado argentino em sua política externa e, em especial, na reivindicação do regionalismo aberto para o Mercosul. Quanto às classes e frações de classe dominantes,

Do ponto de vista do desempenho na criação de valor, é possível distinguir quatro grupos de setores:

(a) aqueles que *ganharam durante o governo Cambiemos*, que são os ramos *primários (agricultura, pecuária, caça e silvicultura; e mineração e pedreiras)*, *as empresas de eletricidade, gás e água, e o setor de transporte e comunicações*. As políticas de liberalização do comércio exterior e a eliminação de subsídios e tarifas subsequentes sobre serviços públicos desempenharam um papel fundamental neste resultado;

b) aqueles que *vinham ganhando desde o governo anterior e mantiveram taxas de crescimento positivas em sua participação*, entre as quais se incluem as atividades *primárias (pesca) e os setores financeiros e imobiliários*. Em geral, pode-se dizer que estes (especialmente os dois últimos) são os *vencedores estruturais* do modelo de desenvolvimento nos últimos anos, não apenas durante este governo, mas também incluindo o anterior;

c) aqueles que *perderam participação desde o kirchnerismo e continuaram a perder com Cambiemos*, os *“perdedores estruturais”*, entre os quais estão – contrariamente ao que se poderia supor – a *indústria manufatureira e a construção*. Ambos os setores sofreram a investida conjunta da liberalização do comércio exterior, a recessão do mercado interno, o aumento dos custos nas tarifas e das taxas de juros.

d) aqueles que *estavam aumentando sua participação até 2015 e perderam desde então*, os *“perdedores” exclusivos de Cambiemos*. São aqueles *setores relacionados ao comércio, turismo e serviços sociais públicos e privados* (tais como saúde, educação, defesa). Como dissemos anteriormente, estes setores foram favorecidos durante o governo anterior como parte de uma estratégia política na qual o excedente fiscal financiava este tipo de atividades, ao mesmo tempo em que diminuía os custos industriais subsidiando as tarifas do serviço público. As políticas de ajuste do governo Cambiemos produziram um grande corte nestes setores e uma diminuição do consumo interno, fazendo sua participação no PIB cair (CANTAMUTTO; COSTANTINO, 2020, p. 104-105, grifo nosso, tradução nossa).

O excerto acima apresenta a interessante subdivisão entre os setores que ganharam em função do governo *Cambiemos*, os que vinham ganhando nos governos Kirchner e mantiveram sua tendência de crescimento durante o período do governo Macri-*Cambiemos*, os que vinham perdendo participação desde o período dos governos Kirchner e confirmaram sua tendência de queda durante o período do governo *Cambiemos* com Mauricio Macri e, por fim, os que perderam – exclusivamente – em função do governo *Cambiemos*. Essa segmentação dos estratos de classes e frações de classe dominantes colabora para um maior grau de detalhamento da complexa teia da relação intra-bloco no poder, demonstrando que essas relações entre classes e frações de classe dominantes são diversificadas e espelham

tantas segmentações quantas forem as segmentações do capital (FARIAS, 2008; SAES; FARIAS, 2021).

Os destaques de crescimento ficam com os setores dos “ramos primários”, dos serviços de eletricidade, gás e água, dos transportes e das comunicações. O sucesso econômico desse grupo ganhador está atrelado às medidas tomadas no âmbito do Estado argentino, durante o período do governo Macri, a saber: a liberação comercial levantando as restrições, as quotas e *retenciones*⁸ às exportações, bem como a recomposição dos preços das tarifas por intermédio dos “tarifaços”.

Ademais, cumpre ressaltar que o desempenho do setor financeiro não só vinha numa ascendente desde o período do governo Kirchner, mas também consolidou sua posição de primazia, logrou impor-se como fração hegemônica e pautar seus interesses e suas demandas de maneira clara junto à Administração Macri. Por essa razão, a fração financeira é a fração estruturalmente vencedora. Interessante sublinhar, igualmente, a discricção da fração financeira a qual, sem alardear suas intenções e projetos, veio pavimentando o caminho para sua hegemonia, ainda que efêmera, durante o quadriênio 2015-2019.

No que concerne aos perdedores econômicos, a fração industrial vinha perdendo espaço e relevância desde o período do governo Kirchner, tendência que se aprofundou durante o período do governo Macri com a retração do mercado interno, o fim dos subsídios e dos repasses estatais e a inflação galopante a qual minou o consumo interno e desaqueceu a economia argentina. Por essa razão, a fração industrial é a fração estruturalmente perdedora.

Para além da fração industrial, os setores ligados ao comércio, ao turismo e aos serviços públicos e privados também foram atingidos por um decréscimo em sua participação econômica e caracterizam-se como os perdedores exclusivos do período do governo de Mauricio Macri, pela revisão das tarifas e pelo fim dos repasses governamentais anteriormente mencionados. Nesses termos, o período do governo de Mauricio Macri pode ser caracterizado como a “[...] expressão de um tipo de capitalismo que está fortemente imbricado com o poder econômico internacional e que, ao mesmo tempo, representa algumas características regionais dele [...]” (FRIGGERI, 2019, p. 41, tradução nossa).

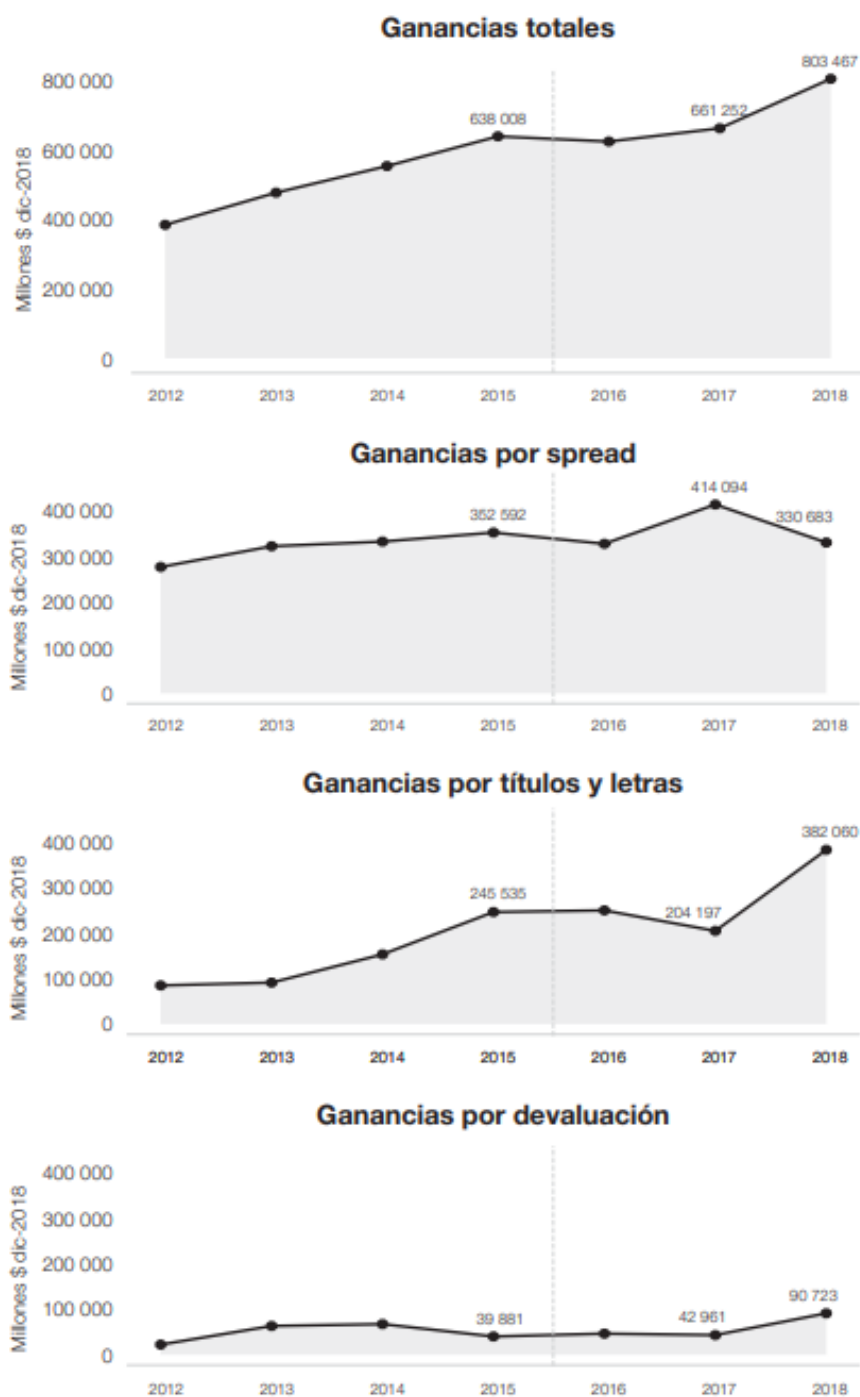
Há, portanto, uma imbricação, uma forte conexão entre a fração financeira argentina e as frações financeiras internacionais, conferindo àquela uma robustez para agir quer na condição de fração hegemônica quer na condição de classe ou fração de classe dominante do bloco no poder, na medida em que praticamente todos os processos passam pelo filtro

⁸ Tributos que incidem sobre as vendas ao exterior, isto é, as exportações.

financeiro para serem concretizados. O Gráfico 10⁹, abaixo, detalha os ganhos da fração financeira argentina durante o quadriênio 2015-2019, período do governo de Mauricio Macri.

⁹ Devido ao Gráfico 13 ser composto por quatro variáveis e a sua representação em pequena escala prejudicar a leitura que é composta pelos valores em milhões de pesos – na vertical –, pelos anos – na horizontal –, e pelos segmentos de reta com valores atribuídos – na horizontal –, optamos por ampliar a imagem e fazê-la ocupar, por completo, a página para possibilitar a leitura. Mesmo com a ampliação da imagem, a leitura dos numerais apresenta certo grau de dificuldade em função do tamanho da fonte empregada pelos autores.

Gráfico 10 – Setor bancário. Evolução dos lucros totais e dos distintos tipos de lucro, 2012-2018 (em milhões de pesos constantes de dezembro de 2018)



Fuente: Elaboración propia sobre la base de balances de las entidades bancarias procesados por el Mirador de Actualidad del Trabajo y la Economía (@MatEconomía).

Dos quatro itens analisados no Gráfico 10, três apresentam crescimento (ganhos totais, ganhos por títulos e letras, ganhos por desvalorização) e um apresenta queda (ganhos por spread). Ressaltamos que, de acordo com o que afirmamos anteriormente, a fração hegemônica não pode ter prejuízos. Ao analisarmos os ganhos por spread, vê-se uma reta descendente, significando uma queda nos ganhos por spread. Assim, poder-se-ia afirmar que nosso pressuposto segundo o qual “a fração hegemônica não pode ter prejuízos” está equivocado.

Todavia, há um detalhe importante quanto ao spread o qual deve ser considerado e dá sustento a nosso pressuposto. O spread bancário significa a diferença entre a taxa de remuneração (juros) que o banco paga aos poupadores os quais lhe emprestam dinheiro e a taxa de remuneração (juros) recebida dos tomadores de empréstimos. Em outras palavras, spread bancário é a diferença entre o que o banco paga para captar recursos – investimento para os poupadores – e o que ele cobra e efetivamente recebe por emprestar dinheiro aos tomadores. Retornando ao caso em tela, um spread positivo significa que o banco recebe mais pelos empréstimos feitos do que paga aos que lhe emprestaram dinheiro. Um spread negativo implica o banco estar remunerando mais os poupadores do que efetivamente recebendo dos tomadores, pois há poucos poupadores e – pelas leis da oferta e da demanda – o crédito por eles oferecido tem um custo (remuneração) mais alto. O pagamento mais elevado também se configura em uma tentativa de atrair mais poupadores e – assim – tornar o crédito abundante e barato, com a finalidade de – no futuro – remunerar menos os poupadores e aumentar a margem de lucro bancário com o spread.

Ao analisarmos o Estado argentino no período do governo Macri, é importante lembrar que – desde 2017 – o país vive uma crise econômico-financeira, resultando em distorções na economia e em uma parcela menor de pessoas dispostas – ou em condições, na verdade – de poupar e de emprestar esse dinheiro, sob a forma de investimentos, aos bancos. Isto porque em casos de alta inflação, de altos índices de desemprego e de redução real dos salários, é necessário comprometer um percentual maior do salário (da renda) para garantir os mesmos itens básicos antes adquiridos por um valor menor.

Tendo isso em mente e retornando ao spread, entre 2017 e 2018, os bancos não perderam receita com o spread, o caso é que não havia poupadores dispostos a emprestar dinheiro aos bancos, de modo que a relação taxa paga ao poupador *versus* taxa cobrada do tomador caiu por não haver dinheiro abundante e a baixo custo disponível. Os bancos captam recursos de outras fontes além dos investimentos dos poupadores individuais. Prova de que a fração financeira não teve prejuízos é que os empréstimos individuais do período tiveram

crescimento (UNIVERSIDAD NACIONAL DE AVELLANEDA, 2019) e o ganho total dos bancos aumentou. Por essa razão, os dois fatores elencados demonstram que, realmente, houve uma queda no número de pessoas em condições financeiras de poupar parte de sua renda e de investir emprestando dinheiro aos bancos – e não um prejuízo financeiro dos bancos.

Essa correlação de forças do bloco no poder encabeçada pela fração financeira mostraria sua fragilidade e sua efemeridade com a realização das eleições presidenciais de 2019, em que o confronto entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, representados – respectivamente – por Mauricio Macri e por Alberto Fernández, acabaria com a derrota e queda no projeto neoliberal de Estado e de integração regional. Segundo Cavalcanti e Granato (2020, p. 83 e 84),

A derrota de Mauricio Macri e do bloco de poder da nova direita na Argentina mostraram a fragilidade, mais uma vez, do projeto neoliberal de desconstrução do Estado. [...] A volta da esquerda ao poder na Argentina mostra que, se, por um lado, a maré rosa havia encerrado o seu ciclo, por outro, a correlação de forças da nova direita argentina tampouco tinha condições de se manter por muito tempo.

Nesses termos, o dinamismo no interior do bloco no poder fica evidenciado pela ascensão e queda da fração industrial (2003-2015), seguida pela ascensão e queda da fração financeira (2015-2019), seguida pelo retorno da fração industrial (2019-?).

Diante do exposto precedentemente, pergunta-se quais foram os efeitos dos interesses das classes e frações de classe dominantes argentinas organizadas pelo Estado capitalista periférico argentino no bloco no poder? Se pudéssemos sintetizar nossos argumentos e sistematizá-los de forma objetiva, expressá-los-íamos conforme retratado na Tabela 4 abaixo.

Nesta tabela, a metodologia utilizada pelo Observatório de Política Públicas - Módulo de Políticas Económicas da Universidad Nacional de Avellaneda (Argentina) foi comparar 32 indicadores econômicos e sociais durante o período do segundo governo de Cristina Kirchner (2011-2015) com o período do governo de Mauricio Macri (2015-2019). Das 32 variáveis cotejadas, apenas uma – exportações – teve desempenho positivo e superior no período do governo Macri em relação ao período do governo anterior; outra variável – importações – teve desempenho negativo, porém superior durante o período do governo Macri em relação ao período do governo anterior. As demais 30 variáveis analisadas tiveram uma performance pior no período do governo Macri em comparação com o período do segundo governo Kirchner.

Tabela 4 – Quadro Comparativo de Evolução de Variáveis na Economia
(variação nos períodos 2012-2015 e 2016-2019)

	2012-2015	2016-2019
1 PBI (precios constantes de 2004)	1,5%	-5,0%
2 PBI (en USD)	21,8%	-25,6%
3 PBI per cápita (precios constantes de 2004)	-2,9%	-8,8%
4 PBI per capita (en USD)	16,5%	-28,6%
5 Crecimiento económico (último año de gestión)	2,7%	-3,1%
6 Crecimiento econ. per cáp. en USD (último año de gestión)	10,9%	-30,0%
7 Consumo privado	3,9%	-5,0%
8 Consumo público	19,4%	-3,8%
9 Importaciones FOB	-8,3%	-4,4%
10 Exportaciones FOB	-16,3%	15,4%
11 Inversión	-8,3%	-23,6%
12 Inflación anual promedio en el periodo (dic-dic)	29%	42%
13 Inflación anual (último año de gestión)	26,9%	54,2%
14 Inflación anual en alimentos (último año de gestión)	25,5%	56,5%
15 Devaluación nominal anual promedio (nov-nov)	23%	62%
16 Deuda bruta como % del PBI	52,6%	91,7%
17 Deuda externa (en % de variación acumulada)	13,9%	38,9%
18 Deuda pública privados + multilaterales (USD MM)	20,3	109,6
19 Deuda pública en moneda extranjera (USD MM)	53,0	98,6
20 Deuda externa (USD MM)	3,0	103,9
21 Empleo privado formal (en puestos de trabajo)	+167.339	-194.235
22 Tasa de desempleo	- 1,3 pp	+ 4,7 pp
23 Formación de Activos Externos (Fuga; USD MM)	14.775	82.082
24 Tasa para préstamos personales (en % de TNA)	0,4 pp.	38,4 pp.
25 Tasa de Pobreza	2,1 pp.	5,3 pp.
26 Salarios reales medios del sector privado formal (en \$ de 2019)	3,7%	-17,9%
27 Ventas minoristas (CAME; variación interanual promedio)	-2,3%	-6,3%
28 Utilización de la Capacidad Instalada (promedio)	72,1%	63,4%
29 Jubilación mínima (en pesos de 2019)	12,6%	-19,3%
30 Jubilación media (en pesos de 2019)	17,7%	-8,9%
31 Pensión media (en pesos de 2019)	18,8%	-6,8%
32 Canasta Básica Total (varación mensual promedio)	2,1%	2,8%

Fuente: elaboración propia, en base a información pública oficial y fuentes privadas

Fonte: Universidad Nacional de Avellaneda (2019, p. 16).

Ressalta-se o fato de o período oficial do governo de Cristina Kirchner ter sido de 2011 a 2015 e o de Mauricio Macri ter sido de 2015 a 2019. Isso porque, na Tabela 4, os autores optaram por avaliar quadriênios completos (2012-2015 e 2016-2019), tendo em vista que – na Argentina – a Presidência da República é ocupada em dezembro do ano das eleições.

Das 32 variáveis presentes na tabela 4, duas merecem destaque: importação e exportação. Quanto às importações referidas na tabela 4, o balanço do período do governo Kirchner aponta uma queda de -8,3% do total de importações, tendo contribuído para tal resultado negativo as restrições às importações impostas pela ex-mandatária argentina Cristina Kirchner. O período do governo Macri fechou com importações em queda de -4,4%. Comparando os resultados dos quadriênios 2012-2015 e 2016-2019 no quesito importações,

nota-se o crescimento das importações durante o período do governo Macri – passando de -8,3%, na gestão Kirchner, para -4,4%, na gestão Macri –, representando um aumento de 46,98% no total das importações. Isto indica maior fluxo comercial e capacidade de pagamento das importações.

Em 2012, primeiro ano do segundo mandato do governo Kirchner, as importações totalizaram 99,4 bilhões de dólares e, em 2015, último ano do governo de Cristina Kirchner, fecharam em 91,09 bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 2022a, documento eletrônico), representando uma queda de -8,36% em comparação com o ano inicial da gestão presidencial. Em 2016, primeiro ano do governo Macri, o somatório das importações alcançou 90,44 bilhões de dólares e, em 2019, último ano do mandato de Mauricio Macri, chegaram a 90,78 bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 2022a, documento eletrônico), o que representa um crescimento de 0,37% em relação ao ano inaugural do mandato presidencial.

No tocante às exportações registradas na tabela 4, o período do governo Cristina Kirchner registrou um saldo negativo de -16,3%, ao passo que o período do governo Mauricio Macri apresentou um saldo positivo de 15,4%. Cotejando o desempenho das exportações nos quadriênios 2012-2015 e 2016-2019, observa-se um importante aumento das exportações durante o período do governo Macri – passando de -16,3%, na gestão Kirchner, para 15,4%, na gestão Macri –, o que resultou no expressivo crescimento de 211,32% das exportações argentinas.

Em 2012, início do quadriênio do segundo mandato de Cristina Kirchner, as exportações totalizaram 80,08 bilhões de dólares, ao passo que, em 2015, último ano do governo Kirchner, caíram para 56,81 bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 2022b, documento eletrônico), o que significou uma redução de 40,96% das exportações do período compreendido entre 2012 e 2015. Em 2016, ano inaugural do governo de Mauricio Macri, as exportações chegaram a 57,96 bilhões de dólares e, em 2019, último ano do mandato de Mauricio Macri, atingiram a marca de 65,16 bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 2022b, documento eletrônico), mostrando um crescimento de 12,42% no período em comento.

Quanto à balança comercial, o período do segundo governo de Cristina Kirchner registrou um saldo positivo de 15,04 bilhões de dólares em 2012; já em 2015, foi registrado um déficit de -785.176 milhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 2022c, documento eletrônico), o que representa uma queda de -147,66% para o período em análise. No tocante à balança comercial do período do governo Macri, houve um superávit de 4,42 bilhões de dólares, em 2016, e de 18,23 bilhões de dólares em 2019 (BANCO MUNDIAL, 2022c, documento eletrônico), significando um incremento de 312,44% para o período em tela.

Nesse sentido, as variáveis importação e exportação registraram um melhor desempenho durante o período do governo Macri, se comparadas com o período do governo Kirchner. Sublinha-se, igualmente, que os outros 30 indicadores demonstram uma queda nas condições e na qualidade de vida da população argentina em seu conjunto, de modo que os reflexos dos interesses das classes e frações de classe dominantes do bloco no poder argentino foram negativos para a sociedade argentina e – literalmente – empobrecedores. A próxima seção abordará os interesses do bloco no poder manifestados em seus discursos e a correlação com a reivindicação do regionalismo aberto para o Mercosul.

4.2 POR UMA INTERPRETAÇÃO DO SILÊNCIO: DISCURSOS DAS CLASSES E FRAÇÕES DE CLASSE DOMINANTES OU A AUSÊNCIA DELES

Esta seção procura trazer os discursos da fração financeira, a fração hegemônica, e da fração agrária, integrante do primeiro nível ou da primeira camada do bloco no poder argentino, além de excertos dos discursos de Mauricio Macri e de Susana Malcorra, representantes do Estado argentino, a fim de desvelar os possíveis interesses dessas classes e frações de classe dominantes e sua relação com a reivindicação do regionalismo aberto para o Mercosul. Buscaremos criar um diálogo discursivo entre as manifestações das entidades patronais, de modo que nossa intervenção limitar-se-á a pontuar os elementos os quais reputamos essenciais à identificação dos interesses explícitos ou implícitos, visando à compreensão dos silêncios e das vocalizações dessas frações de classe dominantes durante o período do governo Mauricio Macri.

As entidades da fração financeira analisadas são a *Asociación de Bancos Argentinos* (ADEBA), a *Asociación de Bancos Públicos y Privados de la República Argentina* (ABAPPRA) e a *Asociación de Bancos de la Argentina* (ABA)¹⁰. As associações ligadas à fração agrária analisadas são as *Confederaciones Rurales Argentinas* (CRA) e a *Sociedad Rural Argentina* (SRA) – as quais representam os grandes produtores rurais – e a *Federación Agraria Argentina* (FAA)¹¹, a qual representa os pequenos e médios produtores rurais além

¹⁰ A ADEBA, Asociación de Bancos Argentinos, que foi criada em 1972 e refundada em 2003; engloba bancos de capital nacional (ASOCIACIÓN DE BANCOS ARGENTINOS, documento eletrônico). A ABAPPRA, Asociación de Bancos Públicos y Privados de la República Argentina, foi fundada em 1959 como ABAPRA e modificou sua nomenclatura, em 1996, para a denominação atual (ASOCIACIÓN DE BANCOS PÚBLICOS Y PRIVADOS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA, documento eletrônico). ABA, Asociación de bancos de la Argentina, foi criada em 1999 para representar os bancos de capital internacional com atuação na Argentina (ASOCIACIÓN DE BANCOS DE LA ARGENTINA, documento eletrônico).

¹¹ A Sociedad Rural Argentina (SRA) foi fundada em 1860 (FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO MERCOSUL, documento eletrônico) e é a mais antiga associação rural da Argentina. A Confederaciones

dos agricultores familiares. São agregados, também, alguns pronunciamentos da *Unión Industrial Argentina* (UIA)¹² como contraponto às manifestações das frações financeira e agrária.

Fazendo um levantamento dos sítios institucionais das associações patronais da fração financeira (partindo da simbiose com o setor bancário), foi possível encontrar algumas manifestações oficiais da fração bancário-financeira. As notas oficiais tratam, mormente, sobre temas internos afeitos ao mercado financeiro e à prática bancária e, subsidiariamente, a questões afeitas às políticas econômicas e financeiras. Não há, por parte da fração hegemônica, declarações as quais expressem juízos de valor acerca dos rumos políticos de um dado governo – a não ser que a política em questão seja setorial e conectada aos bancos e/ou às finanças.

Dada a ausência de manifestações oficiais em profusão de órgãos e associações patronais da fração financeira, propõe-se que seria possível medir a aprovação ou a desaprovação, o apoio ou a oposição desta fração de classe a um determinado governo a partir das projeções “do mercado” para a taxa de crescimento anual da economia (crescimento do PIB) e para a taxa de inflação esperada. Análises do setor financeiro e do setor bancário (que, na prática, acabam se imbricando) as quais sejam negativas, pessimistas, que indiquem alto grau de incerteza e/ou volatilidade da economia, que passem uma ideia de temor em relação ao desempenho econômico futuro do país apontam para uma oposição dessas frações às políticas governamentais em andamento – especialmente as ligadas à política econômica, tais como a taxa básica de juros da economia, a política monetária e a política cambial.

Reflete-se, destarte, a propósito do silêncio da fração financeira: seria o silêncio da fração financeira direta ou inversamente proporcional à sua realização econômica? Dito de outra forma, o quanto a falta de manifestações oficiais contribui ou não para os ganhos econômicos da fração financeira? Ao que parece, pelo menos no caso argentino, o silêncio da fração financeira é diretamente proporcional à sua realização econômica, pois, no período do governo Mauricio Macri, a fração financeira lucrou – e muito – com a alta volatilidade cambial e com as divisas estrangeiras de caráter especulativo. O capital ingressava e retirava-se da Argentina de forma bastante fluida, rápida, aproveitando as taxas de juros praticadas para remuneração dos títulos públicos argentinos e não se reteve em setores produtivos, tampouco objetivou papéis ou inversões de médio e longo prazos.

Rurales Argentinas (CRA) foi fundada em 1943 (FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO MERCOSUL, documento eletrônico); a Federación Agraria Argentina (FAA), em 1912.

¹² A Unión Industrial Argentina (UIA) foi fundada em fevereiro de 1887 e representa a atividade industrial nacional (UNIÓN INDUSTRIAL ARGENTINA, documento eletrônico).

Vejam as manifestações pontuais da fração financeira e as declarações da fração agrária, também integrante do bloco no poder argentino, para entender melhor o porquê de a fração financeira não se manifestar abundantemente ou não precisar fazê-lo – assumindo uma postura discreta –, uma vez que as outras classes e frações de classe dominantes faziam-no de maneira assídua.

Quanto à ADEBA, não consta uma manifestação sequer em seu sítio institucional oficial. A ADEBA aparece apenas nos comunicados conjuntos à imprensa e, ainda assim, não constam em sua página. Outra ressalva é quanto a CRA, pois as notas oficiais disponibilizadas em seu sítio datam a partir de abril de 2021, de modo que aventamos a possibilidade de não ter havido manifestações durante o período do governo Macri ou de as manifestações anteriores a 2021 terem sido arquivadas e retiradas do sítio da CRA.

A relação de Mauricio Macri com o bloco no poder argentino foi construída antes e durante sua campanha presidencial; basta lembrar que Macri é filho do empresário Franco Macri e parte das empresas da família Macri, o Grupo Macri (Sociedade Anônima). As relações construídas durante a campanha à presidência visavam a obter apoio e a compor um núcleo duro de sustentação político-econômico do futuro governo. Uma das frações a qual foi atraída para a órbita de Mauricio Macri é a fração agrária, em especial a parcela representada pela FAA:

O presidente da Federação Agrária Argentina, Eduardo Buzzi, participou hoje do evento realizado na sede do governo de Buenos Aires no qual o chefe do PRO, Mauricio Macri, apresentou as propostas do partido para o setor agrícola e agroindustrial à Comissão de Enlace. *“É valioso que tenhamos uma resposta integral da parte de um partido. Há dois meses estivemos bem aqui, apresentando nossos problemas e o PRO como uma força demonstrava seu interesse em ouvir, depois daquela ação na qual apresentamos o potencial do campo argentino e foi estabelecida uma agenda de trabalho. Surpreende que tenhamos uma proposta que comece a estabelecer ideias-força e objetivos a serem alcançados. É a primeira força que nos fornece um plano completo. Logo veremos até que ponto estamos de acordo, mas enquanto isso valorizamos este fato e a iniciativa de uma força política importante na Argentina de pensar em nosso setor”,* assegurou Buzzi (FEDERACIÓN AGRARIA ARGENTINA, 2014, documento eletrônico, grifo nosso, tradução nossa).

A FAA buscava alternativas às *retenciones* (tributos às exportações) e às quotas de exportação, sendo o partido de Mauricio Macri, o PRO, o primeiro a apresentar um planejamento e uma agenda de diálogo com os pequenos e médios produtores rurais filiados a essa associação patronal. No mesmo sentido, a fração financeira alinhava-se ao candidato Macri por sua proposta de estabelecer um câmbio não administrado, isto é, flutuante de acordo com as condições do mercado de divisas. Contudo, após as eleições e a ascensão de

Mauricio Macri à Presidência da República Argentina, as políticas econômicas não surtiram efeito, pois dependiam – substancialmente – da “chuva de investimentos” que nunca ocorreu.

A crise econômico-cambial chegou e, com ela, a necessidade de se recorrer ao FMI como tábua de salvação, resultando em um empréstimo de 56 bilhões de dólares para prover liquidez e manter a confiança dos credores e investidores. A crise social resultante da inflação acima dos 40% ao ano, do desemprego e do aumento da pobreza foi percebida pelas classes dominantes do bloco no poder como uma situação que poderia escapar ao seu controle. A solução foi realizar pequenas concessões às classes populares, por meio da reposição inflacionária. Assim,

As Associações Bancárias (ABA, ABE, ADEBA e ABAPRA) consideram uma prioridade manter o poder de compra dos salários dos funcionários do setor. Nesta linha, e no marco das negociações salariais de 2018, ofereceu-se um aumento salarial igual à inflação registrada durante o ano, antecipando a partir de janeiro um aumento de 9%, e depois ajustando-o conforme evolua a inflação. Isto foi omitido em todas as comunicações feitas pelo Sindicato. Eles mencionam apenas um aumento de 9%, sem se referirem à cláusula de gatilho e, com esta informação parcial, convocaram uma greve para o dia 9 de fevereiro antes do feriado de carnaval e também para os dias 19 e 20 de fevereiro (ASOCIACIÓN DE BANCOS DE LA ARGENTINA, 2018a, documento eletrônico, tradução nossa).

Ainda que as associações patronais da fração financeira, fração hegemônica do bloco no poder durante o período do governo de Mauricio Macri, tenham negociado os termos da reposição inflacionária e salarial, é possível vislumbrar a disputa entre o capital e o trabalho, entre as classes trabalhadoras dos bancos e do mercado financeiro e os integrantes da fração financeira. Ademais, é factível visualizar o núcleo de suporte durante o período do governo Macri, devido ao apoio que deram à contratação do empréstimo com o FMI.

Além da crise cambial e da inflação, os preços das tarifas de energia foram alvo de reclamações por parte da União Industrial Argentina (UIA), a qual foi duplamente beneficiada no período dos governos Kirchner, pois a fração industrial recebia subsídios e as empresas de energia também; diminuindo, assim, os custos da produção. Tendo aderido retardatariamente à Aliança *Cambiemos* de Mauricio Macri, a fração industrial ficou como coadjuvante das políticas públicas, isto é, não foi uma fração dominante prioritária para o Estado argentino entre 2015 e 2019. Nesse diapasão,

Foi salientada a preocupação com o impacto do aumento dos preços da energia, juntamente com o aumento dos impostos a nível sub-nacional (impostos municipais, impostos imobiliários, etc.) e o aumento das taxas de juros, conjuntamente com a eliminação de linhas de crédito e programas específicos (UNIÓN INDUSTRIAL ARGENTINA, 2018a, documento eletrônico, tradução nossa). O departamento de

Energia fez uma apresentação sobre os diferentes aspectos que modificam a equação dos custos industriais. Em especial, analisou-se o impacto que o novo quadro tarifário tem na demanda industrial, em especial no setor das PyME, onde a *redução dos subsídios tem como contrapartida o aumento acelerado do custo energético*, tanto em gás como em electricidade, acima dos quadros tarifários em vigor nos principais parceiros comerciais (UNIÓN INDUSTRIAL ARGENTINA, 2018b, documento eletrônico, grifo nosso, tradução nossa).

As benesses garantidas anteriormente pela fração industrial foram eliminadas durante a Administração Macri, demonstrando que a fração industrial foi, de fato, integrante do grupo perdedor no quadriênio 2015-2019. Prova disso, foi a apuração feita pela UIA a qual indicou, “[...] em julho, uma contração da atividade industrial de -6,1% interanual, acumulando uma queda de -7,6% em 2019” (UNIÓN INDUSTRIAL ARGENTINA, 2019a, documento eletrônico, tradução nossa).

Por outro lado, as classes e frações de classe as quais obtiveram lucros com as políticas econômicas que conduziram à crise cambial, tinham a perspectiva de continuar auferindo lucros com o Banco Central da República Argentina (BCRA) repleto de divisas conseguidas com o apoio dos Estados Unidos durante o período da Administração Trump. Ao que parece, a ajuda do Estado norte-americano ao Estado argentino não foi sem razão e procurou salvaguardar os interesses do seu próprio bloco no poder, pois “*os investidores mais importantes do mundo na Argentina são as empresas americanas e esperamos que sigam fazendo [...]*” (ARGENTINA, 2018, grifo nosso, tradução nossa). No tocante à crise cambiária, esta foi a manifestação da fração agrária:

A mensagem do Presidente Mauricio Macri em meio a uma crise que afeta o financiamento do Estado refletiu a urgência e um pedido específico a todos os setores exportadores de bens e serviços e, naturalmente, ao campo como principal gerador de divisas. As medidas anunciadas pelo Ministério da Fazenda visam o curto prazo, e são vistas como transitórias na busca do equilíbrio fiscal necessário. Embora nesta ocasião também tenha sido solicitado um esforço compartilhado com outros setores exportadores, insistimos que a maior contribuição deve ser feita através da redução dos gastos públicos improdutivos, sem descuidar das necessidades dos setores sociais mais vulneráveis. A Sociedade Rural Argentina faz eco à mensagem do Presidente que conclama todos os argentinos a trabalharem juntos para tirar o país da crise e pôr um fim à corrupção. Mais uma vez, o campo continuará a colaborar com qualquer iniciativa que vise a projetar nossa Nação definitivamente no caminho do desenvolvimento (SOCIEDAD RURAL ARGENTINA, 2018c, documento eletrônico, tradução nossa).

Já a fração industrial teve uma mensagem bastante breve sobre a instabilidade cambial e, implicitamente, solicitou o direcionamento de investimentos para a produção industrial:

O Comitê da UIA entende que as áreas responsáveis pela política econômica (BCRA, Ministério da Fazenda e Ministério das Finanças, entre outros) *dispõem dos instrumentos e dos ativos necessários para assegurar a previsibilidade cambial e financeira a longo prazo*. A União Industrial Argentina reitera o seu compromisso constante com a realização dos *investimentos produtivos necessários para aprofundar o desenvolvimento industrial*, criar empregos de qualidade, reforçar o enraizamento das PME e *gerar divisas genuínas* que permitam financiar um processo de crescimento sustentável a longo prazo (UNIÓN INDUSTRIAL ARGENTINA, 2018c, documento eletrônico, grifo nosso, tradução nossa).

Nesse sentido, nota-se que a UIA estava insatisfeita com investimentos direcionados à fração industrial e falava na “geração de divisas genuínas”, ou seja, que fossem derivadas da produção industrial. Ora, a produção industrial argentina não propiciava o fenômeno da geração de divisas quer produtivas quer especulativas: a seção 4.1 deste trabalho demonstra, claramente, que a fração industrial era beneficiada pelo Estado argentino – durante o período dos governos Kirchner – com a transferência da renda que era retirada da fração agrária via impostos às exportações de produtos agrícolas e minerais.

Acerca da contratação do empréstimo devido à deterioração da situação cambial, a interpretação da fração financeira ressaltou os efeitos contracionistas os quais a economia argentina sofreria no médio prazo, a fim de implementar os ajustes ditados pelo FMI para a liberação das parcelas do empréstimo bilionário contratado. Nesse ínterim,

As boas perspectivas para o setor transacionável [capaz de fazer negócios] pós-desvalorização, particularmente para o setor agrícola, impulsionarão a recuperação da economia no quarto trimestre, que acreditamos que se consolidará em 2019 diante da melhoria da confiança e dos salários reais, para atingir um crescimento médio de 1,5%. Isto exigirá não apenas a continuação do corte planejado nos subsídios de energia e transporte, bem como o anunciado corte nas obras públicas, mas também uma nova redução de gastos salariais [...]. Um ajuste desordenado no nível de atividade foi evitado, mas **nos próximos meses haverá uma deterioração da economia e do emprego, juntamente com uma aceleração da inflação** que poderia repercutir sobre a conflitividade social (ASOCIACIÓN DE BANCOS DE LA ARGENTINA, 2018b, documento eletrônico, grifo do autor, tradução nossa).

A solução à crise de efeitos regressivos era aprofundar os efeitos regressivos contra as classes populares. Mas, na verdade, o maior temor da fração hegemônica do bloco no poder argentino era que as reformas neoliberais aprovadas durante o período do governo Macri cessassem seus efeitos ou – o que seria pior – fossem revogadas.

A médio prazo, o **maior risco** para a economia é que a atenção às urgências conjunturais, junto com o custo político de reequilibrar a economia em direção a uma maior poupança, leve o governo não apenas a **pausar as reformas estruturais** (como a reforma trabalhista), mas também a recuar nos pactos fiscais já alcançados, comprometendo a redução dos impostos distorcivos (ASOCIACIÓN DE BANCOS

DE LA ARGENTINA, 2018b, documento eletrônico, grifo do autor, tradução nossa).

As reformas neoliberais tinham o condão de favorecer as exportações, as margens de lucro e a reprodução do capital das classes e frações de classe dominantes do Estado argentino, além de controlar os aumentos salariais e de conter a ação dos sindicatos representantes das classes trabalhadoras. Diferentemente da SRA e da CRA, a FAA passou a adotar uma postura mais crítica em relação ao governo de Mauricio Macri, pois suas demandas específicas não foram atendidas sequer parcialmente, a exemplo do setor de produção leiteira:

A representante de laticínios da FAA, Mariela Agüero, participou ontem de uma nova reunião do Conselho de Competitividade Láctea com o presidente, Mauricio Macri. *“Somos chamados, mas não nos permitem discutir com o presidente nossa realidade, a dos pequenos produtores leiteiros, ou como nossa situação está piorando a cada dia devido à alta do dólar e ao aumento da inflação. Continuamos trabalhando com prejuízo e, embora eles nos falem em aumentar as exportações, sabemos que isso por si só não garante que os benefícios serão repassados aos produtores”*, disse ela [...]. *“A partir dessas reuniões, nós, os pequenos produtores de leite, saímos impotentes diante da percepção que os funcionários não entendem a gravidade dos problemas que estamos apresentando e que todos os dias as fazendas de leite seguem fechando, gerando perda de empregos e desenraizamento. De fato, termina o encontro, o Presidente tweeta sobre a reunião e diz que se reuniu com a indústria. Como eu dizia antes, os produtores e nosso trabalho são invisíveis aos olhos do governo”*, disse ela, acrescentando: *“Reiteramos nosso pedido para a implementação de políticas diferenciadas que permitam aos pequenos produtores produzir. Mas não vejo nenhuma predisposição por parte do governo nacional para fazer isso. Pelo contrário, somente a produção importa, de modo que continua um processo de concentração que vai deixando de fora os pequenos e médios produtores”* (FEDERACIÓN AGRARIA ARGENTINA, 2018a, documento eletrônico, grifo nosso, tradução nossa).

O ajuste fiscal exigido pelo FMI foi – amplamente – apoiado pela fração financeira, a qual havia se beneficiado da volatilidade cambial, dos altos juros pagos por títulos públicos de curto prazo e da especulação financeira *per se*. A fração hegemônica, então, comprometeu-se a continuar trabalhando para um sistema financeiro argentino estável e confiável, fato curioso ou de pura ironia?

A Associação de Bancos da Argentina (ABA) considera que os anúncios feitos ontem pelas autoridades nacionais reforçam o compromisso com o equilíbrio fiscal e a redução da inflação, dois pilares fundamentais para garantir um processo de desenvolvimento. O programa acordado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) permitirá a solução dos problemas estruturais das últimas décadas na Argentina. Ao mesmo tempo, as medidas anunciadas proporcionam maior previsibilidade, garantindo a cobertura das necessidades financeiras do governo nacional até o final de 2019, dando aos investidores previsibilidade e tirando a pressão da taxa de câmbio. [...] As entidades que compõem a ABA reforçam seu compromisso com o crescimento da Argentina por meio de um sólido sistema

financeiro que promova o acesso ao crédito, ao investimento e ao desenvolvimento (ASOCIACIÓN DE BANCOS DE LA ARGENTINA, 2018C, documento eletrônico, tradução nossa).

A própria independência do BCRA durante o período do governo de Mauricio Macri pode ser questionada quando se toma conhecimento de reuniões entre as entidades patronais da fração financeira e a alta cúpula do Banco Central para tratar acerca das “expectativas do mercado” e da política monetária em curso.

O presidente da Associação de Bancos da Argentina (ABA), Claudio Cesario, juntamente com autoridades de instituições financeiras, realizaram hoje uma reunião com o presidente do Banco Central, Guido Sandleris, e parte de sua equipe na sede da autoridade monetária, no âmbito das reuniões de trabalho que foram desenvolvidas ao longo do ano. *A mesa de diálogo também foi composta pelo presidente do Santander Rio, Enrique Cristofani; do BBVA Francés, Martín Zarich; do HSBC, Gabriel Martino; do Itaú Argentina, Marcelo Mut; o vice-presidente do Banco Patagônia, Rubén Iparraguirre; o gerente geral do ICBC, Alejandro Ledesma; o gerente geral do JP Morgan Chase Bank, Facundo Gómez Minujín; o gerente geral do BNP Paribas, Tullio Lanari; e o chefe do mercado do Cone Sul do Citibank, Jorge Carrasco, acompanhou a Sandleris em nome do Banco Central* (ASOCIACIÓN DE BANCOS DE LA ARGENTINA, 2018d, documento eletrônico, grifo nosso, tradução nossa).

O encontro contou com a presença dos representantes dos principais bancos privados na Argentina, demonstrando a proximidade das classes e frações de classe dominantes do bloco no poder com as instituições do Estado argentino. Na esteira dos temas políticos com reverberações econômicas, uma situação regional bastante inquietante é a da Venezuela, porquanto nenhuma das associações patronais das classes e frações de classe dominantes manifestou-se acerca da possibilidade de suspensão do país, no âmbito do Mercosul, por meio da “Cláusula Democrática”.

As únicas manifestações sobre o caso em comento vieram dos chefes de Estado e de governo do Mercosul e de seus respectivos chanceleres. Nesse sentido, perguntada acerca da cláusula democrática e da possibilidade de acioná-la no caso venezuelano, a chanceler argentina Susana Malcorra respondeu que, em conjunto com os demais Estados-membros do Mercosul,

“Vamos nos reunir nos próximos dias. Quando nos encontrarmos, conversaremos como sempre baseando-nos em objetivos, dados e tentando colaborar. *Se o que surgir tiver mérito para a aplicação de elementos da cláusula democrática, assim o faremos, mas temos dito em muitas ocasiões que o único caminho para a Venezuela é por meio do diálogo entre as partes.* Não vemos isso de outra forma. Portanto, vamos discutir com nossos colegas no MERCOSUL, onde a Venezuela também estará presente. Eu permaneço em contato com minha contraparte venezuelana,

apesar de nossas diferenças, que são muitas e públicas. Temos uma relação pessoal construída ao longo do tempo” (MALCORRA, 2016a, grifo nosso, tradução nossa).

Não obstante as diferenças entre a chanceler argentina e a representante venezuelana, Susana Malcorra demonstra ser – de fato – uma profissional na arte da diplomacia, pois a boa diplomacia é aquela que não deixa de lado a polidez. Ademais, houve uma declaração conjunta entre Argentina, Brasil, Chile e Uruguai a qual pedia o retorno à normalidade democrática na Venezuela,

Os Chanceleres signatários desejam manifestar que lamentam os atos de violência registrados em Caracas, onde vários cidadãos, inclusive parlamentares, foram agredidos, ao mesmo tempo em que condenam qualquer ato de violência independentemente de sua origem. Nesse sentido, reafirmam que as autoridades têm a responsabilidade de garantir o direito às manifestações pacíficas e à livre expressão de ideias, e fazem um chamado a que, conforme prometeu o governo, se investiguem as responsabilidades pela violência. Instam igualmente a que *se possam resolver as diferenças por meio do diálogo pacífico e com métodos democráticos*, esperando que o processo de facilitação promovido pelos ex-Presidentes possa alcançar resultados positivos, e *em um prazo razoável, em favor de todas as partes envolvidas* (MRE, 2016, grifo nosso).

Suspensa em 2017, a Venezuela deixou de figurar nos discursos tanto dos presidentes quanto dos respectivos chanceleres dos Estados-membros do Mercosul, de modo que puderam concentrar-se em outros temas, a exemplo da possível convergência com a Aliança do Pacífico ou das negociações do tratado de livre-comércio com a União Europeia, o qual viria a ser celebrado em 2019. Devido aos temas negociados com uma Venezuela neutralizada, infere-se que tais negociações não teriam – provavelmente – ocorrido com o Estado venezuelano na qualidade de membro pleno do Mercosul, pois vão de encontro às visões de política externa da Venezuela.

A política de isolamento venezuelano também foi incentivada pela potência hegemônica, os Estados Unidos. A perspectiva do Estado argentino durante o período do governo Mauricio Macri era a de inserir-se, por intermédio do Mercosul e dos acordos de livre-comércio, nas cadeias globais de valor (TREACY, 2021), “melhorando a competitividade de nossas economias e nossa participação nos fluxos de comércio e investimentos. Estamos convencidos que por meio de acordos deste tipo fortaleceremos o Mercosul como processo de integração” (ARGENTINA, 2017b, tradução nossa).

Internamente, a fração financeira – representando as demais classes e frações de classe dominantes na qualidade de fração hegemônica – apontava alguns entraves para a inserção

argentina nas cadeias globais de comércio de forma competitiva relacionados, sobretudo, à carga tributária a qual incide sobre os

[...] contribuintes argentinos é muito maior do que em outros países da América Latina, e esta situação resulta em uma perda de competitividade para as empresas locais, que têm cada vez mais dificuldade de acesso aos mercados (ABA, 2019b, grifo nosso, tradução nossa). Toda essa carga tributária é uma mochila que acaba sendo suportada pelos clientes, que nada mais é do que o famoso custo argentino, que em todas as atividades retira produtividade e competitividade. Este custo afeta a rentabilidade das empresas em qualquer atividade, mas são sempre as pessoas que acabam pagando, tanto como usuários quanto como consumidores finais (ASOCIACIÓN DE BANCOS DE LA ARGENTINA, 2019e, documento eletrônico, grifo nosso, tradução nossa).

Assim, para garantir a manutenção do apoio econômico-financeiro das classes dominantes ao governo, foram feitas concessões (prometidas ainda na campanha presidencial de 2015), tais como a redução de impostos e a retirada total ou escalonada e gradual da tributação sobre as exportações; acabando, na prática, com as *retenciones* do período do governo de Cristina Kirchner – *retenciones* que foram retomadas no período do governo de Alberto Fernández. O apoio do bloco no poder, internamente, garantia o suporte necessário para levar adiante a proposta de remodelação do Mercosul, reivindicando o modelo de regionalismo aberto o qual, na realidade, visava a uma aproximação maior com os Estados Unidos e a União Europeia.

A visão de Mercosul do século XXI propalada durante o período do governo Macri diz respeito a um Mercosul comercial, cuja produção esteja voltada ao mercado externo, que atraia vultosas quantias de investimento estrangeiro direto – “chuva de investimentos” – e que sirva de trampolim para a celebração de acordos de livre-comércio regional e extra-regionalmente. Nas palavras do próprio ex-presidente Mauricio Macri durante a 51ª Cúpula do Mercosul,

Nossa visão do Mercosul é a de um espaço econômico integrado com o mundo; um ambiente para os empresários investirem e desenvolverem todo o potencial de nossa região; uma área onde a criatividade e o talento sejam a força motriz do crescimento inclusivo e do desenvolvimento; uma região focada em atrair investimentos e a participação das pymes [pequenas e médias empresas] nas cadeias globais de valor; uma vez que elas desempenham – e nós sabemos disso – um papel central na geração de mais e melhores empregos, a única forma genuína de reduzir a pobreza. Estamos diante de uma oportunidade histórica, e é por isso que gostaria de convidá-los a comprometermos-nos a construir este futuro juntos. [...] A negociação com a União Europeia é particularmente relevante e estou feliz que todos tenhamos concordado com isso. Somos duas regiões complementares e a União Europeia é um destino natural para nossas exportações (ARGENTINA, 2017b, documento eletrônico, grifo nosso, tradução nossa).

É patente, portanto, a preferência pelo modelo de realismo aberto durante o período do governo de Mauricio Macri. Das entidades patronais de classe, apenas a *Sociedad Rural Argentina* manifestou-se por ocasião da celebração do acordo inter-regional Mercosul-União Europeia. A nota divulgada à imprensa dava conta dos possíveis benefícios a serem alcançados, tais como: elevação dos fluxos comerciais, ganhos de escala e aumento do investimento estrangeiro direto na Argentina e nos demais países do Mercosul. Ademais, o representante da SRA afirmou que

“O acordo é histórico porque, com ele, a Argentina passa de ter acordos comerciais com 13 países a ter acordos comerciais com 40 nações”, disse o presidente da Sociedade Rural Argentina, Daniel Pelegrina [...]. “O acordo de hoje é particularmente relevante para a produção de alimentos na Argentina, pois os europeus são os maiores consumidores de alimentos per capita do mundo [...]. A UE importa US\$ 650 bilhões por ano de alimentos. [...] A história nos mostra que o comércio é um dos caminhos mais seguros para o desenvolvimento das nações, e com o desenvolvimento vem a paz. Porque quando falamos de comércio, falamos também sobre a oportunidade de fortalecer as relações entre nossos povos. Neste sentido, queremos reafirmar nossa posição de forte apoio aos acordos comerciais.” (SOCIEDAD RURAL ARGENTINA, 2019c, documento eletrônico, grifo nosso, tradução nossa).

Outro parceiro comercial o qual ganhou cada vez mais relevância para as relações internacionais tanto da Argentina quanto do Mercosul foi a República Popular da China. Após pressões da fração agrária argentina pela estabilização das relações Argentina-China, com a finalidade de voltar a exportar óleo de soja para o país asiático, o presidente argentino Mauricio Macri visitou oficialmente a China e atestou que

Deve haver poucos países no mundo mais complementares do que a Argentina e a China. Nós argentinos temos muito a contribuir nas questões de segurança alimentar, em questões relacionadas ao desenvolvimento da tecnologia, no que se relaciona com o esporte que a China estipulou como uma grande prioridade a questão do futebol, o esporte mais popular do mundo. E este país também tem muito a contribuir conosco em termos de tecnologia, mas sobretudo na construção de infraestrutura. A Argentina tem um enorme desafio sendo um país tão grande para a conectividade, exatamente o que falamos durante as últimas 48 horas que tive a sorte de ser convidado para a Convocatória One Belt, One Road (ARGENTINA, 2017a, tradução nossa).

Estaríamos diante das “relações carnais” argentinas do século XXI, agora entre Argentina e China? A China procura demonstrar seu poder por meio de competições esportivas, tais como as Olimpíadas e Paralimpíadas, e do desenvolvimento tecnológico – a exemplo da conectividade 5G da Huawei, empresa que foi banida dos Estados Unidos e que outros países também aplicaram sanções, inclusive a de banimento, devido a acusações de

espionagem e de uso dos dados coletados e roubados pela inteligência do Partido Comunista Chinês. Por falar em telecomunicações, esse setor apresentou crescimento durante o período do governo Macri, beneficiando, assim, a fração de classe dominante ligada a essa segmentação do capital. Nos marcos da “desburocratização, abertura de mercados e competitividade” (SOCIEDAD RURAL ARGENTINA, 2018b, documento eletrônico), a SRA celebrou a aproximação com a China e os acordos comerciais firmados em virtude da visita de Mauricio Macri ao país, isto porque

A China é um mercado ávido por produtos alimentícios, onde mais de 300 milhões de consumidores são clientes potenciais de produtos de alto valor. “A medida abre uma oportunidade muito importante para as produções patagônicas de ovinos e caprinos, estratégicas para o desenvolvimento daquela região, para aumentar sua produção”, destacou o presidente do SRA. Entre janeiro e novembro de 2017, a China levou 46% do volume total de carne exportada, a um preço médio de 4.200 dólares por tonelada (SOCIEDAD RURAL ARGENTINA, 2018a, documento eletrônico, grifo nosso, tradução nossa).

Conquanto tenha havido a celebração do acordo Mercosul-União Europeia e uma aproximação entre Argentina e China pelo aumento das importações chinesas de carne fresca e congelada desossadas, esse quadro externo de acordos e incremento de fluxos comerciais não foi suficiente para dar estabilidade econômica ao Estado argentino durante o período do governo de Mauricio Macri. A fuga de capitais, o câmbio instável, as altas taxas de juros, o desemprego, o aumento da pobreza, a inflação e a deterioração das condições de vida da população argentina pautaram a campanha eleitoral argentina e os debates dos presidenciais. O péssimo desempenho econômico e o empréstimo de 56 bilhões de dólares tomado junto ao FMI minaram a confiança no governo Macri como apto a debelar a crise que se abateria sobre a Argentina.

Assim, no que concerne às eleições de 2019, o tom adotado pela fração financeira e pela fração agrária foi distinto. A fração financeira, sentindo que sua posição de fração hegemônica estava ameaçada pela iminente vitória da chapa de esquerda encabeçada por Alberto Fernández e tendo como vice a ex-presidente Cristina Kirchner, preferiu adotar um baixo perfil diante da polarização política, fazer sugestões genéricas ao próximo governo e adotar uma postura colaboracionista na tentativa de receber benefícios do governo vindouro.

Nesse sentido, estabelece a fração financeira que

O caminho para o desenvolvimento da economia requer o apoio de todos os dirigentes, seu compromisso com o respeito às leis e às obrigações assumidas. Também é essencial consolidar a transparência das instituições, bem como manter um sistema de estatísticas oficiais profissional e confiável. [...] A associação espera

que o diálogo que está começando construa a agenda de longo prazo necessária para reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida dos cidadãos, uma tarefa que deve ocupar as forças políticas, o setor empresarial e as organizações civis (ABA, 2019a, grifo nosso). Por estas razões, instamos as forças políticas a se esforçarem para alcançar acordos básicos sobre questões institucionais e econômicas e comunicá-los ao público, o que sem dúvida contribuirá para garantir que o período que antecede as eleições de 27 de outubro e o eventual segundo turno posterior transcorram com tranquilidade e permitam que as forças concorrentes apresentem suas propostas e que os eleitores as avaliem. [...] Os membros do Fórum de Convergência Empresarial se comprometem a participar da discussão dos acordos e estão dispostos a colaborar ativamente com o governo que for finalmente eleito (ASOCIACIÓN DE BANCOS DE LA ARGENTINA, 2019c, documento eletrônico, grifo nosso, tradução nossa).

A fração financeira apresenta, aos candidatos em disputa nas eleições de 2019, uma mensagem sutil sobre o acordo com o FMI – celebrado no ano anterior, em 2018, – e sobre a disponibilidade de tornar-se uma fração colaboracionista com o próximo governo – o qual já se delineava politicamente à esquerda – para continuar com um papel protagônico no bloco no poder, ainda que não pudesse mais ocupar a posição de fração hegemônica. As entidades patronais da fração agrária levaram suas demandas para o candidato à reeleição Mauricio Macri, a fim de reforçar seu apoio ao presidente e, ao mesmo tempo, indicar as correções às políticas públicas do setor agrário que consideravam necessárias (SOCIEDAD RURAL ARGENTINA, 2019d). Nesse ínterim,

Desde aqueles dias difíceis em 2008, quando lutamos contra o abuso de autoridade, temos conseguido até agora preservá-lo. E não apenas como algo superficial: a Unidade do Campo Argentino, expressa na Comissão de Enlace de Entidades Agropecuárias, continua a ser forte e a produzir resultados concretos. De fato, juntamente com nossas organizações irmãs, elaboramos um documento com 14 propostas para serem incluídas nas plataformas das diferentes forças que dentro de apenas um mês estarão competindo pela Presidência da Nação. Nas últimas semanas, nos reunimos com praticamente todos os candidatos à frente das fórmulas, com resultados mistos: houve aqueles que ratificaram o documento na íntegra e até o assinaram comprometendo-se... Aqueles que o aderiram parcialmente, com reservas sobre questões que são muito importantes para nós. E houve aqueles que nos receberam amavelmente, mas não anteciparam sua posição. Meus senhores, tenhamos isto em mente na hora de votar. Tenhamos em mente quem é quem. *E aí, vamos distinguir quem fez e quem promete. Quem implementou uma política corajosa para a agricultura, embora com erros, mas que permitiu à Argentina ter várias colheitas recordes, mais exportações, mais divisas, mais trabalho e desenvolvimento!* É importante que todos compreendamos de uma vez por todas que o campo – mas também a indústria, o comércio, os serviços... todos os setores que compõem a economia nacional – *devemos poder produzir, trabalhar e comercializar sem entraves, sem intervenções desnecessárias, em um clima de liberdade, previsibilidade e confiança. A agitação de fantasmas do passado não ajuda a gerar este clima tão necessário* (SOCIEDAD RURAL ARGENTINA, 2019e, documento eletrônico, grifo nosso, tradução nossa).

A fração agrária do bloco no poder argentino tece críticas mais abertas e endereçadas a figuras caracterizáveis a partir dos fatos narrados, ainda que não cite nomes. No caso em comento, a chapa a que o presidente da SRA refere-se como a que impunha restrições e fazia intervenções às exportações é a composta por Alberto Fernández e Cristina Kirchner. Aquele que, não obstante os equívocos, trabalhou em favor da fração agrária é Mauricio Macri.

A fração industrial manifestou seus interesses aos candidatos os quais disputavam as eleições presidenciais de 2019. Nessa oportunidade, a UIA apresentou “Plano Produtivo 20/23” com mais de 150 propostas para ‘desenvolvimento e emprego’. Tal plano busca, na verdade, recuperar a primazia da fração agrária no bloco no poder e na elaboração das políticas públicas, conforme se verifica no trecho abaixo:

Fizemos um trabalho [...] que incluiu nossos departamentos técnicos e a articulação com entidades em todo o território do país. Não é por acaso que o tenhamos apresentado durante a campanha [eleitoral], nem que o estejamos entregando a todos os candidatos que vão competir pela presidência em 27 de outubro: por mais sólido que seja o plano do ponto de vista técnico, *a sua aplicação depende de que alcancemos, talvez como nunca nas últimas décadas, sólidos acordos políticos e setoriais* (UNIÓN INDUSTRIAL ARGENTINA, 2019b, documento eletrônico, grifo nosso, tradução nossa).

O então candidato à presidência Alberto Fernández reuniu-se com a UIA e escutou as propostas de seus dirigentes para o “futuro da indústria argentina”. Quanto ao período do governo de Alberto Fernández, inaugurado em dezembro de 2019, uma vez mais se expressam as diferenças entre a fração financeira e a fração agrária: esta é crítica às decisões tomadas sobre as exportações, ao passo que aquela adota uma postura conciliatória e não se refere ao tema da tributação sobre exportações (*retenciones*).

Hoje estamos diante de um novo governo que tomou posse há alguns dias, celebrando o fato de que *o processo eleitoral e a entrega do poder tenham ocorrido de forma pacífica e nos marcos da democracia*, em um momento em que a região está passando por um grande conflito. Tudo isso nos lembra de que a defesa das instituições deve ser um exercício permanente em que o jornalismo tem um papel central (ASOCIACIÓN DE BANCOS DE LA ARGENTINA, 2019e, documento eletrônico, grifo nosso, tradução nossa).

Após a reunião, de acordo com o que *as organizações expressaram nos 14 pontos que apresentaram ao atual presidente da Nação durante a campanha eleitoral*, reafirmaram sua *rejeição categórica às taxas de exportação, considerando-as um imposto ruim que não leva em conta a realidade dos produtores, desestimula os investimentos e reduz a competitividade das exportações*. Por outro lado, reiteraram seu compromisso com o diálogo na busca de entendimentos, depois do passo em falso que significou a publicação de uma medida incoerente e isolada. A este

respeito, enfatizaram a *necessidade de conhecer o pacote completo de medidas econômicas e produtivas* no âmbito da Lei de Emergência que o governo enviará ao Congresso ou outras medidas que possam ser tomadas e o esforço que será solicitado aos diferentes setores para superar a crise. Por esta razão, a CEEA [Comisión de Enlace de Entidades Agropecuarias] quer tranquilizar seus membros e transmitir a convicção de que *continuará a defender os interesses dos produtores agropecuários de todo o país, no marco deste processo de diálogo* (SOCIEDAD RURAL ARGENTINA, 2019f, documento eletrônico, grifo nosso, tradução nossa).

O Decreto 722/2021, que *discrimina as exportações agropecuárias*, é uma medida discricionária [...]. A resolução é tão contraditória que mostra que as tributações às exportações são *um imposto distorcivo que retira competitividade das exportações e aliviá-lo não é mais um incentivo, mas um alívio em um desestímulo*. O incentivo manifesto para as empresas petrolíferas quebra todas as condições de igualdade com as empresas agroindustriais, que têm que exportar sob condições diferentes e que, em última instância, passam este prejuízo aos preços recebidos pelo produtor primário. Um novo destrato em uma longa lista de decisões que *só olham para o campo no momento da cobrança de impostos e o sujeitam a condições de desigualdade com outras atividades produtivas*. Hoje, por decisão do governo, ganharam as empresas petrolíferas. Amanhã quem será? O que é certo é que *pode mudar quem ganha, mas somos nós quem sempre perdemos* (FEDERACIÓN AGRARIA ARGENTINA, 2021, documento eletrônico, grifo nosso, tradução nossa).

Sublinha-se o fato de as entidades patronais representativas da fração financeira e da fração agrária, em seu conjunto, não fazerem referências explícitas ao mandatário que ocupa a Presidência da República Argentina. Ao se referirem ao presidente em exercício – independentemente do período de governo em que ocorra –, a ABAPPRA e a ABA, representantes da fração financeira, utilizam a expressão “governo nacional”; a CRA, a FAA e a SRA, representantes da fração agrária, “governo”. O notório objetivo de utilizarem expressões genéricas e sem a identificação da *persona* é transmitir uma suposta “imparcialidade” ou “neutralidade relativa” em relação ao sujeito e ao matiz ideológico do partido o qual ocupa o mais alto cargo do Poder Executivo Federal argentino.

Conforme destaca Poulantzas (1977), a falsa separação entre a economia e a estrutura jurídico-política (Direito e burocratismo) do Estado capitalista tem por objetivo a dupla função de representação e de isolamento dos sujeitos os quais, devido ao efeito de isolamento, não percebem a exploração econômica a que estão submetidos. Assim, quando as representações patronais da fração financeira enfocam em seus discursos e em suas notas oficiais elementos “puramente econômicos”, é justamente o efeito descrito por Poulantzas que parecem causar ao tentar consolidar uma aparente neutralidade quanto a temas políticos. Em atitude diametralmente oposta, a fração agrária tem uma abordagem mais direta, toca em temas políticos cujos desdobramentos lhe afetam e endereçam críticas quando suas demandas

são prejudicadas, seus interesses não são atendidos e o desenho das políticas públicas emanadas do Estado capitalista não lhe favorecem e impedem-lhe uma atuação protagônica.

Dessa forma, consideramos que o diálogo estabelecido entre os discursos das classes e frações de classe dominantes ao longo da seção evidenciou semelhanças e diferenças no apoio a distintos temas durante o período do governo de Mauricio Macri, com especial enfoque para os tons adotados pelas classes e frações de classe dominantes do bloco no poder argentino na transição para o período do governo de Alberto Fernández e de Cristina Kirchner. A partir do pensamento das classes e frações de classe dominantes e da fração hegemônica do bloco no poder, a fração financeira, é possível averiguar de que forma as relações com os Estados Unidos e com a China afetaram a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul pelo Estado argentino durante o período do governo Macri. É o tema abordado no capítulo subsequente.

O próximo capítulo discorre sobre o Estado argentino diante do imperialismo e a China bem como seus reflexos na reivindicação do regionalismo aberto para o Mercosul.

5 O ESTADO ARGENTINO FRENTE AO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE E À POTÊNCIA CHINESA

O presente capítulo visa a complementar a análise iniciada no capítulo 4. Desse modo, busca-se **analisar a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul, por parte do Estado argentino, durante o período do governo Macri, a partir do posicionamento do referido Estado perante o imperialismo estadunidense e a China.**

Conforme demonstrado nos capítulos 3 e 4, não se podem ignorar os desígnios da potência hegemônica nos cálculos de constrangimentos e de oportunidades da política externa dos Estados periféricos (BANDEIRA, 2010), em especial os do Mercosul, tampouco da potência desafiante do *status quo*. Evidenciamos, outrossim, que a tentativa de introduzir o regionalismo aberto no Mercosul e na América Latina não é nova, pois – na passagem dos anos 1990 para os anos 2000 – a ALCA foi o projeto de liderança e subordinação mais bem acabado até então proposto aos Estados das três Américas.

Tal projeto estadunidense, ao ser negociado por meio da *fast track* (autorização legislativa do Congresso dos Estados Unidos com a finalidade do presidente da República negociar acordos nos limites estabelecidos pelo próprio Congresso), não contou com quaisquer margens de maleabilidade na negociação das pautas e dos itens por ele abrangidos, de modo que consideramos um acordo imposto e não negociado – já que os termos do referido acordo não podiam ser modificados em absoluto. Desse modo, ou os Estados ratificavam o tratado da ALCA ou o rejeitavam; ou o aceitavam ou o rechaçavam.

Rechaçado em 2005 a partir da liderança de Néstor Kirchner, pela Argentina, Lula da Silva, pelo Brasil, e Hugo Chávez, pela Venezuela, os Estados Unidos viram-se frustrados em seu intento de impor uma hegemonia industrial e tecnológica sobre a América Latina – em geral – e sobre o Mercosul – especificamente. Desde então, os Estados Unidos da América veem as iniciativas de integração regional lideradas por esses três países da América do Sul não como uma ameaça direta a sua hegemonia, porém como um desafio a ela e, mais do que isso, como um desafio ideológico e uma repulsa pelos Estados Unidos e tudo que a eles esteja relacionado. Em suma, os Estados Unidos percebem e temem o sentimento de antiamericanismo (ou antiestadunidensismo¹³) que passou a vigorar nos países da região, haja visto que esse sentimento – se não tem o poder de ameaçar, diretamente, a hegemonia estadunidense no momento presente – tem o condão de, a longo prazo, miná-la.

¹³ Neologismo nosso o qual indica a aversão aos Estados Unidos e a tudo que a eles se relacione.

Ademais, a partir dos anos 2000, a China iniciaria sua rápida ascensão econômica por meio da industrialização em larga escala e da atração de investimentos nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). A presença chinesa na América Latina indicou tanto o interesse nos alimentos e nas *commodities* produzidos pelos países da região quanto uma ameaça à influência “natural” dos Estados Unidos. Paulatinamente, os Estados Unidos da América perderiam o posto de principal parceiro comercial dos Estados latino-americanos para a China e o aviso contido na “Doutrina Monroe”, “a América para os americanos”, teria cada vez menos relevância para a potência sino-asiática.

Nesses termos, a proposta dos Estados Unidos para a região foi, é e – possivelmente – continuará sendo o modelo de regionalismo aberto, porque beneficia uma entrada rápida e facilitada de bens, serviços e capitais nos países da região e no Mercosul que é um grande provedor de alimentos e *commodities* no mercado internacional (COLLAZIOL, 2022; SIMONOFF, 2016). O Mercosul é estratégico para a segurança alimentar e produtiva dos países de capitalismo central, ainda mais se se considera a ascensão da China e a disputa geopolítica com os Estados Unidos.

Pode-se inferir que os Estados Unidos almejam uma parceria diferenciada com os Estados-membros do Mercosul, situação que – desde a rejeição da ALCA em 2005 – não foi possível concretizar em proveito da potência hegemônica (e em detrimento dos Estados mercosulinos). Nesse ínterim, abordam-se, a seguir, os reflexos para a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul, por parte do Estado argentino, a partir do relacionamento com os Estados Unidos e com a China.

5.1 A ALTERAÇÃO NA CORRELAÇÃO DE FORÇAS DO BLOCO NO PODER NOS ESTADOS UNIDOS: REFLEXOS PARA A REIVINDICAÇÃO DO MODELO DE REGIONALISMO ABERTO PARA O MERCOSUL POR PARTE DO ESTADO ARGENTINO

Antes de adentrarmos, propriamente, nos reflexos da influência estadunidense para a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o durante o período do governo Macri, é necessário um apontamento: o tipo de relacionamento que a Argentina vinha mantendo com os Estados Unidos, em alguma medida, corroborou para a queda do kirchnerismo nas eleições presidenciais de 2015. A política externa argentina durante o período do segundo governo de Cristina Kirchner buscava uma postura de não-alinhamento com o Estado americano, chegando – em alguns momentos – a beirar a confrontação. A diversificação de parceiros foi

um traço a se ressaltar, bem como a priorização do Mercosul e das relações Sul-Sul de modo geral (MÍGUEZ, 2017; SIMONOFF, 2016).

Esse distanciamento relativo para com os Estados Unidos não era bem visto pela potência hegemônica, a qual tinha interesses em construir uma base militar em Ushuaia, por exemplo. Nesses termos, durante o período do segundo mandato da ex-presidente argentina, “um dos aspectos mais relevantes do discurso argentino no período analisado foi a adoção de um *tom abertamente crítico aos Estados Unidos* não observado em anos anteriores” (BANDEIRA DE MELLO, 2020 p. 100, grifo nosso). Essa voz dissonante contra os Estados Unidos não poderia continuar a impedir e a oferecer resistência aos interesses estadunidenses na região, porquanto a “afirmação de uma “identidade própria”, diferenciada da América do Norte, preocupou Washington” (BANDEIRA, 2010, p. 105). Esse fator talvez ajude a explicar a guinada à centro-direita com Mauricio Macri.

Eleito presidente da Argentina em 2015, Macri tinha uma visão de política externa que privilegiava as potências ocidentais tradicionais – mormente Estados Unidos e União Europeia –, o multilateralismo, a presença em fóruns econômicos e financeiros mundiais, e a busca por parceiros regionais os quais vislumbrassem o regionalismo aberto como o modelo de integração a ser reivindicado e adotado (BUSSO; ZELIOVICH, 2016; MERINO, 2017, 2018; SIMONOFF, 2016, 2020; TREACY, 2021). As pautas de política exterior apregoadas por Mauricio Macri não surgem a partir de sua posse como Presidente da República Argentina; pelo contrário, essas diretrizes são construídas em sua campanha eleitoral, de modo que elas expressam o interesse das classes e frações de classe dominantes do bloco no poder argentino.

Consoante ressaltam Cavalcanti e Granato (2020, p. 67, grifo nosso),

[...] em uma formação social capitalista, a política de integração não é resultado apenas de acordos intergovernamentais, nem fruto de meras restrições ou oportunidades sistêmicas. *A integração também é produto das disputas e interesses de classes e frações de classe que, local e internacionalmente, perpassam o aparelho estatal.*

O Estado capitalista é o promotor dos interesses do bloco no poder sem, com isso, reproduzir – automaticamente – todas as demandas das classes e frações dominantes, pois há uma autonomia relativa a qual possibilita o Estado atuar sem a ingerência das classes e frações de classe dominantes. Poder ocorrer, contudo, uma situação instrumental do Estado, em que a autonomia relativa é reduzida e o político e o econômico passam a ter uma

imbricação maior, atendendo – assim – de forma mais direta aos interesses das classes e frações de classe dominantes do bloco no poder (MÍGUEZ, 2017).

Ademais, os interesses do bloco no poder da potência hegemônica também influem nas opções quanto à escolha do modelo de integração a ser reivindicado e defendido e, por essa razão, nos destinos da integração do Mercosul. Durante o período do governo Mauricio Macri, há uma alteração no modelo de integração reivindicado: do multidimensional ao neoliberal.

A lógica por trás do regionalismo aberto está na não contestação do imperialismo, de modo que o Mercosul “deveria permanecer subordinada aos interesses do capital financeiro e de uma burguesia a ele atrelada” (CAVALCANTI; GRANATO, 2020, p. 80, grifo nosso). A tendência de redirecionamento do modelo de integração em voga, quer dizer, uma transição do modelo de regionalismo multidimensional para o modelo de regionalismo aberto (mais voltado aos fluxos comerciais e financeiros) reflete o alinhamento entre as classes e frações de classe dominantes de Brasil e Argentina – as quais passam a liderar esse movimento de reconfiguração do Mercosul, para um Mercosul de corte mais comercial, financeiro e dos negócios (CAVALCANTI; GRANATO, 2020; GRANATO, 2020, 2021b).

Todavia, não foi apenas na Argentina que ocorreu uma alteração na correlação de forças interna ao bloco no poder, ocasionando uma mudança substancial nas preferências das classes e frações de classe dominantes: as eleições americanas de 2016 marcaram uma inflexão na correlação de forças que – até aquele momento – favorecia uma corrente globalista (TREACY, 2021) e pendeu em favor de uma corrente mais nacionalista. Conforme apontam Simonoff (2020) e Treacy (2021), parece ter havido um equívoco ou um descompasso na leitura do cenário internacional por parte dos formuladores da política externa argentina durante o período do governo Macri¹⁴ – em verdade, do bloco no poder o qual apresentou suas visões de política externa por meio do Grupo Consenso (2015) –, uma vez que os cenários projetados tinham desvanecido desde a crise do *subprime* em 2008.

Essa percepção um tanto quanto distorcida da conjuntura internacional conduziu o Estado argentino pelo caminho do alinhamento automático (lógica da aquiescência) que não surtiu os efeitos esperados nem no curto nem no médio prazos. O próprio presidente Mauricio

¹⁴ Quanto ao contexto internacional, este discurso para uma integração regional tem lugar num momento de retração das ideologias liberais. Por um lado, deve-se notar que o comércio mundial atravessa um período de crescimento lento, de apenas 2,5% ao ano, e de aumento das barreiras protecionistas comparável à da crise de 2011. Por outro lado, cabe apontar que nos EUA, ator central no processo de expansão da globalização, [...] hoje apresentam [...] profundas revisões da política comercial, dando conta, assim, de uma maior necessidade de intervenção do Estado face aos efeitos nocivos da globalização comercial (BUSSO; ZELIOVICH, 2016, p. 21-22, tradução nossa).

Macri fez arriscadas apostas de política externa, as quais envolviam o Mercosul e sua relação com a política externa americana, apoiando – inclusive – o partido Democrata nas eleições de 2016, quando o partido que saiu vencedor deste pleito foi o Republicano. Dessa forma,

O governo *Cambiamos* propôs um resgate da lógica de aquiescência e engajamento com os Estados Unidos como horizonte de sua política externa (Busso, 2019). A vitória de Donald Trump sobre Hillary Clinton em novembro de 2016, no entanto, modificou repentinamente o tabuleiro do jogo e deixou o *governo argentino sem uma clara estratégia para além do alinhamento de sua política com os interesses da política externa norte-americana*. A mudança de administração implicou uma mudança na política externa norte-americana que consolidou as tendências vinham se observando, desde 2008, no *questionamento do multilateralismo* e inaugurou uma nova etapa de *retração da globalização* e uma *guerra comercial com a China* no contexto da *disputa pela liderança global* (TREACY, 2021, p. 19, grifo nosso, tradução nossa).

Nesses termos a política exterior do Estado argentino, durante o período do governo de Mauricio Macri, passou por dois momentos: o primeiro foi a falta de um planejamento estratégico e a aquiescência (alinhamento) à política externa americana; o segundo, a necessidade de readaptar-se e tomar o rumo do pragmatismo, haja visto as pressões de setores ligados – sobretudo – à agroexportação que passaram a sofrer boicotes da China, devido ao esfriamento das relações por parte da Argentina. Na esteira dessa política externa titubeante e do consequente alinhamento aos norte-americanos, percebe-se o quanto as ações do Estado argentino para a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul foram influenciadas pelos interesses estadunidenses. A exemplo de mudança de postura em fóruns internacionais para contentar os Estados Unidos, pode-se citar que,

Em 2015, com a chegada de Macri, diversos compromissos foram assumidos tanto em nível global (por exemplo, na caracterização do Hezbollah como organização terrorista) [...]. Essa diretriz não mudou a caracterização do Hezbollah como organização terrorista, de acordo com os desejos não apenas de Netanyahu, mas também de Trump: “Não vamos fazer nenhuma mudança que traga algum problema para a Argentina, temos muitos”. disse o chanceler Felipe Solá (EL GOBIERNO..., 2019, p.14) (SIMONOFF, 2020, p. 130, tradução nossa).

Pode até parecer um ato menor ou sem importância o fato de passar a reconhecer uma organização como terrorista, contudo, essa ato é simbólico e carregado de significado – pois ocorreu a concretização das expectativas da potência hegemônica. Esse alinhamento do Estado argentino durante o período do governo Mauricio Macri foi recompensando¹⁵ algumas

¹⁵ Concretamente, o Estado argentino – durante o período do governo de Mauricio Macri – seria recompensado com o acesso facilitado a fundos de empréstimo do FMI com o aval do então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

vezes pelos Estados Unidos e pelos “aliados tradicionais”, sendo o contentamento com os rumos da política externa argentina demonstrado por meio de “[...] recorrentes visitas de chefes de estado Europeus e as duas visitas de presidentes estadunidenses, Barack Obama e Donald Trump” (BANDEIRA DE MELLO, 2018, p. 13).

Não é à toa que tantos chefes de Estado e de governo dos países capitalistas centrais tenham vindo à América do Sul, em geral, e à Argentina, em especial. Havia o claro interesse de garantir a segurança alimentar e os insumos para a produção dos Estados capitalistas desenvolvidos. Em troca de um possível apoio financeiro – Macri esperava a “chuva de investimentos” –, a contrapartida que o Estado argentino deveria executar era, em definitivo, uma certa representação dos interesses desses blocos no poder de Estados capitalistas centrais, ou seja, o acesso direto e facilitado ao mercado dos países-membros do Mercosul.

Evidencia-se, destarte, o porquê de tanto empenho, por parte de Mauricio Macri, para a adoção do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul e para a participação em iniciativas de integração regional as quais privilegiassem o comércio e os investimentos estrangeiros. A necessidade argentina por moeda forte (dólar) manifestar-se-ia devido ao descontrole cambial criado pela remuneração do capital especulativo com altas taxas de juros. Nesse sentido, a Argentina obrigou-se a pedir um empréstimo para o FMI, após 15 anos sem necessitar da “ajuda” do Fundo, de maneira que

A relação entre a Argentina e o Fundo Monetário Internacional tornou-se um dos temas mais importantes da agenda bilateral com os Estados Unidos. No mês de novembro de 2018, por ocasião da visita de Donald Trump à Argentina para a cúpula do G-20, Mauricio Macri lhe agradeceu especialmente pelo apoio prestado para que a Argentina obtivesse a assistência financeira do FMI (Macri, 2018). O empréstimo que foi pedido ao Fundo Monetário Internacional também pode ser lido a partir da lógica da aquiescência. *O governo de Macri buscou agradar aos Estados Unidos, realinhando sua política exterior a seus interesses hemisféricos e conseguiu em troca que o FMI lhe outorgue o maior empréstimo de sua história por US\$56,3 bilhões*, que concentrou 60% de sua carteira. Muitos analistas interpretaram este fato como um *apoio político direto de Donald Trump à estabilidade econômica da Argentina* para outorgar a base necessária ao governo para que consiga sua reeleição (Cantamutto e Félix, 2021). Este novo ciclo de endividamento externo com o empréstimo pedido ao FMI condicionaria a política econômica doméstica e deixaria a Argentina à beira de um novo default (TREACY, 2021, p. 19-20, grifo nosso, tradução nossa).

Assim, o alinhamento aos ditames dos Estados Unidos surtiu algum efeito no momento oportuno, na medida em que foi concedido o maior empréstimo da história do FMI – 56 bilhões de dólares – para que a Argentina pudesse estancar a grave crise cambial e Mauricio Macri ganhasse fôlego para enfrentar as eleições presidenciais no ano seguinte (2019). Vale lembrar que o FMI funciona por quotas-partes, isto é, quanto mais quotas um

país tem nessa organização multilateral, maior o peso de seu voto a favor ou contra a concessão de crédito (empréstimo) aos Estados solicitantes; podendo, inclusive, barrar a concessão de um empréstimo em caso de negativa à cessão do crédito.

Os Estados Unidos são o país que mais quotas têm no FMI; não é difícil concluir, portanto, que houve uma intervenção dos Estados Unidos de Donald Trump em favor da Argentina de Mauricio Macri. A reivindicação do modelo de regionalismo aberto era o mínimo que Mauricio Macri poderia fazer para tentar integrar Argentina-Mercosul aos Estados Unidos, nesse contexto de “ajuda cambiária externa”. A aproximação com países de capitalismo avançado tinha outro elemento simbólico importante, qual seja, diferenciar-se – radicalmente – do período do governo Kirchner e alijar-se do eixo bolivariano representado pela Venezuela, pela Bolívia e pelo Equador (BANDEIRA DE MELLO, 2018). Assim sendo, era natural – na busca do regionalismo aberto para o Mercosul – as incessantes tentativas do Estado argentino de celebrar acordos de livre-comércio durante o período do governo Macri.

Nesse diapasão, a celebração do Acordo Mercosul-União Europeia, em 2019, significou uma vitória política e econômica do governo de Mauricio Macri, a conquanto a pauta de exportações da União Europeia seja marcada por produtos tecnológicos de alto valor agregado e a cesta de exportações do Mercosul seja caracterizada por produtos primários – sobretudo alimentos e *commodities* para a indústria – de pouco, baixo ou nenhum valor agregado. Desse modo, a assinatura do tratado Mercosul-União Europeia “[...] visava a favorecer os interesses [...] do agronegócio e [...] da fração de classe da burguesia interna agora incontestavelmente associada ao capital financeiro” (CAVALCANTI; GRANATO, 2020, p. 82).

De certa maneira, a aproximação Mercosul-União Europeia almejava estabelecer um leve contraponto ao peso relativo dos Estados Unidos na região: um acordo comercial com outra potência mundial, a União Europeia tomada em seu conjunto – ainda que imperem diferenças substanciais entre seus Estados-membros. Do ponto de vista estratégico, o tratado objetivava disponibilizar um canal de exportações “alternativo” para o Mercosul, visando a contrabalançar a influência e as limitações típicas de um relacionamento bilateral com os Estados Unidos. Atesta Simonoff (2020, p. 131, grifo nosso, tradução nossa) que as “urgências eleitorais de Macri e suas coincidências com Jair Bolsonaro, ao entender o mercado regional como uma ponte para a hiperglobalização, permitiu a assinatura do Acordo com a União Europeia”.

Essa plataforma comercial, a qual passou a ser a forma como o ex-presidente Mauricio Macri enxergava o Mercosul, deveria impulsionar o crescimento argentino – e com ele o lucro

das classes e frações de classe dominantes do bloco no poder. Além da possibilidade de acordos extrarregionais, a Argentina – sob a Administração Macri – procurou aproximar-se dos Estados da região que teriam sido escantilhados por Cristina Kirchner – Chile, Peru e México. Esses três países conformam a Aliança do Pacífico, cujos objetivos são promover o livre-comércio, a livre prestação de serviços, a livre circulação dos fatores de produção capital e trabalho.

Um dos objetivos do Estado argentino, durante o período do governo de Mauricio Macri, foi o de acessar os grandes acordos comerciais de livre-comércio os quais estavam em andamento, de modo a utilizar as vantagens comparativas para inserir a Argentina como promotora de produtos ligados ao setor agrário-mineral-exportador. Assim,

Uma característica relevante da Aliança do Pacífico é que ela vem buscando projetar-se à região Ásia-Pacífico. Chile, Peru e México já participavam da APEC e integram o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP), assinado em 2018. Em 2017 foi estabelecido o Plano de Trabalho entre a Aliança do Pacífico e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), e as negociações de acordos comerciais com os Estados Unidos. Contudo, os fluxos comerciais diferem-se entre si. Enquanto a China se tornou o principal parceiro comercial de Chile e Peru nos últimos anos, México e Colômbia ainda tem os Estados Unidos como principal parceiro comercial (BARROS et al., 2021, p. 80).

O ingresso na Aliança do Pacífico e a proximidade com os Estados Unidos da América guardavam uma intenção geopolítica e geoeconômica que, se por um lado, buscava capitais estrangeiros e aumento dos fluxos comerciais, por outro lado, visava a isolar a “China em um movimento de pinças “de caranguejo” [...] (Montesa y Azcárate, 2015)” (SIMONOFF, 2016, p. 46, tradução nossa). Essa estratégia de contenção da China faz parte de um movimento maior e mais sofisticado dos Estados Unidos e, deve-se sublinhar que,

Nos últimos anos, a América Latina tem estado no centro da disputa entre as duas grandes potências: os Estados Unidos e a China. Isto responde, por um lado, aos interesses dos Estados Unidos de conter o “gigante asiático” e de impedir – geopoliticamente – que este ameace sua hegemonia global e, por outro lado, de deslocar a China da região, mas já sendo a China o segundo ou o primeiro parceiro comercial da maioria dos países da América Latina. O certo é que estamos em uma mudança de ciclo, tanto em nível nacional, regional, como global, em que se sobressai a disputa geopolítica pelo modelo de globalização que predominará nos próximos anos (DELGADO, 2022, p. 17, tradução nossa).

A percepção da ascensão chinesa e do enfraquecimento de sua própria hegemonia faz os Estados Unidos agirem contra os movimentos geopolíticos da China, na tentativa de manter seu poder e prestígio internacional, ocasionando disputas econômicas, tecnológicas, diplomáticas e discursivas. Torna-se evidente a tentativa de contenção da China por parte dos

Estados Unidos em aliança com a Argentina e com os demais Estados-partes dos acordos de livre-comércio dos quais a potência estadunidense é parte.

Outro ponto de influência norte-americana sobre a Argentina e os rumos do Mercosul refere-se à questão da Venezuela. Desde a campanha presidencial, o então candidato Mauricio Macri mostrava-se favorável à invocação da cláusula democrática do Mercosul contra a República Bolivariana da Venezuela (BANDEIRA DE MELLO, 2018; MÍGUEZ, 2017). Nesse sentido, ao assumir a presidência em 2015, o confronto entre Venezuela e Argentina era inevitável. Com o intuito satisfazer os interesses dos Estados Unidos e da União Europeia, era preciso afastar-se do eixo bolivariano e, concomitantemente, ser “um país contrário ao regime venezuelano é um dos elementos que compõem essa estratégia” (BANDEIRA DE MELLO, 2018, p. 8).

Entre rusgas e abertura de canais de diálogo para concertação política, após reiterados avisos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai à Venezuela sobre a necessidade de normalização de sua situação interna em nome dos direitos humanos, os quatro Estados-membros originários do Mercosul resolveram – em 2016 – impedir que a Venezuela assumisse a Presidência Rotativa Pro Tempore do Mercosul no segundo semestre. “Esta oposição [...] pode, na realidade, ser interpretada como uma recusa de que a PPT [Presidência Pro Tempore] fique nas mãos de um governo populista num momento de redefinições próximas de um giro de viés liberal” (BUSSO; ZELIOVICH, 2016, p. 19, tradução nossa).

O argumento utilizado para tal impedimento foi o de que a Venezuela havia descumprido “os acordos relacionados ao Protocolo de Adesão. Essa decisão aumentou o isolamento da Venezuela no bloco e somou pressões internacionais para aplicação da cláusula democrática” (BANDEIRA DE MELLO, 2018, p. 9).

Em agosto de 2017, os Estados-partes do Mercosul decidiram suspender, indefinidamente, a participação da Venezuela no bloco. Essa decisão contou o apoio do Grupo de Lima – o qual havia sido criado para mediar a situação da Venezuela entre o governo de Nicolás Maduro e a oposição – e dos Estados Unidos, os quais tinham cogitado uma ação militar inclusive. Nesse sentido,

Após a suspensão da Venezuela, as menções a crise venezuelana diminuíram significativamente. Os tópicos que ganharam destaque a partir de então foram: a aproximação com a Aliança do Pacífico e a conclusão do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia. Na Cúpula do Mercosul, realizada em dezembro de 2017, Macri fala sobre um “Mercosul do Século XXI”: “Sem discutir seus objetivos estratégicos originais, precisamos de uma atualização do Mercosul, precisamos de um Mercosul para o século XXI. Precisamos que o nosso projeto de integração seja um instrumento de vanguarda, onde as decisões que tomamos levem em conta a

dinâmica das mudanças regionais e globais” (MACRI, 2017) (BANDEIRA DE MELLO, 2018, p. 12).

A suspensão da Venezuela atendeu, por conseguinte, aos interesses estadunidenses na região e contou com o apoio do Estado argentino sob a gestão de Mauricio Macri para – institucionalmente – atingir seu intento de conter politicamente o Estado venezuelano.

Quanto às implicações das disputas entre os Estados Unidos e a China para a reivindicação do regionalismo aberto para o Mercosul por parte do Estado argentino, podem-se tecer algumas considerações. Para Treacy (2021, p. 8), no “esquema bipolar que se está começando a vislumbrar, à diferença do que existia na época da Guerra Fria, as economias das duas superpotências se encontram extremamente articuladas e experimentam uma dependência recíproca” (TREACY, 2021, p. 8, tradução nossa), o que implica uma complexidade maior tanto para o Estado argentino quanto para o Mercosul agirem de maneira pragmática.

Nesse diapasão, a Argentina – no período do governo de Mauricio Macri – precisou ajustar sua política externa para desfazer o impasse criado com a China, por conta de uma aproximação declarada com os Estados Unidos da América. Essa competição entre China e Estados Unidos tem raízes mais profundas do que um simples desentendimento pontual; na verdade,

Desde 2008, governos de diferentes matizes políticos, de diferentes regiões e de países com diferentes níveis de desenvolvimento implementaram cada vez mais medidas protecionistas. O auge deste ponto de inflexão foi *a guerra comercial entre os Estados Unidos e a República Popular da China, que esconde, na realidade, uma disputa geoestratégica pela liderança mundial* (Bremmer e Kupchan, 2020). Nos últimos anos, as tensões entre as duas potências agudizaram-se e, atualmente, tanto Washington como Pequim vêm com bons olhos a *busca de uma maior auto-suficiência e um recentramento do seu modelo de crescimento econômico*. O fortalecimento do mercado doméstico, neste esquema, ajudaria a diminuir os riscos geopolíticos. O custo desta grande transformação é o que muitos especialistas estão chamando de grande “desligamento” e descrevendo como um desarmamento enorme das cadeias globais de valor (Roubini, 2020) (TREACY, 2021, p. 3, grifo nosso, tradução nossa).

A despeito do que dizem os especialistas, iniciativas como “América Cresce” – promovida pelos Estados Unidos – e “Nova Rota da Seda” – impulsionada pela China – demonstram não o rompimento, a quebra, o esfacelamento ou o enfraquecimento das cadeias globais de valor; pelo contrário, ambas as iniciativas demonstram uma clara redefinição das cadeias globais de valor em que Estados Unidos da América e República Popular da China pretendem colocar-se como os centros dinâmicos mais pujantes das cadeias de valor em sua órbita de influência. Essa redefinição das cadeias globais de valor centradas em Estados

Unidos e China indicaria uma disputa política, ideológica, econômica, diplomática, tecnológica e militar, isto é, “parece ser compatível com um cenário que se pode qualificar de “transição hegemônica” visto desde o longo prazo” (BURGOS, 2022, p. 27, tradução nossa).

A recentralização das cadeias globais de valor nesses dois Estados em disputa pela posição de potência hegemônica mundial representa, então, a formação de blocos informais de influência (nem tão informais quando se pensa nas exigências de apoio ou veto a determinados posicionamentos em fóruns multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio e a Organização das Nações Unidas, ou quando o interesse do centro dinâmico da cadeia global de valor é atingido por uma decisão dos Estados “agregados” a qual acaba beneficiando a cadeia global de valor oposta). Estados Unidos e China travam uma luta estratégica pelo controle da produção, pela reprodução das condições de produção, pelos recursos energéticos e alimentares mais básicos e por possíveis Estados “aliados” em nível global. Dessa forma,

A atual situação de concorrência crescente entre potências demonstra-nos que não existe aquela “síndrome da irrelevância” que muitos teóricos [...] pretenderam atestar como válida. No tabuleiro da concorrência global, os países latino-americanos contam. E fizeram-no sempre, não só nesta fase de confronto econômico, tecnológico e geopolítico entre os Estados Unidos e a China (MÍGUEZ, 2022, p. 37, tradução nossa).

O Mercosul é relevante não só no quadro de disputas entre Estados e China, mas também no contexto mais amplo das relações internacionais. Alimentos e *commodities*, abundantes nos Estados-partes no Mercosul, são essenciais à vida e à produção e estão no centro de contendas geopolíticas.

Por fim, para demarcar tanto a presença quanto o interesse estadunidenses pelo Estado argentino, é importante observar quais setores recebem maiores aportes de investimentos:

O investimento estrangeiro direto dos EUA. (IED) na Argentina (ações) foi de US\$ 10,7 bilhões em 2019, um aumento de 12,4% em relação a 2018. O *investimento direto dos EUA na Argentina* é conduzido pelo *manufatureiro/industrial, pelos serviços de informação, e pelas instituições depositárias*. [...] As importações estadunidenses de serviços da Argentina foram estimadas em US\$ 2,6 bilhões em 2019, 7,2% (US\$ 202 milhões) menos que em 2018, mas 119% maiores que os níveis de 2009. As principais *importações de serviços* da Argentina pelos EUA foram nos *setores de viagens, serviços profissionais e de gestão e setores de pesquisa e desenvolvimento* (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2022, documento eletrônico, grifo nosso, tradução nossa).

Assim, observa-se que a potência hegemônica procura setores não ligados aos bens primários para realizar seus investimentos. Os Estados Unidos direcionam suas inversões para

setores com tecnologia agregada – manufatura/indústria, serviços de informação e instituições depositárias (financeiras) –, o que é curioso para uma potência classificada como imperialista, pois a lógica seria investir em setores de baixo valor agregado e pouco conteúdo tecnológico, e não em áreas nas quais o país industrializado tem destaque na produção ou na operacionalização.

A partir dos argumentos apresentados, fica explicitada a influência dos Estados Unidos para a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul, por parte do Estado argentino, durante o período do governo de Mauricio Macri. Assim sendo, resta-nos expor os reflexos da potência desafiante da hegemonia mundial, a China, para a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul por parte do Estado argentino, o que será feito na seção seguinte.

5.2 OS REFLEXOS DA RELAÇÃO COM A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA PARA A REIVINDICAÇÃO DO MODELO DE REGIONALISMO ABERTO PARA O MERCOSUL POR PARTE DO ESTADO ARGENTINO

A política externa da República Popular da China pauta-se por projetos de longo prazo, por acordos os quais garantam sua segurança alimentar, pelo reconhecimento de sua soberania e de suas fronteiras e pelo estabelecimento de parceiros estratégicos que lhe assegurem as matérias-primas necessárias à sua indústria (COLLAZIOL, 2022; PÁEZ, 2018; PAIKIN; DULCICH, 2017; TURNER, 2019). Nesse sentido, a América Latina, em geral, e o Mercosul, em particular, são vistos como provedores de alimentos e de *commodities* e como mercado consumidor para os bens de médio e alto valor agregado e tecnológicos chineses.

Nesse diapasão, os setores dos blocos no poder de Argentina e Brasil os quais mais exportam para a China são aqueles ligados ao que “[...] poderíamos chamar de vocação exportadora de commodities, fenômeno esse que é condicionado pelo lugar subordinado que ocupam na divisão internacional do trabalho” (MARTUSCELLI, 2018, p. 61). Desde esse ponto de vista, é importante – outrossim – atentar para o fato de o Estado argentino, durante o período do governo Mauricio Macri, precisar alterar sua política externa (de um alinhamento automático para uma postura internacional pragmática) em função das disputas geopolíticas entre Estados Unidos e China, conquanto essa contenda não altere – substancialmente – o lugar reservado à Argentina e ao Mercosul como fornecedores alimentícios e de matérias-primas.

Conforme ressalta Simonoff (2016, p. 48, tradução nossa), o Estado argentino e, por

consequente, o Mercosul estão “tomando posição entre as duas linhas predominantes que lutam pela construção da Ordem Mundial: as estratégias norte-americanas para manter a hegemonia e a ascensão da Ásia”. Há, destarte, uma disputa entre a potência hegemônica, os Estados Unidos, e a potência desafiante ascendente, a China, por áreas ou zonas de influência capazes de fornecer alimentos e matérias-primas, de forma segura, para as duas grandes potências, ou seja, deve haver a certeza de que não ocorrerão cortes nas cadeias de suprimentos. Nesse ínterim, o Estado argentino e o Mercosul aparecem como peças-chave desse quebra-cabeças global por aliados e recursos.

Para Merino (2018), o *boom* das *commodities* propiciou crescimento e dinamismo para o Mercosul, concomitantemente à sua subordinação à China em função da pauta agro-mineral-exportadora, constituindo, pois, uma relação periférica. A interpretação do referido autor encontra lastro nas transformações tecnológicas as quais a China empreendeu nas últimas décadas e, particularmente, no último quinquênio, visto que a

[...] *China transformou quase completamente seu perfil exportador* nos últimos cinco anos, avançando sobre novos setores e pondo em debate ainda mais os laços comerciais argentinos brasileiros das últimas três décadas. Neste ponto, é importante considerar o *papel crescente da China como fornecedor de produtos de médio e alto conteúdo tecnológico*, o que confirma a sua mudança de perfil produtivo que a levou de *produtor de manufaturas intensivas em mão-de-obra intensiva a situar-se como um férreo concorrente na área das manufaturas tecnológicas* (PAIKIN; DULCICH, 2017, p. 406, grifo nosso, tradução nossa).

A mudança do perfil produtivo da China, que passou de manufaturas intensivas em mão-de-obra para manufaturas tecnológicas (com alto valor agregado), indica sua consolidação como um país industrializado, com indústria de ponta. Inferimos, portanto, que a China não pode ser classificada como um país subdesenvolvido. Sequer o termo em desenvolvimento poderia ser aplicado ao Estado chinês, porque o que a China continental faz é expandir seu mercado consumidor interno. Desenvolvido o Estado chinês já é e prova disso é a concorrência com os Estados Unidos na seara das telecomunicações.

A competição mundial pelo 5G, em que despontam Estados Unidos e China, reflete o alto grau de dinamismo e de conteúdo tecnológico de ambas as economias. Países subdesenvolvidos e em desenvolvimento não competem nessas searas de tecnologia, porquanto não possuem a *expertise* e as condições materiais necessárias para investir em pesquisas de desenvolvimento de tais tecnologias. Tratar a República Popular da China como um país em desenvolvimento em acepção clássica é avalizar distorções econômicas em relação aos Estados que – de fato – são contemplados por essa classificação, a exemplo do

Estado argentino e dos demais Estados-membros do Mercosul.

No que concerne à influência da China para a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul por parte do Estado argentino, é mister observar o *modus operandi* da diplomacia chinesa e as diretrizes da política externa argentina para a República Popular da China durante o período do governo de Mauricio Macri. A tônica diplomática da China, como toda grande potência, está nas relações bilaterais e não nas multilaterais, porque o laço bilateral permite exercer maior pressão sobre o polo mais fraco da relação, além de impulsionar acordos e mega-acordos de livre-comércio bilaterais e regionais (TREACY, 2021). Nesse sentido, é importante destacar que

A China tem priorizado as relações econômicas bilaterais e uma abordagem pragmática com cada país. Para isso, e durante o último quarto de século, não [...] lhe condicionaram os processos de integração, sendo os principais a Aliança do Pacífico e o Mercosul, o primeiro mais próximo geopolítica e economicamente dos Estados Unidos. Isso em geral, no que diz respeito ao comércio, ao investimento estrangeiro direto e à cooperação, mas no que diz respeito aos empréstimos institucionais, os principais destinatários pertencem (Brasil, Argentina, Venezuela) ou estão vinculados (Equador) ao Mercosul. Com exceção do Brasil, os outros três grandes beneficiários de empréstimos institucionais chineses (Venezuela, Equador e Argentina) são países que passaram, nas últimas décadas, por inadimplências e graves problemas de acesso a crédito internacional. Suas políticas macroeconômicas, discurso anti-neoliberal e tensão com os Estados Unidos tinham-nos afastado das instituições financeiras internacionais, de modo que a China se transformou em alternativa bancária (RECAJ, 2020, p. 355-356, grifo nosso, tradução nossa).

O trecho precedente explicita que a maioria dos empréstimos, na América do Sul, são direcionados aos países-membros do Mercosul. Isto demonstra a relevância dos Estados-partes do Mercosul para a estratégia chinesa de garantir sua segurança alimentar, energética e de insumos para sua indústria, além – é claro – de ir incorporando a região e o bloco mercosulino em sua cadeia global de valor.

A política externa argentina para a China, durante o período do governo Macri, esteve atrelada a uma visão pró-ocidental, pró-multilateralismo, alinhada com Estados Unidos e União Europeia (BUSSO; ZELIOVICH, 2016) – o que implicou, do ponto de vista político, um distanciamento relativo entre o Estado argentino e o Estado chinês; sem haver, contudo, uma diminuição das relações no “plano econômico, o que é inevitável já que a China é o principal parceiro comercial da América do Sul” (MERINO, 2018, p. 1065, tradução nossa). De fato, o peso da República Popular da China como parceiro econômico-comercial não pode ser ignorado, haja visto que

O comércio entre a China e a Argentina cresceu 11 vezes desde 2001: os países fecharam 2019 com US\$ 16,1 bilhões de trocas bilaterais. O fluxo de produtos e serviços entre os dois países ganhou tração a partir de 2007, quando os *argentinos passaram a exportar soja e minerais para os chineses* (12 PONTOS..., 2021, documento eletrônico, grifo nosso).

O crescimento exponencial dos valores absolutos de comércio em quase duas décadas (2001-2019) indica o atrelamento relativo da economia do Estado argentino à da China. Igualmente, a pauta de exportações da Argentina – soja, carne e minérios – aponta para um comércio bilateral desigual, desequilibrado, assimétrico e típico de relações centro-periferia. Quando se considera o Estado argentino inserido no Mercosul, a presença chinesa não se torna menos relevante; pelo contrário, torna-se preocupante do ponto de vista econômico e de formação de cadeias regionais de valor:

Outro dado revelador foi a crescente presença comercial chinesa no Mercosul, que passou em 2007 de cerca de 400 bilhões de dólares para 800 bilhões de dólares da mesma moeda em 2014, e que contrastou com a diminuição do comércio intra-zona de cerca de 750 bilhões para 650, tornando-se um *ator que foi deslocando a forte presença regional* (Valle, 2015, 22) (SIMONOFF, 2016, p. 42, grifo nosso, tradução nossa).

O deslocamento de atores regionais nos fluxos comerciais intrazona ocorre pelo efeito de reprimarização provocado, em boa medida, pela ascensão da China, uma vez que a China demandou vultosas quantidades de alimentos e de *commodities* na primeira década dos anos 2000; e os produtos chineses, de baixo custo, exercem uma concorrência (desleal) que não consegue ser acompanhada pelos produtores locais (PÁEZ, 2018). Ademais, é preciso observar o conteúdo da pauta de exportações da Argentina e do Mercosul, pois os setores que mais se beneficiam do comércio internacional nesses moldes influem no desenho das políticas públicas, de modo que chama a atenção

[...] o baixo conteúdo de valor agregado de bens primários exportados pelos principais países da região. Há evidências de uma erosão da contribuição desses países para a cadeia de valor desses produtos dado que *a China está substituindo a importação de produtos manufaturados por produção doméstica e comprando só matérias primas*. [...] No caso de Argentina e Brasil, as vendas estão concentradas em *soja e seus derivados* e o percentual de produtos com algum nível de processamento caiu significativamente entre 2004 e 2014. O mesmo é destacado no caso da Venezuela, no qual a percentagem de petróleo refinado diminuiu precipitadamente (PÁEZ, 2018, p. 8, grifo nosso).

Destarte, a postura do Estado chinês corrobora com a reprimarização das economias dos Estados periféricos, simultaneamente ao incremento da produção industrial chinesa por intermédio da substituição de produtos estrangeiros por outros de fabricação local. Assim

sendo, não haveria – por parte da China – uma busca por complementaridade em relação a outras economias. Há o claro intento de vender bens beneficiados, com alto valor agregado e com alto teor tecnológico e comprar bens *in natura*, sem qualquer beneficiamento, sem valor agregado e, preferencialmente, sem qualquer conteúdo tecnológico. Nesse ínterim, sublinha-se que,

Embora reconhecendo a necessidade imperiosa de continuar a promover os laços com a China, dada sua posição no cenário internacional, algumas propostas não são complementares, mas - sim - contraditórias com uma estratégia de industrialização orientada para as necessidades locais e regionais, com pé nos mercados internos ampliados e com base no financiamento público ao capital nacional. Isto se verificou no impacto no processo de integração regional do MERCOSUL. O debate deve estar centrado, pois, em saber qual tipo de cadeias produtivas é necessário completar em função do desenvolvimento regional (MÍGUEZ, 2022, p. 39, grifo nosso, tradução nossa).

O debate acerca do tipo de cadeia produtiva almejada, quer a construção da cadeia regional de valor quer a inserção nas cadeias globais de valor, é relevante, porém relaciona-se ao médio e longo prazos. Os Estados-membros do Mercosul têm necessidade de comercializar e produzir no momento presente, o que acaba condicionando – em alguma medida – as opções disponíveis e as possibilidades de escapar de um comércio desigual e assimétrico.

Argentina e Brasil, as maiores e mais pujantes economias sul-americanas, relacionam-se com a China na qualidade de meros fornecedores de soja e seus derivados, isto é, como provedores de alimentos e de matérias-primas. Esse quadro é deveras inquietante, pois indica um arrefecimento do parque industrial de ambos os Estados-membros do Mercosul. Da mesma maneira que a relação de importação-exportação, o investimento estrangeiro direto (IED) da China é direcionado não só a obras de energia e infraestrutura voltadas a escoar a produção do setor primário, mas também a aquisição – no Brasil e na Argentina – de companhias do ramo do petróleo (PÁEZ, 2018), dos alimentos e para a aquisição de fazendas para produção de proteína animal. É patente a necessidade chinesa de garantir sua segurança alimentar, o que pode vir a ser usado como um trunfo pela Argentina e pelos demais Estados-partes do Mercosul.

É possível perceber um velado interesse da China em um Mercosul enfraquecido ou menos coeso. Isto porque a China não é reconhecida pelo Paraguai, o qual mantém relações com Taiwan, impedindo – dessa forma – o Mercosul de celebrar um acordo de livre-comércio com a China continental. Ademais, a República Popular da China celebra acordos de livre-comércio com Estados e regiões inteiras, no intuito de afirmar sua primazia econômica e, paulatinamente, ir atrelando a si as demais economias mundiais para consolidar sua

“ascensão pacífica” e, se o Mercosul retirasse a Decisão do CMC Nº 32/00, seria possível à China propor acordos de livre-comércio com a Argentina, o Brasil e o Uruguai.

Torna-se evidente, assim, que o modelo de regionalismo aberto para o Mercosul seria benéfico aos interesses chineses na região do Cone Sul. Houve, portanto, uma confluência entre a fração financeira – a fração hegemônica do bloco no poder argentino –, a fração agrária – que compôs o primeiro nível do bloco no poder, estando mais próxima da fração hegemônica – e o bloco no poder chinês pela reivindicação do regionalismo aberto como modelo de interação para o Mercosul.

A postura inicial do Estado argentino, durante o período do governo Mauricio Macri, de aproximar-se dos Estados Unidos, de manter as relações políticas com a China em um baixo perfil e de propor a revisão de acordos sobre a construção de usinas hidrelétricas afrontou (e ameaçou) os interesses chineses. Quando confrontada, a República Popular da China exerce pressões econômicas, por meio de bloqueio de compras ou de suspensões temporárias, o que foi feito contra a Argentina durante o período do governo Mauricio Macri. Isto porque o ex-presidente argentino declarou que seria preciso rever alguns acordos celebrados no período do governo anterior, os quais afetavam os interesses argentinos (BUSSO; ZELIOVICH, 2016; SIMONOFF, 2020; TREACY, 2021). A resposta chinesa foi uma suspensão da importação de soja, ao que a fração agrário-exportadora reagiu pedindo a Administração Macri que modificasse sua “*postura inicial de desconfiança* e procure abertamente a *normalização das relações com o país asiático*, o que se refletiu em várias visitas oficiais e em acordos bilaterais” (TREACY, 2021, p. 20, grifo nosso, tradução nossa).

As visitas oficiais do ex-presidente Mauricio Macri redundaram na abertura de um escritório em Beijing, a fim de estreitar laços e ampliar o diálogo com sua contraparte. Essas medidas pragmáticas atendem, outrossim, ao interesse da fração financeira argentina, uma vez que permitiam a essa fração de classe dominante continuar recebendo as divisas para estancar as crises cambiais do Estado argentino. A “ajuda” fornecida pela China à Argentina, que aumenta o saldo devedor argentino para com os chineses, demarca a ascensão do Estado chinês como potência desafiante (BURGOS, 2022; MÍGUEZ, 2022; RECAJ, 2020; TREACY, 2021) e a tentativa de arraigar sua influência no Mercosul e na América Latina.

A ascensão da China representa um desafio aos Estados Unidos (BURGOS, 2022; MÍGUEZ, 2022; RECAJ, 2020) nos âmbitos comercial, financeiro, político, diplomático, militar, tecnológico, no controle de recursos naturais e minerais, portos e rotas, etc. (TREACY, 2021). As disputas estratégicas por novos aliados e pela consolidação dos antigos ganham corpo por intermédio dos tratados de livre-comércio, sendo a Nova Rota da Seda o

principal acordo em nível global que a China está construindo para firmar seu poder de potência ascendente e costurar laços econômicos da Ásia com América Latina, África, Europa e Oriente Médio. Nesse diapasão, a disputa entre Estados Unidos e China remonta à crise econômica de 2008 e a acomodação geopolítica dela decorrente, haja visto que,

A partir da administração Obama (2008-2016), os Estados Unidos lançaram uma série de tratados conhecidos como os “Mega acordos regionais” que colocou em jogo toda a sua diplomacia para criar uma zona de livre-comércio que isole a China. O principal acordo é o Acordo Trans-Pacífico (TPP), [...] que [...] coloca em jogo o controle do Pacífico como objetivo estratégico. A China reagirá a esta estratégia envolvente dos Estados Unidos através de uma aproximação à ASEAN mas, sobretudo, com o *projeto da Nova Rota da Seda*, também conhecida por OBOR (*One Belt One Road*) ou BRI (*Belt and Road Initiative*). *O BRI busca coordenar políticas para melhorar as relações comerciais dos sócios, ampliar investimentos diretos que vêm crescendo por parte da China e criar as condições de um desdobramento financeiro [...] que permita posicionar o yuan como moeda de referência do sistema monetário internacional.* Consequentemente, o BRI tem como perspectiva *moldar o comércio e as finanças [...], mas liderado pelo “gigante asiático”* (Herrera, 2018) (BURGOS, 2022, p. 29, grifo nosso, tradução nossa).

Percebe-se, destarte, que os acordos comerciais liderados tanto pelos Estados Unidos quanto pela China apontam para uma reconfiguração do poder mundial a qual se agudizou a partir da crise do *subprime* estadunidense. O Acordo Trans-Pacífico e a Nova Rota da Seda demonstram dois projetos de cadeias globais de valor liderados por Estados em disputa geopolítica. Sendo assim, a Argentina e o Mercosul estão no centro dessa contenda pela divisão dos recursos naturais e de poder no cenário internacional.

Além disso, pode-se considerar que a Nova Rota da Seda será um teste para a China, visto que esta deverá assumir compromissos econômicos, estratégicos e de infraestrutura característicos de uma potência hegemônica, com base em sua “estratégia de ascensão pacífica e paulatina com vistas a 2049, ano em que se cumprirão 100 anos da Revolução e data para a qual se espera que se materialize o ‘sonho chinês’” (TREACY, 2021, p. 10, tradução nossa).

Considerando que a reprimarização do Mercosul coaduna-se com a ascensão e a pujança econômica chinesas, questiona-se se a Nova Rota da Seda poderia se converter em uma “ALCA à chinesa” para os países do Mercosul? Quais são os efeitos da aproximação chinesa? À primeira vista, ocorre um deslocamento da produção industrial de Brasil e Argentina, de modo que acabam prevalecendo os produtos industriais vindos da China. Haverá alguma forma de manter essa parceria Argentina/Mercosul-China sustentável com vistas ao desenvolvimento econômico e social ou estaríamos diante de apenas mais um Estado de capitalismo avançado impondo sua estratégia de desenvolvimento (pela via comercial,

financeira, política, diplomática e – por que não – militar?) às custas de Estados dependentes e periféricos?

A ascensão da China parece representar um movimento em que os parceiros comerciais vão sendo incorporados à estratégia de desenvolvimento chinês e, paulatinamente, vão ficando atrelados à matriz produtiva chinesa e, dessa forma, convertem-se em parceiros estratégicos; sem conseguir romper, contudo, com o padrão de relacionamento centro-periferia. A ascensão da República Popular da China à condição de grande potência também está ligada ao discurso de autonomia nacional, independência e soberania em relação aos demais Estados nacionais – contanto que haja o efetivo fornecimento de alimentos e de matérias-primas para a manutenção da produção e do crescimento chineses. E qual é o lugar reservado ao Estado argentino e aos demais Estados-membros do Mercosul na Nova Rota da Seda liderada pela China?

O Livro Branco sobre a política da China em relação à América Latina e ao Caribe expõe a necessidade chinesa de estabelecer laços com os países latino-americanos com base na “*complementaridade das suas economias*” (Svampa; Slipak, 2015:44). Esta relação traduziu-se no estabelecimento de um mercado assimétrico, no qual as *importações latino-americanas cresceram mais depressa do que as exportações, provocando grandes desequilíbrios comerciais na região*. Em suma, as relações comerciais foram definidas como de natureza interindustrial, ou seja, a existência de uma *forte predominância de exportações latino-americanas de produtos primários* como o petróleo, minério de ferro, cobre, feijões de soja, farinha de peixe, madeira e açúcar, entre outros, e *importação de produtos de média e alta tecnologia, com baixa apropriação de valor agregado e incorporação de progresso técnico na região* (Oviedo, 2015; Pérez Restrepo, Castro, 2017; Rosales, 2012) (TURNER, 2019, p. 190, grifo nosso, tradução nossa).

O assento reservado à Argentina e ao Mercosul, pela China, na Nova Rota da Seda, em nada difere do atual lugar ocupado na divisão internacional do trabalho pelos Estados mercosulinos, quer dizer, um lugar periférico, subalterno, sem perspectivas de um crescimento econômico sustentado a médio e longo prazos, sem um projeto nacional estruturado e perene, sem condições de romper com as amarras da dependência estrutural do modo de produção capitalista (MÍGUEZ, 2022; SIMONOFF, 2016). Ironicamente, a República Popular da China – por meio do Partido Comunista Chinês (PCC) – é anti-sistêmica, mas parece ter assimilado muito bem as regras do mercado capitalista.

Em que pese o relacionamento comercial entre Argentina e China ter se mantido em alto nível durante o período do governo Mauricio Macri, houve alguns elementos de tensionamento nas relações bilaterais como, por exemplo, a pesca ilegal na costa argentina por navios de bandeira chinesa e o crime organizado chinês em território argentino (12

PONTOS..., 2021). Ademais, há uma situação a qual, do ponto de vista estratégico, pode causar constrangimentos ao Estado argentino perante a comunidade internacional e que diz respeito à instalação de uma uma antena de 16 andares com o objetivo de “observar corpos celestes”. O detalhe é que a “estação de observação”, totalmente administrada pelos chineses, não pode – em hipótese alguma – ser acessada pelos argentino; em outros termos, em troca dos sucessivos auxílios financeiros e para beneficiar as classes e frações de classe dominantes do bloco no poder, o Estado argentino precisou ceder parte de seu território, abrindo mão de parte de sua soberania, para uma potência estrangeira e extrarregional concretizar seus interesses. Essa possível ameaça à soberania argentina começa por

[...] uma antena poderosa de quase 16 andares. Encontra-se em um terreno de 200 hectares localizado no município de Bajada del Agrio, na provincia de Neuquén. Cerca de 30 funcionários chineses estão operando atualmente (as operações durarão por um período de 50 anos). A estação é administrada pelo *Controle Geral de Lançamento e Rastreamento de Satélites da China (CLTC)*, que responde ao *Partido Comunista Chinês (PCC)*. No entanto, a possibilidade de fazer parte (entre outras funções) do complexo de Mísseis Balísticos Intercontinentais (ICBM, na sigla em inglês) é preocupante (o ICBM é semelhante a uma arma de destruição em massa). Isso também dá à antena a capacidade de monitorar corpos celestes, bem como a *localização e trajetória de satélites norte-americanos (bem como satélites de outras nações ocidentais ao redor do hemisfério sul), interceptando comunicações confidenciais de outros países e até mesmo enviando mensagens criptografadas*; embora o regime chinês tenha declarado que a estação é exclusiva para uso civil. O acordo firmado por Cristina Fernández de Kirchner (e ratificado por Mauricio Macri) indica que as *tarefas de reconhecimento não podem ser realizadas*, o que torna isso uma *violação dos princípios constitucionais*. Também viola acordos anteriores assinados com países aliados. Esta situação cria a necessidade de *revisão do acordo e estabelecimento de medidas de controle que apoiem as partes afetadas* (ETCHEPARE, 2021, documento eletrônico, grifo nosso).

O excerto não deixa margem a dúvidas acerca da efetiva cessão de soberania do Estado argentino e que isto viola os princípios constitucionais do país – independência nacional, autodeterminação dos povos, igualdade entre os Estados, soberania, integridade territorial. O preço da “ajuda” financeira e cambial é ceder, sempre que necessário, aos ditames da potência que projeta sua “ascensão pacífica” mirando o ano de 2049 (TREACY, 2021) – a República Popular da China.

O padrão de ação reproduzido pela China, em relação ao Estado argentino e ao Mercosul durante o período do governo de Mauricio Macri, tem os elementos necessários para ser classificado nas – já bastante conhecidas – relações de centro-periferia. Quando se analisam as inversões chinesas, “além dos países beneficiários, outro aspecto relevante que define o comportamento dos empréstimos institucionais chineses na região são as atividades econômicas-alvo, ou seja, os setores financiados por estes empréstimos: energia, mineração,

infraestrutura e outros” (RECAJ, 2020, p. 358, tradução nossa).

A Argentina – fornecedora, principalmente, de proteínas para a República Popular da China – tem gargalos logísticos de caráter infraestrutural os quais aumentam os custos de produção e de exportação. A China, buscando garantir sua segurança alimentar e o fornecimento contínuo de insumos para sua cadeia de produção, investe em setores os quais facilitam a importação dos bens que consome. Isto é, o Estado chinês concede empréstimos e realiza investimentos diretos, mormente, em setores que contribuam para ou sejam voltados à exportação de alimentos e *commodities*.

Em consonância com o argumento anterior, “na Argentina, também os créditos chineses ajudaram a revitalizar ferrovias atrasadas de Belgrano Cargas e San Martin para reduzir os custos da logística na exportação de bens (RECAJ, 2020, p. 363-364, tradução nossa). As ferrovias em comento têm conexão com áreas produtoras de alimentos e de minérios (MINISTERIO DE TRANSPORTE DE ARGENTINA, s.d., documento eletrônico) e acabam desembocando nos portos argentinos os quais, então, permitem a exportação.

Os investimentos estrangeiros diretos da China na Argentina totalizaram “1.810 bilhão de dólares” em 2019 (STATISTA, 2021, documento eletrônico, tradução nossa). Essas inversões foram direcionadas para setores como aquisição de fazendas, transporte ferroviário e projetos de hidrelétricas – reforçando o padrão chinês de busca por alimentos, por energia e de facilitação infraestrutural das exportações para seu território.

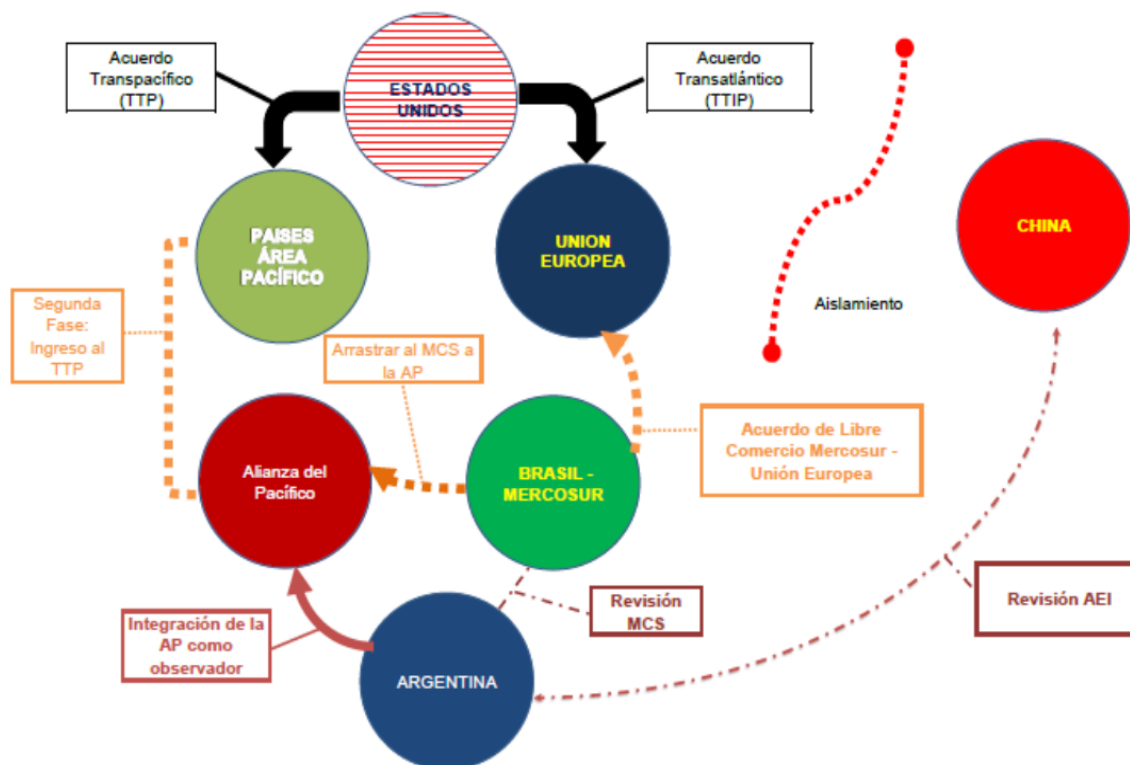
Cotejando os investimentos estrangeiros diretos realizados pela China – no montante de “1.180 bilhão de dólares” (STATISTA, 2021, documento eletrônico, tradução nossa) – e pelos Estados Unidos – no valor de “10.7 bilhões de dólares” (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2022, documento eletrônico, tradução nossa) –, chega-se a expressiva diferença de 491,16% em favor dos norte-americanos, ou seja, as inversões estadunidenses na Argentina são muito superiores às dos chineses. Curiosamente, os Estados Unidos investem em áreas de médio-alto valor agregado e com conteúdo tecnológico, ao passo que a China investe em setores de baixo valor agregado e com parco ou ausente conteúdo tecnológico. Consolidam-se, destarte, os Estados Unidos como os maiores investidores do Estado argentino (ARGENTINA, 2018).

Dessa forma, ter um projeto estratégico para o Mercosul é *conditio sine qua non* para seu desenvolvimento, ainda mais em tempos de disputas entre Estados Unidos e China. Fortalecer o Mercosul é preciso; seus Estados-partes, crucial.

Diante dos argumentos supracitados e à guisa de últimas reflexões desta seção, propõe-se a sistematização da política externa argentina durante o período do governo de

Mauricio Macri, conforme disposto na Figura 1 a seguir:

Figura 1 – Política Externa Argentina de Macri frente ao "caranguejo" contra a China



Fonte: Simonoff (2016, p. 47).

A Figura 1 demonstra as principais conexões e aspirações da política externa argentina durante o período do governo de Mauricio Macri. Ressalta-se, especialmente, a concentração das ações e dos interesses das classes e frações de classe dominantes do bloco no poder argentino na adoção do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul como forma de acessar todos os demais acordos. Um dos intentos do Estado argentino, no período em comento, foi atingido: a assinatura do acordo Mercosul-União Europeia.

Este acordo possibilita ganhos, em maior medida, para a fração agrária e para a fração financeira e, em menor medida, para a fração comercial. A grande perdedora do acordo inter-regional é a fração industrial, visto que não dispõe de condições técnicas e tecnológicas para fazer frente à concorrência das indústrias europeias, as quais formam parte do centro dinâmico capitalista e produzem bens com alto valor agregado e com alto grau tecnológico. Dito de outra forma, a assinatura – em 2019 – “do Acordo entre a União Europeia e o Mercosul visava a favorecer os interesses [...] do agronegócio e [...] da fração de classe da

burguesia interna agora incontestavelmente associada ao capital financeiro” (CAVALCANTI; GRANATO, 2020, p. 82); as frações não associadas ao capital financeiro quer nacional quer internacional não estavam contempladas pelo referido acordo.

A estratégia de – por intermédio do Mercosul – ingressar na Aliança do Pacífico e, posteriormente, nos grandes acordos que estão sendo celebrados no Pacífico, a exemplo do TPP, naufragou. Seriam necessários ajustes profundos na condução do perfil político da integração do Mercosul, além da alteração do próprio modelo de integração e das cláusulas de barreira do Mercosul – como a Decisão do CMC N.º 32/00 – para uma efetiva aproximação com a Aliança do Pacífico.

Em definitivo, as aspirações de Mauricio Macri de uma integração bioceânica (Atlântico-Pacífico), que também eram aventadas por Tabaré Vázquez (Uruguai) e Dilma Rousseff (Brasil) (CAVALCANTI; GRANATO, 2020), chegaram a uma disjuntiva: ou manter o Mercosul em um possível caminho de integração produtiva ou alterar o Mercosul para uma plataforma de projeção comercial e financeira global. A situação era, portanto, a de repensar a própria integração do Mercosul.

A Figura 1 também demonstra a tentativa de isolamento em relação à China, o que, na realidade, constitui-se mais em um afastamento relativo por parte do Estado argentino devido à opção de agir segundo um perfil pró-globalista ou pró-ocidental. Considerando a aproximação entre Argentina e Estados Unidos, a concepção geral de isolamento está correta, pois se insere na estratégia americana de contenção e de isolamento da China. A tentativa do ex-presidente Mauricio Macri de rever e/ou de renegociar os tratados celebrados, durante o período do governo de Cristina Kirchner, com a República Popular da China – e que não são vantajosos para o Estado argentino do ponto de vista de sua soberania –, também levaram a um estranhamento com Pequim na fase inicial do período do governo Macri.

Sublinha-se, outrossim, que a estratégia de inserção internacional argentina – durante todo o período do governo Mauricio Macri – esteve influenciada pela potência hegemônica, os Estados Unidos da América. Não se pode ignorar, tampouco escapar do tabuleiro de xadrez em que a potência estadunidense move suas peças para realinhar as cadeias produtivas globais e contrapor-se à China, potência em ascensão.

Na próxima seção, tecem-se as considerações finais deste trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos capítulos os quais precedem estas considerações finais, buscamos cumprir com o objetivo geral de analisar a configuração do bloco no poder e a posição do Estado argentino frente ao imperialismo como fatores que podem explicar a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul durante o período do governo de Mauricio Macri. Nossa abordagem teve como hipótese o fato de o bloco no poder argentino e das relações mantidas com o imperialismo serem elementos os quais podem servir como fatores explicativos para o fenômeno da reivindicação do regionalismo aberto por parte do Estado argentino entre os anos de 2015 e 2019.

Assim, a partir da argumentação apresentada nos capítulos 2, 3, 4 e 5, entendemos ter alcançado o objetivo geral proposto para esta dissertação que foi o de analisar a configuração do bloco no poder e a posição do Estado argentino frente ao imperialismo como fatores que podem explicar a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul durante o período do governo de Mauricio Macri. Além disso, entendemos ter conseguido – por meio da análise proposta – prestar contribuições para a compreensão da reivindicação feita pelo Estado argentino, no período em tela, do regionalismo aberto.

Dessa forma, no capítulo 2, buscamos discutir os principais conceitos mobilizados ao longo das análises, refletindo – a partir de uma perspectiva poulantziana – sobre o conceito de Estado na questão das relações periféricas e seus reflexos para a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul.

No capítulo 3, traçamos como objetivo caracterizar a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul, por parte do Estado argentino, durante o período do governo Macri. Nesse sentido, percorremos as principais diretrizes que balizaram a política externa argentina entre 2015 e 2019, o que nos possibilitou compreender que a reivindicação do regionalismo aberto para o Mercosul foi a resultante do neoliberalismo, internamente, e dos interesses de Estados Unidos e China, externamente.

No capítulo 4, tivemos o propósito de analisar as classes e frações de classe dominantes do bloco no poder argentino para compreender a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul, por parte do Estado argentino, durante o período do governo de Mauricio Macri. Pudemos reconstruir os fatos e os atos que conduziram à queda da fração industrial e à ascensão da fração financeira à posição de fração hegemônica do bloco no poder argentino. Os discursos e os silêncios das entidades patronais das classes e frações de classe dominantes proporcionaram a identificação dos interesses em pugna e das

preferências por certas medidas das políticas públicas emanadas do Estado argentino durante o período do governo de Mauricio Macri.

No capítulo 5, propusemo-nos a analisar a reivindicação do modelo de regionalismo aberto para o Mercosul, por parte do Estado argentino, durante o período do governo Macri, a partir do posicionamento do referido Estado perante o imperialismo estadunidense e a China.

A partir do caminho percorrido nos capítulos precedentes, acreditamos ter feito algumas contribuições ao longo deste trabalho. Dentre elas, a interpretação segundo a qual a fração hegemônica não necessariamente precisa obter ganhos econômicos e/ou financeiros, porém a fração hegemônica não pode ter prejuízos econômicos e/ou financeiros. A ocorrência de prejuízos indica que a fração a qual sofre com os efeitos negativos advindos das perdas não é parte das classes e frações de classe dominantes prioritárias no desenho e na implementação das políticas públicas.

Na esteira dessa contribuição, agregamos – também – a ideia de níveis ou camadas ao bloco no poder. Identificamos, pelo menos, dois níveis ou camadas em que as classes e frações de classe dominantes podem subdividir-se. A primeira camada seria ocupada pelas classes e frações de classe dominantes mais próximas à fração hegemônica, de modo que as frações integrantes do primeiro nível colhem maiores benefícios por orbitarem à fração líder. Já a segunda camada seria ocupada pelas classes e frações de classe dominantes mais distantes da fração hegemônica, de maneira que as frações integrantes do segundo nível sofrem perdas econômicas e financeiras por serem satelitizadas em relação à fração líder (e, em decorrência da posição de satélite, não serem prioritárias no desenho das políticas públicas do Estado).

Ademais, o fato de afirmarmos e comprovarmos ter a fração financeira substituído a fração industrial como a fração hegemônica do bloco no poder argentino pode ser visto, outrossim, como uma importante contribuição, pois nos foi dito que tal afirmação era infundada, que não poderia ser comprovada, que não tínhamos base teórica para fazê-la e que era uma aposta muito alta para este trabalho. Ao fim e ao cabo, restou comprovado que tínhamos razão em nossa alta aposta quanto à substituição da fração industrial pela fração financeira como a fração hegemônica do bloco no poder do Estado argentino.

Assim como ressaltamos nossas contribuições, cabe-nos apontar as lacunas presentes neste trabalho, a fim de que as limitações identificadas possam se constituir em novas linhas de abordagem sobre a integração regional e a integração regional do Mercosul. Uma perspectiva de estudos que se abre diz respeito ao acordo Mercosul-União Europeia e as classes e frações de classe dominantes envolvidas, pois a posição dos Estados Unidos acerca

do acordo Mercosul-UE poderá influenciar a tônica e os destinos de semelhante parceria inter-regional.

A frente de pesquisa que aborde a questão da China e o deslocamento industrial de Brasil e Argentina intra-Mercosul também merece prosperar. Essa análise seria feita com a finalidade de demonstrar a magnitude da reprimarização dos Estados-membros do Mercosul e o quanto a China substituiu os produtos que antes faziam parte da produção local e compunham a cadeia regional de valor e que, agora, incrementam os ganhos das indústrias chinesas.

Nesse sentido, a Nova Rota da Seda (*One Belt One Road Initiative*), que está sendo impulsada pela China, deve ser analisada do ponto de vista estratégico e econômico para a América Latina de forma geral. De forma especial, essa iniciativa deve ser analisada considerando os possíveis efeitos para o Mercosul, seu modelo de integração e as relações intra-Mercosul, porquanto o Estado argentino – durante o período do governo de Alberto Fernández, em 2022 – aderiu à iniciativa global da China. Resta saber quais serão os desdobramentos, a médio e longo prazos, para a Argentina e para o Mercosul, nos marcos de uma atuação argentina que não considerou a Decisão CMC N.º 32/00, ou seja, a Argentina foi sozinha e não se importou com o Mercosul que ficava. De uma certa forma, essa postura argentina é compreensível, se considerarmos a cessão parcial de soberania anterior; afinal, a Argentina deve muito à China, literalmente.

Por fim, uma última linha aberta por nosso trabalho e que poderia ser explorada em pesquisas futuras diz respeito ao período do governo de Alberto Fernández, o bloco no poder argentino e o modelo de integração regional defendido pelo Estado argentino. Ademais, pode-se estabelecer uma comparação dos elementos citados com o período do governo de Mauricio Macri, a fim de analisar as semelhanças e as diferenças entre as duas gestões, os traços de continuidade e os de ruptura entre as políticas adotadas em ambos os períodos de governo.

REFERÊNCIAS

12 PONTOS onde a relação entre China e Argentina é cada vez mais próxima. **A Referência**, [S. l.], 21 fev. 2021. Disponível em:

<https://referencia.com/comercio-exterior/12-pontos-onde-a-relacao-entre-china-e-argentina-e-cada-vez-mais-proxima/>. Acesso em: 19 ago. 2021.

ALBERTO FERNÁNDEZ: “Mi gran enemigo es Macri”. **Télam Digital**, Argentina, 11 mayo 2022. Disponível em:

<https://www.telam.com.ar/notas/202205/592257-alberto-fernandez-mi-enemigo-es-macri.htm>. Acesso em: 23 jun. 2022.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Um texto discretamente explosivo: Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. *In*: 39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2015, Minas Gerais. **Anais eletrônicos** [...]. Minas Gerais: ANPOCS, 2015. p. 1-21. Disponível em:

<https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt20/9632-o-carater-discretamente-explosivo-da-concepcao-de-ideologia-de-althusser-no-artigo-sobre-os-aparelhos-ideologicos-de-estado/file>. Acesso em: 13 maio 2021.

ARGENTINA. Presidente (2015-2019: Mauricio Macri). **Palabras del Presidente en la Cumbre del Mercosur, en Paraguay**. 21 dic. 2015. Disponível em:

<https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/35112-palabras-del-presidente-en-la-cumbre-del-mercosur-en-paraguay>. Acesso em: 7 jun. 2021.

_____. **Palabras del presidente Mauricio Macri en la 134ª apertura de sesiones ordinarias del Congreso**. 01 mar. 2016. Disponível em:

<https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/35651-palabras-del-presidente-mauricio-macri-en-la-134-apertura-de-sesiones-ordinarias-del-congreso>. Acesso em: 06 jun. 2021.

_____. **Palabras del presidente Macri en el Foro de Inversiones y Negocios China - Argentina**. 16 mayo 2017a. Disponível em:

<https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/40680-palabras-del-presidente-macri-en-el-foro-de-inversiones-y-negocios-china-argentina>. Acesso em: 06 jun. 2021.

_____. **El presidente Macri habló en la 51 Cumbre del Mercosur**. 21 dic. 2017b. Disponível em:

<https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/41525-el-presidente-macri-hablo-en-la-51-cumbre-del-mercosur>. Acesso em: 07 jun. 2021.

_____. **Bienvenida del presidente Mauricio Macri a su par de los Estados Unidos, Donald Trump**. 30 nov. 2018. Disponível em:

<https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/44286-bienvenida-del-presidente-mauricio-macri-a-su-par-de-los-estados-unidos-donald-trump>. Acesso em: 07 jun. 2021.

ASOCIACIÓN DE BANCOS ARGENTINOS. **Institucional / Asociados y Objetivos**.

Disponível em: <https://www.adeba.com.ar/asociados-y-objetivos/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

ASOCIACIÓN DE BANCOS DE LA ARGENTINA. **Institucional**. Disponível em:

<https://aba-argentina.com/institucional/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

_____. **Asociaciones de bancos ofrecen un aumento que garantiza el poder adquisitivo del salario.** 02 feb. 2018a. Disponible em: <https://aba-argentina.com/286-2/>. Acceso em: 25 jan. 2022.

_____. **El crecimiento en Argentina se desacelera por el ajuste externo.** 24 jul. 2018b. Disponible em: <https://aba-argentina.com/el-crecimiento-en-argentina-se-desacelera-por-el-ajuste-externo/>. Acceso em: 25 jan. 2022.

_____. **ABA respalda medidas que apuntalan una economía sustentable.** 28 sep. 2018c. Disponible em: <https://aba-argentina.com/aba-respalda-medidas-que-apuntalan-una-economia-sustentable/>. Acceso em: 25 jan. 2022.

_____. **Autoridades de ABA y Banco Central reunidos en mesa de trabajo.** 12 dic. 2018d. Disponible em: <https://aba-argentina.com/autoridades-de-aba-y-banco-central-reunidos-en-mesa-de-trabajo/>. Acceso em: 25 jan. 2022.

_____. **ABA celebra el diálogo entre fuerzas políticas para acuerdos básicos.** 03 mayo 2019a. Disponible em: <https://aba-argentina.com/aba-celebra-el-dialogo-entre-fuerzas-politicas-para-acuerdos-basicos/>. Acceso em: 26 jan. 2022.

_____. **Los cambios estructurales son indispensables.** 15 mayo 2019b. Disponible em: <https://aba-argentina.com/los-cambios-estructurales-son-indispensables/>. Acceso em: 26 jan. 2022.

_____. **Los cambios estructurales son indispensables.** 15 mayo 2019b. Disponible em: <https://aba-argentina.com/los-cambios-estructurales-son-indispensables/>. Acceso em: 26 jan. 2022.

_____. **El sistema financiero está sólido tras las PASO.** 01 oct. 2019d. Disponible em: <https://aba-argentina.com/el-sistema-financiero-esta-solido-tras-las-paso/>. Acceso em: 26 jan. 2022.

_____. **Cesario: “Es fundamental que los ahorristas no pierdan frente a la inflación”.** 17 dic. 2019e. Disponible em: <https://aba-argentina.com/cesario-es-fundamental-que-los-ahorristas-no-pierdan-frente-a-la-inflacion/>. Acceso em: 26 jan. 2022.

ASOCIACIÓN DE BANCOS PÚBLICOS Y PRIVADOS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. **Comunicado de Prensa. Apoyo a la reapertura del canje y a la negociación de la deuda externa.** 04 sep. 2013. Disponible em: <https://abappra.org.ar/comunicados>. Acceso em: 25 jan. 2022.

_____. **La Asociación de Bancos Públicos y Privados de la República Argentina expresa su apoyo al proceso de renegociación de la deuda externa emprendido por el Gobierno**

Nacional. 29 abr. 2020. Disponível em: <https://abappra.org.ar/comunicados>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BANCO MUNDIAL. **Importaciones de bienes, servicios e ingresos primario (balanza de pagos, US\$ a precios actuales) - Argentina, 1976-2021**. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2022a. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/BM.GSR.TOTL.CD?locations=AR>. Acesso em: 31 jul. 2022.

_____. **Exportaciones de bienes (balanza de pagos, US\$ a precios actuales) - Argentina, 1976-2021**. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2022b. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/BX.GSR.MRCH.CD?locations=AR>. Acesso em: 31 jul. 2022.

_____. **Comercio neto de bienes (balanza de pagos, US\$ a precios actuales) - Argentina, 1976-2021**. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2022c. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/BN.GSR.MRCH.CD?locations=AR>. Acesso em: 31 jul. 2022.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2010.

BANDEIRA DE MELLO, Beatriz. A política externa de Maurício Macri: estudo de caso sobre o papel argentino na crise da Venezuela. **Revista NEIBA - Cadernos Argentina-Brasil**, Rio de Janeiro, v. 7, [s./n.], p. 1-18, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/38790>. Acesso em: 10 maio 2021.

_____. **Discursos, Presidentes e Política Externa: a agenda internacional de Néstor e Cristina Kirchner na Argentina (2003- 2015)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BARRENENGOA, Amanda. Un análisis sobre la política exterior argentina reciente: entre la autonomía y la dependencia. *In*: IGLECIAS, Wagner; SUZUKI, Júlio César; SEVERGNINI, Nastasia Barceló (Orgs.). **América Latina: relações internacionais e integração regional**. São Paulo: EACH, 2022. p. 8-32. (PROLAM USP debate, v. 3). Disponível em: <https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=libros&d=Jpm5067>. Acesso em: 02 mar. 2022.

BARROS, Pedro Silva; RIBEIRO, Fernando J.; PINELI, André; SEVERO, Luciano Wexell; CARMO, Corival Alves do; GONÇALVES, Julia de Souza Borba; CARNEIRO Helitton Christoffer. **Integração Econômica Bilateral Argentina-Brasil: reconstruindo pontes. Publicação Preliminar**. 1. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021.

BATISTA, Ian Rebouças. **O Estado Brasileiro, os Interesses de Classe e a Reformulação do Mercosul (2003-2010)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BERRINGER, Tatiana. Nicos Poulantzas e os Estudos de Relações Internacionais. **Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 433-452, 2014a. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/13419>. Acesso em: 14 abr. 2021.

_____. **Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula**. Orientador: Armando Boito Junior. 2014. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014b.

_____. Bloco no Poder e as Análises de Política Externa. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 5-21, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/22984670/BLOCO_NO_PODER_E_AS_ANALISES_DE_POLITICA_EXTERNA_POWER_BLOC_AND_FOREIGN_POLICY_ANALYSIS. Acesso em: 11 mar. 2021.

BOITO JR., Armando; ROJAS, Gonzalo. **Estado e burguesia no Brasil e na Argentina: os governos Lula da Silva e Nestor Kirschner**. Campinas, 2008. Comunicação apresentada no VI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em 2008.

BONA, Leandro. **La fuga de capitales en la Argentina: sus transformaciones, alcances y protagonistas desde 1976**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - FLACSO, 2018. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/118389>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BUGIATO, Caio. Ensaio sobre a burguesia associada no Brasil. **Blog ODELA - Observatório do Estado Latino-Americano**. Porto Alegre, 29 set. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/odela/2020/09/29/ensaio-sobre-a-burguesia-associada-no-brasil/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

BURGOS, Martín. Argentina en una región en disputa. Argentina, el FMI y la agenda multilateral. *In*: RACOVSKICH, María Alejandra; GONZÁLEZ, Leticia (Orgs.). **Desafíos para la política exterior argentina y la integración regional: en el escenario post pandemia**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Flacso Argentina, 2022. p. 27-34.

BUSSO, Anabella; ZELIOVICH, Julieta. El Gobierno de Mauricio Macri y la Integración Regional: ¿Desde el Mercosur a la Alianza del Pacífico? **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 7, n. 37, p. 17-24, ago./set. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/66725>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BUSSO, Anabella. El rol de los Estados Unidos en el diseño de política exterior del gobierno de Mauricio Macri: Conceptos básicos para su análisis. *In*: UNIVERSIDAD NACIONAL DE ROSARIO. **Anuario en Relaciones Internacionales 2017**. Maipú: Rep Hip UNR, 2017. p. 1-15. Disponível em: <https://rehip.unr.edu.ar/xmlui/handle/2133/9137>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CAETANO, Gerardo. Mercosul: Quo Vadis? **Revista DEP: Diplomacia, Estratégica e Política**, Brasília, [s./v.], n. 5, p. 144-181, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/ipri/publicacoes/revista-dep-diplomacia-estrategia-e-politica>. Acesso em: 22 nov. 2021.

CANELO, Paula; CASTELLANI, Ana; GENTILE, Julia. El Gobierno de los CEOs. Equivalencia entre Élités Económicas y Políticas en el Gabinete de Mauricio Macri (2015-2018). **Voces en el Fénix .UBA Económicas**, Córdoba, 11 ene. 2018. Disponible em: <https://vocesenelfenix.economicas.uba.ar/el-gobierno-de-los-ceos-equivalencia-entre-elites-economicas-y-politicas-en-el-gabinete-de-mauricio-macri-2015-2018/>. Acceso em: 15 mar. 2022.

CANTAMUTTO, Francisco; COSTANTINO, Agostina. Economía política del desarrollo argentino reciente. La etapa Cambiemos. **Revista Plaza Pública**, Buenos Aires, v. 13, n. 23, p. 89-109, jul. 2020. Disponible em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/133033>. Acceso em: 12 maio 2022.

CARMONA, Rodrigo. Empleo, inclusión y desarrollo: Disputas y encrucijadas en el contexto argentino presente. **Bordes, Revista de Política, Derecho y Sociedad**, Buenos Aires, v. 2, n. 5, p. 9-23, mayo/jun. 2017. Disponible em: <https://publicaciones.unpaz.edu.ar/OJS/index.php/bordes/article/view/265>. Acceso em: 14 jun. 2021.

CARPENA, Ricardo. Lacalle Pou y Rodríguez Larreta, en un encuentro con guiños para el proyecto presidencial del jefe de Gobierno. **Infobae**, Argentina, 15 jun. 2022. Disponible em: <https://www.infobae.com/politica/2022/06/15/lacalle-pou-y-rodriguez-larreta-en-un-encuentro-con-guinos-para-el-proyecto-presidencial-del-jefe-de-gobierno/>. Acceso em: 23 jun. 2022.

CASSINI, Lorenzo; ZANOTTI, Gustavo García; SCHORR, Martín. Más negocio financiero, menos producción: la experiencia neoliberal del gobierno de Cambiemos. In: SCHORR, Martín. **El viejo y el nuevo poder económico en la Argentina**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2021. p. 199-236.

CAVALCANTI, Flavia Guerra; GRANATO, Leonardo. Mercosul e dependência: política externa e interesses de classe no Brasil e na Argentina. **Sul Global**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 64-96, 2020. Disponible em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/37594>. Acceso em: 12 fev. 2021.

CERBINO, Gonzalo Sanz; GRIMALDI, Nicolás Esteban. Las bases sociales del macrismo: accionar y reclamos de la burguesía argentina, 2009-2015. **Estado & comunes, revista de políticas y problemas públicos**, Quito, v. 1, n. 10, p. 73-93, ene./jun. 2020. Disponible em: https://revistas.iaen.edu.ec/index.php/estado_comunes/article/view/150. Acceso em: 31 jul. 2022.

CODATO, Adriano Nervo; PERISSINOTTO, Renato Monseff. O Estado como instituição. Uma leitura das obras históricas de Marx. **Crítica Marxista**, Campinas, [s./v.], [s./n.], p. 9-28, 2001. Disponible em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo79Artigo%201.pdf. Acceso em: 25 nov. 2020

CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a Revolução. **Crítica Marxista**, Campinas, [s./v.], n. 27, p. 65-85, 2008. Disponible em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo156artigo4.pdf. Acceso em: 25 nov. 2020

COLLAZIOL, Maurício Lima. As relações Mercosul-China durante a presidência de Maurício Macri (2015-2019): uma análise a partir das disputas entre as classes e frações de classe dominantes da burguesia argentina. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 1, n. 22, p. 54-96, jan./jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/13746>. Acesso em: 01 fev. 2022.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Comité de Expertos Gubernamentales de Alto Nivel. **El Regionalismo Abierto en América Latina y el Caribe: La integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 1994a.

_____. Consejo Económico y Social. **Informe Bienal (16 de abril de 1992 al 27 de abril de 1994)**: Suplemento Nº 18. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 1994b.

CONFEDERACIONES RURALES ARGENTINAS. **Autoritarismo, amenazas y medidas intervencionistas, recetas que ya fracasaron**. 13 abr. 2021. Disponível em: <http://www.cra.org.ar/nota/25104-autoritarismo-amenazas-y-medidas-intervencionistas-recetas-que-ya-fracasaron/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

_____. **Para el campo, solo trabas**. 14 mar. 2022. Disponível em: <http://www.cra.org.ar/nota/26277-para-el-campo-solo-trabas/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

COSTA, Kayque Ferraz. **Burguesia, Estado e Regionalismos: uma análise do Mercosul**. 2021. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2021.

DELGADO, Daniel García. Argentina en una región en disputa. El desafío de concretar un modelo de desarrollo sostenible. In: RACOVSKICH, María Alejandra; GONZÁLEZ, Leticia (Orgs.). **Desafíos para la política exterior argentina y la integración regional: en el escenario post pandemia**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Flacso Argentina, 2022. p. 17-26.

EN URUGUAY Mauricio Macri le respondió a Alberto Fernández: “Está fuera de quicio”. **Clarín**, Argentina, 31 mayo 2022. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/mauricio-macri-respondio-alberto-fernandez-quicio-_0_I24pDxjkgh.html. Acesso em: 23 jun. 2022.

ETCHEPARE, Nazareno. Sete ameaças à segurança nacional da Argentina. **A Referência**, [S. l.], 08 ago. 2021. Disponível em: <https://referencia.com/americas/artigo-sete-ameacas-a-seguranca-nacional-da-argentina/>. Acesso em: 21 ago. 2021

FARIAS, Francisco Pereira de. Frações burguesas e bloco no poder em Poulantzas. In: 32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2008, Caxambu. **Anais eletrônicos** [...]. Caxambu: ANPOCS, 2008. p. 1-23. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/encontros/papers/32-encontro-anual-da-anpocs/gt-27/gt24-15>. Acesso em: 31 jul. 2022.

FEDERACIÓN AGRARIA ARGENTINA. **Buzzi**: “Valoramos que una fuerza política aporte una visión integral para resolver los problemas del sector”. 08 abr. 2014. Disponível em:

<http://www.faa.com.ar/Contenido/noticia.asp?idNoticia=6930#.Yq3ADP3MLIU>. Acesso em: 27 jan. 2022.

_____. **FAA solicitará audiencia al ministro Buryaile para pedir políticas públicas diferenciadas al gobierno nacional.** 14 ene. 2016a. Disponível em:

http://www.faa.com.ar/Contenido/noticia.asp?idNoticia=7625#.Yq3AL_3MLIU. Acesso em: 27 jan. 2022.

_____. **FAA pidió al presidente Macri políticas para los pequeños y medianos productores.** 09 mar. 2016b. Disponível em:

<http://www.faa.com.ar/Contenido/noticia.asp?idNoticia=7709#.Yq3APv3MLIU>. Acesso em: 27 jan. 2022.

_____. **Gobierno Nacional anticipó:** “hay condiciones para que haya resolución en favor de los productores en conflicto con Monsanto”. 08 abr. 2016c. Disponível em:

<http://www.faa.com.ar/Contenido/noticia.asp?idNoticia=7748#.Yq3ASf3MLIU>. Acesso em: 27 jan. 2022.

_____. **FAA:** “en la mesa de lechería eligen darnos la espalda a los productores más chicos”. 03 ago. 2018a. Disponível em:

<http://www.faa.com.ar/Contenido/noticia.asp?idNoticia=8328#.Yq3CaP3MLIU>. Acesso em: 27 jan. 2022.

_____. **FAA sobre el discurso del presidente Macri en la inauguración de la exposición rural.** 03 ago. 2018b. Disponível em:

<http://www.faa.com.ar/Contenido/noticia.asp?idNoticia=8525#.Yq4qqf3MLIV>. Acesso em: 27 jan. 2022.

_____. **Retenciones y discrecionalidad:** perdemos siempre los mismos. 22 oct. 2021. Disponível em:

<http://www.faa.com.ar/Contenido/noticia.asp?idNoticia=8817#.Yq33-f3MLIX>. Acesso em: 27 jan. 2022.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO MERCOSUL. **Membros.** Disponível em: <https://www.farmercosur.org/index.php/pt/institucional/miembros>. Acesso em: 20 maio 2022.

FERREIRA, Mariana Davi; BERRINGER, Tatiana. Classes sociais, política externa e integração regional. In: PRESTES, Ana; PAUTASSO, Diego (Org.). **Teoria das relações internacionais:** contribuições marxistas. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021. p. 245-265.

FIORI, José Luís. Estado e desenvolvimento na América Latina: Notas para um novo “programa de pesquisa”. **Documento de Trabalho, n. 286.** Brasília: CEPAL, 2013.

FRIGGERI, Félix Pablo. El Capitalismo Mafioso y el gobierno de Mauricio Macri en Argentina. **Abordajes. Revista de Ciencias Sociales y Humanas**, La Rioja, v. 7, n. 13, p. 30-59, 2019. Disponível em: <https://revistaelectronica.unlar.edu.ar/index.php/abordajes/article/view/657>. Acesso em: 16 fev. 2021.

FUSER, Igor. Reflexões sobre as burguesias sul-americanas e a integração regional. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 5, n. 3, p. 112-125, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/15326>. Acesso em: 19 maio 2020.

GENÉ, Mariana. Politización y controversias: los CEO en el gobierno de Cambiemos. **Revista Ensembles**, Buenos Aires, v. 5, n. 9, p. 41-62, 2018. Disponível em: <http://www.revistaensambles.com.ar/ojs-2.4.1/index.php/ensambles/article/view/143>. Acesso em: 12 maio 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRANATO, Leonardo. A autonomia como vetor da ação externa e da integração na América do Sul: postulações teóricas. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 78-90, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/51920>. Acesso em: 20 mar. 2020.

_____. **Brasil, Argentina e os rumos da integração**: o Mercosul e a Unasul. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015.

_____.; BATISTA, Ian Rebouças. Mercosul à prova: estratégias e limites da integração regional periférica. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 230-253, jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/36178>. Acesso em: 27 jun. 2020.

_____. El debate sobre el estado en América Latina. **Blog ODELA - Observatório do Estado Latino-Americano**. Porto Alegre, 13 set. 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/odela/2018/09/13/el-debate-sobre-el-estado-en-america-latina-3/>. Acesso em: 03 jul. 2021.

_____. Mercosur, inserción subalterna y burguesías internas de Argentina y Brasil. **Izquierdas**, Santiago, v. 49, [s./n.], p. 797-809, abr. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nepec/mercotur-insercion-subalterna-y-burguesias-internas-de-argentina-y-brasil/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. Recuperando el debate sobre las condiciones constitutivas del Estado en las sociedades periféricas latinoamericanas. In: ARIAS MEJÍA, Juan Camilo; GRANATO, Leonardo (Orgs.). **La cuestión del Estado en el pensamiento social crítico latinoamericano**. 1.ed. Medellín: Ediciones UNAULA, 2021a. p. 281-322.

_____. Os Trinta Anos do Mercosul: Apontamentos para um Balanço. **Austral**: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 10, n. 19, p. 9-29, jan./jun. 2021b. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/225254/001128496.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 jul. 2021.

_____. **O Estado Latino-Americano**: Teoria e História. São Paulo: Expressão Popular, 2021c.

GRUPO CONSENSO. **Reflexiones sobre los desafíos externos de la Argentina: Seremos afuera lo que seamos adentro. Primer Documento.** 2015. Disponible em: http://www.cari.org.ar/pdf/documento_grupoconsenso.pdf. Acesso em: 6 jun. 2021

GUEVARA, Sebastian. Poulantzas y la determinación del Estado capitalista: una discusión a partir de la integración industrial en el Mercosur. **Espacios Públicos**, Toluca, v. 13, n. 27, p. 113-134, 2010. Disponible em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67613199008>. Acesso em: 04 mar. 2022.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais.** Tradução de Cristina Soreanu Pecequilo. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. (Série Relações Internacionais e Integração).

JUNTOS POR EL CAMBIO. **Rendición de Cuentas 2015-2019.** Disponible em: <https://jxc.com.ar/rendicion-de-cuentas/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

KAN, Julián. **Integrarse desde arriba. La relación entre la clase dominante, los gobiernos y los proyectos de integración regional Mercosur y Alca en la Argentina reciente.** Orientador: Alberto R. Bonnet. 2013. 373 f. Tese (Doutorado em História) - Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013.

KATZ, Claudio. **El rediseño de América Latina: ALCA, MERCOSUR y ALBA.** Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2006.

_____. La CEOcracia en acción. **La página de Claudio Katz, textos de ciencias sociales**, 25 dic. 2015. Disponible em: <https://katz.lahaine.org/la-ceocracia-en-accion/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

LA DIFÍCIL apuesta de Mauricio Macri de gobernar con CEOs. **Infobae**, Argentina, 12 mar. 2016. Disponible em: <https://www.infobae.com/2016/03/12/1796617-la-dificil-apuesta-mauricio-macri-gobernar-ceos/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

LA DURA respuesta de Juntos por el Cambio a Alberto Fernández por tildar a Macri de “ladrón de guante blanco”. **Infobae**, Argentina, 31 mayo 2022. Disponible em: <https://www.infobae.com/politica/2022/05/31/la-dura-respuesta-de-juntos-por-el-cambio-a-alberto-fernandez-por-tildar-a-macri-de-ladron-de-guante-blanco/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução.** Campinas: FE/UNICAMP, 2011a.

_____. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo.** Campinas: FE/UNICAMP, 2011b.

MACRI ganó el balotaje y es el nuevo presidente electo. **Télam Digital**, Buenos Aires, 11 nov. 2015. Disponible em: <https://www.telam.com.ar/notas/201511/127984-resultado-escritinio-balotaje.html>. Acesso em 16 mar. 2022.

MALCORRA, Susana. **Información para la Prensa N°: 031/17.** 11 feb. 2017. Disponible

em:

<https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/comunicados/declaraciones-de-la-canciller-malcorra-0>. Acesso em: 6 jun. 2021.

_____. **Información para la Prensa N°: 304/16**. 13 sept. 2016b. Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/comunicados/comunicado-conjunto-9>>. Acesso em: 6 jun. 2021.

_____. **Información para la Prensa N°: 162/16**. 27 mayo 2016a. Disponível em: <https://www.mrec.gob.ar/es/actualidad/comunicados/declaraciones-de-la-canciller-susana-malcorra>. Acesso em: 6 jun. 2021.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. **Crítica Marxista**, Campinas, [s./v.], n. 47, p. 55-73, 2018. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=64&numero_revista=47. Acesso em: 25 set. 2020.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2804654/mod_resource/content/0/Marx%20-%20O%2018%20Brum%C3%A1rio%20de%20Lu%C3%ADs%20Bonaparte%20%28Boitempo%29.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020

MAURICIO MACRI: “Hoy tenemos un desgobierno, no hay rumbo ni plan”. **La Nación**, Argentina, 1 jun. 2022. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/mauricio-macri-hoy-tenemos-un-desgobierno-no-hay-rumbo-ni-plan-nid01062022/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MAURICIO MACRI FUSTIGÓ al kirchnerismo y dijo que el inicio del próximo gobierno en 2023 será “muy difícil”. **La Nación**, Argentina, 21 jun. 2022. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/mauricio-macri-fustigo-al-kirchnerismo-y-dijo-que-el-inicio-del-proximo-gobierno-en-2023-sera-muy-nid21062022/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MAURICIO MACRI RESPONDIÓ a las críticas de Alberto Fernández: “Está fuera de sí, desencajado”. **Infobae**, Argentina, 31 mayo 2022. Disponível em: <https://www.infobae.com/politica/2022/05/31/mauricio-macri-respondio-a-las-criticas-de-alberto-fernandez-esta-fuera-de-si-desencajado/>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MENDIGUREN, José Ignacio de. La integración regional será productiva o no será. *In*: ARGENTINA. Representación Permanente de la República Argentina para MERCOSUR y ALADI. **Mercosur, una política de Estado**. 1. ed. Buenos Aires: Argentina, 2021. p. 225-235. Disponível em: www.emsur.cancilleria.gob.ar. Acesso em: 20 jan. 2022.

MERCADO COMUM DO SUL. **Decisões do Conselho do Mercado Comum. Mercosul/CMC/Dec. nº 32/00**: relançamento do Mercosul - relacionamento externo. Montevideu: Mercado Comum do Sul, 2000. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/dec3200p.asp>. Acesso em: 13 jun. 2022.

_____. Sistema de Estadísticas del Comercio Exterior del Mercosur. **Informe de Coyuntura de Comercio Exterior 2015**. Montevideo: Mercado Comum do Sul, 2016. Disponível em: <https://estadisticas.mercosur.int/?language=pt>. Acesso em: 10 jan. 2021.

_____. Sistema de Estadísticas del Comercio Exterior del Mercosur. **Informe Técnico de Comercio Exterior 2019**. Montevideo: Mercado Comum do Sul, 2020. Disponível em: <https://estadisticas.mercosur.int/?language=pt>. Acesso em: 25 maio 2022.

MERINO, Gabriel Esteban. Proyectos estratégicos e integración regional en América Latina. El surgimiento de la Alianza del Pacífico, el fortalecimiento del regionalismo abierto y el retroceso del regionalismo autónomo. **Relaciones Internacionales**, La Plata, v. 26, n. 52, p. 17-37, ene./jun. 2017. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/view/2075>. Acesso em: 23 abr. 2021.

_____. El Mercosur en tiempos de retorno neoliberal. *In*: V JORNADAS NACIONALES DE INVESTIGACIÓN EN GEOGRAFÍA ARGENTINA - XI JORNADAS DE INVESTIGACIÓN Y EXTENSIÓN DEL CENTRO DE INVESTIGACIONES GEOGRÁFICAS, 2018, Tandil. **Anais eletrônicos** [...]. Tandil: CIG, 2018. p. 1055-1067. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/76473>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MÍGUEZ, María Cecilia. La política exterior del primer año de gobierno de Mauricio Macri. ¿Situación instrumental del Estado? **Revista Estado y Políticas Públicas**, Buenos Aires, v. 5, n. 8, p. 103-120, mayo/sept. 2017. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/40789>. Acesso em: 23 jul. 2022.

_____. La validez del concepto de autonomía para pensar la política exterior de la Argentina hoy. *In*: RACOVSKICH, María Alejandra; GONZÁLEZ, Leticia (Orgs.). **Desafíos para la política exterior argentina y la integración regional: en el escenario post pandemia**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Flacso Argentina, 2022. p. 35-41.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. **Comunicado Conjunto dos Chanceleres de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai sobre a situação na Venezuela**. 2016. Disponível em: https://www.gov.br/mre/es/canales_servicio/prensa/notas-a-la-prensa/comunicado-conjunto. Acesso em: 06 jun. 2021.

MINISTERIO DE TRANSPORTE DE ARGENTINA. **Mapa red línea Belgrano**. s.d. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/transporte/trenes-argentinos-cargas/mapas/red-belgrano>. Acesso em 08 ago. 2022.

_____. **Mapa red línea San Martín**. s.d. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/transporte/trenes-argentinos-cargas/mapas/red-san-martin>. Acesso em 08 ago. 2022.

PÁEZ, Sergio Martín. A ascensão chinesa, classes dominantes e a inserção internacional em América Latina no começo do século XXI. **Academia**, [S.l.], [s./v.], [s./n.], p. 1-19, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/38083233/A_ascens%C3%A3o_chinesa_classes_dominantes_e_a_inser%C3%A7%C3%A3o_internacional_em_Am%C3%A9rica_Latina_no_come%C3%A7

[o_do_s%C3%A9culo_XXI](#). Acesso em: 18 dez. 2020.

PAIKIN, Damián; DULCICH, Federico. El sexto socio del MERCOSUR: Un estudio sobre la penetración importadora china y su impacto en el comercio intrarregional. **Revista Perspectivas de Políticas Públicas**, Buenos Aires, v. 6, n. 12, p. 395-414, ene./jun. 2017. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/76448>. Acesso em: 28 jun. 2022.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano. Marx e seu Legado para a Teoria Contemporânea do Estado Capitalista. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, [s./v.], n. 70, p. 31-50, 2010. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/343>. Acesso em: 03 mar. 2021.

PIVA, Adrián. Mirando el Estado capitalista desde América Latina. Reflexiones sobre heterogeneidad estructural, dominación política y Estado con especial referencia al caso argentino. In: ARIAS MEJÍA, Juan Camilo; GRANATO, Leonardo (Orgs.). **La cuestión del Estado en el pensamiento social crítico latinoamericano**. 1.ed. Medellín: Ediciones UNAULA, 2021. p. 27-79.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Tradução de Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SAES, Décio. **República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SAES, Décio Azevedo; FARIAS, Francisco. **Reflexões sobre a teoria do jovem Poulantzas (1968-1974)**. Marília: Luta Anticapital, 2021.

SIMONOFF, Alejandro. Giros en las estrategias de inserción argentina a partir de la presidencia de Mauricio Macri. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 7, n. 37. p. 40-51, ago./set. 2016. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/127802>. Acesso em: 20 fev. 2021.

_____. Argentina en el mundo: ¿idas y vueltas? **Revista Cadernos de Campo**, Araraquara, [s./v.], n. 29, p. 125-135, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/download/13793/10449/47670>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SOCIEDAD RURAL ARGENTINA. **Gacetillas**. Disponível em: <https://test.sra.org.ar/gacetillas/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

_____. **Sobre la apertura de China para la exportación argentina de carnes enfriadas y congeladas con hueso**. 07 mar. 2018a. Disponível em: <https://test.sra.org.ar/gacetilla/sobre-la-apertura-de-china-para-la-exportacion-argentina-de-carne-enfriadas-y-congeladas-con-hueso/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

_____. **Desburocratización, apertura de mercados y Competitividad, ejes de Agroindustria**. 24 abr. 2018b. Disponível em: <https://test.sra.org.ar/gacetilla/desburocratizacion-apertura-de-mercados-y-competitividad-ejes-de-agroindustria/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

_____. **La Sociedad Rural Argentina ante la crisis cambiaria.** 03 sept. 2018c. Disponible em: <https://test.sra.org.ar/gacetilla/la-sociedad-rural-argentina-ante-la-crisis-cambiaria/>. Acceso em: 27 jan. 2022.

_____. **“Construyendo la agenda del campo”:** definiciones económicas y sectoriales. 16 mayo 2019a. Disponible em: <https://test.sra.org.ar/gacetilla/construyendo-la-agenda-del-campo-definiciones-economicas-y-sectoriales/>. Acceso em: 27 jan. 2022.

_____. **Argentina en el podio de los exportadores netos de alimentos.** 21 jun. 2019b. Disponible em: <https://test.sra.org.ar/gacetilla/argentina-en-el-podio-de-los-exportadores-netos-de-alimentos/>. Acceso em: 27 jan. 2022.

_____. **La Sociedad Rural Argentina celebra el acuerdo Mercosur-Unión Europea.** 28 jun. 2019c. Disponible em: <https://test.sra.org.ar/gacetilla/la-sociedad-rural-argentina-celebra-el-acuerdo-mercosur-union-europea/>. Acceso em: 27 jan. 2022.

_____. **La Comisión de Enlace le presentó sus propuestas a Macri y a Lavagna.** 21 ago. 2019d. Disponible em: <https://test.sra.org.ar/gacetilla/la-comision-de-enlace-le-presento-sus-propuestas-a-macri-y-a-lavagna/>. Acceso em: 27 jan. 2022.

_____. **Pelegrina en la Expo Tucumán:** “A la hora de votar distingamos entre quién hizo y quién promete”. 27 sept. 2019e. Disponible em: <https://test.sra.org.ar/gacetilla/exposicion-de-tucuman-discurso-de-pelegrina-durante-la-inauguracion/>. Acceso em: 27 jan. 2022.

_____. **La CEEA rechaza las medidas oficiales y reafirma el camino del diálogo.** 16 dic. 2019f. Disponible em: <https://test.sra.org.ar/gacetilla/la-ceea-rechaza-las-medidas-oficiales-y-reafirma-el-camino-del-dialogo/>. Acceso em: 27 jan. 2022.

STATISTA. **Total FDI stock from China to Argentina 2010-2020.** 2 nov. 2021. Disponible em: <https://www.statista.com/statistics/722007/outward-fdi-stock-from-china-to-argentina/>. Acceso em: 08 ago. 2022.

TREACY, Mariano. La política exterior argentina frente al volátil escenario internacional de la postpandemia y la competencia entre China y los Estados Unidos: ¿aquiencia, pragmatismo o autonomía? **Revista Aportes para la Integración Latinoamericana**, Buenos Aires, v. 27, n. 44, p. 1-38, jun. 2021. Disponible em: <https://revistas.unlp.edu.ar/aportes/article/view/12325>. Acceso em: 27 nov. 2021.

TURNER, Barbara. La relación entre China y América Latina. Perspectivas desde el Mercosur. **Perspectivas, Revista de Ciencias Sociales**, Rosario, v. 4, n. 7, p. 187-195, jan./jun. 2019. Disponible em: <https://perspectivasrcs.unr.edu.ar/index.php/PRCS/article/view/23>. Acceso em: 10 mar. 2021.

TZEIMAN, Andrés. Argentina post-Macri: elecciones, pandemia, y después... **Blog ODELA - Observatório do Estado Latino-Americano**, Porto Alegre, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/odela/2020/04/28/argentina-post-macri:-elecciones,-pandemia,-y-despues.../>. Acesso em 21 jun. 2022.

UBERTI, Guilherme Bratz. **A burguesia agrária e o Mercosul nos planejamentos prospectivos dos governos Temer e Bolsonaro**. 2022. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

UNIÓN INDUSTRIAL ARGENTINA. **Junta Directiva**: comunicado de prensa. 27 feb. 2018a. Disponível em: <https://www.uia.org.ar/prensa/2828/>. Acesso em: 31 jul. 2022.

_____. **Junta Directiva**: comunicado de prensa. 17 abr. 2018b. Disponível em: <https://www.uia.org.ar/prensa/2818/>. Acesso em: 31 jul. 2022.

_____. **Comité Ejecutivo**: comunicado de prensa. 08 mayo 2018c. Disponível em: <https://www.uia.org.ar/prensa/2814/>. Acesso em: 31 jul. 2022.

_____. **Repaso de actualidad regional y sectorial**. 18 sept. 2019a. Disponível em: <https://www.uia.org.ar/prensa/3508/>. Acesso em: 31 jul. 2022.

_____. **El proyecto de la UIA para un desarrollo posible**. 24 oct. 2019b. Disponível em: <https://www.uia.org.ar/prensa/3527/>. Acesso em: 31 jul. 2022.

_____. **Institucional**. Disponível em: <https://www.uia.org.ar/institucional/mision-objetivos/>. Acesso em: 31 jul. 2022.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **Argentina**. Washington, D.C.: Office of the United States Trade Representative, 2022. Disponível em: <https://ustr.gov/countries-regions/americas/argentina#:~:text=U.S.%20foreign%20direct%20investment%20>. Acesso em: 30 jul. 2022.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE AVELLANEDA. Observatório de Políticas Públicas. Módulo de Políticas Económicas. **Infografía Herencias Económicas**. Avellaneda: UNDAV, 2019. Disponível em: <https://www.undav.edu.ar/index.php?idcateg=515>. Acesso em: 21 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades da UFRGS. **Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmicos conforme as normas da ABNT**. Porto Alegre: BIBCSH, 2018. 68 p. Disponível em: https://www.ufrgs.br/bibcsh/wp-content/uploads/Manual_BIBCSH.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

_____. Biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**. Porto Alegre: FABICO, 2019. 45 f. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bibfbc/ferramentas/manual-de-normalizacao/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

VARESI, Gastón Ángel. Relaciones de fuerza bajo la presidencia Macri. **Realidad**

Económica, La Plata, v. 47, n. 320, p. 9-44, nov./dic. 2018. Disponível em: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.12525/pr.12525.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Eixos do Poder Mundial no Século XXI: uma proposta analítica. **Austral**: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 9-25, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/91767/52900>. Acesso em: 25 maio 2020.

VOMMARO, Gabriel. “Unir a los argentinos”: el proyecto de “país normal” de la nueva centroderecha en Argentina. **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, [s./v.], n. 261, p. 4-12, ene./feb. 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/159295296.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

YANAKIEW, Monica. Argentinos vão às urnas em segundo turno para eleger presidente. **EBC**, Brasília, 22 nov. 2015. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/11/argentinos-vao-urnas-em-segundo-turno-para-eleger-presidente>. Acesso em: 15 maio 2022.